

EVOLUÇÃO E
CARACTERIZAÇÃO
DAS MANCHAS DE
POBREZA NA BAHIA
(1991-2000)

SEI

79

Série Estudos e Pesquisas

publicações
SEI

SALVADOR
2008

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento
Ronald de Arantes Lobato

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Estudos
Edgard Porto

Ficha Técnica

Equipe Técnica

Anna Luiza Sapucaia
Antonio José Cunha
André Pomponet
Carlota Gottschall
Célia Regina Sganzerla
Djalma Ferreira
Edgard Porto
Letícia Graciosa
Paulo Hermida
Poliana Peixinho
Thiago Reis Góes
Thomaz Araripe
Vilmária Ribeiro

Consultoria

Argelina Figueiredo
Haroldo Torres
Sandra Gomes

Coordenação editorial

Anna Luiza Sapucaia

Coordenação geral

Edgard Porto

Revisão de Linguagem

Vera Brito

Normalização

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)

Produção Editorial e Gráfica

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)
Márcia Santos

Editoria de Arte e Estilo – Elisabete Cristina Barretto

Produção Executiva – Mariana Oliveira

Projeto Gráfico – Elisabete Barretto, Julio Vilela

Editoração – Autor Visual Comp. Gráfica

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia
(1991-2000). Salvador: SEI, 2008.
274 p. il. (Série estudos e pesquisas, 79).

Acompanha 1 CD com a edição da Pesquisa sobre o acesso
da população mais pobre aos Serviços Públicos em Salvador.
ISBN 978-85-85976-65-1

1. Pobreza – Bahia. 2. Desigualdade social – Bahia.
3. Desenvolvimento regional – Bahia. I. Título. II. Série.

CDU 364.144 (813.8)

■ SUMÁRIO

5	INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MÉTODOS DE AFERIÇÃO DA REALIDADE
5	A pobreza e os indicadores selecionados do desenvolvimento baiano
7	Tendências de concentração da pobreza
9	Dispersão espacial relativa do número de famílias pobres, com alguns sinais de concentração regional
10	Motivações para a dinâmica das manchas de pobreza na Bahia
13	PARTE I
	IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA EVOLUÇÃO TEMPORAL DAS MANCHAS DE POBREZA NA BAHIA
15	CONSIDERAÇÕES INICIAIS
17	1 POBREZA: DISCUSSÃO TEÓRICA E ANÁLISE EMPÍRICA
17	1.1 A questão da pobreza no Brasil
26	1.2 Pobreza urbana e rural no contexto latino-americano
31	1.3 Pobreza na Bahia
39	1.4 Desagregação municipal da pobreza na Bahia – o fator pobreza
49	2 DINÂMICA ECONÔMICA: DISCUSSÃO TEÓRICA E ANÁLISE EMPÍRICA
49	2.1 A questão econômica regional no Brasil
56	2.2 A questão regional na Bahia
61	2.3 A desagregação municipal da questão econômica na Bahia – o fator condições econômicas
71	3 A DINÂMICA SOCIAL DA BAHIA
71	3.1 Fator de escolaridade dos jovens
79	3.2 Fator demográfico
87	4 A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA BAHIA: ANÁLISE DE CLUSTERS
95	5 ABORDAGENS SOBRE A EVOLUÇÃO TEMPORAL DAS MANCHAS DE POBREZA NA BAHIA
97	REFERÊNCIAS
101	PARTE II
	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS MANCHAS DE POBREZA INTRA-URBANA NA BAHIA EM 2000
103	CONSIDERAÇÕES INICIAIS
107	1 FORMAS DE ENQUADRAMENTO DA POBREZA URBANA
107	1.1 Trajetórias da pobreza urbana no Brasil
112	1.1.2 Trajetórias da pobreza urbana na Bahia
114	1.3 Diagnósticos sobre a pobreza na Região Metropolitana de Salvador
115	1.3.1 Evolução geral da pobreza e do acesso a bens e serviços
119	2 MANCHAS DE POBREZA INTRA-URBANA SOB A PERSPECTIVA DA INSUFICIÊNCIA DE RENDA
119	2.1 Literatura sobre pobreza e suas medidas convencionais
121	2.2 Estratégia de análise: proporção de pobres
135	3 MANCHAS DE POBREZA SOB A PERSPECTIVA DE SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES
135	3.1 Literatura sobre as múltiplas dimensões da pobreza
137	3.2 Indicadores sintéticos e complexos de pobreza
138	3.3 Estratégia de análises: análises fatorial e análise de agrupamentos
139	3.3.1 A análise fatorial
144	3.3.2 A análise de agrupamentos

147	3.4 Representações espaciais dos agrupamentos
159	4 MANCHAS DE POBREZA SOB A PERSPECTIVA DA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL
160	4.1 Relevância da dimensão espacial da pobreza
164	4.1.1 A discussão sobre segregação na Região Metropolitana de Salvador
167	4.2 A questão da escala
168	4.3 Estratégia de análise: índice de Moran
170	4.3.1 A dimensão saneamento
179	4.3.2 A dimensão socioeconômica
184	4.3.3 A proporção de pobres
189	4.4 Síntese dos padrões observados
191	5 ABORDAGENS SOBRE A POBREZA INTRA-URBANA
193	REFERÊNCIAS
199	PARTE III
	PADRÕES DE ASSOCIAÇÃO ENTRE CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS E DOS SETORES CENSITÁRIOS URBANOS EM 2000
201	CONSIDERAÇÕES INICIAIS
203	1 AS TIPOLOGIAS DE MUNICÍPIOS E DE SETORES CENSITÁRIOS URBANOS EM 2000
205	2 A ASSOCIAÇÃO ENTRE TIPOLOGIAS DE MUNICÍPIOS E DE SETORES CENSITÁRIOS URBANOS
207	3 A OCORRÊNCIA DE TIPOS DE SETORES CENSITÁRIOS URBANOS NOS GRUPOS MUNICIPAIS 1 E 2
207	3.1 O grupo municipal 1 – Os municípios dinâmicos
213	3.2 O grupo municipal 2 – Os municípios estratégicos
215	3.3 A ocorrência de quatro tipos de setores censitários urbanos
221	4 ABORDAGENS SOBRE OS PADRÕES DE ASSOCIAÇÃO
224	REFERÊNCIAS
225	ANEXOS
227	PARTE I • ANEXO 1: ANÁLISE FATORIAL E CLUSTERS
227	Variáveis do modelo
228	Análise fatorial
231	Análise de agrupamento (clusters)
243	PARTE II • ANEXO 1: ANÁLISE FATORIAL E DE AGRUPAMENTOS
245	Análise fatorial
246	Análise de agrupamentos (clusters analysis)
249	PARTE II • ANEXO 2: ÍNDICES DE MORAN GLOBAL E LOCAL
253	PARTE II • ANEXO 3: MAPAS E GRÁFICOS
253	Mapas
253	Região Metropolitana de Salvador
259	Feira de Santana
262	Vitória da Conquista
265	Itabuna
268	Gráficos
268	Diagramas de Espalhamento de Moran

A pobreza e os indicadores selecionados do desenvolvimento baiano

Inicialmente faz-se necessário salientar que as análises desenvolvidas nesta publicação têm o objetivo de identificar apenas o comportamento dos estratos familiares de mais baixa renda na década de 1990². Isso significa dizer que somente tal informação não é suficiente para que se chegue a uma conclusão sobre a melhoria ou não do quadro social na Bahia no período, mas pode informar sobre a lógica espacial dessas famílias e como, relativamente, a determinados fatores (renda, educação, saúde e infra-estrutura), os indicadores mostram alterações entre os anos de 1991 e 2000.

Essas ressalvas tornam-se importantes porque, no processo de desenvolvimento social e econômico, alçado à escala mundial, o conjunto da população da Bahia, assim como de outras regiões de outros países, passou a estar subordinado a lógicas de inserção social competitiva globalmente. Ou seja, é necessária a compreensão das transformações na apropriação da riqueza pelas faixas de rendimento mais elevadas, comparativamente às faixas de menores rendimentos. A velocidade da inserção social ou melhorias de renda das famílias inseridas nas faixas inferiores definem demandas, que podem não ser supridas em função das características do desenvolvimento atual, em escala mundial. Em outras palavras, os avanços identificados neste trabalho podem não significar garantias de um futuro processo de inserção social. Pode significar que isso venha a gerar, por exemplo, maior poder de consumo e que isso fomente uma produção de mercadorias (em escala mundial e/ou local) que resulte em elevação dos fluxos comerciais nas cidades, o que pode criar novas oportunidades de empregos. Mas, a elevada rotação do capital, entre outros fatores, em escala mundial, acelerou as transformações sociais, o que tende a exigir novas demandas para a inclusão social e econômica, principalmente através de uma exigente qualificação para o emprego e da elevada competitividade para que as pequenas empresas produzam dentro dos novos parâmetros produtivos modernos.

A utilização de métodos diferenciados de pesquisas, com variados olhares, pode permitir um mosaico de conhecimentos capazes de possibilitar desvendar a realidade das famílias situadas nas faixas de rendimentos mais baixas, com o objetivo de oferecer subsídios à formulação de distintas políticas públicas voltadas para a transformação do cenário social e econômico da Bahia.

¹ Ver referências sobre a metodologia na página.

² Famílias que recebem até ½ salário mínimo per capita ou R\$ 75,50 per capita em valores atualizados para agosto de 2000.

De maneira geral, as pesquisas, os indicadores e as políticas de combate à pobreza, estão calcadas em dados de médias ou medianas da realidade baiana, além de estarem fundamentadas sobre recortes temporais, de certa forma estáticos e oferecidos em um formato e sob uma metodologia construída para todo o território estadual ou por médias municipais. Por sua vez, a realidade socioeconômica baiana pode ser conhecida mais detalhadamente se as informações forem desagregadas espacialmente e se forem acrescentadas pesquisas de ordem qualitativa e com análise transversal dos seus resultados. Sob tal postura, as políticas públicas podem ser focadas e obterem maior eficiência nos seus resultados.

Nos capítulos a seguir, estão apresentadas algumas conclusões retiradas de pesquisas e análises baseadas em metodologias específicas e construídas a partir da identificação de avanços relativos de indicadores selecionados para cada município da Bahia. Ou seja, as conclusões dizem respeito à melhoria de cada município num dado período.

Dessa situação foi possível se chegar a algumas conclusões de caráter mais genérico, como as discriminadas a seguir:

- O espaço regional da Bahia ficou mais bem definido na década de 1990, do ponto de vista da concentração das famílias pobres, ou seja, as áreas com maior concentração de famílias pobres se diferenciaram, ressaltando-se aquelas que apresentam maior resistência para reduzir os níveis de pobreza;
- Salvador era o único município que se destacava no grupo mais elevado na hierarquia das melhores condições econômicas e sociais em 1991, enquanto que, em 2000, o número de participantes nesse grupamento aumentou para 44;
- Os aglomerados de pobreza se tornam mais nítidos em 2000, em *clusters* com elevadas concentrações de pobres bem definidos ao longo do Rio São Francisco e ao nordeste do estado;
- As áreas com menores concentrações relativas (ao município) de pobres também puderam ser claramente identificadas nas proximidades da Região Metropolitana de Salvador, no Extremo Sul, e nas proximidades do município de Vitória da Conquista;
- As manchas de municípios com piores condições educacionais não coincidem com aqueles em piores condições demográficas, que também não necessariamente coincidem com os aglomerados com maiores concentrações de pobreza, o que significa dizer que as políticas públicas devem responder a questões distintas para regionalizações diferenciadas;
- Não é suficiente trabalhar com indicadores municipais agregados. É também crucial que seja observada a escala intra-urbana, tanto para melhor compreender os padrões espaciais da pobreza quanto para fornecer subsídios para as políticas públicas.

Entretanto, pode-se agregar a essas conclusões outras, ao se analisar o comportamento de cada um dos municípios baianos, desta vez relacionando o seu desempenho relativamente ao conjunto do estado, na década de 1990. Com isso, poderá ser visualizada, sob outra ótica, a tendência das manchas de concentração das famílias pobres na Bahia, embora não se tenha condições de aferir se essa dinâmica veio a ocorrer por processos migratórios e/ou por ascensão social.

Tendências de concentração da pobreza

Utilizando-se o método do crescimento relativo das famílias pobres por cada município³, em relação ao total do Estado, serão encontrados indicativos de um maior delineamento de regiões mais resistentes à redução de famílias pobres na Bahia e a constatação de que há uma tendência de concentração dessas famílias em algumas regiões.

No cômputo geral, houve uma redução de 8,7% de famílias inseridas no recorte de pobreza com base na metodologia adotada pelas pesquisas apresentadas nos capítulos seguintes, embora isso demande uma análise mais aprofundada, frente ao processo de desenvolvimento, conforme ressalva feita anteriormente. Sobre isso duas questões articuladas merecem registro: a primeira é que os trabalhos foram realizados utilizando-se dados censitários de 1991 e 2000, portanto nas duas pontas da década, o que não permite conhecer comportamentos diferenciados dentro do período, embora todos os indicadores confirmem a mesma tendência nos últimos 13 anos para todo o Brasil; a segunda questão é que em função também da primeira, não foi possível associar, com rigor temporal dentro da década, o comportamento das distintas regiões que elevaram ou reduziram a presença das famílias pobres, com investimentos em setores econômicos ou com dados que reflitam o processo migratório. Neste último caso, a associação fica ainda mais comprometida porque se considera, nos censos realizados pelo IBGE, o processo migratório dos últimos cinco anos, o que implica dizer que essa questão, por exemplo, para o Censo de 1991 refletia o processo a partir de 1986, o que impede uma comparação com dados de população e renda apenas do ano de 1991. O mesmo comportamento se repete para o Censo de 2000.

Com a aplicação de um método de repartição entre os municípios com saldo positivo e negativo de famílias pobres na década de 1990, chega-se a dois resultados: o número dessas famílias cresceu em 100 municípios; em 315 municípios, houve uma redução das famílias inseridas no recorte de pobreza considerado.

Ao classificar os dois grupamentos de municípios por intervalos e trabalhar de forma georeferenciada, é possível identificar que 23⁴ municípios continuam liderando a listagem daqueles com maior participação de famílias pobres em 1991 e em 2000. Entretanto, esse conjunto elevou a sua capacidade de concentração das famílias, passando de 28,6% em 1991 para 29,5% em 2000. Dentro desse grupamento, os municípios de Camaçari, Salvador; Juazeiro, Teixeira de Freitas, Barreiras e Paulo Afonso foram os que obtiveram maior incremento do número de famílias pobres, passando de 12,5% em 1991 para 14,5% em 2000. Isso reforça as conclusões anteriores de que houve uma tendência à concentração de famílias pobres e que o quadro regional se torna mais delineado na década.

Do grupo de 100 municípios que elevaram o grau de pobreza entre 1991 e 2000, a metrópole⁵ foi a maior responsável pelo incremento no período, com 25,7% – representava 10,7% das

³ Essa ótica de análise não foi considerada nas pesquisas apresentadas nos próximos capítulos e foi agregada aqui como forma de comparar as conclusões gerais das duas metodologias: comparativo entre o comportamento relativo a cada município e o comportamento de cada município em relação ao total do estado da Bahia.

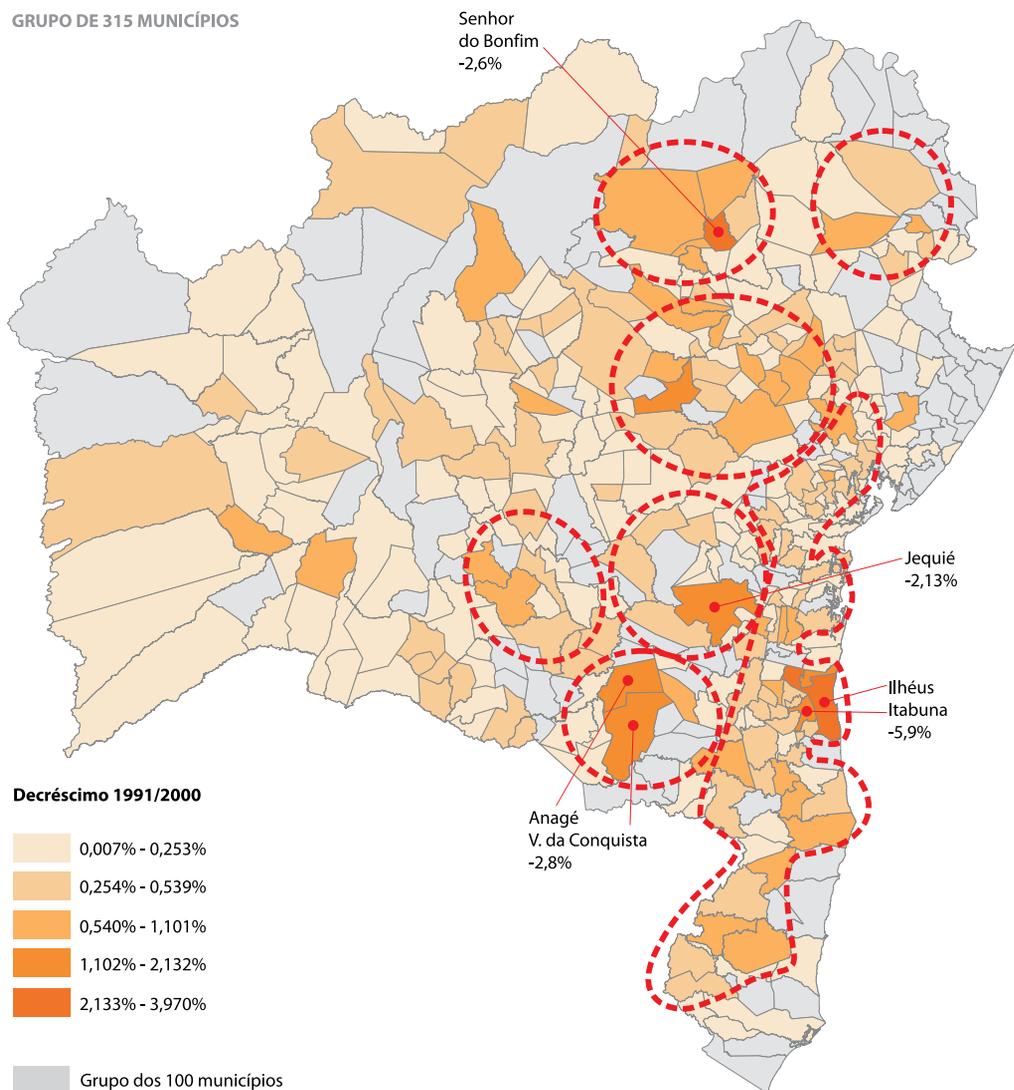
⁴ Referente aos valores relativos ao total do conjunto dos 100 municípios que apresentaram incremento no número de famílias entre 1991 e 2000.

⁵ Considera-se como metrópole a área urbana contínua composta por partes dos seguintes municípios: Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho.

famílias pobres em relação à Bahia em 1991, passando a representar 12,5% em 2000. Por sua vez, os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália representaram conjuntamente uma elevação de 12,8% das famílias pobres no período. Também podem ser ressaltados, entre o maior número com elevação relativa de famílias pobres na Bahia um conjunto de municípios do entorno do rio São Francisco, a região do Litoral Norte e a parte sul do sudoeste baiano (Mapa 01).

Mapa 1
Distribuição dos percentuais de DECRÉSCIMO de pobreza relativos ao Estado

GRUPO DE 315 MUNICÍPIOS



Fonte: Censos 1991/2000 - IBGE

Elaboração: Diretoria de Estudos da SEI

Tal procedimento coincide com o constatado em estudos realizados anteriormente⁶, onde é mostrada a tendência de redução do número de famílias pobres⁷ nessa década e onde a área urbano/metropolitana aparece como os municípios com maior tendência a crescimento do número de famílias pobres na Bahia.

Do ponto de vista das políticas sociais e econômicas de combate à pobreza, essa informação oferece importante contribuição, pois permite focar com maior grau de detalhe as áreas da Bahia em que persistem as famílias com maior grau de pobreza. Acrescentando-se a isso as conclusões anteriores de que as manchas de pobreza não necessariamente coincidem com as condições de educação ou de demografia, e também que os bairros das cidades oferecem condições muito diferenciadas socialmente, pode-se então reconhecer que as formulações das políticas sociais e econômicas devem buscar identificar as territorialidades de cada problema e trabalhar suas pesquisas ao nível intra-urbano, para identificar os focos mais importantes a serem enfrentados. Restringir-se a reconhecer indicadores municipais, ou médias municipais ou regionais, não é suficiente para enfrentar os problemas reais e diferenciados de cada parcela urbana, municipal ou regional.

Dispersão espacial relativa do número de famílias pobres, com alguns sinais de concentração regional

Com a utilização do mesmo procedimento metodológico, identificou-se que entre os 315 municípios que, relativamente ao total do estado, reduziram o número de famílias pobres, o que permite constatar que há certa dispersão de municípios em várias regiões do estado. Entretanto, alguns municípios se destacam⁸: Ilhéus/Itabuna, com um decréscimo de aproximadamente 6%; Jequié com 3,13%; Vitória da Conquista e Anagé com 2,8%; e Senhor do Bonfim com 2,6%. Há sinais de uma concentração no entorno dos municípios que sofreram as maiores quedas (referidos anteriormente), assim como na parcela do interior da faixa litorânea – ao longo da BR-101 Sul, desde o antigo Recôncavo, passando pelo Baixo Sul, Região Cacaueira e Extremo Sul, como também ao Norte da Chapada Diamantina. Afora isso, ocorrem agrupamentos de pequenos municípios distribuídos em várias outras regiões da Bahia (Mapa 02).

Foram encontradas ainda convergências com estudos realizados anteriormente (Porto, 2002), mostrando que os municípios de menor porte apresentaram uma tendência a reduzir relativamente as suas taxas de famílias pobres, frente ao estado da Bahia. Mas existem comportamentos específicos de municípios que, independentemente do seu porte populacional – grandes, médios ou pequenos –, evidenciaram incremento ou redução de famílias pobres no período analisados nos dois estudos.

⁶ PORTO, E. Desenvolvimento regional na Bahia. In: AVENA, A. (Org.). Bahia século XXI. Salvador: SEPLANTEC, 2002. p. 97-130.

⁷ Neste estudo considerou-se o recorte de renda do chefe da família abaixo de um salário mínimo, o que é próximo do valor adotado nesta pesquisa, mas não é igual. Considerou-se Macrorregião de Salvador formada pelos seguintes municípios: Alagoinhas, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição da Feira, Dias D'Ávila, Entre Rios, Feira de Santana, Itaparica, Lauro de Freitas, Mata de São João, Pojuca, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

⁸ Referente aos valores relativos ao total do conjunto dos 315 municípios que apresentaram redução no número de famílias entre 1991 e 2000.

São necessárias análises específicas em cada região para constatar os fatores mais importantes que contribuíram para essa perda relativa de população pobre, a fim de ajustar as políticas públicas. Essa redução das famílias pobres pode ter como causa principal as melhorias das condições econômicas locais, o que ocasionou uma ascensão social, ou também a retração das atividades econômicas, que resultou em processos migratórios para outras regiões. Mas, também é factível efetuar-se uma análise sobre os comportamentos gerais que contribuem para definir a maior dinâmica de deslocamento das famílias na Bahia e oferecer novas contribuições para a formulação de políticas públicas.

Motivações para a dinâmica das manchas de pobreza na Bahia

Mesmo com tais limitações da metodologia adotada, que não permite reconhecer em detalhes as motivações do deslocamento das manchas de pobreza na Bahia, no período estudado, é possível identificar alguns sinais que identificam algumas motivações por agrupamentos de municípios ou até mesmo alguns municípios de maior porte.

Na tentativa de relacionar a ocorrência de famílias pobres e os processos migratórios, foi criado um *ranking* para os municípios, composto pela diferença entre o saldo de crescimento populacional e o saldo de famílias pobres no período 1991-2000. Observa-se que há uma lógica na concentração de municípios, formando manchas, que ocorrem dispersamente, em todo o estado, tanto do grupo que participa com maior intensidade entre aqueles municípios que perderam população e ganharam famílias pobres e aqueles que ganharam população e reduziram o número de famílias pobres. Ou seja, entre aqueles que elevaram relativamente o número de famílias pobres e os que ocupam uma posição mais privilegiada na redução da pobreza.

O resultado mostra que é provável haver uma tendência de migrações inter regionais, em que cada mancha composta por municípios hierarquicamente superior e formada por aqueles com tendências à redução de famílias pobres é liderada por uma cidade que concentra o processo, como é o caso (sem ordem de importância) de Feira de Santana, Eunápolis, Vitória da Conquista, Itapetinga, Brumado, Caetitê, Itaberaba, Jequié, Irecê, Bom Jesus da Lapa, Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas e outras. Neste caso, a sua maioria fica localizada na região do semi-árido baiano.

Mas esse processo migratório pode ser compreendido em escalas hierárquicas por porte de população dos municípios. Os que se situam nas escalas mais baixas tendem a migrar para os das faixas superiores e assim sucessivamente. Convém salientar que os fluxos com maior volume de população estão voltados para o crescimento das maiores cidades, pois suas áreas urbanas têm elevada capacidade, relativa, de atração de população frente aos menores e mais próximos.

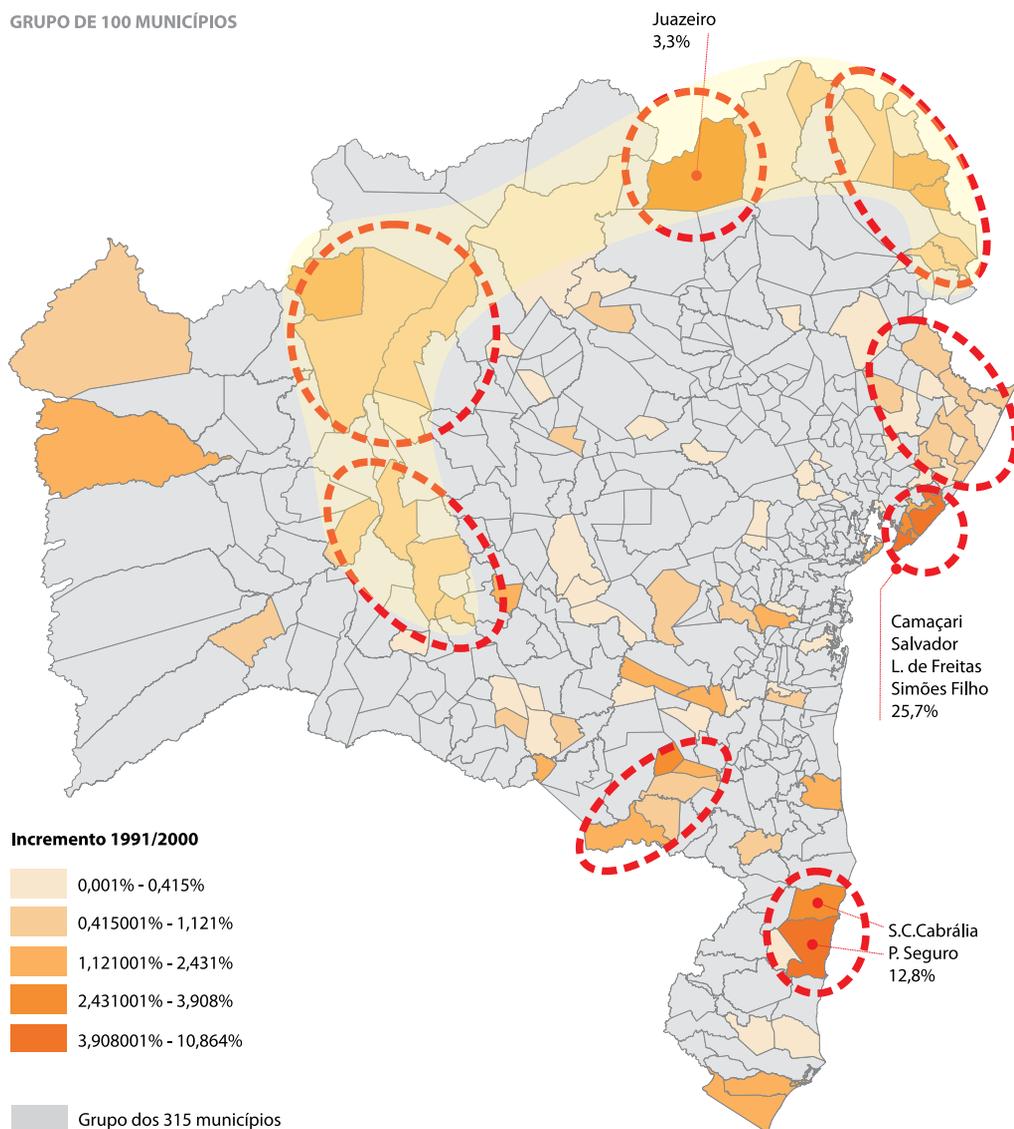
Existem fenômenos isolados e diferenciados regionalmente que explicam alguns processos expostos nos Mapas 01 e 02.

O crescimento do número de famílias pobres de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália pode ser explicado por dois motivos associados temporalmente: a crise da produção cacaueteira, que contribuiu para que toda a sua região evidenciasse uma queda significativa em população na década de 1990, sendo que uma parte importante de famílias de trabalhadores na lavoura seguiu em direção da região turística de Porto Seguro – o que se constituiu no segundo

motivo, pois, à época, essa área se afigurava como uma das mais promissoras na recepção de visitantes na Bahia, propiciando, com isso, a oferta de empregos informais e a chance de atuação em funções que exigiam pouca qualificação, num primeiro momento de crescimento da atividade turística. A região recebeu grande fluxo de população, inclusive de outros estados do Brasil, formado por pequenos empresários que buscavam negócios na localidade.

Mapa 2
Distribuição dos percentuais de INCREMENTO de pobreza relativos ao Estado

GRUPO DE 100 MUNICÍPIOS



Fonte: Censos 1991/2000 - IBGE
Elaboração: Diretoria de Estudos da SEI

Por fim, as tendências de concentração espacial das famílias pobres, tanto nas grandes cidades e na metrópole ou em pequenos municípios, é resultado de um conjunto de fatores que exigem um conhecimento profundo, com abordagem teórica geral, tendo a compreensão de que suas causas estão em processos que ocorrem em escala global. Recuperando trechos da conclusão dos estudos realizados em Porto (2002), onde aborda a relação entre o crescimento das famílias pobres e o crescimento do PIB estadual, pode-se conferir a seguinte constatação: "...tendência a uma descentralização concentrada da riqueza, concomitantemente a uma concentração descentralizada da pobreza⁹." E também que:

Parece também haver um desajuste entre o espaço da produção, do adensamento de fluxos econômicos, e a possibilidade de sobrevivência da população pobre. Pode-se dizer que onde está sendo produzida parte da nova riqueza não há atratividade para as famílias pobres. São espaços com características de produção modernas, intensivas em capital, cujos excedentes trazem poucos reflexos regionais, conseqüentemente restringindo-se às suas cidades mais importantes (Porto, 2002).

Estar a par dessas constatações é indispensável para o reconhecimento das possibilidades e características das políticas públicas a serem formuladas, no sentido de se obter respostas sociais a problemas diferenciados de determinadas regiões da Bahia, ainda que apenas a partir dessas constatações não se possa construir tais políticas. É preciso, no entanto, ampliar o conhecimento específico sobre outros fenômenos, localizados em variadas regiões, em cidades e em bairros, cujas peculiaridades oferecerão os subsídios necessários para a atuação social.

Entretanto, os resultados dos estudos aqui apresentados trazem importantes contribuições para o reconhecimento da realidade da dinâmica da pobreza na Bahia, de forma desagregada espacialmente, em que se procura compreender a lógica específica de cada componente da pobreza, vista sob uma visão multifacetada do problema, dentro do foco e objetivos das suas pesquisas.

Edgard Porto

Diretor de Estudos da SEI

⁹ "Descentralização concentrada da riqueza (PIB)", quer dizer que unidades de produção industrial ou agroindustrial foram implantadas nos extremos do território, fora da RMS, descentralizando regionalmente o desenvolvimento, embora, nesses locais, tenha ocorrido um processo de concentração econômica em torno dessas unidades ou das suas cadeias produtivas.

"Concentração descentralizada da pobreza" (famílias com renda do chefe abaixo de um salário mínimo), significa dizer que houve uma tendência a concentrar as famílias pobres em alguns municípios, localizados dispersamente em várias regiões da Bahia.

PARTE I

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA
EVOLUÇÃO TEMPORAL DAS MANCHAS
DE POBREZA NA BAHIA

SEEP

79

Série Estudos e Pesquisas

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo tem por objetivo sintetizar o conjunto da reflexão metodológica e empírica a respeito da questão da pobreza na Bahia, identificando, em detalhe, a distribuição das chamadas manchas de pobreza e refletindo sobre as articulações entre pobreza e a questão regional. Analisa também diferentes indicadores que captam a pobreza e a riqueza em aspectos variados e, ao final, apresenta uma combinação destas diferentes dimensões da pobreza, em conjunto, agregando os indicadores produzidos e gerando uma tipologia (ou *clusters*) de municípios baianos.

A discussão sobre as manchas de pobreza se estrutura em quatro recortes principais. Em primeiro lugar, há uma discussão detalhada sobre as alternativas para a conceituação da pobreza. A adoção de um conceito de pobreza envolve aspectos metodológicos importantes para a operacionalização da pesquisa que trazem por outro lado, implicações importantes no que se refere ao total de pessoas que serão classificadas como pobres nos municípios da Bahia. Além de aprofundar essa discussão conceitual, este primeiro capítulo também expõe uma análise empírica da pobreza na Bahia, apresentando um indicador de pobreza municipal derivado da análise fatorial, que permitirá – a partir das técnicas de Moran – evidenciar uma primeira aproximação sobre as manchas de pobreza na Bahia.

O Capítulo 2 levanta uma discussão sobre a evolução das condições econômicas dos municípios da Bahia, partindo inicialmente da literatura sobre desenvolvimento regional no Brasil e na Bahia, com ênfase nos autores considerados cânones na interpretação do desenvolvimento de atividades econômicas na região. Essa discussão, empreendida a partir de modelo do tipo fatorial, auxiliará na interpretação dos resultados sobre as condições econômicas dos municípios baianos derivados da análise empírica.

A discussão sobre a condição social dos municípios da Bahia, considerando outros indicadores que não os mencionados até aqui, tais como o IDH, é a base do terceiro capítulo, que, também, apresenta uma cuidadosa análise fatorial a respeito de dimensões importantes para a reflexão das condições sociais no estado, tais como a educação e a dinâmica demográfica (mortalidade infantil, fecundidade, etc.).

No quarto capítulo, apresenta-se uma análise sintética dos resultados obtidos a partir das três dimensões mencionadas: pobreza, condições econômicas e sociais. Estudo que será realizado a partir de uma análise de agrupamentos (*clusters*) com base em vários tipos de dados e informações socioeconômicas em que se buscam identificar os locais onde se sobrepõem

significativa condição de pobreza e precárias condições econômicas e sociais. Essa análise também será comparada a regionalizações adotadas para a Bahia de modo a construir um quadro interpretativo que dialoga com a prática de planejamento no Estado.

Ao final, apresenta-se uma breve conclusão que detalha os principais resultados obtidos ao longo desse trabalho e os seus significados do ponto de vista de políticas públicas.

1 POBREZA: DISCUSSÃO TEÓRICA E ANÁLISE EMPÍRICA

Neste capítulo, discute-se a questão da pobreza no Brasil, na América Latina e na Bahia, a partir de um conjunto diversificado de autores e de fontes de dados disponíveis. Discussão que servirá como subsídio para a análise empírica propriamente dita, apresentada na Seção 1.4. Nessa análise, apresenta-se uma primeira aproximação para a questão da evolução temporal das chamadas “manchas de pobreza” a partir dos modelos de análise fatorial e das técnicas de Moran.

1.1 A questão da pobreza no Brasil

Um dos principais problemas do estudo das desigualdades sociais está em definir o que é pobreza e como mensurá-la. O modo mais comum de tratar essa questão no plano nacional é adotar uma linha de pobreza, passível de permitir comparações intertemporais, regionais e mesmo internacionais, além de permitir instrumentalizar políticas públicas. As linhas de pobreza são, em geral, consideradas como a renda mínima necessária para a sobrevivência de uma família. Podem ainda referir-se a uma definição mais ampla de pobreza, normalmente associada a algum programa específico de assistência social. Em muitos países, linhas de pobreza são critérios definidos oficialmente pelos governos nacionais, servindo como base para o planejamento de políticas sociais (MINGIONE, 1999).

No caso brasileiro, nunca foi adotada uma definição oficial de linha de pobreza. No entanto, mais recentemente, os programas de transferência de renda, com o objetivo de enquadrar possíveis beneficiários, passaram a adotar linhas de pobreza explícitas. No Programa Bolsa Escola, por exemplo, o critério de enquadramento se referia às famílias com renda per capita familiar inferior a um quarto de salário mínimo. Há pouco tempo, o programa Bolsa Família adotou uma linha de pobreza de cem reais, o que correspondia a um terço do salário mínimo em 2005 (FERREIRA; LEITE; LITCHFIELD, 2006).

Apesar de sua grande utilidade, em termos de comparações internacionais e de identificação de tendências evolutivas ao longo do tempo, as linhas de pobreza adotadas em termos nacionais para todas as localidades são controversas, pois muitos autores entendem que a adoção de uma linha de pobreza única não é suficiente para captar as diferenças regionais referentes ao custo de vida e, portanto, no nível de bem-estar de uma população. As linhas nacionais de pobreza, por exemplo, podem descaracterizar a situação dos pobres urbanos em virtude dos aluguéis e custos de transporte serem mais altos nos grandes centros urbanos. Elas também não consideram as rendas não-monetárias, que são comuns nas áreas rurais e nas comunidades pobres, como a agricultura de subsistência no caso de comunidades rurais. Frente a esse tipo de crítica, alguns autores passaram a defender linhas de pobreza

que levem em conta a estrutura de consumo de cada localidade (ROCHA, 2003; 2006). Como será evidenciado na Seção 1.2, essa é a metodologia adotada pela CEPAL para comparar os níveis de pobreza entre os países da América Latina. Esta perspectiva dialoga com a literatura que adota a perspectiva de “necessidades básicas de sobrevivência”, sugerindo que tal linha seja adaptada a diferentes localidades, onde custos de diferentes itens de consumo podem variar substancialmente¹.

Nessa direção existe um esforço metodológico maior, uma vez que se faz necessário calcular diferentes linhas de pobreza para diferentes regiões a partir, por exemplo, de uma pesquisa de orçamento familiar (POF). Tal procedimento fornece também a estrutura de ponderação que permite atualizar monetariamente – a partir de índices de preços desagregados por item de consumo – essas linhas de pobreza ao longo do tempo. Porém, cabe destacar que, além das dificuldades operacionais de se constituir linhas desse tipo, essa forma de organização das linhas de pobreza também é passível de críticas.

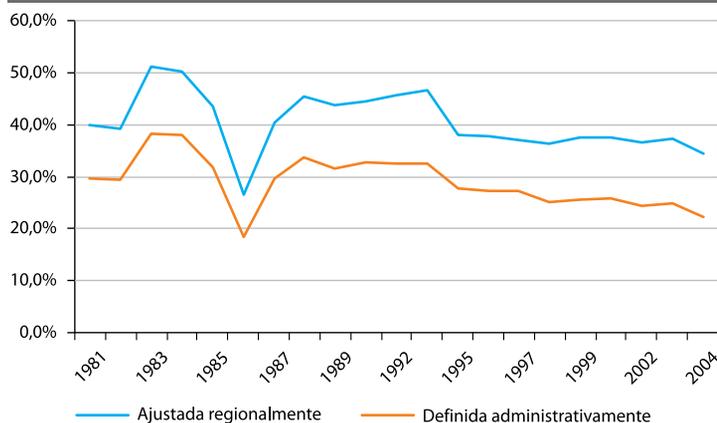
A principal questão diz respeito à estrutura de consumo das diferentes localidades, que pode mudar substancialmente ao longo do tempo. Como resultado, linhas de pobreza com estrutura de ponderação defasadas no tempo podem ter variações substanciais depois de um certo período. Por exemplo, em setembro de 2004, esse tipo de linha de pobreza variava entre R\$250,79 em São Paulo e R\$132,28 em Porto Alegre (ROCHA, 2006), para uma linha de pobreza construída a partir da POF de 1996. Nesse caso, pode-se questionar se as linhas de pobreza adotadas são, de fato, comparáveis e consistentes em diferentes momentos do tempo.

Em uma tentativa de se discutir as duas formas de constituir linhas de pobreza, vale a pena refletir a respeito do impacto do uso dessas medidas tanto na perspectiva de uma comparação temporal quanto na perspectiva da comparação regional. Para a análise temporal, reproduzimos aqui o exercício realizado por Ferreira, Leite e Litchfield (2006) que compararam a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, segundo a forma de cálculo atualmente utilizada pelo programa Bolsa Família e aquela ajustada regionalmente (ROCHA, 1993; 2003). O resultado dessa comparação é apresentado no Gráfico 1, a seguir.

Pode-se observar que, embora a linha de pobreza ajustada regionalmente aponte para uma proporção de pobres superior àquela indicada pela linha de pobreza definida administrativamente, visto que se trata de conceitos de pobreza diferentes, as duas medidas apontam para tendências bastante similares ao longo do tempo. Nos dois casos, observa-se o declínio da proporção de pobres em escala nacional no período posterior a 1994. Esse elemento sugere que, do ponto de vista de uma comparação temporal, a adoção de qualquer uma das alternativas consideradas indicaria adequadamente as tendências principais de aumento ou diminuição da pobreza, embora com níveis divergentes entre si.

¹ “São definidos como pobres os indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, lazer, saúde, educação, etc.), enquanto definem-se como indigentes aqueles cuja renda familiar per capita é inferior ao necessário para atender tão somente às necessidades de alimentação” (ROCHA, 2006, p. 2).

Gráfico 1
Proporção de pobres segundo a linha de pobreza definida
administrativamente e aquela ajustada regionalmente
Brasil – 1981-2004



Fonte: Ferreira, Leite e Litchfield (2006).

Nota: A linha de pobreza definida administrativamente se refere a um rendimento domiciliar per capita de menos de R\$100 reais em setembro de 2004, utilizando o INPC como deflator. A linha ajustada regionalmente foi elaborada a partir do trabalho de Rocha (1993).

Porém, quando se considera um recorte regional, as dificuldades de comparação entre as duas formas de medida se tornam mais evidentes. Tomando-se a PNAD 2004 e comparando a proporção de pobres em Salvador e São Paulo, pode-se observar que enquanto a linha de pobreza definida administrativamente aponta para uma proporção de pobres muito maior na Região Metropolitana de Salvador do que na de São Paulo, no caso da linha de pobreza ajustada regionalmente, essa proporção é substancialmente inferior (Tabela 1).

Tabela 1
Proporção de pobres segundo a linha de pobreza definida administrativamente e aquela
ajustada regionalmente – Regiões Metropolitanas de Salvador e São Paulo – 2004

Ano	Linha ajustada regionalmente		Linha definida administrativamente	
	Salvador	São Paulo	Salvador	São Paulo
2004	51,1	41,6	27,0	10,5

Fonte: Rocha (2006) e PNAD (2004).

Nota: A linha de pobreza definida administrativamente se refere a um rendimento domiciliar per capita de menos de R\$100 reais em setembro de 2004. A linha ajustada regionalmente foi elaborada por Rocha (2006) e era de R\$181,19 reais em Salvador e R\$250,78 em São Paulo, na mesma data.

Vale destacar que a percepção de que as proporções de pobres em Salvador e São Paulo são muito próximas, como sugerido pela linha ajustada regionalmente, contraria em grande medida uma larga tradição de análise econômica, regional sociológica e etnográfica que tem apontado sistematicamente para a existência de piores condições de vida nessa primeira metrópole (DINIZ, 1986; PACHECO, 1998; VIDAL, 2002). Em outras palavras, esses resultados indicam que, do ponto de vista que norteia este trabalho, a linha de pobreza ajustada regionalmente – ao

menos no seu formato atual – é menos recomendada do ponto de vista das análises que se pretende empreender para os municípios do estado da Bahia.

A adoção de uma linha de pobreza definida como a proporção de famílias que vivem abaixo de uma determinada renda familiar, além de ser mais fácil de operacionalizar para o conjunto dos municípios brasileiros, tem a clara vantagem de ser compatível com os modelos operacionais das políticas sociais brasileiras contemporâneas. Esta medida revela, como se convencionou chamar na literatura, os diferentes graus de incidência da pobreza, permitindo comparações e a identificações de tendências, não só ao longo do tempo como também entre diferentes localidades. Ainda que se possa argumentar que um corte de R\$ 100,00 (cem reais) per capita mensal tenha impactos diferentes nas condições de bem-estar de populações que residem em regiões diferentes, por exemplo, uma família na zona rural e outra na região metropolitana, a tentativa de ajustar localmente o poder de compra de uma determinada renda pode se revelar um esforço de aproximação, ainda assim, questionável, uma vez que seus efeitos podem ser anulados por outros fatores não-estimados, como o maior acesso a serviços públicos nas cidades grandes, conforme poderá ser observado neste trabalho.

Em outras palavras, o esforço de refletir a capacidade real da renda ajustada localmente é uma tarefa, em termos operacionais, difícil e não necessariamente bastante para se adequar às diferentes realidades locais. Desta forma, entende-se que a utilização da proporção de pobres é um instrumental útil para os estudos que serão desenvolvidos nas seções deste projeto.²

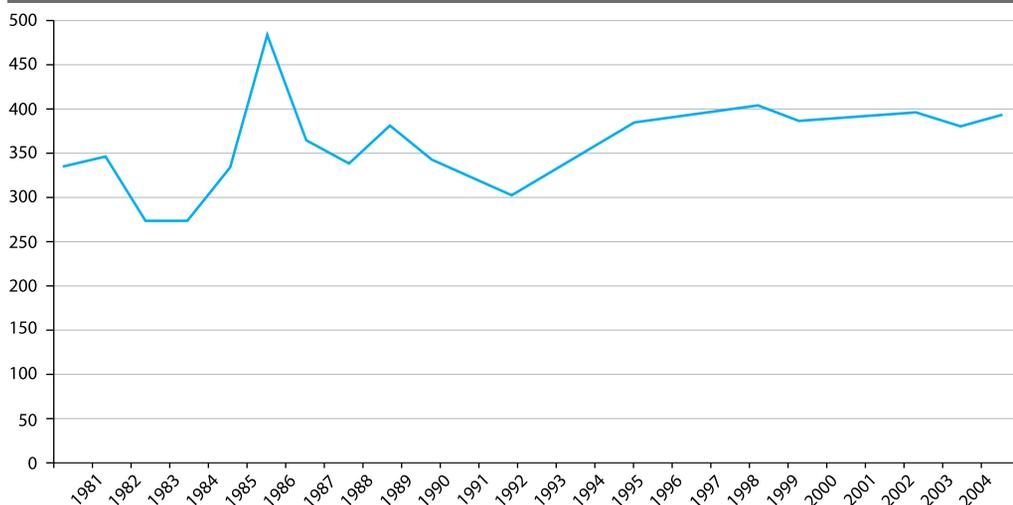
Vale destacar também que na literatura brasileira sobre pobreza duas outras abordagens sobre o fenômeno também têm sido utilizadas com muita freqüência. Em primeiro lugar, evidencia-se a utilização da variável “renda média familiar”, adotada, por exemplo, no projeto do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como forma de captar a dimensão da renda das pessoas (PNUD, 2003). Outra variável freqüentemente utilizada em análises nacionais é dada pelo Índice de Gini para renda, que capta o fenômeno da desigualdade de rendimentos (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

Em relação à “renda média familiar”, o destaque se prende a sua tendência geral relativamente divergente da evolução da proporção de pobres apresentada acima. A evolução dos dados de rendimentos médios no Brasil aponta para um quadro de estagnação, ao contrário da queda dos níveis de pobreza observados no Gráfico 1. Em valores de 2004 (deflacionados pelo INPC), o rendimento médio familiar per capita evoluiu muito pouco ao longo do tempo. Ele correspondia a 337 reais, em 1981, e atingiu 394 reais em 2004. Em termos reais, trata-se de um aumento de apenas 17%, em 24 anos.

Embora esse pequeno aumento tenha ocorrido, de fato, nesse período, vale ressaltar, do período 1981 e 1994, as significativas flutuações observadas – como a verificada em função do Plano Cruzado em 1986, quando a renda média aumentou substancialmente. Depois de 1994 e, especialmente a partir de 1997, esse indicador aponta para um quadro de forte estagnação na evolução dos rendimentos médios (Gráfico 2).

² O leitor verá que não será tomada a proporção de pobres em sentido estrito nesta análise empírica, por se tratar de uma variável que apresenta algumas limitações importantes sobretudo em municípios muito pequenos e com grande contingente de população rural. Será utilizado um indicador que combina a proporção de pobres e indigentes. Ver Seção 1.4.

Gráfico 2
Evolução da renda média familiar per capita Brasil – PNAD-IBGE – 1981-2004



Fonte: Ferreira, Leite e Litchfield (2006).

Nota: Os dados foram deflacionados pelo INPC. Para os anos sem a PNAD, como 1991 e 2000, os dados foram interpolados aritmeticamente.

A rigor, a renda média não é um indicador adequado de pobreza porque a média pode ocultar distribuições de renda muito heterogêneas. Por exemplo, uma distribuição de renda em forma de “U”, pode ter uma média muito similar a uma distribuição de renda em forma de “U invertido”. Isto é, as rendas médias convergem para o mesmo ponto, mas a proporção de pobres nas duas distribuições é completamente diferente.

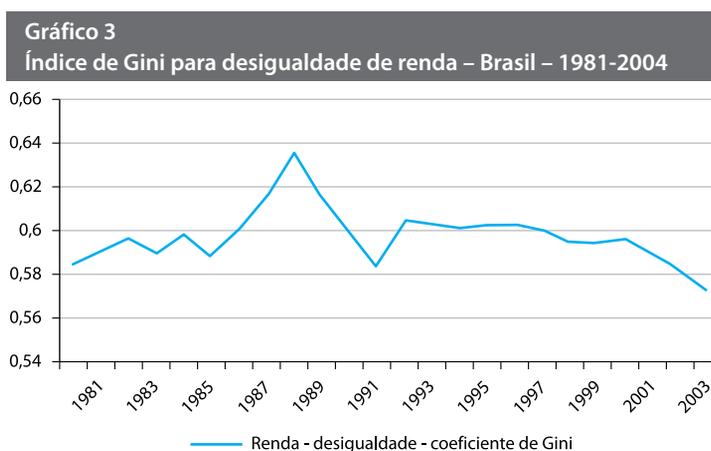
Ademais, esse quadro de estagnação dos rendimentos médios esconde um cenário de mudanças importantes no âmbito da família e do consumo doméstico, típico de um indicador que, com precisão, reflete um conjunto bastante complexo de fenômenos relativamente díspares. Por exemplo, o número médio de pessoas por domicílio caiu substancialmente, passando de 4,7 – em 1981 – para 3,8 – em 2000. Isso significa que a renda média per capita familiar teria caído em termos absolutos se os domicílios tivessem o mesmo tamanho médio do observado em 1981. Além disso, a despeito do maior desemprego observado ao longo da década de 90, a evolução da renda familiar foi menos negativa em função do forte aumento do emprego feminino, que fez com que muitas famílias passassem a contar com dois salários e, conseqüentemente, pudessem também aumentar o seu nível de consumo (GONÇALVES; PERES; WAJMAN, 2004).³ Por outro lado, a evolução de alguns preços na cesta de consumo popular, como os preços dos alimentos – que subiram muito abaixo da inflação – fizeram que, mesmo com a estagnação dos rendimentos, houvesse uma mudança importante na estrutura de consumo familiar, com queda do gasto relativo ao consumo de alimentos e aumentos dos gastos com eletrodomésticos e serviços.⁴

³ Tendências contrastantes nesse caso são dadas pelo aumento da proporção de famílias monoparentais.

⁴ A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2003 evidencia claramente essa tendência.

Em suma, apesar de sua simplicidade e de seu uso corrente, o indicador de “renda média familiar” não necessariamente reflete de modo adequado, a evolução dos níveis de pobreza efetivamente existentes, estando sujeito a problemas relacionados a diferenças na estrutura de rendimentos de cada local e a mudanças relacionadas ao tamanho médio da família, à distribuição de renda local e à estrutura de consumo. Ao longo deste trabalho, esse indicador será utilizado como associado a uma outra dimensão que não a de pobreza propriamente dita, a de condição econômica dos municípios, uma vez que renda média está mais relacionada a outras variáveis (como consumo de energia elétrica e valor adicionado) que tendem a refletir o dinamismo econômico local.

Por outro lado, quando se observa o chamado Índice de Gini para desigualdade de renda, em nível nacional, pode-se observar um comportamento da desigualdade relativamente compatível com a evolução dos níveis de pobreza discutido anteriormente. O índice de Gini para rendimentos aumentou substancialmente até 1989, caindo, a partir de então, e atingindo, em 2004, o nível mais baixo dessa série histórica. Cabe destacar que esse índice no Brasil tem níveis muito elevados, se consideradas comparações internacionais, apontando para um significativo nível de desigualdade. Esse resultado é apresentado no Gráfico 3.



Fonte: IPEADATA, baseado na PNAD-IBGE.

Nota: Para os anos sem a PNAD, como 1991 e 2000, os dados foram interpolados aritmeticamente.

O resultado do índice de Gini mostra que a desigualdade caiu sistematicamente no período 98-2004, o que parece ser relativamente contraditório com dados relativos à evolução da taxa de desemprego que se elevou substancialmente no mesmo período (GUIMARÃES, 2004; GOMES; AMITRANO, 2004). Na verdade, esse resultado pode ser explicado, em grande parte, pela redução na proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza, que caiu 25% entre 1993 e 2004, conforme discutido anteriormente.

A partir de técnicas de decomposição do índice de Gini, Ferreira, Leite e Litchfield (2006), indicam que essa queda pode ser atribuída a quatro fatores principais, cujo primeiro é a redução das desigualdades de renda segundo grupos de escolaridade. O segundo é uma

maior convergência entre os rendimentos urbanos e rurais, que pode ter ocorrido, entre outras razões, por conta do programa Aposentadoria Rural (LOAS) e da modernização continuada da produção agrícola.⁵ O terceiro fator que os autores destacam é uma redução na desigualdade entre raças, associada à dinâmica do avanço educacional. Finalmente, chamam a atenção para o aumento da cobertura dos “novos” programas sociais, como os programas recentes de transferência de renda.

Apesar de ser robusto e relevante para um conjunto importante de análises sobre a questão da pobreza no Brasil, entende-se que o Índice de Gini é menos relevante do ponto de vista dos interesses particulares deste estudo, sobretudo por não medir diretamente a pobreza.

Em suma, quando se reflete sobre os indicadores mais freqüentemente utilizados como medida de pobreza, referidos à linha de pobreza convencional, linha de pobreza ajustada regionalmente, renda média familiar e ao Índice de Gini, entende-se que o primeiro indicador é o mais útil aos objetivos do projeto, uma vez que proporciona uma medida direta da pobreza, comparável no tempo e regionalmente e que reflete a realidade de políticas realmente adotadas pelo governo. Isso não significa, vale dizer, que esta medida não apresente limitações para as interpretações dos resultados como discutido anteriormente.

Há que se destacar, em particular, o fato de que as linhas de pobreza não necessariamente captam as assim chamadas “múltiplas dimensões da pobreza”. A idéia subjacente a esse conceito é de que a pobreza não pode ser definida apenas em termos do nível material de sobrevivência, mas deve considerar também os indivíduos e famílias que – apesar de sobreviverem – não estão incluídos nos mais importantes benefícios das sociedades urbanas, tais como educação, saneamento básico, saúde, integração cultural e social (MINGIONE, 1999). Essa perspectiva informa, entre outros, o projeto do Índice de Desenvolvimento Humano (ver, por exemplo, PNUD, 2005). Portanto, embora estejam acima da linha de pobreza em alguns momentos de sua vida, muitas famílias tornam-se extremamente vulneráveis socialmente. Isto acontece, por exemplo, quando ocorre uma doença grave ou morte de um integrante, em função da ausência de saneamento.

Nesse sentido, quando se consideram os indicadores nacionais relacionados às políticas sociais, pode-se observar que estes apresentaram uma performance relativamente positiva, quando comparada à dinâmica dos rendimentos médios, por exemplo. Vale destacar, em primeiro lugar, a evolução da cobertura do ensino fundamental e médio que apresentou uma melhoria notável no período 1980-2004 (MENEZES FILHO, 2002). Por exemplo, de uma proporção de 75,1% das crianças de sete a quatorze anos matriculada no ensino fundamental em 1981, essa proporção atingiu 84,4%, em 1990, 95,7%, em 1999 e 96,9%, em 2002. Quando se considera o grupo etário de 15 a 17 anos, a proporção dos que concluíram o ensino fundamental passou de 14,3%, em 1991, para 42,2%, em 2002. Em que pesem os problemas de qualidade e de níveis de cobertura ainda inferiores a de outros países com renda per capita similar, é inegável que a escolaridade aumentou de modo importante ao longo desses últimos 25 anos, sobretudo entre os mais pobres.

⁵ Na próxima seção poderá se observar que, entre 1995 e 2005, a proporção de pobres em áreas rurais e áreas urbanas não metropolitanas caiu consideravelmente no estado da Bahia.

Decorrem desse cenário vários argumentos importantes, não necessariamente consensuais. Em primeiro lugar, o avanço dessa série histórica não resulta da ação de um único governante. As melhorias aconteceram ao longo de todos os anos da série e, no que pese a importância de mudanças institucionais significativas, como o advento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, estão também relacionadas à chamada "inércia das políticas públicas" (FARIA, 1992), avanço da escolarização dos pais (BARROS et al, 2001) e notável transição demográfica (CARVALHO; WOOD, 1994; GOLDANI, 2003) que contribuiu para reduzir o número absoluto de novas crianças que entram no sistema escolar.

Em segundo lugar, os indicadores de infra-estrutura urbana – com destaque para o saneamento – também apresentaram melhorias substanciais. A proporção de domicílios com condições adequadas de abastecimento de água passou de 56,9%, em 1981, para 71,1%, em 1990; 83,8%, em 1999; e 87,4%, em 2004.⁶ Analogamente, a mesma série para a coleta de esgoto foi de, respectivamente, 37,8%, em 1981, 51,4%, em 1990, 61,2%, em 1999 e 65,7%, em 2004.⁷ Se for considerado apenas o abastecimento urbano, a cobertura de água encontra-se praticamente universalizada e outras coberturas importantes, como a coleta de lixo, são hoje bastante elevadas.

A rigor, os dados relativos ao avanço do saneamento são bastante surpreendentes, sobretudo quando consideradas as indefinições quanto ao marco regulatório do setor e as grandes dificuldades que o setor público veio enfrentando ao longo do período para produzir investimentos substanciais nesse campo. No caso em questão, o argumento relativo à "inércia das políticas públicas" tem sido invocado como elemento explicativo para essa dinâmica (MARQUES, 2000; 2003), sugerindo que, sendo institucionalizados numa determinada área de política social, burocracias estatais e mecanismos mínimos de financiamento continuam a produzir uma dada política, mesmo em momentos de crise econômica ou política. Vale, porém, destacar que esse avanço dos indicadores de saneamento é também explicado, em parte, pelo movimento mais geral de urbanização.

Em terceiro lugar, a saúde no Brasil também apresentou avanços notáveis, segundo indicadores consagrados (TAVARES; MONTEIRO, 1994). Em 1980, a mortalidade infantil caiu de 82,8 óbitos por mil crianças com idade de até um ano, para 44,7 – em 1991 e 30,6 – em 2000. Ao mesmo tempo, a esperança de vida saltou de 61,7 anos-em 1980, para 64,7 anos-em 1991 e 68,6 anos-em 2000.⁸ Estimativas para o período mais recente sugerem que tanto a mortalidade infantil quanto a esperança de vida continuam a evoluir de modo muito significativo, particularmente no campo da mortalidade infantil.⁹

Ainda que se considere a significativa reorganização do sistema de saúde com o advento do SUS a partir do início dos anos 90, a evolução desses indicadores parece refletir mais

⁶ Baseado no IPEADATA, considerou-se adequado o abastecimento através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna.

⁷ Entendem-se como instalações adequadas os domicílios que têm banheiro de uso exclusivo e com escoadouro conectado à rede coletora de esgoto ou pluvial ou a uma fossa séptica ligada ou não a uma rede coletora.

⁸ Ver IBGE e IPEADATA.

⁹ Ver, por exemplo, as estimativas realizadas pelo PNUD no âmbito do projeto do IDH.

intensamente tendências de longo prazo relacionadas ao aumento da escolarização das mães, melhoria no saneamento básico, queda da fecundidade e evolução da urbanização (CARVALHO; WOOD, 1994). Em outras palavras, esses resultados também sugerem a existência de processos de mais longa duração, no sentido de induzir a melhoria desses indicadores, apesar do quadro relativamente desfavorável quando são consideradas comparações internacionais.

Em síntese, os indicadores aqui considerados, relacionados às políticas sociais de educação, saneamento e saúde, apresentaram melhorias contínuas ao longo dos últimos 25 anos, de modo relativamente independente do tipo de governante presente no período. Embora não se pretenda afirmar que os tipos de políticas adotadas pelos diferentes governantes sejam irrelevantes, vale enfatizar que esses resultados sugerem, por um lado, que a presença contínua de uma burocracia capaz de executar e ampliar serviços produz efeitos incrementais de longo prazo e que há uma criação de um consenso generalizado (e mesmo de uma agenda política de alguns governantes) da necessidade de se expandir o acesso a serviços públicos às camadas mais pobres da população. Por outro lado, esses resultados parecem estar também associados a processos sociais de largo prazo, tais como a crescente urbanização (e metropolização), a transição demográfica e a transição epidemiológica.

Dito de outra forma, a evolução das condições sociais – entendida num sentido mais amplo – não necessariamente está conectada de forma estrita à proporção de pobres, aos níveis de desigualdade ou à renda média. As condições sociais da população são também afetadas por outras dinâmicas relacionadas ao papel das políticas públicas e da dinâmica demográfica. Torna-se, assim, relevante, em qualquer análise sobre a situação municipal, comparar indicadores de pobreza com indicadores relacionados à provisão de serviços públicos, particularmente de saúde e educação.

Considerando-se esse conjunto complexo de elementos, a estratégia empírica a ser desenvolvida nas próximas seções deste estudo, no que diz respeito à questão da pobreza no estado da Bahia, se baseará nos seguintes elementos:

- a) Os dados precisariam ser bastante desagregados, a fim de garantir a observação detalhada das características socioeconômicas das populações em comparação às condições ou capacidades econômicas das localidades em que residem. Trabalha-se aqui com a escala de municípios, que apesar de ser relativamente inadequada para captar a grande variedade de condições sociais em espaços urbanos densos – caso de municípios de grande porte, como Salvador, é a escala mínima possível para se verificar a relação entre a dimensão social e econômica. Isto porque não é possível, por exemplo, desagregar informações sobre a capacidade econômica no interior dos municípios;
- b) A questão das múltiplas dimensões da pobreza foi considerada. Como consequência, além de adotar um indicador de pobreza comparável para 1991 e 2000 (Seção 1.4), construiu-se um indicador de condições econômicas do município, que associa consumo de energia elétrica, valor adicionado e renda média (Seção 2.3) e dois indicadores de indicadores de condições sociais do município com base na escolaridade média, taxa de mortalidade infantil e outros (Seção 3.1);

- c) Para oferecer um quadro combinado da distribuição dos indicadores de pobreza, condição econômica e condição social, apresenta-se, a partir de uma análise de agrupamentos, uma tipologia de municípios segundo essas três dimensões.

A combinação dessas técnicas permite, por um lado, uma grande desagregação da informação e, por outro, a manipulação de uma grande quantidade de dados dentro do contexto de um modelo estatístico relativamente simples. O resultado final é uma descrição detalhada da distribuição espacial da pobreza e sua variação no tempo nos diferentes municípios. Essa estratégia pode ser muito útil, ajudando o governo estadual a destinar recursos públicos para os mais necessitados e também contribuindo para um entendimento mais profundo da pobreza na Bahia.

1.2 Pobreza urbana e rural no contexto latino-americano

Observa-se, em geral, na América Latina, uma redução nos diferenciais de pobreza rurais urbanos. A Tabela 2, a seguir, evidencia que, para um conjunto de 18 países selecionados da região, ainda que a incidência de pobreza, medida como insuficiência de renda, seja maior no meio rural, a diferença, em termos percentuais, entre a pobreza urbana e a rural vem diminuindo substancialmente.¹⁰

Ano	Total	Urbano	Rural	Diferença urbano-rural
1980	40,5	29,8	59,9	-30,1
1990	48,3	41,4	65,4	-24,0
1997	43,5	36,5	63,0	-26,5
1999	43,8	37,1	63,7	-26,6
2000	42,5	35,9	62,5	-26,6
2001	43,2	37,0	62,3	-25,3
2002	44,0	38,4	61,8	-23,4
2003	44,3	---	---	---
2004	41,7	---	---	---

Fonte: CEPAL (2005), com base em tabulações especiais de *surveys* domiciliares e linhas de pobreza ajustadas geograficamente.

* Estimado para 18 países da região.

Ainda que tenha crescido muito rapidamente nos últimos 40 anos, a taxa de urbanização na região não é suficiente para explicar a queda mais intensa na pobreza rural em período recente. Assim como observado para o caso brasileiro (e baiano, como ainda será discutido), políticas de alcance nacionais recentes, combinadas a taxas de crescimento econômico positivo

¹⁰ A proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza é calculada, pela CEPAL, de país a país, ou seja, calcula-se a renda per capita mensal mínima necessária para atingir as necessidades básicas necessárias que vão além das necessidades mínimas nutricionais (linha de indigência). Nos casos em que há informação disponível, são feitos ajustes para áreas metropolitanas, urbanas e rurais. No caso do Brasil, linhas ajustadas de pobreza que variam de estado para estado também foram incorporadas (metodologia de IPEA e IBGE, como discutido na Seção 1.1).

podem estar contribuindo para a redução da pobreza rural. Esse aspecto também ainda será discutido detalhadamente. Antes, porém, cabe destacar um outro aspecto comum aos países da América Latina que se refere aos impactos da crise nos anos 80 nos níveis de pobreza e os desafios contemporâneos, nessas sociedades, de oferta de emprego no meio urbano.

Como se pode ver na tabela anterior, a proporção de pobres na região registrou um aumento significativo entre 1980 e 1990, reflexo da crise generalizada da dívida externa nos anos 80 por que passaram vários países da região e que ensejou ações de ajuste macroeconômico que geraram, por sua vez, forte recessão econômica na região (MARULANDA, 1999; ALARCÓN, 2000). Naquele momento, a prioridade na redução da inflação e reversão dos déficits fiscais e de conta corrente implicou numa redução importante na capacidade do gasto público da região, impactando de forma direta os níveis de pobreza dos países (MARULANDA, 1999; MOLINA, 2003 ALARCÓN, 2000). Ainda que se tenha observado uma recuperação econômica ao longo da primeira metade da década de 1990, tal ajuste com reformas estruturais, incluindo a abertura dos mercados internos, implementadas em maior ou menor intensidade nos países da região, provocaram também o aumento generalizado do desemprego, especialmente do emprego urbano-industrial, impactando de uma nova maneira os níveis de pobreza da região.

De fato, esse é um dos novos desafios para a superação dos níveis de pobreza e desigualdade que os países da região têm em comum. Isto pode explicar, em certa medida, que mesmo com a recuperação observada na capacidade de gasto público, a partir da segunda metade da década de 90 mostrando, inclusive, que os níveis de gastos na região é relativamente alto (MARULANDA, 1999; ARRETICHE, 2006), ainda persistam altos níveis de desigualdade de renda e os níveis apenas recentemente tenham retornado aos patamares do início da década de 80. Porém, mesmo com esses novos desafios, há avanços recentes na região em alguns países específicos, por exemplo, México e Chile que recentemente vêm conseguindo reduzir os níveis de pobreza.

Neste segmento será contextualizada a pobreza no Brasil em comparação a alguns países selecionados da região. Em termos comparativos, o Brasil coloca-se como um dos países de menor proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, de acordo com os dados e metodologia da Cepal (2005). Como se pode observar no Quadro 1, há países em que mais de 60% da população vivem abaixo da linha de pobreza. Obviamente, os desafios desses países para melhorar as condições de vida de suas populações são bem diferentes daqueles relativos, a outros, a exemplo do Brasil.

Os países da região que estavam num patamar similar ao do Brasil, no período 1996-98, eram Costa Rica, Argentina e Chile, sendo que o Chile conseguiu diminuir seus níveis de pobreza e, desde 2000, passa a níveis similares aos do Uruguai – país com a menor incidência de pobres na região. A Argentina, em 2002, por outro lado, aumentou drasticamente seus níveis de pobreza, conseqüência direta da crise econômica que arrasou o país no início da década e, ainda que tenham retornado ao mesmo grupo de países em 2004, esses níveis ainda não retornaram aos patamares anteriores. Como também se pode observar no Quadro 1, o México apresentou avanços importantes em período recente e, desde 2002, se junta ao grupo de países em que o Brasil se inclui.

Quadro 1
Países da América Latina selecionados por Grupos de Incidência de Pobreza e Transições entre Grupos – 1996-2004

Países por taxa de pobreza (proporção da população)	1996-98	Países que saíram do grupo entre 2001-2004/(ano da ocorrência)	Países que ingressaram no grupo entre 2001-2004/(ano da ocorrência)
Mais de 60%	Bolívia		
	Nicarágua		
	Honduras		
	Guatemala		
Entre 59% e 40%	Venezuela		Argentina (2002)*
	Colômbia		
	Paraguai*		
	El Salvador		
	México		
	Peru		
Entre 39% e 20%	Brasil	Argentina (2004)*	México (2002)
	Chile		
	Argentina*		
	Costa Rica		
Menos de 20%	Uruguai*		Chile (2000)

Fonte: Cepal (2005), com base em tabulações especiais de *surveys* domiciliares e linhas de pobreza ajustadas geograficamente.

* Somente áreas urbanas.

Para se poder comparar com a evolução da taxa de pobreza em áreas urbanas e rurais da região, foram selecionados alguns países em patamares de pobreza similares aos do Brasil, observando-se os movimentos em período recente. Foram selecionados países para os quais existiam dados disponíveis sobre a incidência da pobreza urbana e rural, sendo que, para alguns países também foi possível distinguir a pobreza metropolitana da urbana não-metropolitana. A Tabela 3 resume as principais tendências.

Como se observa na Tabela 3, a evolução de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, nos países selecionados, indica tendências similares e diferentes, ao mesmo tempo. No caso da Argentina, por exemplo, ainda que se observe um aumento na taxa de pobreza no período analisado, é surpreendente a relativa recuperação, em 2004, em relação ao ano de 2002, o que ocorreu de forma mais rápida nas áreas urbanas não-metropolitanas.

Na metodologia utilizada pela Cepal, o Brasil apresenta um pequeno aumento na taxa de pobreza, ainda que nas áreas rurais tenha se mantido estável. Como se pôde verificar nas Seções 1 e 1.1 deste relatório, é somente a partir do ano de 2004 que se registra uma queda nos níveis de pobreza I, especialmente nas áreas rurais do país.

O Chile é o único país da região que vem mostrando uma queda constante nos níveis de pobreza desde 1990, apresentando também uma tendência maior entre os pobres residentes de áreas rurais. Verifica-se ainda que a diminuição nas áreas metropolitanas foi bem menor, como ocorreu na Argentina e no Brasil. (CEPAL, 2005).

Tabela 3
Proporção da população vivendo abaixo da Linha de Pobreza
Países selecionados da América Latina* – 1997-2004

País	Ano/Varição	Total	Metropolitana	Urbana não metropolitana	Rural
Argentina	1999	23,7	19,7	28,5	...
	2002	45,4	41,5	49,6	...
	2004	29,4	25,9	33,6	...
	2004/1999	5,7	6,2	5,1	...
Brasil	1999	32,9	55,3
	2001	34,1	55,2
	2003	35,7	54,5
	2003/1999	2,8	-0,8
Chile	1998	22,0	13,4	27,8	30,4
	2000	19,7	14,4	23,4	23,7
	2003	18,5	12,4	22,7	20,0
	2003/1998	-3,5	-1,0	-5,1	-10,4
Costa Rica	1997	22,5	18,8	20,1	24,8
	1999	20,3	17,5	18,7	22,3
	2002	20,3	16,8	18,0	24,3
	2002/1997	-2,2	-2,0	-2,1	-0,5
México**	1998	46,9	...	38,9	58,5
	2000	41,1	...	32,3	54,7
	2002	39,4	...	32,2	51,2
	2004	37,0	...	32,6	44,1
	2004/1998	-9,9	...	-6,3	-14,4

Fonte: Cepal (2005), com base em tabulações especiais de *surveys* domiciliares e linhas de pobreza ajustadas geograficamente.

* Inclui a população abaixo da linha de indigência ou da linha de extrema pobreza.

** México urbano inclui metropolitano.

A Costa Rica também apresentou redução nos níveis de pobreza, ainda que a incidência da pobreza rural não seja tão intensa com relação à pobreza urbana e metropolitana em comparação aos padrões observados para o restante dos países da região. Por fim, o México é o país que registra a maior redução nos níveis de pobreza, apresentando também uma redução muito significativa na pobreza rural. Como se pode notar, essa redução introduziu o México no conjunto de países em que se encontra o Brasil (ver Quadro 1).

O que explicaria a redução nos níveis de pobreza observados e, especialmente, a redução nos níveis de pobreza rurais? Não há consensos absolutos na literatura, mas há algumas indicações a seguir.

Políticas ativas dos governos são apontadas como possíveis redutores da pobreza. No caso da Argentina, por exemplo, políticas recentes de valorização real do salário mínimo podem estar associadas à rápida recuperação da renda da população (CEPAL, 2005). Políticas que

foram adotadas também no caso de Venezuela, Uruguai e Brasil e podem explicar parte da queda nos níveis de pobreza (CEPAL, 2005; ROCHA, 2006). Políticas ativas de governos, como programas de transferência de renda, são também apontadas como redutores nos níveis de pobreza, especialmente no caso mexicano, como os programas “Oportunidad” e “Procampo”, este último atendendo à população rural. A partir de 2003/2004, a Argentina passou a implementar políticas de transferência de renda que alguns analistas vêem como responsáveis pela diminuição nos níveis de pobreza no ano de 2004 (CEPAL, 2005). No caso brasileiro, analistas também apontam o papel dos programas de transferência de renda para a queda nos níveis de pobreza e desigualdade em 2004, como discutido na Seção 1.1. No caso específico do estado da Bahia, como se poderá observar neste estudo, a maior queda dos níveis de pobreza se deu nas áreas rurais.

Por outro lado, Chile e Costa Rica apontam em direção oposta. São países que não adotaram nenhum programa de transferência de renda de grande magnitude, não tiveram políticas diretas de valorização do salário mínimo e, mesmo assim, apresentam redução nos níveis de pobreza. A coincidência, no caso desses dois países, é que a taxa de crescimento econômico tem sido positiva, significativa e sustentadas ao longo do tempo.

No caso chileno, alguns autores argumentam que haveria outros fatores, como a maior focalização no gasto social, argumentando que, no médio prazo, a eficiência do gasto geraria melhora nas condições de vida da população mais pobre (VALDES; MISTIAEN, 2001).

No caso da Costa Rica, o crescimento econômico mais sustentado em período recente teria também trazido impactos positivos no mercado de trabalho, aumentado a oferta de empregos, o que teria, inclusive, feito com que os salários reais crescessem, não por uma política ativa dos governos, mas por mecanismos de mercado (BARQUERO; TREJOS, 2005). Ainda assim, haveria um papel do Estado, isto porque os gastos sociais do governo teriam crescido paralelamente ao crescimento econômico (BARQUERO; TREJOS, 2005).

Em síntese, há um cenário relativamente positivo com relação à diminuição dos níveis de pobreza na América Latina em período recente e vê-se uma tendência generalizada na redução da pobreza rural. Com relação à pobreza urbana e metropolitana, a crise na geração de postos de trabalho no mundo contemporâneo parece frear o ritmo de redução dos níveis de pobreza assim como verificado para as áreas rurais.

De fato, com base nos poucos casos observados nesta seção, pode-se afirmar que a combinação de políticas ativas de governos, que tenham na sua agenda políticas de melhoria das condições de vida dos mais pobres, e crescimento econômico significativo e sustentado parece contribuir significativamente para a redução dos níveis de pobreza. Como no caso mexicano, a combinação desses dois fatores parece ter permitido a redução da pobreza num ritmo acelerado. Por outro lado, o caso chileno mostra que é possível reduzir a pobreza sem iniciativas tão proativas dos governos, como programas de transferência de renda ou de valorização do salário mínimo, o que põe em evidência um outro modelo de economia e sociedade.

Como se poderá constatar na próxima seção, o caso da Bahia guarda grandes semelhanças com o quadro mais geral da América Latina, com expressiva redução da pobreza urbana.

1.3 Pobreza na Bahia

Nesta seção será discutido o tema da pobreza na Bahia, a partir de uma literatura predominantemente regional. Cabe destacar que não se realizará um levantamento bibliográfico abrangente e sistemático. Espera-se, porém, que o breve levantamento obtido permita contextualizar bem os dados e informações que serão apresentados ao longo deste documento, considerando com algum cuidado os principais argumentos e problemas debatidos presentemente na Bahia em torno do tema.

Sabe-se que a questão da pobreza na Bahia é freqüentemente pensada com base em uma perspectiva histórica, em que se ressaí, por um lado, a atualidade e persistência da questão da escravidão e, por outro, a recalcitrância da pobreza do semi-árido nordestino. Nesse sentido, vale a pena destacar alguns dos autores que refletem sobre o tema:

Torna-se claro que a origem escravista da sociedade está mais próxima da atualidade que se pretende, disseminada num conjunto de comportamentos de exercício do poder econômico, político e religioso, que condicionaram o comportamento de quase todos, desde os grupos dominantes ao dos próprios negros. (PEDRÃO, 2003, p. 237).

As secas continuam a revelar a essência da anacrônica e resistente estrutura econômico-social do semi-árido. Portanto, não foi por acaso que, nas duas últimas secas globais, iniciadas nos anos de 1993 e 1998, tenham sido alistados nas costumeiras "frentes" cerca de 2,1 milhões e 1,2 milhões de flagelados, respectivamente. Ora, há que se ter em mente que o número de alistados representa apenas uma pequena parcela dos atingidos pelo fenômeno, refletindo apenas parcialmente esse drama social exposto pelo fenômeno climático (VIDAL, 2003, p. 213).

A rigor, a combinação da herança da escravidão com o persistente drama do semi-árido tende a ser interpretada sob uma perspectiva de severa crítica à elite da Bahia, voltada para um projeto de desenvolvimento "excludente" e que não teria se mobilizado no sentido de alterar essa situação social, pelo contrário. Isso faria com que condições sociais muito negativas continuassem praticamente inalteradas ao longo do tempo (PEDRÃO, 2003).

Esse diagnóstico, ao menos no que diz respeito à trajetória da Bahia até os anos 80, parece ser relativamente consensual entre os autores considerados, embora tenha sido tratado por autores com perspectivas bastante diversas. Argumenta-se, por exemplo, que as políticas públicas na Bahia até os anos 80 tinham pouca ou nenhuma preocupação social:

A Bahia experimentou uma trajetória de implementação de políticas sociais que, tacitamente, sugere (...) um modelo em que a preocupação com a matéria social era reduzida, restringindo-se a ações pontuais (até meados dos anos 70). (BAPTISTA, 2003).

Embora Baptista (2003) entenda que, no período posterior a 1980, o estado da Bahia tenha mudado substancialmente sua atitude em relação a políticas sociais, adotando, inclusive, no final dos anos 90, modelos de políticas integradas de combate à pobreza, ele concorda em grande medida com a proposição de que a preocupação com as questões sociais na Bahia é recente,

tendo sido provavelmente incapaz de produzir mudanças substanciais em relação à situação anterior. Não deixa de ser interessante enfatizar os paralelos entre a evolução da preocupação com as políticas sociais no plano nacional e regional, sendo que nos dois casos as políticas sociais passaram a ter, no período atual, um papel muito maior na agenda do setor público.

Quando se consideram estudos quantitativos que discutem a evolução dos indicadores sociais na Bahia no período recente, encontram-se analogamente referências a um quadro de elevada proporção de pobres, elevado nível de desigualdade e baixo nível médio de renda. Por exemplo, o trabalho de Osório e Medeiros (2003), baseado principalmente em dados da PNAD para o período de 1981 a 1999, indica o seguinte:

- a) Os níveis de desigualdade são extremamente elevados, com índice de GINI de 0,58 em 1999. Em termos do *ranking* dos estados brasileiros, a Bahia ocuparia o décimo lugar, sendo que a pior situação seria a da Paraíba (GINI de 0,65). Além disso, tais níveis de desigualdade teriam se alterado pouco ao longo do tempo, com elevação no período 1991-1993 e queda no período posterior (OSÓRIO; MEDEIROS, 2003). Observando-se a tendência nacional para o período de 2000 a 2004, apresentada anteriormente no Gráfico 3, é muito provável que esse índice também tenha caído para a Bahia no período recente, embora sem alterar a condição fundamental de uma situação que aponta para a existência de elevados níveis de desigualdade de renda;
- b) Os dados relativos à evolução dos rendimentos médios também apontam para substancial estabilidade ao longo do tempo, estando em torno de R\$162, em valores de janeiro de 2002. Em termos do *ranking* nacional, no entanto, tal renda média colocava a Bahia na quinta pior posição nacional, à frente apenas do Maranhão, Piauí, Alagoas e Ceará (OSÓRIO; MEDEIROS, 2003);
- c) Os dados relativos à proporção de pobres, calculados tendo por base uma linha de pobreza de meio salário mínimo per capita, em janeiro de 2002, apontam para uma proporção de pobres de 54%, em 1999, nível igual ao de 1981, mas bastante inferior ao de 1993, quando teria atingido 65%. Assim, a Bahia encontrava-se também na quinta pior posição nacional, à frente dos mesmos estados do Nordeste apontados anteriormente para o nível de renda média (OSÓRIO; MEDEIROS 2003).

Embora a linha de pobreza adotada acima possa ser considerada como elevada em outras análises, inflacionando relativamente a proporção de pobres, o estudo conclui que, na Bahia, há um estado de elevadíssima proporção de pobres, baixo nível de renda média e alto grau de desigualdade. Embora sejam literaturas que não dialoguem entre si, esses indicadores não contradizem, de modo algum, a perspectiva daqueles que evidenciam os aspectos históricos da pobreza da Bahia, ressaltando a questão da escravidão e a problemática da seca (PEDRÃO, 2003; VIDAL, 2003). Os níveis de pobreza, conforme sugeridos pelos indicadores considerados neste estudo, parecem elevados e estáveis ao longo do tempo.

Uma vez que a literatura brasileira aponta para uma queda na proporção de pobres no período mais recente (ver discussão na Seção 1), vale a pena investigar até que ponto tal dinâmica teria também se verificado na Bahia.

Para que se pudesse observar a incidência da pobreza na Bahia no período recente, foram utilizados dados sobre a renda domiciliar per capita¹¹ das pessoas, a partir das PNADs de 1995 e 2004 e utilizada a linha de corte (ou de pobreza) chamada de administrativa na primeira seção deste trabalho. Assim, as famílias ou, mais propriamente, os domicílios foram divididos em dois grandes grupos: aqueles com renda domiciliar per capita acima de R\$ 100 mensais e aqueles abaixo deste rendimento. Em valores de setembro de 2004, R\$ 100 correspondia a, aproximadamente, a 40% do valor do salário mínimo.¹²

Uma das vantagens de se observar estes dois momentos no tempo é a facilidade de comparação dos rendimentos reais, uma vez que excluem a grande instabilidade monetária e inflacionária do período anterior ao Plano Real. Para possibilitar uma comparação entre os rendimentos auferidos em 1995 e 2004, foi considerado como referência o mês de setembro de 2004. Dessa forma, a partir do IPCA-Brasil (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que serve como parâmetro oficial para reajuste de salários, os rendimentos da PNAD 1995 foram inflacionados para o mês de referência adotado, tornando-se minimamente comparáveis com os rendimentos auferidos pelas pessoas em 2004.¹³ De forma a ter medidas comparativas, foram selecionados outros dois estados da Federação para observar a evolução temporal da pobreza: um estado do Nordeste – Pernambuco – e o estado de São Paulo, o mais rico do país.

A Tabela 4, abaixo, mostra a proporção de pobres com renda menor que R\$ 100 per capita em 1995 e 2004 nos três estados selecionados.

Renda per capita*	Bahia		Pernambuco		São Paulo	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Menos de R\$ 100	49,67%	40,14%	42,70%	40,81%	8,84%	9,26%
R\$ 100 e mais	50,33%	59,86%	57,30%	59,19%	91,16%	90,74%
Total - mil pessoas	12.047	13.327	7.142	8.152	32.857	38.493

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1995 e 2004.

* Em valores de setembro de 2004.

Como se pode verificar, os dois estados do Nordeste apresentaram uma redução na proporção de pobres entre 1995 e 2004, sendo que a redução no caso da Bahia foi mais intensa, de quase 10 pontos percentuais. Porém, quando se leva em conta o crescimento populacional entre a população mais pobre notam-se diferenças. No caso de Pernambuco houve um pequeno incremento populacional entre as pessoas mais pobres ao passo que, na Bahia, houve uma redução no número absoluto de pessoas pobres no período. Apesar dos níveis de pobreza no estado de São Paulo serem muito menores, em comparação aos do Nordeste, verificou-se

¹¹ A renda domiciliar per capita é a soma de todos os tipos de rendimentos das pessoas no domicílio dividido pelo número de componentes (indivíduos) no mesmo domicílio e inclui, por tanto, a renda de programas de transferência de renda.

¹² Salário mínimo de referência = R\$ 260 (setembro de 2004).

¹³ Obviamente, mesmo este procedimento para atualização monetária dos valores de 1995 apresenta imperfeições, mas certamente incorre em menos erros que em comparação ao período inflacionário anterior.

uma tendência inversa no caso deste estado, ou seja, um aumento na proporção e no número absoluto de pobres no mesmo período.

É verdade que a incidência da pobreza é entendida aqui num sentido muito estrito (como discutido na Seção 1), como insuficiência de renda e sem levar em conta os diferentes custos de vida regionais ou mesmo as “múltiplas dimensões da pobreza”. Por outro lado, como boa parte das pessoas no Brasil atual está inserida numa economia monetizada, a renda dos indivíduos não deixa de ser uma medida importante de bem-estar. De qualquer forma, pode-se dizer que, pelo menos nestes dois pontos no tempo, a Bahia apresentou uma melhora considerável nos rendimentos da população mais pobre. Cabe aqui uma nota metodológica com relação a estimativas que tomam apenas dois pontos no tempo para medição da evolução dos padrões de pobreza.

A escolha de dois pontos no tempo para comparação intertemporal tem conseqüências para a interpretação da evolução da pobreza, especialmente no caso do Brasil em que a maior parte da queda nos níveis de pobreza é explicada pelo crescimento econômico (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). Assim, por exemplo, no estudo de Osório e Medeiros (2003) muito da estabilidade verificada na proporção de pobres na Bahia, em 1981 e 1999, está diretamente relacionado com a escolha destes dois momentos no tempo que, em certa medida, são muito atípicos. O ano de 1981, ainda que apresente uma alta proporção de pobres tanto no caso baiano como para o Brasil, é ainda assim o ano com menor incidência da pobreza no período tributário da recessão econômica do início dos anos 1980 (ROCHA, 2004). Por outro lado, ao longo da segunda metade da década de 1990, em que houve ganhos reais na renda dos mais pobres nos anos imediatamente seguintes ao Plano Real (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000), é justamente o ano de 1999 que exhibe uma piora em tal indicador, refletindo a instabilidade econômica que seguiu a crise cambial.

Quando se está verificando a incidência da pobreza, medida por meio da proporção de pobres pela PNAD, entre 1995 e 2004, vale ressaltar a especificidade destes dois pontos no tempo. O ano de 1995 registra a menor incidência da pobreza nas estimativas de vários autores (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000; ROCHA, 2004), incluindo aí Osório e Medeiros (2003), fruto direto do fim do imposto inflacionário entre os mais pobres após a estabilização monetária.

Esta menor proporção de pobres, observada em 1995, é uma base de comparação que se poderia chamar de bastante exigente, visto que se trata do menor patamar de pobreza observada no período recente. Isto torna os resultados da Tabela 4 ainda mais robustos no caso da Bahia, uma vez que o ano de 1995 é, em si mesmo, um ano que apresenta queda na proporção de pobres.

Esta queda verificada para o conjunto do estado da Bahia, por outro lado, não é suficiente para que se compreenda como se deram as dinâmicas da pobreza no interior do estado que apresenta uma grande diversidade de condições de vida em seu território. Até onde os dados da PNAD permitem desagregar as informações, passa-se agora a verificar como esse padrão se registrou nas três regionalizações possíveis de serem feitas: na Região Metropolitana de

Salvador (RMS), nas áreas urbanas (excluída a RMS) e nas áreas rurais. Na próxima seção haverá condições de se constatar quanto essas variações observadas se aplicam para os municípios baianos e para os eixos de desenvolvimento econômico (BAHIA, 2003).

A Tabela 5 apresenta a proporção de pobres com renda inferior a R\$ 100 per capita mensal, nas três regiões consideradas, e em dois momentos do tempo. Várias observações importantes para o entendimento da dinâmica da pobreza e populacional são possíveis de se apreender a partir da análise desta tabela.

Com relação à pobreza, o primeiro ponto a notar é que a proporção de pobres nas áreas rurais continua sendo muito mais alta em comparação às outras duas áreas urbanas: cerca de 55% da população rural baiana viviam em domicílios com renda inferior R\$ 100 per capita mensais em 2004. Em termos de números absolutos, isto significa um contingente de mais de 2.3 milhões de pessoas.

Renda per capita*	RM		Urbano (exclui-RM)		Rural	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Menos de R\$ 100	27,7%	27,0%	46,5%	36,3%	66,4%	55,1%
R\$ 100 e mais	72,3%	73,0%	53,5%	63,7%	33,6%	44,9%
Total - mil pessoas	2.604	3.158	5.057	5.887	4.386	4.283
Distribuição da população	21,6%	23,7%	42,0%	44,2%	36,4%	32,1%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1995 e 2004.

* Em valores de setembro de 2004.

Pode-se notar ainda que as quedas percentuais da pobreza mais expressivas, entre 1995 e 2004, se registraram nas áreas rurais (11 pontos percentuais) e nas áreas urbanas não-metropolitanas (10 p.p.). No caso da RM de Salvador, a proporção se manteve praticamente a mesma. É interessante notar que, em 1995, o diferencial na proporção de pobres das áreas urbanas não-metropolitanas e da metropolitana era muito maior (diferença de 19 p.p.) que em 2004 (9 p.p.).¹⁴ Possivelmente, essa queda na proporção de pobres em áreas urbanas não metropolitanas e em áreas rurais não tenha ocorrido de modo homogêneo para o conjunto do interior da Bahia, tendo incidido mais rapidamente em algumas áreas do que em outras, como será discutido na próxima seção.

Em termos da distribuição populacional nestas três áreas, ressalta-se a perda populacional nas regiões rurais, de cerca de quatro pontos percentuais no período. Ainda que as áreas rurais da Bahia tenham perdido população, isso não é suficiente para explicar o total da queda na proporção de pobres nessa região. Isto porque a queda foi muito mais intensa que a perda populacional observada, significando, em suma, que houve uma melhora significativa no rendimento dos mais pobres residentes nas áreas rurais da Bahia.

¹⁴ Como ainda será verificado neste estudo, Rocha (2000) identifica esse mesmo padrão para outras regiões do país e especula que essa convergência de taxas pode se tratar de uma tendência.

No caso da RMS e das áreas urbanas, houve um crescimento de aproximadamente 2p.p. na participação da população total entre 1995 e 2004. Nesse sentido, pode-se afirmar que o padrão observado para o grau de incidência da pobreza nestas três regiões pode ser resumido da seguinte forma:

- **Região metropolitana** – manutenção da proporção de pobres com crescimento populacional entre 1995 e 2004;
- **Áreas urbanas não-metropolitanas** – queda significativa na proporção de pobres com crescimento populacional entre 1995 e 2004;
- **Áreas rurais** – queda significativa na proporção de pobres, porém com perda populacional.

Para que se possa verificar em que medida este é um padrão específico da Bahia, volta-se a comparar os mesmos resultados para os outros dois estados da federação. A Tabela 6 apresenta os resultados para o estado de Pernambuco.

Renda per capita*	RM		Urbano (exclui-RM)		Rural	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Menos de R\$ 100	29,0%	31,8%	42,3%	38,3%	68,2%	61,1%
R\$ 100 e mais	71,0%	68,2%	57,7%	61,7%	31,8%	38,9%
Total - mil pessoas	2.882	3.461	2.675	2.802	1.585	1.888
Distribuição da população	40,4%	42,5%	37,5%	34,4%	22,2%	23,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1995 e 2004.

* Em valores de setembro de 2004.

Assim como verificado para a Bahia, em Pernambuco a pobreza rural, em termos de insuficiência de renda, é muito mais intensa em comparação às outras áreas urbanas, verificando-se também neste estado uma queda na proporção de pobres rurais. Porém, a redução na proporção de pobres nas áreas rurais de Pernambuco (cerca de 7 pontos percentuais) foi bem menos intensa em comparação à da Bahia. De qualquer sorte, a queda na incidência da pobreza rural foi maior que aquela verificada nas áreas urbanas não-metropolitanas de Pernambuco (4 p.p.), uma queda moderada.

A região metropolitana do Recife concentra mais de 40% da população total do estado, diferentemente do caso da Bahia, em que cerca de 40% da população estão em áreas urbanas não-metropolitanas e somente 24% na RM de Salvador (em 2004). Entre 1995 e 2004, na RM do Recife houve um aumento na proporção de pobres de quase quatro pontos percentuais, ao mesmo tempo em que a metrópole também cresceu em termos populacionais. Na RM de Salvador, como foi apontado, o crescimento populacional não foi acompanhado por um incremento na proporção de pobres.

O diferencial entre a população pobre residente em áreas metropolitanas e aquelas que viviam em áreas urbanas não-metropolitanas diminui entre 1995 e 2004 (13 p.p. em 1995 para 6.5 p.p. em 2004), assim como verificado para a Bahia, sugerindo, também neste caso, uma possível propensão à convergência dos níveis de pobreza nestas duas áreas urbanas.

Em resumo, ainda que para o conjunto do estado tenha se observado queda na proporção de pobres nos dois estados nordestinos, o padrão verificado em termos dos diversos espaços regionais é diferente para Pernambuco. Em especial, verifica-se um aumento na proporção de pobres na região metropolitana do Recife ao passo que em Salvador se manteve a mesma, registrando-se, nos dois casos, crescimento da população metropolitana. Nas áreas urbanas não-metropolitanas houve queda na proporção de pobres nos dois estados, porém, de forma mais acentuada na Bahia. Com relação à pobreza rural, há uma queda significativa nos dois estados com a diferença de que, na Bahia, houve diminuição do contingente populacional que vivia em áreas rurais.

No caso do estado de São Paulo (Tabela 7), verifica-se que a proporção de pobres residentes em regiões metropolitanas apresentou aumento entre 1995 e 2004, assim como observado para Pernambuco: um aumento de mais de 3,4 pontos percentuais. Também como em Pernambuco, e diferentemente da Bahia, a distribuição populacional é mais alta nas RMs de São Paulo (cerca de 47% em 2004). O peso da população residente nas RMs de São Paulo explica, em boa parte, a piora observada para o conjunto do estado no período (Tabela 2).

Renda per capita*	RM		Urbano (exclui-RM)		Rural	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Menos de R\$ 100	7,1%	10,5%	8,8%	7,4%	22,2%	18,5%
R\$ 100 e mais	92,9%	89,5%	91,2%	92,6%	77,8%	81,5%
Total - 1.000 pessoas	15.685	18.020	15.013	19.002	2.159	1.472
Distribuição da população	47,7%	46,8%	45,7%	49,4%	6,6%	3,8%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1995 e 2004.

* Em valores de setembro de 2004.

A participação da população que reside em áreas rurais, em São Paulo, já era pequena em 1995 e diminuiu ainda mais em 2004. Conforme apontado para a Bahia e Pernambuco, observa-se queda na proporção de pobres rurais (de 22% para 18%), ainda que não tão intensa como a verificada nos dois outros estados.

Com relação a um possível processo de convergência na proporção de pobres das áreas urbanas não-metropolitanas e das regiões metropolitanas, verifica-se que, em referência a São Paulo é justamente no período analisado que tal processo teria se completado e, mais do que isto, se invertido. Enquanto em 1995 a proporção de pobres nas áreas urbanas não-metropolitanas era ligeiramente maior que nas RMs, quase dez anos depois a incidência da pobreza se inverteu: em 2004 a proporção de pobres nas áreas urbanas era menor que nas RMs.

Rocha (2000) aponta um novo padrão da pobreza brasileira, verificado a partir da década de 1990, entendendo por isto um processo de redução da pobreza rural e o agravamento da pobreza metropolitana. Um processo de “metropolização da pobreza” também é verificado em outros países da América Latina, conforme discutido na Seção 1.2 (ARRAIGADA, 2000).

O que seria “novo” neste processo mais recente é que a piora da pobreza metropolitana já não seria resultado da migração de uma população rural pobre para as metrópoles, como nos anos 1970-80, e sim de uma queda elevada no rendimento médio dos trabalhadores das metrópoles. Isto seria verificado com maior clareza nos centros urbanos mais dinâmicos do país, que teriam sentido mais fortemente a conseqüência da reestruturação produtiva e industrial ao longo da década de 1990.

Sabe-se que até os anos de 1970 a pobreza no Brasil era majoritariamente rural. Estimativas de Rocha (2004), com base no Censo Demográfico de 1970, apontam que 51% dos pobres no Brasil viviam em área rurais e, no caso do Nordeste rural, quase 90% estavam nas zonas rurais. Muitos viviam sem auferir nenhuma renda, ou seja, totalmente fora do circuito monetário. Assim, parece razoável argumentar que há um processo de “desruralização da pobreza” em curso que tem um caráter nacional, o que é consistente com os dados apresentados neste trabalho para os estados selecionados. Pode-se dizer, então, que no período recente (1995-2004) a pobreza rural na Bahia apresentou queda significativa, embora uma parte considerável da pobreza esteja no meio rural.

Por outro lado, a maior parte deste diagnóstico nacional do agravamento da pobreza nas regiões metropolitanas, como citado por Rocha (2000), tem como medida o peso populacional da RM de São Paulo e, como se discutiu anteriormente, pelo menos em termos de rendimentos, tal agravamento não foi verificado para o caso da RM de Salvador, ainda que se aplique ao caso da RM do Recife. Com relação às áreas urbanas da Bahia, nota-se uma melhora no rendimento das pessoas que vivem em áreas urbanas não-metropolitanas e estabilidade no caso da RM de Salvador. Existiria, na Bahia, propensão a um alinhamento na incidência da pobreza urbana e metropolitana como aquela verificada para São Paulo e para Pernambuco?

É difícil apontar tendências com os dados apresentados aqui. No entanto, é verdade que nos três estados selecionados (e nos períodos escolhidos) o diferencial da incidência da pobreza nas áreas urbanas e metropolitanas está diminuindo e, no caso de São Paulo, já se inverteu. Por outro lado, a dinâmica do mercado de trabalho em Salvador apresenta trajetória muito diferente da de São Paulo. Como nota Rocha (2000, p. 17), a PEA da Região Metropolitana de Salvador tem crescido a taxa superiores a de outras RMs, o que explica boa parte do crescimento da taxa de desemprego mas, ao contrário de São Paulo, o rendimento médio dos empregados teria crescido, o que poderia explicar a estabilidade dos níveis de pobreza em Salvador.

Em termos gerais, a redução da pobreza rural e da urbana não-metropolitana na Bahia pode ser explicada por um conjunto de fatores associados a políticas públicas. A extensão dos benefícios previdenciários para a população rural, após a promulgação da Constituição de 1988, e a forte expansão recente dos benefícios da LOAS a idosos teriam aumentado o

bem-estar das populações residentes nas zonas rurais e das populações de baixa renda em localidades urbanas, conseqüentemente, contribuído para a redução dos níveis de pobreza (ROCHA, 2004, 2006; FERREIRA; LEITE; LICHFIELD, 2006). Atrelado a este fato a política mais recente de valorização do salário mínimo também teria dado suporte ao aumento da renda dos mais pobres em todas as regiões do país (ROCHA, 2006). Por fim, a expansão de programas de transferência de renda com condicionalidades, como o Bolsa Família, em período recente, pode ter tido um peso importante na elevação do rendimento médio das famílias mais pobres. É possível também que outros programas de transferência de renda, no âmbito do governo estadual e de municípios da Bahia, possam ter também contribuído para esta melhora.

Em suma, com os dados presentemente disponíveis, observa-se uma queda significativa na proporção de pessoas com renda domiciliar inferior a R\$ 100 per capita mensais na Bahia entre 1994 e 2005, padrão verificado, embora em menor medida, também para o estado de Pernambuco, porém não observado para o caso do estado de São Paulo. A queda da pobreza rural e urbana não-metropolitana na Bahia explica a melhora de rendimentos para o conjunto do estado, já que a incidência da pobreza ficou estável na RM de Salvador. Ainda que não tenhamos elementos suficientes para explicar as causas desta queda, é possível argumentar que as políticas públicas recentes estejam, de fato, chegando aos mais pobres e, por isso, melhorado seus rendimentos. Na próxima seção, pretende-se observar em detalhe como essas transformações no cenário da pobreza da Bahia de distribuíram no interior do Estado.

1.4 Desagregação municipal da pobreza na Bahia – O fator pobreza

Como pôde ser observado na seção anterior, as proporções de pobres caíram substancialmente no interior da Bahia no período recente, tanto em áreas rurais como em áreas urbanas não-metropolitanas. Trata-se de uma evidência sugestiva de que as manchas de pobreza aí existentes estariam se deslocando e alterando sua forma. De fato, uma questão crucial para o planejamento do Estado está em perguntar se as quedas nos níveis de pobreza se deram de modo bem distribuído espacialmente ou se, ao contrário, tenderam a se concentrar espacialmente, formando sub-regiões mais problemáticas.

Para tratar dessa questão, foi construído um indicador de pobreza a partir de um modelo de análise fatorial.¹⁵ As razões para usar um indicador desse tipo são amplamente discutidas na literatura regional (HADDAD et al., 1989). A análise fatorial, através do método de componentes principais, permite ao analista – a partir de um conjunto diversificado de variáveis disponíveis sobre um tema – identificar as chamadas “dimensões latentes” que expressam, de modo mais preciso, o fenômeno que se deseja mensurar.

De fato, há sempre um problema analítico subjacente à escolha de um indicador de pobreza, conforme discutido anteriormente. Deve-se usar a proporção de pobres ou a de indigentes? Deve-se também considerar a renda média? Que alternativas de indicador utilizar? Ao se empregar a análise fatorial, estudam-se os padrões de semelhança e diferença entre as variáveis

¹⁵ Detalhes técnicos sobre a análise fatorial são apresentados no Anexo 1.

passíveis de serem utilizadas, buscando-se estabelecer uma única variável – denominada fator – que expressa sinteticamente esse conjunto de variáveis simultaneamente.

Uma outra vantagem adicional dessa metodologia relaciona-se com o fato de que, dado o pequeno tamanho demográfico de muitos dos municípios da Bahia e a significativa proporção de população rural, os dados disponíveis – muitos derivados da amostra do Censo – podem apresentar oscilações estatísticas importantes. Nesse sentido, o recurso à análise fatorial também pode contribuir para corrigir oscilações presentes nos dados originais para pequenos municípios.

Seguindo esse roteiro analítico foi testado um conjunto diversificado de variáveis extraídas de um banco de dados desenvolvido e disponibilizado pela SEI. A análise fatorial empregada apontou para a presença de um único fator de pobreza, que explica 73% da variabilidade observada entre todas as variáveis de pobreza testadas.¹⁶ Trata-se de um indicador robusto, como a discussão a seguir pretende evidenciar.

As variáveis incluídas entre os componentes do fator de pobreza foram:

- Porcentagem de indigentes, correspondente a uma linha de indigência de renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, ou R\$ 37,75 per capita, em valores atualizados para agosto de 2000;
- Porcentagem de pobres, correspondente a uma linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, ou R\$ 75,50 per capita, em valores atualizados para agosto de 2000;¹⁷
- Porcentagem da renda apropriada pelos 20% mais pobres.

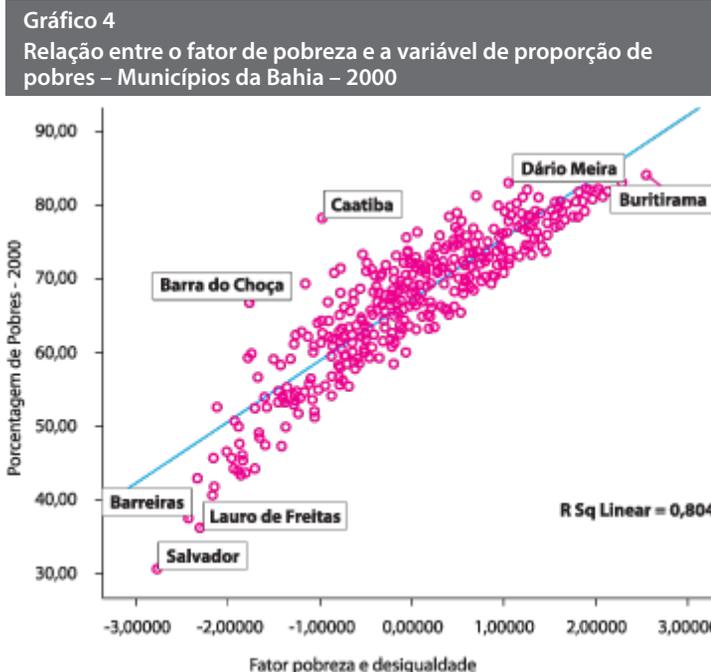
A partir dessas variáveis pode-se notar que esse fator expressa, principalmente, uma combinação das situações de pobreza e indigência de um dado município da Bahia no ano 2000, sendo razoável imaginar que essas duas variáveis estejam claramente associadas. Porém, o fator proposto também sugere que a desigualdade de rendimentos em um dado local – obtido pela proporção da renda auferida pelos 20% mais pobres – também está associada, em certa medida à proporção de pobres.¹⁸ Essas diferentes variáveis são ponderadas por meio das chamadas cargas fatoriais, também obtidas através do modelo de análise fatorial (Anexo 1).

Faz-se impositivo destacar que a nova variável é altamente correlacionada com a linha de pobreza tradicional, conforme se pode verificar no Gráfico 4, a seguir. Realmente, a elevada correlação entre o fator de pobreza e a variável “proporção de pobres” ($R^2 = 80,4\%$) indica que a nova variável aqui construída capta adequadamente as condições de pobreza municipal da Bahia, além de estar associada também a outras dimensões importantes do problema, como a proporção de indigentes e a proporção da renda auferida pelos mais pobres, variável associada à desigualdade existente em nível local.

¹⁶ Nos modelos de ciências sociais, trata-se de um nível de explicação bastante razoável. Ver, por exemplo, Seade (2001).

¹⁷ A adoção desta linha de pobreza, diferente daquela utilizada na discussão anterior (R\$ 100,00 per capita), foi a única opção disponível para gerar dados minimamente comparativos entre 1991 e 2000.

¹⁸ Uma alternativa seria, nesse sentido, denominar esse fator de “pobreza e desigualdade”. Para efeitos de simplificação, será utilizada apenas a denominação “fator de pobreza”.



Nota: A porcentagem de pobres, correspondente a uma linha de pobreza de menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita em valores de agosto de 2000.

Como era de se esperar, pode-se notar também que a pobreza é menos acentuada em municípios de maior porte como Salvador e Barreiras, e mais acentuada em pequenos municípios localizados no polígono das secas, como Buritirama. É importante também destacar a presença de um único caso claramente discrepante (*outlier*), gerado pelo município de Caatiba, que tem uma proporção de pobres muito mais elevada do que seria de se esperar, considerando-se o nível do fator em questão.¹⁹ Esses resultados indicam que se conta com um indicador consistente e que reflete adequadamente o fenômeno que se pretende interpretar.

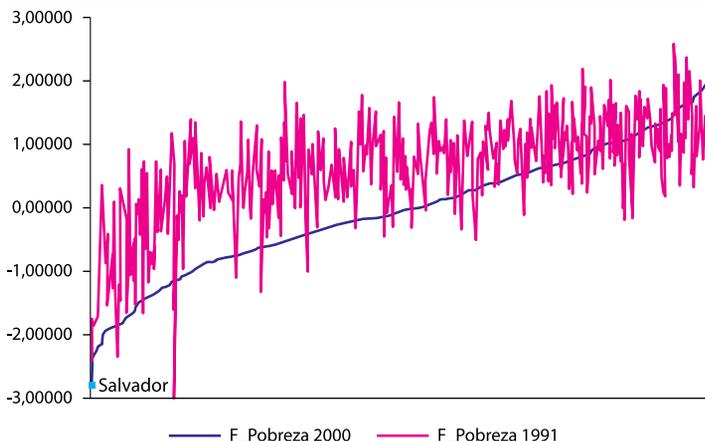
Com isso, a análise mais substantiva dos seus significados se constituirá o conteúdo do próximo segmento.

Uma primeira forma de refletir sobre essa nova variável diz respeito à observação de sua evolução ao longo do tempo. Quando se considera a evolução temporal do indicador de pobreza, a partir da comparação 1991-2000, observa-se uma mudança significativa nos níveis de pobreza nos municípios da Bahia, conforme indicado no Gráfico 5.²⁰

¹⁹ Isso pode se dever a oscilações de dados na amostra do Censo.

²⁰ A estimativa para 1991 é feita a partir das mesmas cargas fatoriais empregadas no modelo de 2000. Ver Anexo 1.

Gráfico 5
Comparação entre o fator de pobreza
Municípios da Bahia – 1991/2000



Na série do fator para 2000, em azul, apresentamos a hierarquia de municípios segundo esse indicador – os que ostentam as piores condições (com níveis mais elevados do fator de pobreza) têm valores mais elevados. Na série do fator para 1991, observa-se o nível que o mesmo município (listado na série de 2000) apresentava em 1991. Por um lado, nota-se que Salvador é o município com menor nível de pobreza, tanto em 1991 quanto em 2000, e que não muda substancialmente sua posição no período, o que é condizente com a análise apresentada anteriormente.²¹ Por outro lado, a maior parte dos municípios melhora suas posições relativas, evidenciando quedas importantes nos níveis médios do indicador de pobreza. Destaca-se, porém, que uma pequena parcela de municípios apresenta piora de sua situação relativa – nível de 2000 inferior ao de 1991.

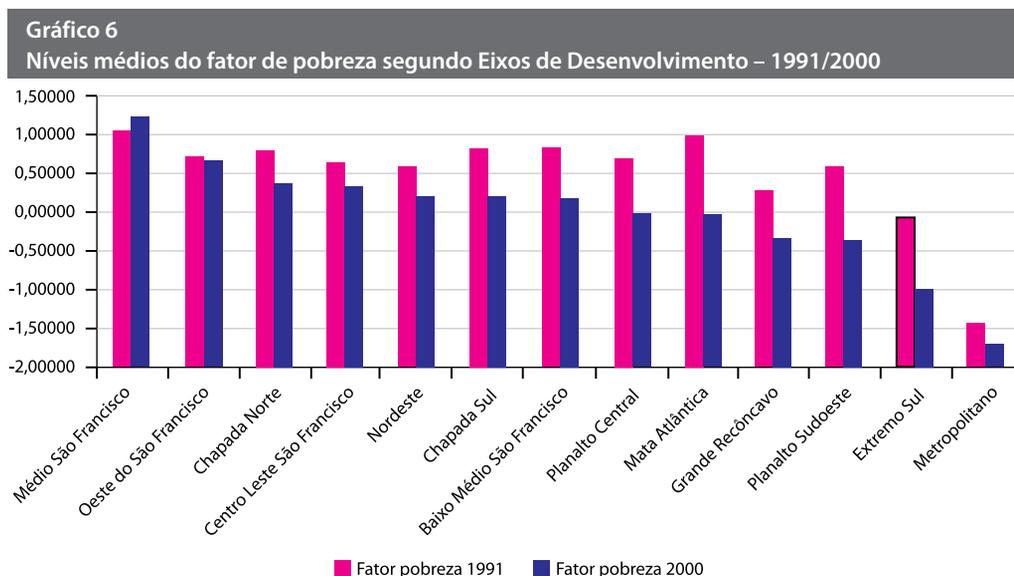
Nesse sentido, faz-se necessário compreender melhor como a evolução desse indicador aconteceu nas diversas regiões da Bahia. Para isso, serão considerados inicialmente os chamados eixos de desenvolvimento, unidade espacial organizada para fins de planejamento, e que dividem o estado em 13 unidades espaciais contíguas (Gráfico 6).

Segundo essa divisão, observa-se que um único eixo de desenvolvimento – o Médio do São Francisco – apresentou aumento do nível médio do indicador de pobreza. Essa área constitui atualmente o eixo com o pior nível médio desse indicador. Verifica-se também que alguns eixos de desenvolvimento evidenciaram melhora muito significativa, como Mata Atlântica e Extremo Sul. Em outros casos, a melhora foi relativamente modesta – Eixo do Oeste de São Francisco e do Eixo Metropolitano.

Em suma, esses dados mostram que a redução da pobreza na Bahia se deu de forma heterogênea espacialmente, inclusive com a piora relativa do fator pobreza ou a estagnação em

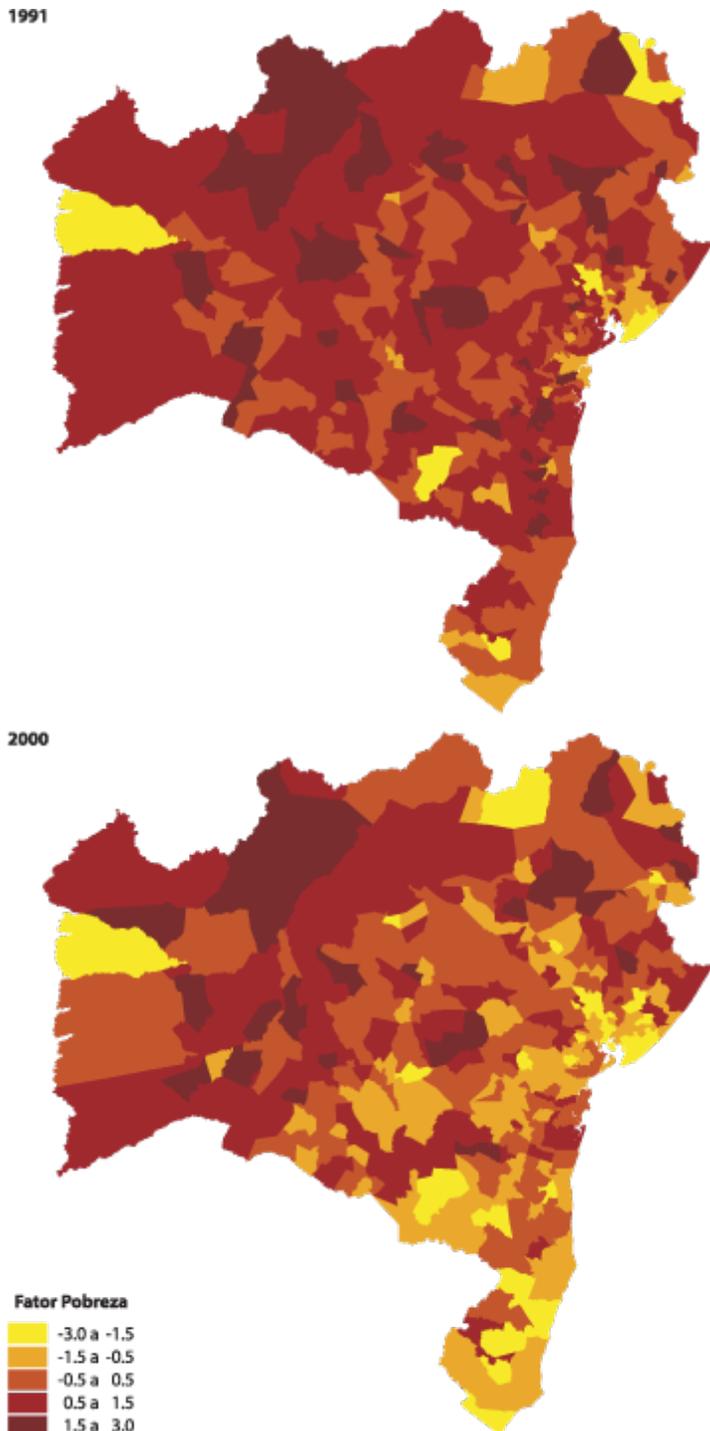
²¹ A escala do fator foi padronizada, sendo que a média dos municípios da Bahia corresponde a zero. Por isso, Salvador tem um nível inferior a -2. Isso não significa que não exista pobreza em Salvador, como discutido anteriormente, mas que a pobreza aí seja muito inferior à média da Bahia.

alguns dos eixos de desenvolvimento considerados. Para avaliar mais detalhadamente essa questão, apresenta-se, no Mapa 1, a distribuição espacial dessa variável por município, tanto para o ano de 1991 quanto para 2000.



Observando-se o Mapa 1 fica evidente que, em 1991 os elevados níveis de pobreza eram quase igualmente distribuídos por toda a Bahia, com exceção de cidades pólo – como Salvador, Feira de Santana e Barreiras. Por outro lado, a redução razoável dos níveis de pobreza, sobretudo na área no sul do estado, ao longo do litoral e em áreas próximas a cidades pólo é o que se destaca no ano 2000.

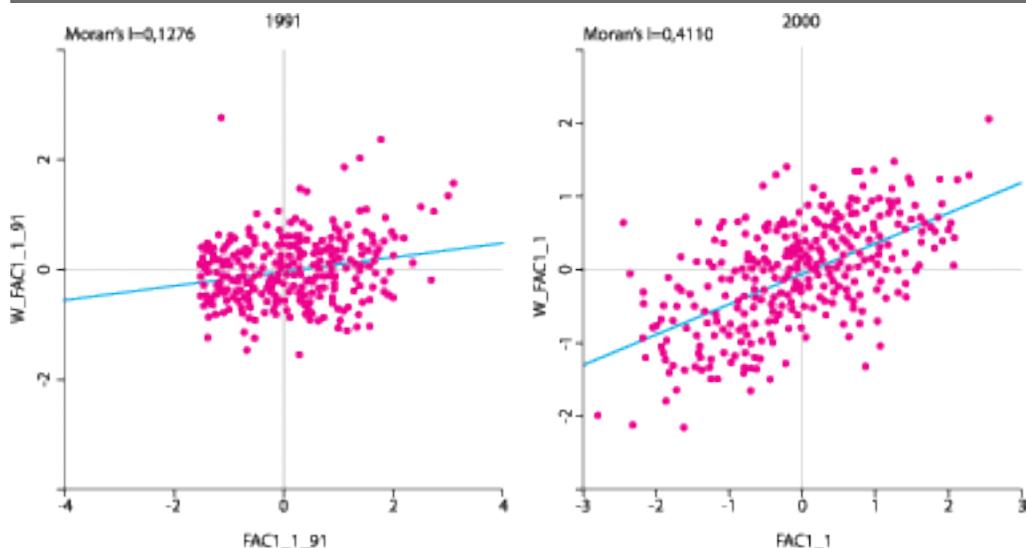
Mapa 1
Distribuição espacial do fator de pobreza – Municípios da Bahia – 1991/2000



Tais resultados certamente indicam deslocamentos das manchas de pobreza na escala municipal, embora seja também possível destacar a continuidade da situação de pobreza ao longo do Vale do São Francisco e Norte do Estado. De certa forma, os padrões de contigüidade espacial da pobreza – isto é, o fato de determinados municípios apresentarem níveis de pobreza semelhante ou não ao dos seus vizinhos – eram menos nítidos em 1991 do que em 2000. No primeiro período existiam municípios com o nível mais alto do fator de pobreza (superior a 1,5) em praticamente todas as regiões do estado. Em 2000, esses municípios com altíssimos níveis do indicador se encontram mais circunscritos espacialmente, quase não se registrando o fato no Litoral.

Para explorar o argumento relativo à mudança dos padrões de contigüidade espacial da pobreza, recorreu-se às técnicas de Moran, que medem quanto determinadas áreas são parecidas ou não com seus vizinhos, isto é, se formam ou não aglomerações espaciais para determinado indicador.²² O Gráfico 7, a seguir, mostra os chamados diagramas de espalhamento de Moran que indicam também o nível do chamado “Moran Global”.²³ Esse diagrama compara o nível do fator pobreza para um dado município (no eixo dos x) com a média desse indicador para os municípios que lhe são vizinhos (no eixo dos y).²⁴

Gráfico 7
Diagrama de espalhamento de Moran para o fator de pobreza – 1991/2000



Verifica-se que o Moran Global cresceu substancialmente entre 1991 e 2000, o que significa que as diferentes regiões da Bahia passaram a se diferenciar mais claramente em termos de padrões de contigüidade. Em 1991, a maior parte dos municípios do interior da Bahia

²² Para uma aplicação das técnicas de Moran, ver (BICHR, TORRES; FERREIRA, 2005).

²³ Essa análise foi possibilitada pelo software Geoda.

²⁴ Usou-se como critério de vizinhança a chamada “queen contiguity”, que entende como vizinhos aquelas áreas que têm fronteira territorial com o município em questão.

apresentava níveis de pobreza elevados, mas sem constituir aglomerados espaciais muito nítidos. Como consequência, o Moran Global era de apenas 12,8%.²⁵

No entanto, em 2000, os padrões de associação espacial se tornam muito mais nítidos do que os observados anteriormente, sendo que o Moran Global atinge 41,1% em 2000. Tudo indica que aglomerações espaciais de pobreza passaram a se formar muito mais claramente na Bahia. Pode-se mesmo afirmar que esses dados revelam que a Bahia passou, na década de 90, por um acentuado processo de diferenciação espacial no que diz respeito à dimensão de pobreza, com a emergência de regiões não plenamente diferenciadas no período anterior.

A rigor, a preocupação com a formação de aglomerações espaciais é derivada dos modelos de interpretação típicos da geografia e da economia regional, que assumem a proposição de que os padrões de vizinhança e contigüidade entre áreas têm significados importantes do ponto de vista das oportunidades econômicas dos municípios e também do ponto de vista das políticas públicas. Entre áreas vizinhas, experiências positivas e negativas são disseminadas, observando-se, muitas vezes, maior circulação de mão-de-obra, de capitais e de outros recursos entre áreas próximas. Áreas vizinhas também compartilham, em geral, um contexto histórico e agroecológico que tende a induzir dinâmicas de desenvolvimento assemelhadas.²⁶ Nesse sentido, movimentos de diferenciação espacial, como o que foi aqui identificado para o fator de pobreza, tendem a ser relativamente lentos, isto é, difíceis de captar num período histórico de apenas uma década. Nesse sentido, nas próximas seções procuraremos identificar até que ponto outros indicadores econômicos e sociais também reforçam essa hipótese de diferenciação espacial.

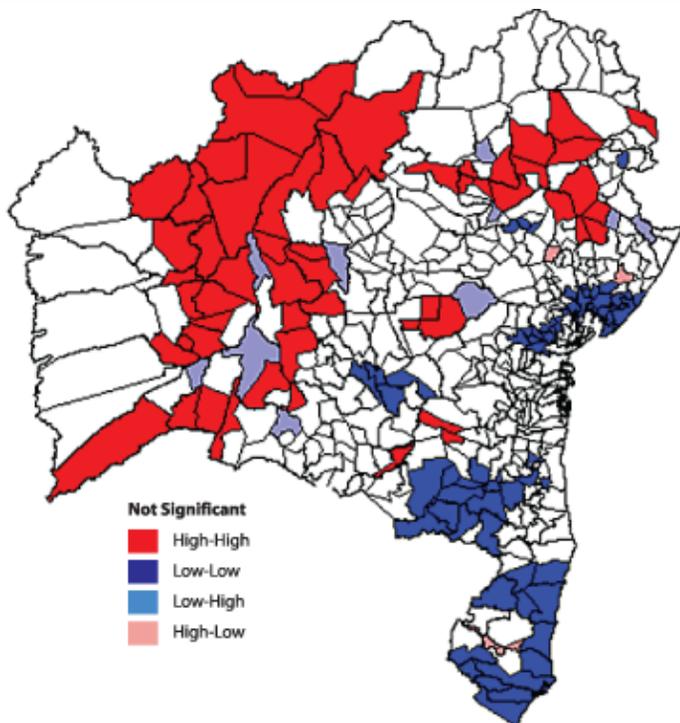
Na prática, se verdadeiramente houve diferenciação espacial do fator de pobreza, é importante que se tente identificar as aglomerações mais típicas do ponto de vista do fator de pobreza. Para isso, apresenta-se, no Mapa 2, a distribuição do chamado Moran Local para 2000, por meio do Moran Local serão empiricamente identificados os locais concretos onde as principais aglomerações espaciais se manifestam. Faz-se necessário ressaltar que o Moran Local para o ano de 1991 não foi aqui apresentado pelo fato de as aglomerações espaciais para o fator de pobreza serem incipientes nessa época, conforme indicado pela discussão anterior.

No Mapa 2, as situações do tipo alto-alto, na cor vermelha, são aquelas onde os níveis do fator pobreza são elevados para o município em questão e para as áreas vizinhas. As situações do tipo baixo-baixo, em azul, são aquelas onde o nível do fator pobreza são, analogamente, baixos para as áreas em questão e para as áreas vizinhas. Existem também situações do tipo alto-baixo, com fator pobreza elevado no município e baixo na vizinhança e com fator de pobreza baixo no município e elevado na vizinhança. Nota-se ainda que a maior parte dos municípios não apresenta agrupamentos nítidos (*not significant*), seja porque seus níveis do fator pobreza são intermediários, seja porque não tem padrões de semelhança com seus vizinhos claramente identificáveis.

²⁵ Não se sabe se esses baixos níveis de associação espacial são típicos da situação estadual anterior a 1991 ou, ao contrário, se a presente medida foi afetada pela oscilação de dados amostrais para pequenos municípios, já discutida anteriormente.

²⁶ Evidentemente, os efeitos de gotejamento mencionados por Hirschman (1987) podem ser pensados sob essa perspectiva.

Mapa 2
Aglomerações espaciais do fator pobreza, segundo a técnica de Moran local
Municípios da Bahia – 2000



Nota: Nível de significância de 95%.

Observa-se que, em termos espaciais, as áreas do tipo alto-alto formam dois aglomerados espaciais bastante nítidos. Em primeiro lugar, destacam-se os municípios ao longo do Rio São Francisco, abrangendo quase todo o Eixo de Desenvolvimento denominado “Médio São Francisco” e alguns outros municípios adjacentes. Trata-se exatamente do eixo de desenvolvimento que não apresentou qualquer melhora na comparação 1991 e 2000, conforme discutido anteriormente. Por outro lado, foi possível identificar também um agrupamento menor, na confluência entre os Eixos de Desenvolvimento Nordeste e Chapada do Norte, tendo em seu centro municípios como Itiúba, Cansanção, Monte Santo, Euclides da Cunha e Canudos. Nota-se que não se trata apenas de municípios pobres, mas de municípios que têm vizinhos muito pobres, não podendo se beneficiar da influência positiva dos municípios adjacentes.

Por outro lado, três outros agrupamentos do tipo baixo-baixo também se destacam. Um primeiro, composto sobretudo por municípios da região metropolitana de Salvador; o segundo, constituído por municípios do Litoral Sul; e o terceiro, no entorno da cidade de Vitória da Conquista, ao sul do estado, na fronteira com Minas Gerais.

Em suma, nas áreas alto-alto e baixo-baixo passaram a ocorrer dinâmicas de associação espacial não-existentes ou apenas incipientes no período anterior. Os motivos de tal transformação

são difíceis de determinar com os dados disponíveis até o momento. De todo modo, esses resultados já oferecem uma primeira forma de pensar a questão da evolução temporal das manchas de pobreza na Bahia na escala de municípios.

O padrão de elevada pobreza, indistintamente disseminada pelo interior da Bahia, passou a se diferenciar espacialmente na década de 90. Diferenciação que permite agora evidenciar, por um lado, áreas contíguas com elevadas concentrações de pobreza e, por outro, áreas contíguas com níveis muito mais baixos, conforme indicado no Mapa 2. Evidentemente esses resultados não significam a ausência de municípios muito pobres em outros locais da Bahia, mas a ausência de padrões contínuos espacialmente.

Finalmente, vale também indagar até que ponto o processo de diferenciação do grupo baixo-baixo está relacionado com transformações significativas na esfera econômica do Estado, derivada de investimentos públicos e privados verificados na Bahia em setores como o de turismo, papel e celulose, indústria petroquímica e, mais recentemente, a indústria automobilística. Para analisar esses elementos, discute-se sobre a dinâmica da economia regional da Bahia na próxima seção.

O enfoque deste capítulo é a questão a dinâmica econômica regional no Brasil e na Bahia, a partir de um conjunto diversificado de autores e de fontes de dados disponíveis. Discussão que servirá como subsídio para a análise empírica propriamente dita apresentada na Seção 2.3. Será avaliada a dinâmica econômica dos municípios da Bahia na década de 90, identificando-se as áreas com maiores concentrações de atividade produtiva a partir de modelos de análise fatorial e das técnicas de Moran.

2.1 A questão econômica regional no Brasil

A existência de fortes desigualdades regionais no Brasil é amplamente reconhecida na literatura brasileira, tendo gerado, além de um intenso debate acadêmico, uma gama significativa de políticas públicas que remontam aos anos 50, com a criação da Sudene. Além disso, o processo de desenvolvimento regional do país sofreu significativas transformações nos últimos quarenta anos, tanto em termos das dinâmicas regionais propriamente ditas, como das políticas públicas que as influenciaram. Seria impossível neste documento reproduzir toda a complexidade do debate a respeito desse período, para o qual existe extensa bibliografia (MOREIRA, 1979; AZZONI, 1985; DINIZ, 1986, 1994; CANO, 1995; PACHECO, 1998; GONÇALVES, BRANDÃO; GALVÃO, 2003).

Cabe, porém, identificar quatro elementos principais, entendidos como condicionantes para a apreensão dos novos fenômenos que configuram as possibilidades e limitações de políticas regionais, bem como condicionam nossa interpretação a respeito do papel da Bahia no contexto da dinâmica regional brasileira: a desconcentração produtiva dos anos 70, a crise econômica dos anos 80, os impactos da abertura comercial nos anos 90 e a recente ênfase no papel dos chamados “arranjos produtivos locais”. Elementos que serão discutidos detalhadamente a seguir.

Em primeiro lugar, cabe caracterizar o processo de desconcentração econômica, iniciado a partir dos anos 70, sob forte indução do Estado. De fato, embora seja geralmente reconhecido que alguma desconcentração econômica tenha ocorrido, este processo se deu de forma muito desigual espacialmente, com diferentes significados e impactos para as diversas regiões do país:

- A antiga fronteira do Oeste do país se expandiu no período 1950-70 e continuou a se expandir de modo significativo no período posterior a 1970, assegurando uma importante

desconcentração produtiva no que diz respeito à produção agrícola e agro-industrial. A partir do Paraná, estados como Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso – bem como o Noroeste Mineiro e o Oeste da Bahia - cresceram de modo significativo, impulsionados principalmente pela penetração do complexo soja na Região (PACHECO, 1998);

- Observou-se uma relativa desconcentração da produção industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo. Porém, a principal área beneficiada por essa desconcentração pode ser considerada um tanto restrita em termos espaciais, tendo se localizado principalmente no interior do estado de São Paulo e ao longo do chamado eixo Porto Alegre-Belo Horizonte (AZZONI, 1985; DINIZ, 1994);
- Fora desse eixo, as principais áreas industriais foram desenvolvidas a partir de políticas do tipo “Pólos de Desenvolvimento”, tais como o Pólo Petroquímico de Camaçari, o corredor de Carajás e a Zona Franca de Manaus. Nestes locais, embora o crescimento tenha sido expressivo, foi muito localizado espacialmente, com menor impacto para as áreas adjacentes (DINIZ, 1994; PACHECO, 1998).

Como conseqüência - e apesar da existência de importantes políticas regionais - extensas áreas do país continuaram estagnadas economicamente, em particular regiões importantes do Nordeste e Norte do país, bem como “bolsões de pobreza” mais restritos, presentes nas demais regiões. Em outras palavras, a desconcentração produtiva realmente ocorreu, mas não de forma homogênea. Além de São Paulo, que perdeu pouco em termos relativos e logrou interiorizar o desenvolvimento, os principais estados beneficiados pela desconcentração (embora de forma bastante desigual) foram Paraná, Santa Catarina, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Amazonas, Pará e Maranhão.

Em segundo lugar, a forte crise econômica dos anos 80 e início dos 90 teve dois importantes significados para a evolução da dinâmica regional que vinha então se desdobrando. Por um lado, a crise implicou a redução do ritmo de desconcentração econômica, em função do baixo volume de novos investimentos privados. Por outro, a crise minou substantivamente a capacidade do Estado de promover e induzir investimentos para as áreas menos desenvolvidas do país, inclusive em setores considerados chave para a economia local, tais como os de infra-estrutura de energia e transportes.

Em conseqüência, a dinâmica de crescimento regional ganhou caráter mais local e segmentado, induzido por vantagens competitivas micro locais, ou por prévias iniciativas do governo brasileiro. Por exemplo, áreas com dinamismo local, como o pólo de agricultura irrigada de Juazeiro-Petrolina, na fronteira da Bahia com Pernambuco, e o pólo têxtil do Ceará (ARAUJO, 1995) – apesar de sua importância sub-regional – teriam tido pouca possibilidade de induzir, pelo menos até meados dos anos 90, transformações substantivas em suas regiões adjacentes. A ausência dos famosos “efeitos de gotejamento” (HIRSCHMAN, 1977) pode ser explicada, em parte, pelo baixo nível de investimento público e privado, decorrente da forte instabilidade macroeconômica então existente.

Em terceiro lugar, a abertura da economia e o advento do Mercosul – ocorridos a partir do início dos anos 90 – tendem a redefinir as relações comerciais e políticas entre as diversas regiões do país. Uma hipótese corrente é que este processo tornaria a indústria de São Paulo menos competitiva na concorrência pelos mercados regionais das áreas menos desenvolvidas do Brasil e poderia reduzir os elos de solidariedade e integração entre as diversas áreas do país (PACHECO, 1998). Poderia se observar simultaneamente, à medida que São Paulo e o Sul do país aumentam a exportação de produtos industriais para os demais países da América do Sul e de outras regiões, uma redução parcial de sua dependência em relação aos mercados previamente cativos do restante do Brasil. Assim, este elemento poderia reduzir o estímulo que as regiões mais desenvolvidas teriam em continuar apoiando políticas de transferências de recursos para as áreas menos desenvolvidas do país.

Esse fenômeno foi também chamado de “fragmentação” do espaço econômico nacional (PACHECO, 1998). Segundo este argumento, até a década de 80, São Paulo era importador em relação ao exterior e exportador para o restante do país. Analogamente, as demais regiões eram exportadoras para o exterior do país e importadoras de São Paulo. Em outras palavras, as importações de São Paulo eram financiadas pelas exportações do restante do país, enquanto que as importações de produtos industriais, que o resto do país fazia de São Paulo, eram financiadas por exportações de produtos primários ao exterior.

Neste contexto, fazia sentido econômico que São Paulo e os estados mais desenvolvidos transferissem recursos para as demais regiões, pois, de alguma forma, estavam financiando suas próprias exportações regionais. Porém, com a abertura comercial, São Paulo teria passado a ser exportador tanto para o interior quanto para o exterior do país, reduzindo sua dependência em relação aos demais mercados nacionais (PACHECO, 1998). Como decorrência, pode-se inferir que a lógica econômica subjacente à solidariedade regional tenderia a tornar-se menos relevante ao longo do tempo.

Efetivamente, existem evidências, ao longo dos últimos anos, de um significativo acirramento dos conflitos regionais na forma da chamada “guerra fiscal”. No entanto, embora a hipótese de fragmentação da nação faça bastante sentido em termos lógicos, cabe reconhecer que o complexo processo de formação de alianças e identidades regionais não pode ser entendido em termos estritamente econômicos, embora sejam muito relevantes. É provável que a idéia de unidade nacional esteja também relacionada a dimensões não-econômicas, como as dimensões culturais, étnicas, demográficas, políticas e geopolíticas derivadas de processos de longa duração histórica.

Na prática, apesar da extinção da Sudene, no governo Fernando Henrique Cardoso, as principais políticas de incentivo fiscal para regiões menos desenvolvidas continuam a existir tal como formuladas na Constituição de 1988, principalmente na forma de fundos constitucionais e incentivos fiscais. No entanto, recursos destinados a transferências regionais foram significativamente contingenciados, ao longo desse período, em função de estratégias de ajuste fiscal (VIDAL, 2004).

Em quarto lugar, cabe ressaltar a emergência, a partir do fim dos anos 90, das chamadas “estratégias de desenvolvimento endógeno”, que passaram a ser discutidas em diferentes instâncias no Brasil, tanto acadêmicas como de políticas públicas. Destaca-se, em particular, a preocupação centrada na figura dos chamados aglomerados (*clusters*) produtivos:

Concentrações geográficas de firmas setorialmente especializadas, principalmente de pequeno e médio porte (PMEs), onde a produção tende a ocorrer verticalmente desintegrada[...] e em meio a relações interfirmas a jusante e a montante, mercantis e não mercantis e simultaneamente cooperativas e competitivas. (LINS, 2000, p. 235).

Além de uma extensa literatura técnica, a figura dos aglomerados produtivos influenciou iniciativas públicas no âmbito do Sebrae, programa comunidade solidária (governo Fernando Henrique Cardoso), o Programa de Eixos Nacionais de Desenvolvimento, a ação do Ministério da Integração Regional e organizações privadas como a Confederação Nacional de Indústrias, CNI (CNI, 1998). Essas iniciativas visavam, *grosso modo*, identificar esses aglomerados, equacionar os principais gargalos produtivos e promover estratégias de cooperação entre empresas, agências governamentais e privadas no sentido de melhorar as condições locais de competitividade. Apesar do mérito dessas iniciativas e de sua importância em inúmeras localidades brasileiras, alguns autores questionavam a efetividade de tais iniciativas em municípios e sub-regiões muito pobres – como os municípios do semi-árido nordestino – em função de fortes limitações ao desenvolvimento colocadas pelo tamanho do mercado local e dos baixos níveis de escolaridade (TORRES, 2000).

Verdadeiramente, um dos elementos que mais limitam a velocidade do processo de transformação regional refere-se às fortes desigualdades regionais no nível de renda pessoal. Diniz (1986), por exemplo, aponta a desigualdade regional da renda e, conseqüentemente, o pequeno tamanho dos mercados da periferia brasileira, como um dos principais entraves ao desenvolvimento regional. Quando se considera a renda familiar que efetivamente existe, nota-se que os níveis médios de renda familiar per capita são muito baixos em largas porções do país.²⁷

Esse fenômeno certamente não pode ser negligenciado quando se trata de pensar estratégias de desenvolvimento endógeno, tais como as enunciadas em diversos programas governamentais nos últimos anos. Por mais que as empresas locais devam buscar os mercados locais, cabe observar que os mercados locais das áreas menos desenvolvidas são pequenos em termos monetários e voltados, sobretudo, para os produtos de consumo popular.

Por exemplo, a quase totalidade dos estados do Norte e Nordeste apresentava uma renda mensal familiar per capita inferior a um salário mínimo, segundo a PNAD 2004. A rigor, esse tipo de estimativa oferece uma evidência concreta de que a capacidade de consumo e a disponibilidade local de poupança são bastante restritas nas áreas menos desenvolvidas do país. Sem dúvida, esses elementos condicionam significativamente qualquer possibilidade de desenvolvimento local endógeno, sobretudo quando também se considera o baixo nível médio de escolaridade e o quadro de má distribuição da renda e da propriedade da terra (TORRES, 2000).

²⁷ Ver Gráfico 7, à frente.

Quanto à conquista de mercados externos à região, processo normalmente associado à figura dos *clusters produtivos*, são muito mais difíceis de conquistar do que os locais. E nas regiões menos desenvolvidas do país essas dificuldades são também aprofundadas, em função da ausência de uma verdadeira cultura empreendedora, da baixa capacitação da mão-de-obra e dos baixos níveis de escolaridade. Tais argumentos não implicam dizer que *clusters* não possam surgir em regiões pouco desenvolvidas, mas sua probabilidade de sucesso é certamente mais limitada do que em outras áreas.

Por outro lado, quando se leva em conta a capacidade que o poder público local teria para lidar com os problemas do desenvolvimento, as informações disponíveis também apontam para o mesmo quadro de grande heterogeneidade regional. De modo geral, nas áreas mais pobres do país – como era de se esperar – os poderes estadual e municipal dispõem de um volume muito menor de recursos per capita, mesmo quando incluímos neste total as transferências derivadas dos outros níveis de governo (TORRES, 2000).

Os dados disponíveis indicam que nas áreas menos desenvolvidas do país, não apenas as famílias dispõem, em média, de menos recursos, mas as administrações municipais dispõem de muito menos recursos per capita para lidar com as questões relacionadas ao desenvolvimento. Em outras palavras, mesmo que as administrações locais estejam focadas no desenvolvimento local, a disponibilidade de recursos materiais para lidar com os problemas do desenvolvimento tende a ser, quase sempre, severamente limitada. Evidentemente, este argumento torna ainda mais premente a reivindicação de que exista controle social e uso eficiente dos poucos recursos disponíveis nas áreas mais pobres do país.

Em suma, as políticas regionais executadas no Brasil por mais de cinquenta anos tiveram baixa capacidade de efetivamente reduzir as macro-desigualdades regionais, embora tenham tido impacto significativo em algumas regiões e pólos de desenvolvimento. No fim dos anos 90, mesmo a proposição a respeito da pertinência de políticas regionais encontrava-se em xeque e as políticas então propostas, como as associadas à figura dos *clusters* produtivos, tinham pouca capacidade de efetivamente alterar a situação de vastas regiões pobres do Brasil, particularmente do semi-árido nordestino.

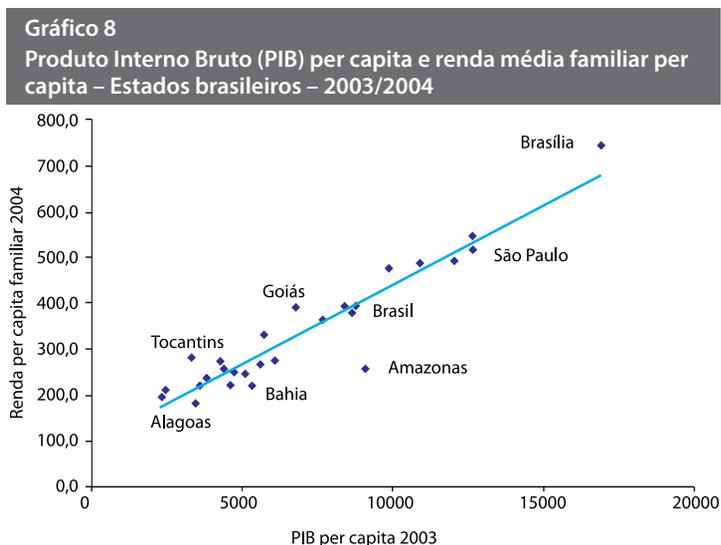
Além disso, apesar desse amplo debate sobre a questão regional no Brasil e sobre as políticas capazes de induzir ou não crescimento regional, poucas análises na área se detiveram cuidadosamente na relação entre desenvolvimento regional e pobreza. De fato, embora existam correlações positivas entre o produto per capita e níveis médios de rendimento familiar ou entre níveis de pobreza, a relação entre crescimento econômico e níveis de pobreza não pode ser considerada como dada em todas as circunstâncias. Discrepâncias entre níveis de crescimento e de pobreza colocam em relevo não apenas a presença de diferentes estruturas produtivas, mas também de diferentes regimes de proteção social e de políticas sociais (SPING-ANDERSEN, 2002).

Em vista desses elementos, vale a pena explorar neste capítulo o tema das relações entre crescimento e pobreza na perspectiva das Unidades da Federação do país. Para tanto, será

tomada como base uma análise que associa renda familiar, Produto Interno Bruto (PIB) e proporção de pobres. Trata-se de uma análise empírica preliminar e não conclusiva a ser aprofundada na escala municipal nas próximas seções deste trabalho.

O Gráfico 8 apresenta, para o ano de 2003, o PIB per capita de cada Unidade da Federação, comparado à renda média familiar per capita para 2004 em cada um desses estados. De modo geral, existe para os estados brasileiros uma significativa correlação entre renda per capita e renda média familiar ($R^2 = 89\%$), sugerindo que essas dimensões são fortemente associadas. No entanto, em alguns estados observa-se alguma discrepância entre o verdadeiro nível de renda per capita das famílias e aquele que seria esperado tendo em vista o seu PIB per capita.

Enquanto em estados como Goiás e Tocantins (localizados à esquerda da linha de tendência) o nível de renda familiar é superior ao que seria de se esperar dado o seu PIB, o contrário se verifica em estados como Amazonas e Bahia (localizados à direita da linha de tendência), onde o nível de renda média familiar é inferior ao esperado, dado seu PIB. Aparentemente, as discrepâncias observadas refletem aspectos particulares das estruturas produtivas locais, mais voltadas para atividades intensivas em capital (Amazonas e Bahia) e menos intensivas (Tocantins e Goiás). No primeiro caso, isso implica um volume substancial de produto sem uma geração proporcional de emprego e renda.

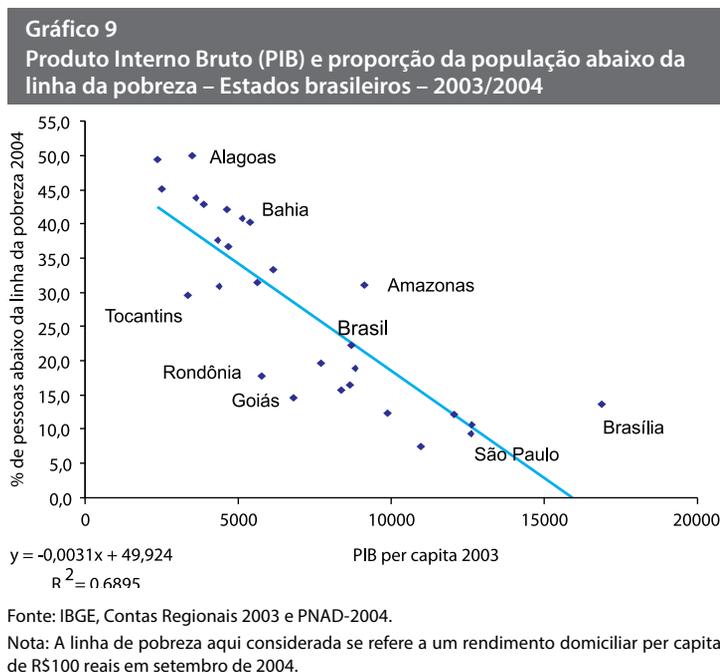


Fonte: IBGE, Contas Regionais 2003 e PNAD-2004.

Distorções como as evidenciadas podem ser entendidas, por exemplo, como resultante das trajetórias de desenvolvimento associadas a modelos de pólo de desenvolvimento voltado para atividades intensivas em capital. No caso da Bahia, apesar do grande crescimento industrial na região do Recôncavo, houve uma geração de empregos muito baixa. (Discussão na Seção 2.2.)

No entanto, apesar da pobreza relativa de sua população, esses locais que lograram desenvolver ou atrair setores produtivos de grande porte têm – devido a sua estrutura produtiva - o que se convencionou chamar de maior “comando sobre recursos”, isto é, maior possibilidade de arremontar recursos financeiros para promover seu próprio desenvolvimento. Evidentemente, essa situação é muito diferente daquela dos estados de baixa renda que são obrigados a contar, em grande parte, com recursos oriundos de transferências governamentais.

Quando se considera a comparação entre níveis de pobreza e PIB regional, essas diferenças se tornam ainda mais relevantes. Por um lado, o grau de correlação entre proporção de pobres e PIB regional é menor nesse caso ($R^2=69\%$), indicando que o nível do produto explica apenas parcialmente as diferenças em termos de níveis de pobreza entre os estados brasileiros, conforme apresentado no Gráfico 9.



Por outro lado, um conjunto importante de estados tem uma proporção muito maior de pobres do que seria de se esperar dado o seu nível de produto interno regional (estados localizados à direita no Gráfico 5). Os estados onde isso se expressa de modo mais significativo são Alagoas, Bahia, Amazonas e Distrito Federal. Na verdade, devido à estrutura de correlação entre proporção de pobres e produto interno estadual, Alagoas tem onze pontos percentuais a mais de pobres do que seria de se esperar, dada a sua posição em termos de PIB per capita. Essa discrepância é de sete pontos percentuais no caso da Bahia, nove no caso do Amazonas e dezesseis no caso de Brasília.²⁸

²⁸ Essa estimativa é calculada a partir da distância entre um ponto representado por um estado e a linha de tendência no Gráfico 5.

A Bahia é o maior desses estados em termos populacionais. Em termos absolutos, isso faz com que o estado, dada uma população total de aproximadamente 13,7 milhões de habitantes em 2004, segundo as projeções do IBGE, apresentasse 920 mil pessoas abaixo da linha da pobreza a mais do que seria de se esperar se a relação entre grau de pobreza e PIB na Bahia correspondesse à média dos estados brasileiros.²⁹

Evidentemente, explicações para tal discrepância não são unívocas. Contribui para isso a questão da concentração da propriedade da terra (Alagoas), a existência de pólos industriais intensivos em capital (Amazonas e Bahia) e as peculiaridades de uma cidade com elevada renda média derivada de transferências governamentais, localizada numa região com nível médio de renda relativamente baixo (Brasília).

Assim, tal análise coloca em relevo um aspecto essencial deste estudo: perseguir cuidadosamente as diferenças entre dinâmica econômica, condições socioeconômicas da população e níveis de pobreza nos municípios da Bahia. Para aprofundar essa discussão, serão enfocadas na próxima seção as relações entre dinâmica regional e pobreza no estado da Bahia.

2.2 A questão regional na Bahia

Até os anos 40, a economia da Bahia era fortemente dependente de *commodities* agrícolas, com destaque para o cacau-região de Ilhéus; fumo e açúcar – região do Recôncavo e uma pecuária dispersa pelo restante do estado, essa última de baixa produtividade e pequeno impacto sobre a economia regional (ALMEIDA, 2006). Produção que implicava um quadro de baixo dinamismo econômico, visto que o fumo e o açúcar sofriam forte concorrência de outras regiões do país e o cacau passou, a partir da década de 30, a enfrentar concorrência internacional significativa de produtores da África. O transporte marítimo e fluvial (pelo Rio São Francisco) eram as principais formas de transporte na região, sendo que a rede de estradas de ferro era relativamente limitada e a de rodovias praticamente inexistente. A oferta de energia elétrica também era bastante limitada, constituindo um importante impeditivo para um desenvolvimento industrial mais significativo.

As implicações de tal dinâmica para o crescimento da economia regional foram assim definidas:

Pode-se resumir afirmando que a economia baiana conheceu, do final do século XIX aos anos de 1930-40, um período de lento crescimento, marcado pelo débil dinamismo ou pela instabilidade das atividades agro-exportadoras, pela dominação quase absoluta do capital comercial sobre o conjunto das atividades econômicas regionais e, ainda, por baixas taxas de expansão urbana e industrial. (ALMEIDA, 2006, p. 19).

Esse quadro de estagnação passou a mudar de modo substancial nos anos 1950 e 1960, conforme vários elementos na literatura que apontam para essas transformações. A construção da hidroelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, ampliou a oferta de energia elétrica

²⁹ A proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza na Bahia era de 40,2% em 2004, ou aproximadamente 5,2 milhões de pessoas, segundo a PNAD 2004.

para consumo industrial, um importante ponto de estrangulamento da economia regional. A rodovia Rio-Bahia foi implantada, estabelecendo um importante elo entre a Bahia e o centro dinâmico do país. Além disso, a criação da Petrobrás implicou a exploração de petróleo no Recôncavo e, posteriormente, a implantação da Refinaria Landulpho Alves (DINIZ, 1986; ALMEIDA, 2006), que permitiu a constituição, mesmo que incipiente em seu início, de uma indústria química voltada para o processamento de matéria-prima básica.³⁰

Paralelamente, registra-se ainda ao longo dos anos 1950, a criação pelo Governo Federal do Banco do Nordeste, em 1954, e da Sudene, em 1959. Instituições que viabilizaram de modo inédito uma expansão significativa da oferta de crédito, tanto em função de taxas de juros relativamente baixas, quanto em função de prazos mais longos para a amortização dos empréstimos. Esses recursos puderam ser utilizados para modernizar plantas existentes e implantar infra-estrutura urbana necessária para a operação de equipamentos industriais. Nos anos subsequentes, esses recursos aumentaram de modo substancial em função de empréstimos internacionais e da instituição do Fundo de Investimentos do Nordeste, FINOR, em 1974 (ALMEIDA, 2006).

No entanto, o chamado salto qualitativo da economia da Bahia se deu nos anos 1960 e 1970, quando da constituição do Centro Industrial de Aratu (1967) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (1972). O projeto do Centro Industrial teve, aparentemente, impactos limitados no longo prazo, sobretudo por conta da falta de articulação setorial entre as indústrias presentes no local. Isto é, não conseguiu se constituir num verdadeiro *cluster* produtivo, no sentido de produzir articulações inter-industriais e inter-setoriais a montante e a jusante. As indústrias ali localizadas tinham poucas articulações produtivas entre si, não produzindo assim sinergias significativas e economias de aglomeração. No período recente, o Centro, apesar de ter recebido algumas indústrias leves, como as do segmento de calçados, foi caracterizado como uma espécie de cemitério de empresas (TEIXEIRA; GUERRA, 2000; SPINOLA, 2001).

O Pólo de Camaçari, por sua vez, foi concebido numa lógica de pólo de desenvolvimento industrial. Isto é, propunha-se um conjunto de atividades articuladas entre si, altamente concentradas no espaço e empregando grandes volumes de capital (SILVA, B.; SILVA, S., 1991; SILVA, B.; SILVA, S.; LEÃO, 1985). O Pólo teve, efetivamente, um impacto econômico substancial. Operando numa lógica de grande escala, com indústrias integradas no âmbito da cadeia da indústria química, fez com que, em pouco tempo, a arrecadação de ICM derivada do segmento industrial passasse de 30% para 55% do total da arrecadação desse imposto (ALMEIDA, 2006). O investimento realizado foi substancial, transformando em grande medida a economia do estado e, particularmente, a da região metropolitana de Salvador:

Os investimentos do Pólo representavam o equivalente a 30% do PIB estadual, uma proporção quatro vezes superior à registrada quando da implantação da Petrobrás 20 anos antes. Tratava-se, portanto, de um evento de inegável importância para a dinâmica econômica do estado. (ALMEIDA, 2006, p. 25).

³⁰ “No ano de pico das inversões (1959), os investimentos da Petrobrás em exploração e refino de petróleo foram equivalentes a 59,9% do PIB industrial da Bahia e a 7,9% do seu PIB total” (ALMEIDA, 2006, p. 22).

No entanto, vale ressaltar que, apesar de seu grande impacto sobre a economia da Bahia, e particularmente sobre a arrecadação pública, esse investimento fortemente concentrado em atividades intensivas em capital gerou um volume muito pequeno de novos empregos. No início dos anos 90, todo o investimento gerado teria implicado em apenas vinte e quatro mil empregos diretos (ALMEIDA, 2006). Como já mencionado anteriormente, quando se considera a relação entre pobreza e desenvolvimento regional, constata-se que o baixo impacto do projeto sobre o mercado de trabalho não permitiu indução de impactos substanciais sobre a condição social da região, a não ser indiretamente, ao promover a uma maior capacidade fiscal do estado baiano.

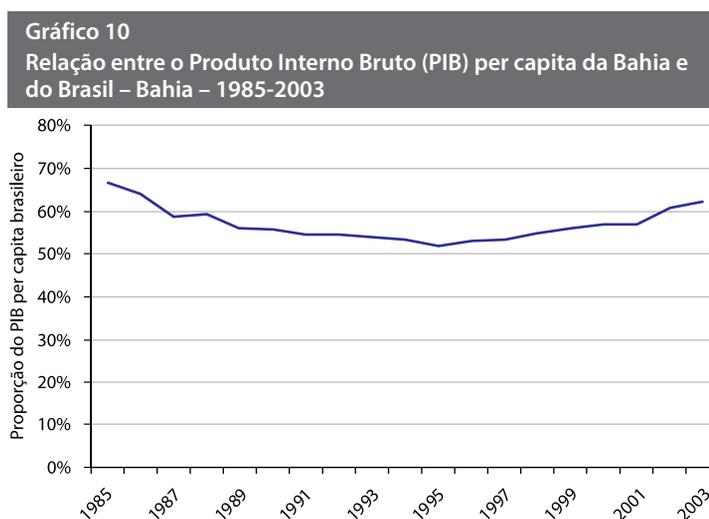
Alguns outros investimentos de grande porte, como a USIBA, no segmento de siderurgia e a Caraíba Metais, na mineração e metalurgia do Cobre, também foram implantados entre os anos 1970 e 1980, embora com impactos mais limitados do ponto de vista das articulações intersetoriais. São projetos que presentemente continuam a operar, embora o seu impacto regional possa ser considerado como relativamente limitado.

Pode-se afirmar, em suma, que em meados dos anos 1980 a economia da Bahia havia se industrializado, se forem considerados como indicador de tal fenômeno parâmetros tradicionais como a participação da indústria no PIB estadual. O estado aumentou substancialmente sua participação no PIB do Nordeste, entre 1970 e 1980, passando de 32% em 1970 para 36,5% em 1980, segundo estimativas do IBGE (VIDAL, 2004, p. 134). De certa forma, a Bahia passou a se colocar num patamar diferenciado do ponto de vista industrial em relação a outros estados do Nordeste. Porém, a maior parte da mão-de-obra do estado continuava empregada em setores tradicionais, como a agricultura e os serviços de baixa produtividade. Além disso, a Bahia apresentava ainda baixo grau de integração entre suas diversas sub-regiões, com características de forte concentração da atividade produtiva na Região Metropolitana de Salvador.

Longe de ser confortável, esse quadro gerou problemas substanciais a partir dos anos 1980. A crise nos anos 80 e a posterior abertura comercial dos anos 90 colocaram desafios competitivos consideráveis para a indústria baiana. A economia do Estado cresceu mais lentamente nesse período, sendo que sua participação no PIB nordestino regrediu de forma incisiva segundo estimativas do IBGE, para 33,4% em 2000 (VIDAL, 2004, p. 134). Em conseqüência, a contribuição da Bahia para o PIB do Nordeste, que tinha avançado sobremaneira entre 1970 e 1980, regrediu praticamente para a mesma situação de 1970.

Tal dinâmica de desenvolvimento foi caracterizada na literatura como sendo exógena e espasmódica (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Exógena porque grande parte do desenvolvimento verificado se deu no âmbito das políticas de desenvolvimento regional do Governo Federal e por ação de empresas estatais. Havia baixa participação do capital local nos grandes empreendimentos industriais dos anos 1970 e 1980. Espasmódica porque os ritmos de crescimento variaram substancialmente ao longo do tempo, não necessariamente caracterizando um processo contínuo de crescimento que ao final viesse a coroar uma mudança substancial da condição econômica e social do estado. Vale lembrar que o adjetivo “espasmódico” é atribuível não apenas à economia baiana, mas à própria economia brasileira dos últimos vinte e cinco anos.

Considerando a evolução PIB per capita da Bahia nos últimos vinte anos, pode-se observar que esses dados mostram claramente os aspectos ressaltados na discussão realizada anteriormente. Embora a economia brasileira tenha crescido muito pouco no período de 1985 a 1995, o PIB per capita baiano cai nesse mesmo período, em termos de proporção do brasileiro – passando de 67% para 52%, segundo estimativas do IBGE. Esse indicador sugere que a crise econômica vivida pelo Brasil no período foi provavelmente mais aguda na Bahia do que no restante do país. Esses dados são apresentados no Gráfico 10.



Fonte: IBGE. Contas Regionais.

No período subsequente, porém, entre 1995 e 2003, a relação entre o PIB per capita baiano e o brasileiro cresce sistematicamente, atingindo a proporção de 62% em 2003 (Gráfico 9), o que indica que o PIB baiano cresceu acima da média brasileira, momento em que a economia brasileira apresentou crescimento moderado (BAHIA, 2003). Em outras palavras, apesar da forte crise experimentada pela economia baiana entre 1985 e 1995, houve uma recuperação importante no período subsequente. Embora não se disponha de todos os elementos para explicar essa recuperação, é relevante lembrar que o período foi marcado por importantes mudanças econômicas e institucionais relacionadas, por um lado, ao surgimento de novas áreas para a produção agrícola e, por outro, ao processo de privatização que, entre outros segmentos, atingiu grande parte da importante indústria química da Bahia.

Desse modo, apesar do baixo dinamismo da economia baiana no período em enfoque, ocorreram mudanças importantes no plano da organização espacial da produção. Primeiramente, verificou-se uma significativa expansão da agricultura de soja no cerrado brasileiro, que atingiu de modo decisivo o Oeste baiano, implicando em um crescimento substancial da produção dessa leguminosa, com impactos substanciais sobre a renda na região de Barreiras, no Extremo Oeste do Estado (PORTO; PAREDES; SUERDIECK, 2001).

Em seguida, verificou-se também uma expansão substancial da agricultura irrigada na região de Juazeiro, na porção norte do estado, com uma produção importante de frutas que está sendo exportada em escala crescente. Posteriormente, o crescimento da silvicultura no sul do estado foi acompanhado da implantação de uma importante indústria de Celulose (CARNEIRO, 1995). Nessa região, a produção se deu no contexto de uma grande expansão do turismo, também com impactos importantes para a geração de renda e emprego. Finalmente, a região de Ilhéus, que, apesar de sofrer substancialmente com uma doença no cacau (vasoura de bruxa), que surgiu no final dos anos 80, manteve uma produção substantiva dessa mercadoria e também conseguiu apresentar um setor turístico em expansão, conseguindo contrabalançar parcialmente os efeitos associados à crise da cultura de cacau (PORTO, 2002; ALMEIDA, 2006).

Em outras palavras, apesar da crise verificada nas décadas de 1980 e 1990, é possível afirmar que, no início do século XXI, a economia da Bahia emergiu com um perfil produtivo bem mais diversificado setorial e regionalmente do que aquele observado nos anos 70. Vale notar, entretanto, que esse crescimento “pelos extremos”, conforme sugeriu Porto (2002), implica provavelmente um estilo de desenvolvimento onde as articulações inter-regionais continuam relativamente fracas. Segundo Almeida (2006), persiste o risco de que o complexo de soja de Barreiras estabeleça articulações mais fortes com o Centro-Oeste do que com o restante da Bahia, o complexo de celulose se articularia com o Espírito Santo e a agricultura irrigada de Juazeiro com Pernambuco. Nesse caso, novamente os efeitos de encadeamento de atividades e de gotejamento do desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1977) não se espriariam para outras regiões importantes da Bahia, como o semi-árido localizado na porção central do estado.

Cabe finalmente mencionar que, no final dos anos 1990, significativas mudanças organizacionais aconteceram no contexto de um número significativo de atividades industriais e de serviços da Bahia. Por um lado, o processo de privatização atingiu de forma substancial o setor petroquímico, sendo que uma empresa que teve origem na Bahia no setor da construção civil, a Odebrecht – que já vinha acumulando investimentos no segmento químico - passou a ter um peso muito relevante no setor. A antiga Copene, central de matérias primas do Pólo Petroquímico, foi adquirida pelo consórcio Odebrecht-Mariani, que constituiu posteriormente a empresa Braskem, onde reúne presentemente todos os ativos de petroquímica dessa organização.

Tal processo de consolidação industrial teve provavelmente impactos decisivos do ponto de vista do aumento da produtividade, inclusive porque implica na redução dos chamados “impostos em cascata”, custo muito importante quando considerados processos econômicos encadeados como os gerados no âmbito do complexo petroquímico. O Pólo também recebeu um novo investimento de porte significativo no período recente (2001), caracterizado pela fábrica de fertilizantes e herbicidas da Monsanto. Possivelmente, essa indústria irá abastecer mercados do interior da Bahia (e também do Centro Oeste e do Nordeste em geral), fortalecendo vínculos entre as áreas agrícolas da Bahia e a Região Metropolitana de Salvador.

Por outro lado, a privatização também afetou setores importantes na área de serviços, como a distribuição de energia e de telefonia. Muito possivelmente, tal privatização teve ainda um efeito difuso sobre a produtividade, principalmente no setor de serviços, uma vez que a baixa cobertura de telefonia comprometia por modos diversos as condições operacionais dos serviços em geral, inclusive aqueles realizados no âmbito do setor informal. Como aspecto negativo da privatização, ressalta-se o seu significativo impacto do ponto de vista do emprego, conforme mencionado por Almeida (2006).

Outro fato que marca a virada do milênio na Bahia é a instalação da fábrica da Ford em Camaçari. Embora não seja ainda possível aferir os impactos indiretos desse projeto, é provável que tal evento venha a atrair um conjunto relevante de atividades do complexo metal-mecânico para a região metropolitana de Salvador, invertendo definitivamente o ciclo de estagnação das décadas de 80 e 90 (UDERMAN, 2002).

Em síntese, ao refletir sobre o desenvolvimento da Bahia na perspectiva de seus impactos sociais, pode-se afirmar que, apesar do significativo incremento da industrialização nos últimos cinquenta anos, o processo foi marcado por uma série de aspectos particulares, com extensas conseqüências do ponto de vista da dinâmica social do estado:

- a) Esse desenvolvimento foi marcado por um conjunto de atividades produtivas restritas setorialmente, com baixa capacidade de geração de empregos. Não se conseguiu, assim, produzir um impacto social proporcional a outros processos de industrialização mais diversificados setorialmente. Resta verificar se a maior diversificação observada no período mais recente terá impactos mais ampliados;
- b) Trata-se também de um desenvolvimento muito desigual regionalmente. A problemática região do semi-árido continuou praticamente estagnada, salvo pelo avanço dos projetos de irrigação na região de Juazeiro, que até o momento apresenta uma amplitude produtiva e espacial relativamente limitada;
- c) Em terceiro lugar, não se verificou um crescimento da agricultura (a não ser no Oeste e na região de Juazeiro) compatível com o crescimento industrial da região metropolitana de Salvador. Por exemplo, o Recôncavo não se constituiu num cinturão verde (ALMEIDA, 2006). Como conseqüência, poucas cidades se consolidaram como de porte médio no estado e isto forma um sistema de cidades que, provavelmente, limita a possibilidade de um processo significativo e dinâmico de interiorização do desenvolvimento (PORTO, 2002; ALMEIDA, 2006).

Para aprofundar um pouco mais esses argumentos, será detalhada na próxima seção a análise da evolução da economia da Bahia tratada em escala municipal.

2.3 A desagregação municipal da questão econômica na Bahia – O fator condições econômicas

Como foi exposto na seção anterior, a dinâmica regional da economia da Bahia tem sido vista, de modo geral, pela literatura especializada como sendo, sobretudo, um processo

desarticulado regionalmente. O crescimento a partir de pólos de desenvolvimento localizados nos “extremos” do estado – Salvador, Extremo Sul, Juazeiro e Barreiras – não teria, segundo a maioria dos autores considerados, capacidade de promover articulações inter-regionais muito significativas, o que implicaria manter extensas regiões da Bahia em situação de significativo atraso econômico.

Frente a esse diagnóstico, a presente seção tem dois objetivos principais, cujo primeiro é construir um indicador de condições econômicas dos municípios baianos para 1991 e 2000 – a partir do recurso à análise fatorial e *clusters*, o que nos permitirá avaliar esses argumentos e auxiliar a refletir sobre a dinâmica econômica dos municípios da Bahia anos 90. O segundo objetivo é comparar a distribuição das atividades econômicas observadas às principais concentrações de pobreza no estado, identificadas na seção anterior, avaliando até que ponto essas duas dimensões estão, ou não, associadas.

Para tanto, assim como no Capítulo 1, será desenvolvida nesta seção uma análise fatorial, em que se identificará a distribuição da atividade econômica nas diferentes regiões do estado.³¹ A rigor, tal indicador seria desnecessário se as séries históricas de PIB municipal existissem de modo sistemático para os anos da década de 90. Como esse indicador na escala de municípios só veio a ser desenvolvido mais recentemente, a partir do conjunto de variáveis econômicas organizadas no banco de dados disponibilizados pela SEI, construiu-se um indicador alternativo que explica, aproximadamente, 76% da variabilidade observada. Este indicador foi composto pelas seguintes variáveis:

- Logaritmo neperiano do valor adicionado per capita (milhões de reais);³²
- Logaritmo neperiano do consumo per capita de energia elétrica no setor de serviços, comércio e rural (mwh);
- Consumo per capita de energia elétrica residencial (mwh);
- Renda per capita (em reais).

Pode-se notar, esse indicador combina variáveis relativas às atividades propriamente econômicas dos municípios – como valor adicionado – a variáveis relativas à capacidade econômica das famílias (renda per capita e consumo de energia elétrica residencial). O consumo de energia elétrica industrial não foi incluído nessa medida porque é fortemente afetado pelo tipo de atividade de alguns setores industriais específicos, os chamados setores eletro intensivos. Ou seja, esse fator evidencia o tipo da atividade econômica no município e seu respectivo impacto para a renda média das famílias. Os valores mais baixos apontam para níveis mais baixos de atividade econômica e, níveis mais altos apontam para maior atividade.

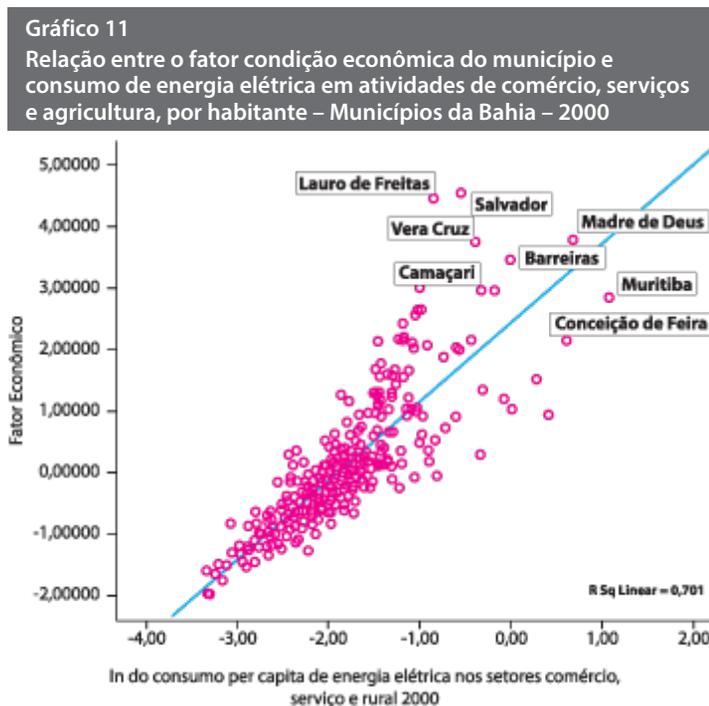
No caso do valor adicionado e do consumo comercial de energia elétrica, a opção foi construir um indicador per capita e adotar uma escala logarítmica, em razão da grande heterogeneidade dos municípios baianos no que se refere a essas variáveis. O indicador, assim construído,

³¹ Para uma discussão mais detalhada da análise fatorial ver Seção 1.4 e Anexo 1.

³² Valores corrigidos para 2000 pelo IGP-DI.

tende a reduzir o grau de heterogeneidade dos municípios baianos no que diz respeito a esses aspectos. Porém, as diferenças entre áreas continuam a se manifestar claramente e tal indicador também permite comparações interessantes com o fator de pobreza, como ainda será discutido.

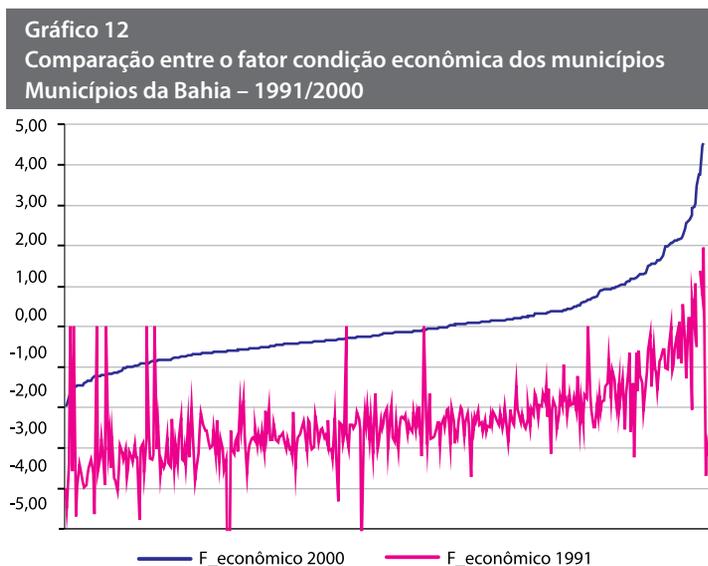
Para testar a pertinência do fator de condições econômicas, foi analisada a relação entre esse novo indicador e alguns de seus componentes relacionados a atividades econômicas típicas, como o consumo de energia elétrica em atividades comerciais - comércio, serviços e agricultura (Gráfico 11).



Pode-se observar que existe significativa correlação entre o novo indicador e o consumo de energia elétrica comercial per capita ($R^2 = 70\%$). Além disso, Salvador e Barreiras, municípios com maiores níveis no consumo de energia elétrica comercial, apresentam-se com níveis elevados no fator “condição econômica do município”. As correlações entre este fator econômico e o valor adicionado per capita (R^2 de 66%) e entre o fator econômico e a renda domiciliar per capita (R^2 de 75%) também são elevadas, indicando que se trata de uma variável robusta e que reflete adequadamente as condições econômicas médias do município.

Quando se considera a evolução temporal desse indicador, comparando os resultados de 1991 com 2000, pode-se verificar uma notável evolução ao longo desses nove anos (Gráfico 12). Muitos elementos podem explicar essa variação, sendo provavelmente a mais importante o processo de estabilização econômica, verificado a partir do Plano Real, em 1994. De fato, indicadores semelhantes desenvolvidos para outras regiões do país também têm apontado

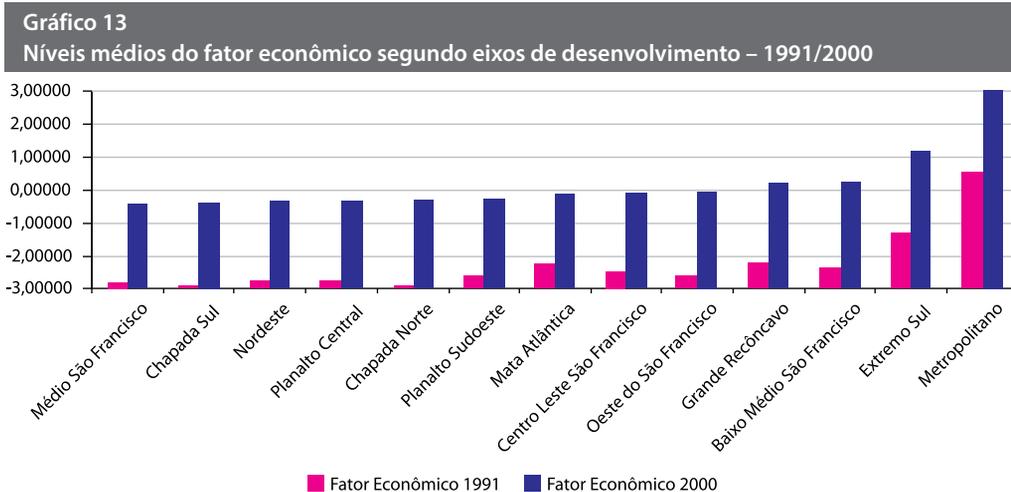
para tendências semelhantes (SEADE, 2001). Ademais, 1991 é um ano relativamente atípico, de crise e recessão econômica decorrentes do final do Plano Collor, o que implica em dizer que esta discussão se estabelece a partir de um patamar comparativo baixo. Outro aspecto que tem efeitos sobre os resultados observados para o fator econômico refere-se à política de eletrificação rural da Bahia, intensa na década de 1990.



Conforme já foi destacado anteriormente, em 1991, apenas os municípios pólo encontravam-se efetivamente acima da média do estado para 2000.³³ Por outro lado, apenas uma dezena de municípios apresentou condições econômicas em 2000 inferiores às observadas em 1991. Tratava-se, nesse caso, de algumas variações fortes na posição relativa de alguns poucos municípios de menor porte, o que pode ser explicado por problemas relativos a oscilações nos dados estatísticos.

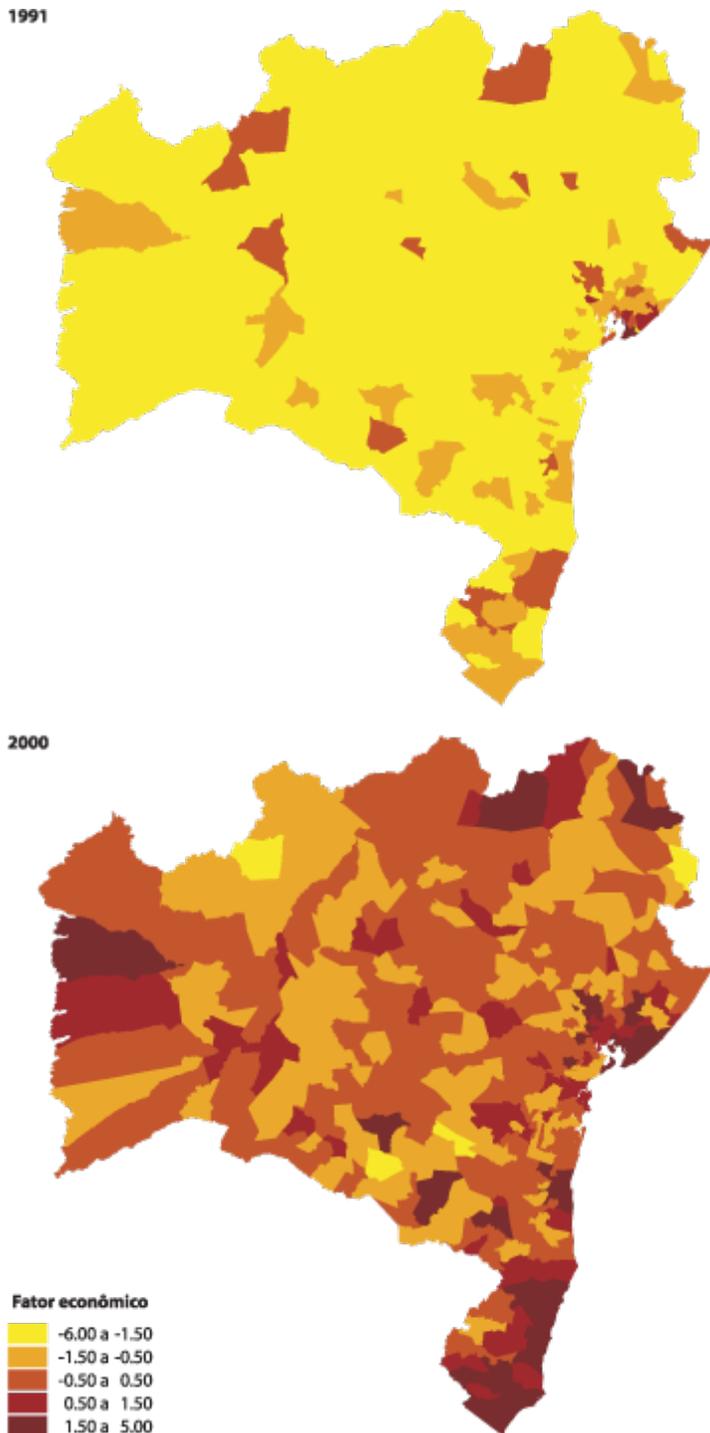
Ao contrário do fator pobreza, a evolução do fator econômico parece ter se manifestado de modo relativamente homogêneo no espaço, quando se considera a evolução média do fator de condição econômica, segundo eixo de desenvolvimento (Gráfico 13). Todas as áreas apresentaram uma evolução significativa. Além disso, a hierarquia entre áreas evidenciou poucas modificações substanciais, sendo que os dois eixos que lideravam o estado nesse fator em 1991 – Extremo Sul e Metropolitano – continuavam a fazê-lo em 2000. Nota-se também que a pior área do ponto de vista do indicador econômico, o eixo Médio São Francisco, era também a pior em termos do fator de pobreza apresentado anteriormente, embora as diferenças sejam pouco significativas entre aqueles eixos com pior condição média nesse indicador.

³³ De acordo a escala aqui adotada, a média do estado é 0.



Em face desses resultados, torna-se importante aprofundar a reflexão a respeito da distribuição espacial do fator econômico. No Mapa 3, pode-se também observar a significativa variação nos níveis desse fator entre 1991 e 2000, conforme mencionado anteriormente. Enquanto em 1991 apenas poucos municípios-pólo se destacavam de uma massa de municípios com condições econômicas precárias, os dados para 2000 indicam uma melhoria considerável da situação, mas sem grande incremento no processo de diversificação espacial – como se poderá verificar no Mapa 4 – a não ser pela continuidade do fortalecimento dos pólos no entorno de Salvador e ao longo do Litoral Sul.

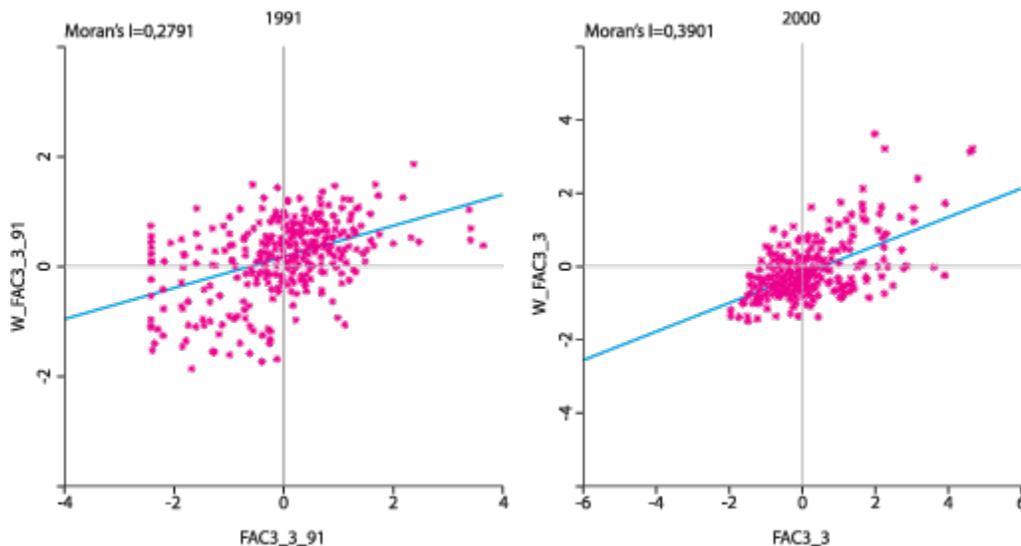
Mapa 3
Distribuição espacial do fator econômico – Municípios da Bahia – 1991/2000



Algumas das regiões com níveis mais baixos do fator econômico, em 2000, localizavam-se em regiões relativamente problemáticas do ponto de vista da pobreza, identificadas no capítulo anterior: as áreas ao longo do vale do São Francisco, sobretudo eixo de desenvolvimento denominado Médio São Francisco e em trechos dos eixos Nordeste, Chapada Norte. Porém, destaca-se, no mesmo sentido, o Planalto Sudoeste. Curiosamente, essa última área não aparecia entre as piores do ponto de vista dos indicadores de pobreza discutidos anteriormente.³⁴

Quando se considera, de modo mais específico a distribuição espacial dos municípios da Bahia, do ponto de vista da formação ou não de aglomerados espaciais - a partir das técnicas de Moran local e global, tal como utilizadas no Capítulo 1 - o quadro obtido é menos óbvio. Por um lado, embora a autocorrelação espacial entre os municípios, no que diz respeito ao fator de condições econômicas tenha crescido entre 1991 e 2000, esse crescimento não se deu de forma muito acentuada, sendo que o Índice Global de Moran passou de 27,9% em 1991 para 40,1% em 2000.³⁵ Dado indicativo de que, em 1991, a Bahia já era mais diferenciada regionalmente em termos econômicos do que sociais. De todo modo, ao observar o diagrama de espalhamento de Moran, percebe-se que, em 2000, uma parcela muito grande dos municípios da Bahia passa a se posicionar próxima à média do estado, diminuindo, com isso, o número de municípios considerados em situação muito ruim. (Gráfico 14).³⁶

Gráfico 14
Diagrama de espalhamento de Moran para o fator econômico - 1991/2000



O quadro de relativa homogeneidade espacial do fator econômico pode também ser observado a partir do mapa de Moran Local. Efetivamente, ao observar essa distribuição, percebe-se a formação de duas nítidas aglomerações de municípios do tipo alto-alto (*high-high*) para esse fator em 2000: o entorno da Região Metropolitana de Salvador e o Extremo Sul (resultados no Mapa 4).

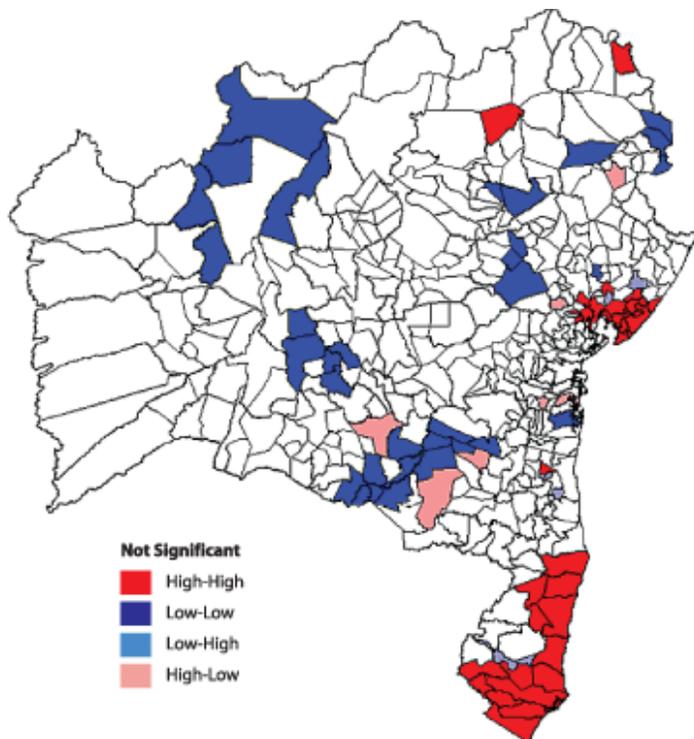
³⁴ Retoma-se esse ponto em outro trecho deste estudo.

³⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre a utilização desse método ver a seção 1.4.

³⁶ Essa concentração em torno da média estadual em 2000 também pode ser encontrada nos Gráficos 11 e 12.

Mapa 4

Aglomerações espaciais do fator econômico, segundo a técnica de Moran local – Municípios da Bahia – 2000



Nota: Nível de significância de 95%.

Como discutido anteriormente, o tipo alto-alto significa um elevado nível do indicador econômico no município em questão e em seus vizinhos mais próximos. Na maior parte do estado predominam as situações de baixa diferenciação, com poucos aglomerados significativos do tipo baixo-baixo (*low-low*) e a grande maioria dos municípios sem apresentar padrões significativos de associação espacial (*not significant*). No caso dos aglomerados com fator econômico negativo, o único com um número mais considerável de municípios se localiza no eixo de desenvolvimento Planalto Sudoeste, nas imediações do município de Vitória da Conquista.³⁷ O Município de Barreiras aparece como “não significativo” neste mapa, pois não tem vizinhos com níveis tão altos em termos comparativos e, portanto, não forma um *cluster* de alta concentração no fator econômico.

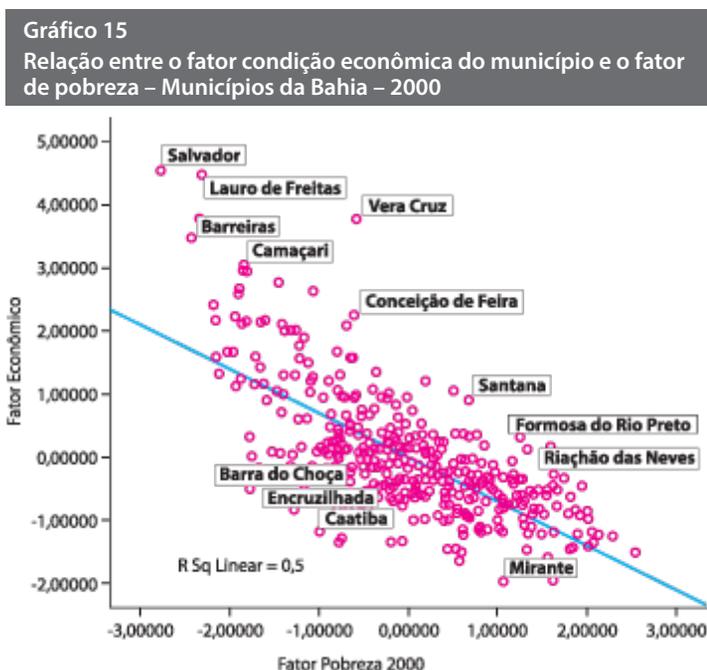
Esses dados sugerem que a hipótese da literatura a respeito do chamado “crescimento pelos extremos”, sem a ocorrência de articulações regionais mais significativas, é parcialmente correta. De fato, os resultados aqui expostos indicam que, por um lado, os Pólos de Salvador e Extremo Sul vão conseguindo formar uma espécie de dinâmica micro-regional, com

³⁷ Surpreendentemente, em tal região também se localiza um aglomerado com fator de pobreza baixo, como será discutido neste estudo.

espraiamento dos efeitos do crescimento econômico para os municípios vizinhos. Embora tais aglomerados espaciais não sejam muito extensos, são inegavelmente importantes e podem se articular de modo mais orgânico ao longo da presente década.

Por outro lado, os pólos de Barreiras, Juazeiro, Vitória da Conquista ainda não conseguiram extrapolar seu crescimento econômico de modo significativo para os municípios adjacentes. Além disso, como o estado é muito grande e existe uma grande *hinterland* com baixo dinamismo econômico, a construção de processos que viabilizem uma maior articulação entre os pólos mais dinâmicos e o espraiamento territorial do dinamismo local são, possivelmente, parte das principais tarefas do planejamento regional do Estado.

É importante salientar que as análises oferecidas a partir do fator pobreza e do fator econômico apresentam um quadro relativamente dissonante. Enquanto no primeiro caso argumenta-se pela ocorrência de uma maior diversificação regional nas situações de pobreza, no segundo caso argumenta-se que essa diversificação ainda não se deu de modo muito claro no fator econômico. Nesse sentido, explorar as relações entre o fator econômico e o fator pobreza pode trazer elementos mais gerais para a interpretação que se pretende aqui realizar. Para isso, apresenta-se no Gráfico 15, a relação entre fator de pobreza e fator de condição econômica.



Verifica-se no Gráfico 15, que embora as duas dimensões estejam relativamente correlacionadas, tal correlação não é particularmente elevada ($R^2=50\%$). Por um lado, encontra-se acima da linha de tendência alguns municípios muito importantes e muito distantes dessa linha de tendência: Salvador, Barreiras, Camaçari e Lauro de Freitas. Esses municípios têm um fator

econômico muito maior do que seria de se esperar dado o seu fator de pobreza. Em outras palavras, assim como o estado da Bahia, os grandes municípios desse estado têm uma situação de pobreza discrepante do seu atual nível econômico, devido às relações médias entre fator econômico e fator de pobreza. Isso se deve, provavelmente, ao peso de atividades intensivas em capital, que não empregam mão-de-obra proporcionalmente, e ao possível impacto da dinâmica migratória.

Os municípios abaixo da linha de tendência apresentam uma atividade econômica inferior às expectativas geradas pela situação de pobreza aí existente. Trata-se de municípios que têm um fator de pobreza inferior ao que seria de se esperar, dada a precária condição econômica. Nesse caso, alguns dos municípios mais distantes da linha de tendência pertencem ao eixo de desenvolvimento Planalto Sudoeste: Barra do Choça, Encruzilhada e Caatiba. Eixo que se evidencia por mostrar, simultaneamente um aglomerado com baixa concentração relativa de pobreza (conforme apontado no Mapa 2) e um aglomerado com baixa condição econômica (segundo o Mapa 4).

Em suma, os resultados aqui apresentados indicam que o processo de diferenciação regional das manchas de pobreza não pode ser plenamente explicado pela diferenciação regional da atividade econômica no estado. Embora não se disponha de elementos para discutir aqui por que o Planalto Sudoeste apresenta resultados discrepantes para os fatores pobreza e econômico – o que exigiria um maior grau de conhecimento local – é possível que existam lições de políticas públicas relevantes a serem aprendidas nesse local. Resultados desse tipo não são exóticos na literatura, sendo, ao contrário, parte do conjunto de evidências apontadas pelo projeto do IDH de que nem sempre o chamado desenvolvimento humano pode ser diretamente derivado do desenvolvimento econômico (PNUD, 2003), conforme será discutido na próxima seção.

3 A DINÂMICA SOCIAL DA BAHIA

Depois de examinar detalhadamente a dinâmica econômica e da pobreza na Bahia, realizada nos capítulos anteriores, nesta seção busca-se refletir mais especificamente a respeito do que é considerado neste estudo como dinâmica social. Como mencionado anteriormente, parte-se do pressuposto de que não necessariamente aspectos sociais relevantes, como a saúde e a educação, são imediatamente determinados pelas condições econômicas mais gerais, ou mesmo pela incidência de pobreza. Tal proposição tem sido feita claramente no âmbito do projeto do IDH (PNUD, 2003), quando argumenta que o chamado desenvolvimento humano deve ser compreendido de maneira ampla, além dos aspectos estritamente econômicos, incorporando outras dimensões relevantes.

Vale também destacar que, embora esta seção não estivesse especificada nos termos de referência do projeto original, entende-se que a incorporação à análise de aspectos que contemplem, além da pobreza, aspectos mais gerais da questão social – como as condições de educação dos municípios contribui, em grande medida, para tornar a interpretação oferecida aqui útil do ponto de vista das políticas públicas da Bahia.

Para contemplar esse argumento, o trabalho continua com base na análise fatorial e com as técnicas de Moran, os mesmos recursos metodológicos usados nos capítulos anteriores. Também, foram submetidos diferentes variáveis do banco de dados fornecido pela SEI – no que diz respeito ao componente de “condições de vida” – ao modelo de análise fatorial. Esse modelo gerou dois fatores principais que explicam 64% dessa variabilidade observada. Isso permitiu que se contemplassem, na presente análise, duas dimensões principais: o tema da educação, expresso pelo que se denomina “fator escolaridade dos jovens”; e o tema demográfico, expresso pelo “fator demográfico”.³⁸ (principais detalhes dessa análise fatorial – Anexo 1).

Assim como no capítulo anterior, além de discutir os resultados propriamente ditos, analisando a evolução temporal do novo indicador e sua distribuição regional, compara-se esse indicador ao fator de pobreza apresentado no Capítulo 1, de modo a se obter mais elementos para interpretar a questão da evolução das manchas de pobreza no estado.

3.1 Fator de escolaridade dos jovens

Denomina-se o primeiro fator dessa análise das condições sociais como um fator de “escolaridade dos jovens”, porque as variáveis que o compõem refletem sobretudo essa dimensão:

³⁸ Não se julgou necessário apresentar aqui uma discussão conceitual detalhada sobre a questão social na Bahia, até porque isso está em boa medida contemplado no Capítulo 1.

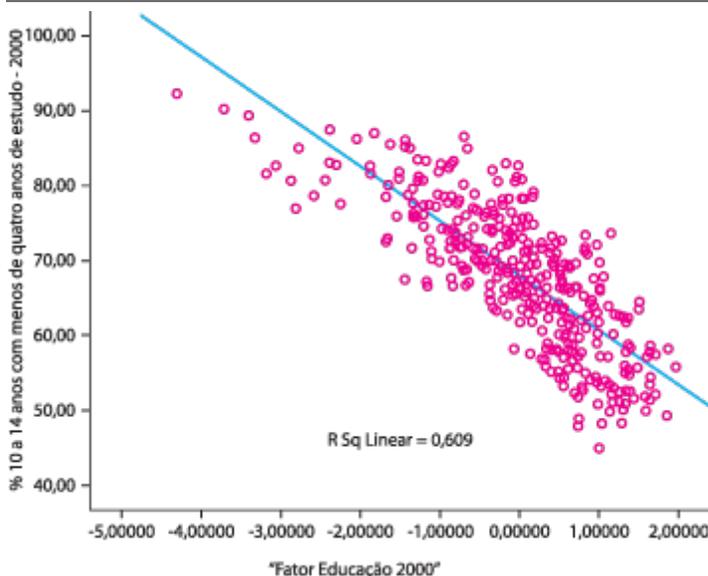
- % de crianças de cinco a seis anos na escola;
- % de crianças de sete a quatorze anos freqüentando o ensino fundamental;
- % de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo;
- % de jovens de 18 a 24 anos analfabetos.

Esse fator se concentra em crianças e adolescentes e não incorpora elementos da escolaridade de adultos, como a proporção de adultos analfabetos com mais de 25 anos, por exemplo. Trata-se, na verdade, de uma variável que combina taxas de cobertura do ensino infantil e fundamental com níveis de escolarização de adolescentes e jovens. Isto significa que essa variável consegue captar não o nível de escolaridade do conjunto da população, mas o acesso à escola e o nível de escolarização dos mais jovens.

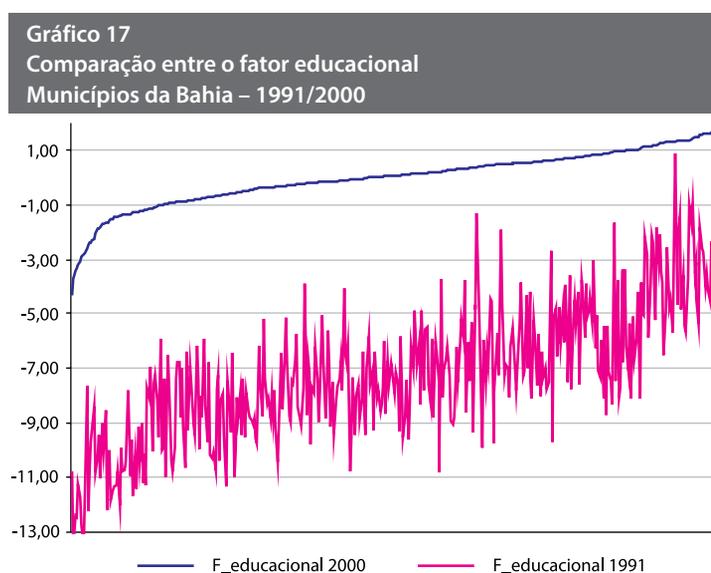
Vale destacar que, ao contrário dos indicadores educacionais para o conjunto da população, essa variável capta de modo mais sensível a dinâmica do sistema educacional no período mais recente. Nesse sentido, uma variável desse tipo é, por definição, relativamente sensível a variações rápidas no grau de acesso à escola, como as verificadas de modo intenso no Brasil no período recente, a partir do advento do Fundef, fundo constitucional derivado de uma emenda constitucional de 1996, que alterou a forma de financiamento do ensino fundamental no país.

Assim como nos modelos apresentados anteriormente, o fator de escolaridade aqui construído está correlacionado com as variáveis que o compõem. De fato, a correlação entre o fator escolaridade e a proporção de crianças de dez a quatorze anos com menos de quatro anos de estudo é elevada ($R^2=61\%$), conforme evidenciado no Gráfico 16, apresentado abaixo.

Gráfico 16
Relação entre o fator educacional e proporção crianças de 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo
Municípios da Bahia – 2000



Avançando na interpretação dos resultados, ao observar a evolução temporal do fator escolaridade, nota-se uma importante transformação do quadro educacional da Bahia entre 1991 do que em 2000, como pode ser visto no Gráfico 17. Por exemplo, na média dos municípios da Bahia, a proporção de analfabetos com idade de 18 a 24 anos caiu de 32% para 13% no período. Esse tipo de dado mostra que, embora ainda persistam deficiências educacionais muito importantes no estado, o quadro existente no início da década de 90 era muito mais problemático, tendo apresentado, desde então, uma evolução significativa. Cabe ainda ressaltar que tal evolução não é específica da Bahia, tendo acontecido em boa parte dos estados do Brasil (SEADE, 2001). A evolução do fator educacional para os municípios da Bahia pode ser observada no Gráfico 17, que compara a distribuição desse fator entre os anos de 1991 e 2000.

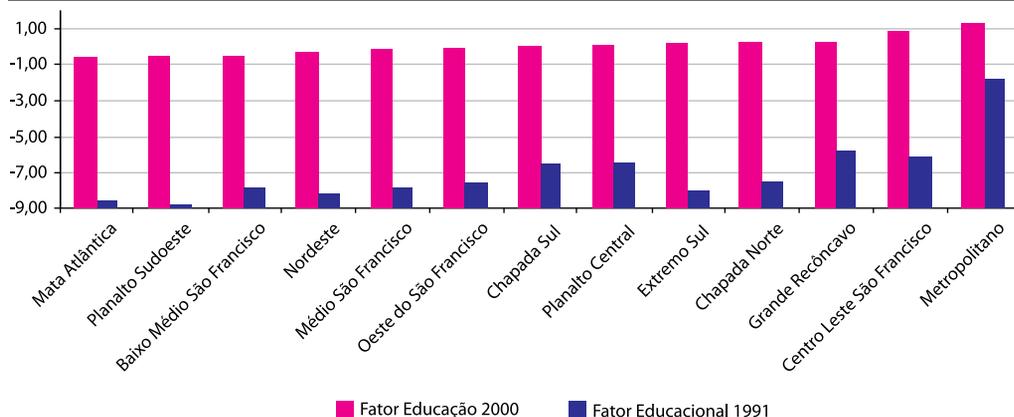


O Gráfico 17 indica que a diferença entre os municípios pior e melhor posicionados em 1991 era muito mais acentuada do que em 2000. Além disso, apenas municípios específicos, como Salvador, apresentavam um nível educacional compatível com a escala de variação observada em 2000. Trata-se, sem dúvida, de uma mudança importante, relacionada às políticas educacionais dos anos 90 e ao baixíssimo patamar anterior.

Quando se observa tais variações segundo eixo de desenvolvimento, verificam-se algumas surpresas. Eixos pior classificados do ponto de vista dos indicadores de pobreza e econômico, como o Centro Leste São Francisco, apresentam uma posição relativamente melhor do ponto de vista do indicador educacional. Porém, o eixo Metropolitano, melhor posicionado nos outros dois indicadores, situa-se também na primeira posição também no que diz respeito ao indicador educacional. (Resultados no Gráfico 18).

Gráfico 18

Níveis médios do fator educacional segundo Eixos de Desenvolvimento – 1991/2000

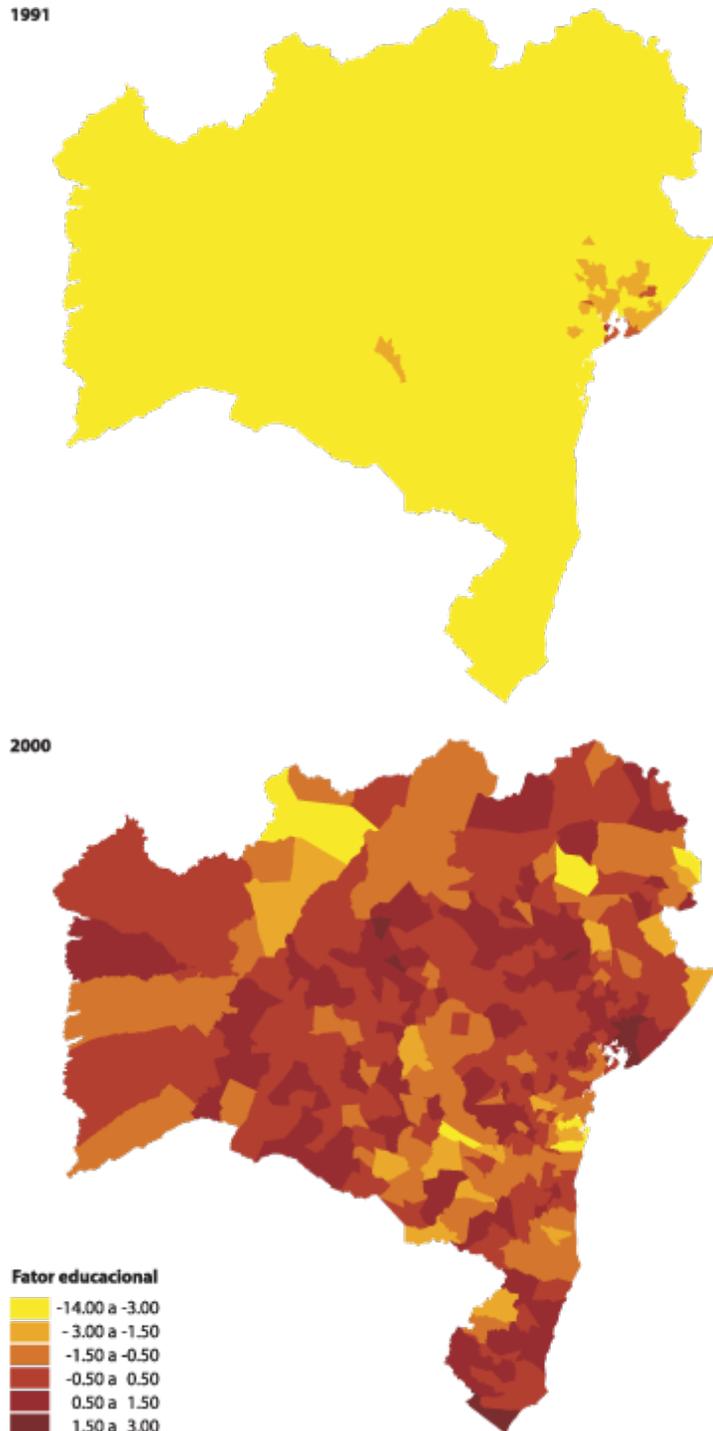


Pode-se também notar uma maior semelhança entre os diversos eixos de desenvolvimento em 2000 do que em 1991, no que se refere ao fator educacional. Enquanto em 1991 o eixo metropolitano encontrava-se muito à frente dos demais, no quesito educação. Em 2000, essas diferenças ficam menos acentuadas. Resumindo, as recentes políticas educacionais parecem ter reduzido as disparidades de acesso entre as diferentes regiões do estado, embora seja o caso de argumentar que disparidades significativas ainda persistem.

Para avançar na observação da evolução espacial desse indicador, expõe-se no Mapa 5, a distribuição do fator educacional por municípios para 1991 e 2000, onde se constata que, em 1991, apenas Salvador e alguns municípios próximos apresentavam uma situação educacional minimamente comparável à existente em 2000. Nota-se também que a região cacauieira (eixo de desenvolvimento da Mata Atlântica) continuou relativamente mal posicionada em 2000, ao passo que a região central do Estado apresentou avanços expressivos com uma maior difusão de níveis intermediários do fator de escolaridade.

Como mencionado anteriormente, tais resultados apontam, novamente, para uma evolução desigual das condições sociais, que não pode ser interpretada como totalmente derivada da evolução das condições de pobreza e renda das famílias ou mesmo condicionada diretamente pelas condições econômicas mais gerais. Para que se compreenda melhor os padrões de evolução das condições educacionais dos municípios da Bahia, repetem-se aqui os exercícios realizados anteriormente, tendo por base as técnicas de Moran Global e Local.

Mapa 5
Distribuição espacial do fator de escolaridade dos jovens Municípios da Bahia – 1991/2000



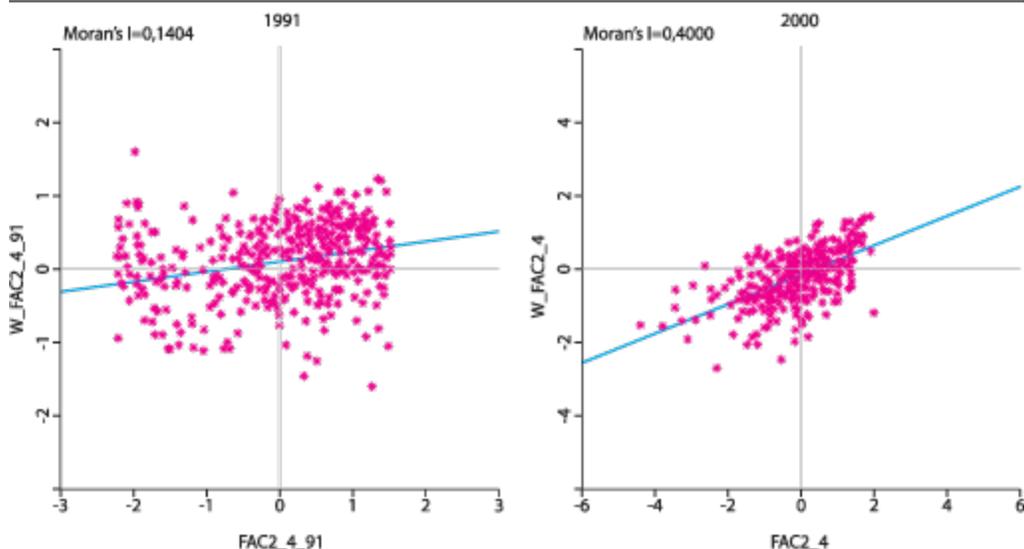
Pode-se verificar no Gráfico 19, que apresenta os diagramas de espalhamento de Moran, um quadro semelhante ao observado para o fator de pobreza.³⁹ Enquanto em 1991 não existia um padrão de associação espacial muito claro entre o fator educacional de determinado município e de seus municípios vizinhos – isto é, não se caracterizavam agrupamentos territoriais nítidos do ponto de vista desse indicador – em 2000, os padrões de associação espacial aumentam significativamente. Como consequência, o indicador de Moran Global cresce de 14% para 40%.

Esses dados sugerem que, a partir de 2000, aumenta a diferenciação territorial entre regiões, no que se refere à escolaridade. Os agrupamentos territoriais passíveis de serem observados, a partir das técnicas de Moran Local, passam a ser relativamente nítidos, destacando regiões já mencionadas na análise por eixo de desenvolvimento. Como aglomerados do tipo alto-alto (*high-high*), isto é, municípios que simultaneamente apresentam níveis elevados do indicador e que também têm vizinhos com nível elevado, destacando-se municípios dos eixos Metropolitano, Grande Recôncavo e Centro Leste São Francisco. Como aglomerados do tipo baixo-baixo, destacam-se alguns municípios dos eixos Mata Atlântica, Planalto Sudoeste e Nordeste. (Resultados no Mapa 6).

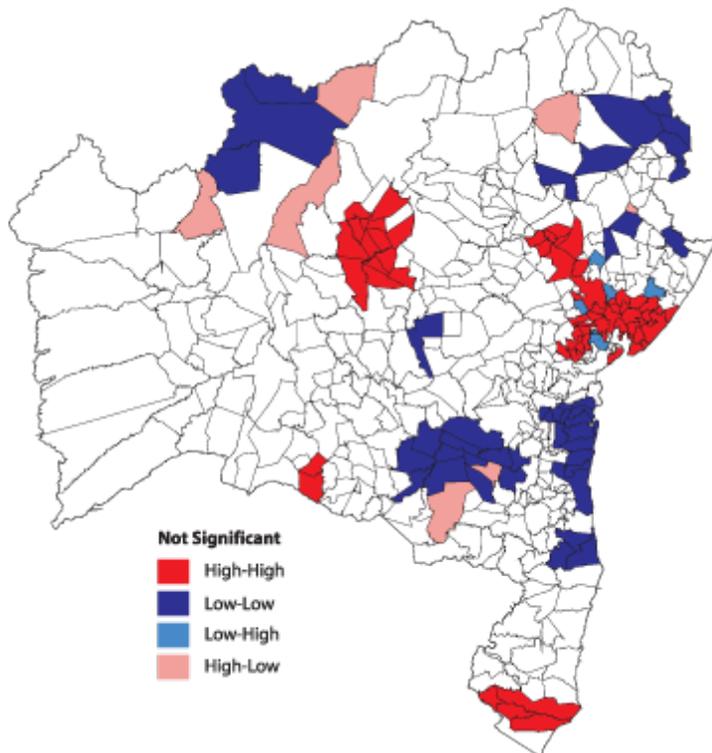
É relevante questionar sobre as razões por que os municípios da região de Irecê, no eixo de desenvolvimento Centro Leste São Francisco, mostram indicadores educacionais acima da média estadual. Isto porque, esses municípios, como discutido anteriormente, apresentaram indicadores econômicos relativamente precários e uma elevada condição de pobreza.

Gráfico 19

Diagrama de espalhamento de Moran para o fator educacional – 1991/2000

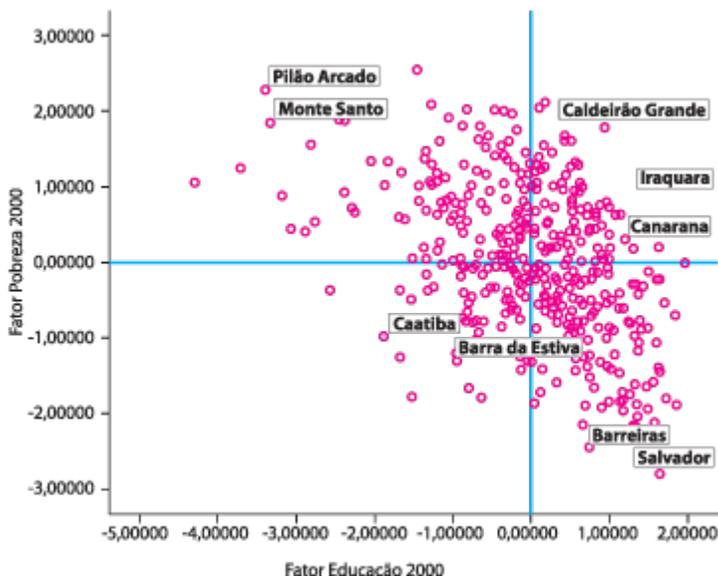


Mapa 6
Aglomerações espaciais do fator educacional, segundo a técnica de Moran local – Municípios da Bahia – 2000



Embora não se tenha aqui tais respostas, que dependem evidentemente de uma avaliação mais cuidadosa da situação local não possível no escopo deste trabalho, é provável que nessa área existam experiências relevantes, que poderiam, em tese, ser disseminadas para outras localidades do estado. Nesse sentido, é imperativo explorar a relação entre o indicador de pobreza desenvolvido no Capítulo 1 e o indicador educacional aqui apresentado (Gráfico 20).

Gráfico 20
Relação entre o fator educacional e o fator de pobreza
Municípios da Bahia – 2000



Antes de quaisquer interpretações, pode-se verificar, que a correlação entre os dois indicadores é baixa ($R^2 = 19\%$), o que indica que presentemente a escolarização dos mais jovens não pode ser interpretada como um fenômeno dependente da pobreza. Para explorar esse argumento, o gráfico foi dividido a partir da média das distribuições, quando se identificaram quatro situações distintas.⁴⁰ Duas situações relativamente esperadas se evidenciaram: municípios com alto fator de pobreza e baixo fator educacional, como no caso de Pilão Arcado e Monte Santo, elemento típico das situações tradicionais de pobreza, onde todas as dimensões negativas se acumulam simultaneamente. Foram encontrados também municípios com fator de pobreza baixo e fator educacional elevado, outra situação relativamente esperada, típica de municípios mais desenvolvidos como Salvador e Barreiras.

Existem ainda situações relativamente inesperadas e que implicam lições do ponto de vista das políticas públicas: municípios em que o fator de pobreza é baixo, ou seja, com níveis de pobreza baixos, mas com precárias condições educacionais, como é o caso de Caatiba e Barra do Estiva. As condições que esses locais tiveram, do ponto de vista da redução da pobreza, não se traduziram em melhora proporcional na educação. Há que se fazer um levantamento específico a respeito das características peculiares desses locais para identificar aspectos da política educacional a serem aperfeiçoados. Finalmente, existem também os municípios com fator de pobreza elevado e condição educacional relativamente boa, considerada a média do estado da Bahia. Nesse caso encontram-se municípios como Caldeirão Grande e Iraquara, que talvez tenham sido capazes de desenvolver experiências educacionais relevantes, que os

⁴⁰ Como mencionamos anteriormente, essas variáveis foram padronizadas de modo que sua média fosse igual a zero.

fizeram se destacar dos demais municípios na mesma condição de pobreza. Novamente, há que se conhecer mais a situação local para se chegar a argumentos mais conclusivos.

Esses resultados mostram que as situações de pobreza, longe de serem homogêneas em todas as localidades, apresentam peculiaridades locais importantes, relacionadas, por exemplo, às características das políticas públicas adotadas localmente. Nesse contexto, a discussão do fator demográfico significa um avanço.

3.2 Fator demográfico

O segundo fator desta análise das condições sociais foi denominado como “demográfico” porque as variáveis que o compõem são partes da tradição dessa disciplina. No entanto, tais variáveis também dialogam claramente com a dimensão saúde, como se poderá observar:

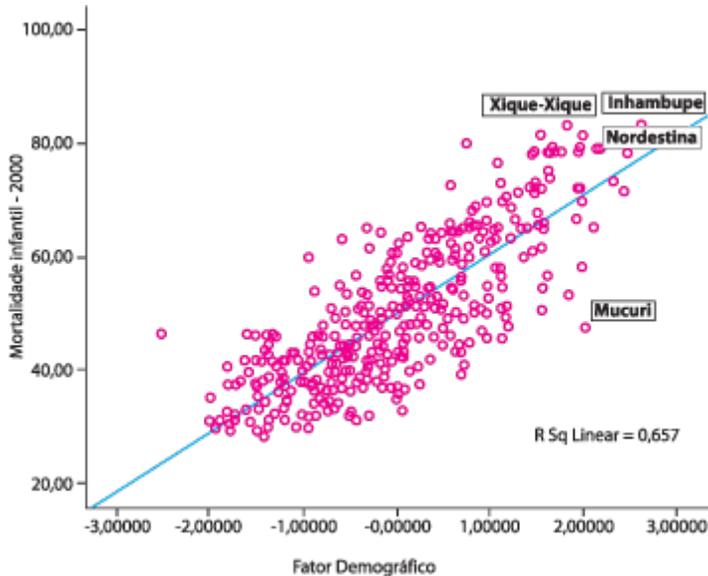
- Taxa de mortalidade infantil;
- Taxa de fecundidade;
- % de mulheres de 15 a 17 anos com filhos.

De modo geral, esse fator expressa variáveis demográficas classicamente associadas às condições de pobreza, tais como taxa de mortalidade infantil, taxa de fecundidade e taxa de gravidez na adolescência. De modo geral, a mortalidade infantil é mais elevada entre as famílias com maior número de crianças. Por outro lado, a gravidez na adolescência implica também um maior nível de risco para os recém-nascidos e uma maior probabilidade da mulher apresentar uma fecundidade elevada.

Assim como no caso das outras dimensões consideradas, as variáveis que compõem esse indicador estão altamente correlacionadas ao fator propriamente dito. Para evidenciar tal relação, apresenta-se no Gráfico 21, a relação entre mortalidade infantil e o fator demográfico. Vale notar que quanto maior o indicador, pior a condição do município. Observa-se que tais variáveis se encontram significativamente correlacionadas ($R^2 = 65\%$).

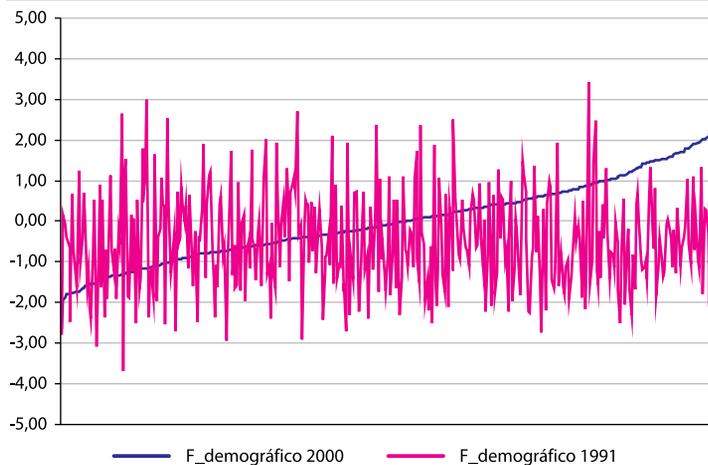
Nota-se também que alguns municípios do Polígono das Secas, como Xique-Xique, Inhambupe e Nordestina apresentam, como usualmente descrito na literatura, elevados níveis de mortalidade infantil e, analogamente, elevado nível do indicador demográfico. Por outro, observam-se também alguns poucos *outliers*, como Mucuri, o que pode estar relacionado a alguma dinâmica particular dessa região em importante processo de transformação social com o advento do turismo e da indústria de celulose. Novamente, apenas uma observação local poderia lançar mais luz sobre as peculiaridades desse município.

Gráfico 21
Relação entre o fator demográfico e mortalidade infantil
Municípios da Bahia – 2000



Faz-se necessário salientar, que ao longo da década de 90, a evolução temporal desse indicador, ocorreu de modo contrário aos fatores econômico e educacional, que, para boa parte dos municípios da Bahia, não apresentou melhora significativa no fator demográfico (Gráfico 22).

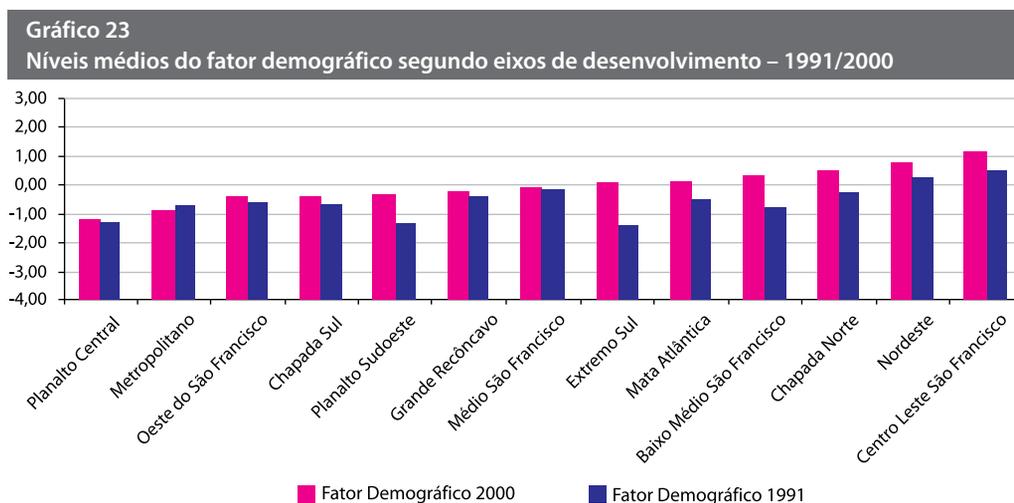
Gráfico 22
Comparação entre o fator demográfico medido
Municípios da Bahia – 1991/2000



Isso se registra porque embora a mortalidade infantil tenha caído na média dos municípios da Bahia de 75 mortes por mil crianças para 50 mortes por mil crianças, a média municipal da

proporção de jovens de 15 a 17 anos que tiveram filhos cresceu de 5,0% para 8,5%. Em outras palavras, o indicador demográfico, tal como construído aqui, parece ser significativamente influenciado pela variável gravidez na adolescência. Daí porque ele espelha mais nitidamente o aspecto demográfico do que o de saúde implícito na variável de mortalidade infantil. A rigor, isso não constitui um defeito do indicador, refletindo, sobretudo, uma característica do padrão de associação entre essas variáveis.⁴¹

Avançando na análise da distribuição espacial do fator demográfico, apresenta-se no Gráfico 23 essa distribuição segundo os eixos de desenvolvimento para os anos de 1991 e 2000. Em primeiro lugar, verifica-se que essa é a única dimensão onde o eixo Metropolitano não se encontra na primeira posição, sendo superado pelo Planalto Central. Observa-se ainda que apenas no eixo Metropolitano a situação de 2000 é ligeiramente melhor do que a de 1991, uma vez que quanto maior a valor do fator demográfico, pior a situação do município.



Vale ainda destacar que alguns eixos, como o Extremo Sul e o Baixo Médio São Francisco, apresentaram uma elevação do fator demográfico (piora) mais acentuada do que os demais. Isto significa dizer que a evolução do fator demográfico não se dá de modo muito homogêneo segundo as diferentes regiões, sugerindo um reforço à hipótese de possível aumento da diferenciação regional no estado.

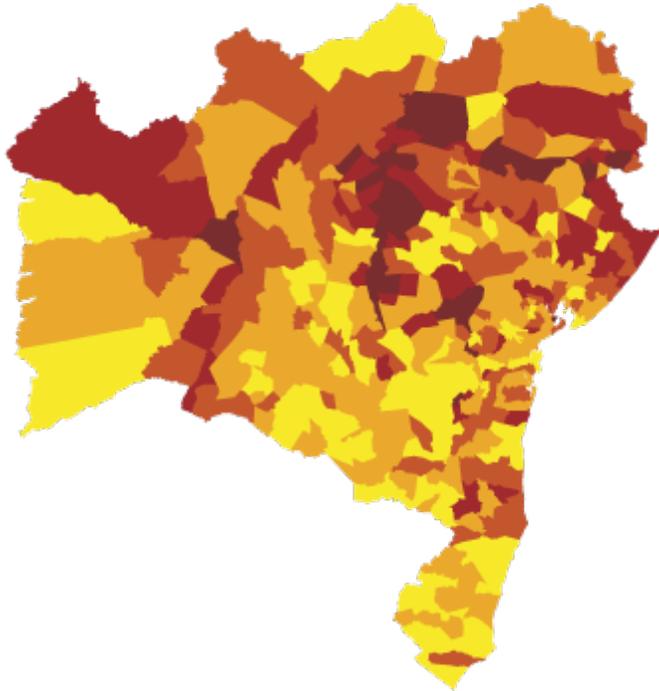
Nesse sentido, vale a pena considerar esses dados na escala municipal. Nesse caso, na comparação entre 1991 e 2000, registra-se uma piora do fator demográfico em diversos dos municípios analisados, particularmente no caso dos eixos de desenvolvimento do Extremo Sul e do Planalto Sudoeste. De todo modo, nos dois períodos, continua-se a observar uma concentração mais acentuada de municípios com elevado fator demográfico no Norte do estado, em particular nos eixos de desenvolvimento Nordeste, Chapada do Norte e Centro Leste São Francisco.

⁴¹ Em tese, se poderia ter construído aqui uma variável mais classicamente associada à saúde, excluindo do modelo a variável de gravidez na adolescência. No entanto, tal procedimento implicaria deixar de ressaltar um tipo de dinâmica social negativa, de significativa importância, e que tem efetivamente se agravado no período recente.

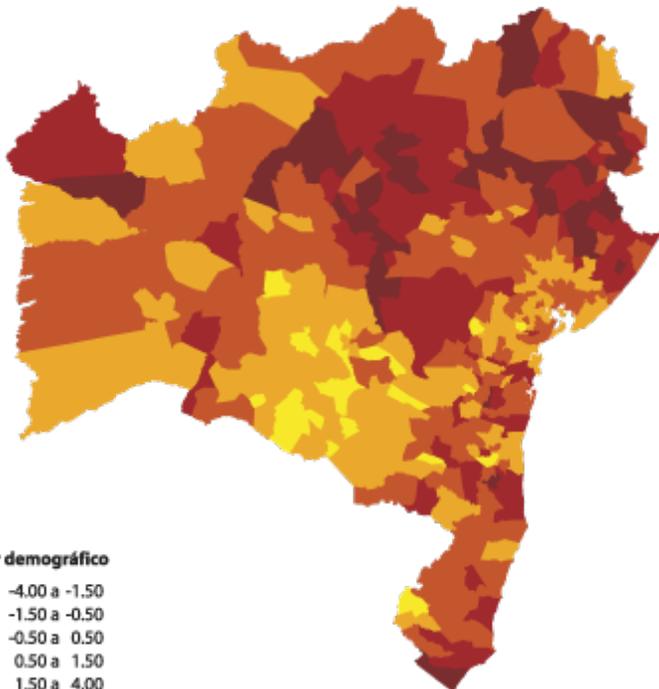
Mapa 7

Distribuição espacial do fator demográfico – Municípios da Bahia – 1991/2000

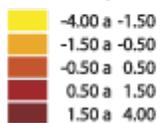
1991



2000



Fator demográfico

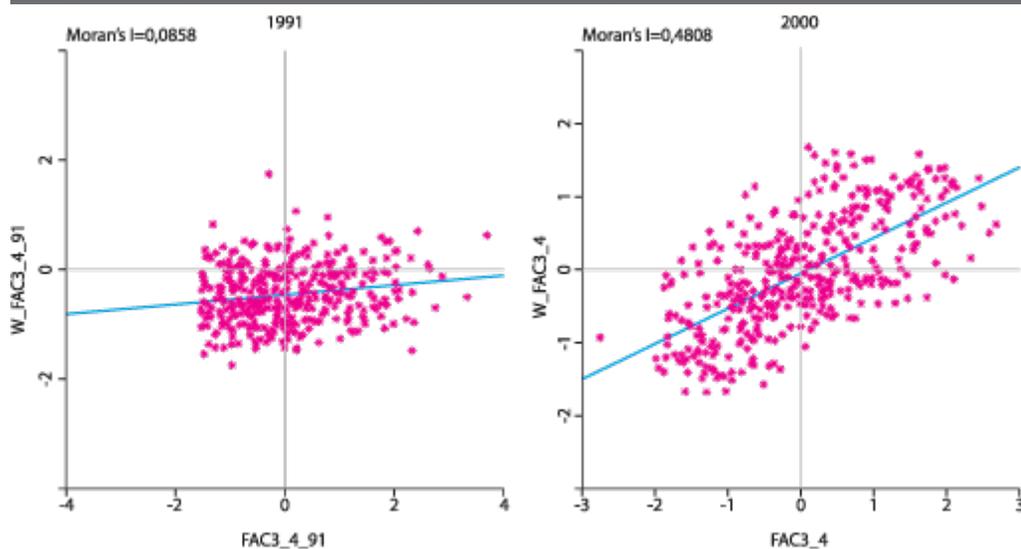


É importante também notar que a distribuição de 2000 parece apresentar um padrão mais organizado de distribuição espacial, com a menor oscilação do indicador ao longo da dimensão espacial e com indícios de formação de aglomerados regionais mais consistentes. Para testar essa proposição relativamente impressionística, vale a pena - assim como no caso dos fatores desenvolvidos anteriormente - observar como essas variáveis municipais se comportam do ponto de vista da existência ou não de autocorrelação espacial.

Para tanto, foram elaborados os diagramas de espalhamento de Moran apresentados no Gráfico 24, onde se pode constatar que há um notável aumento do padrão associação espacial entre 1991 e 2000. Isto é, existe agora maior semelhança do que anteriormente entre a variável observada para um dado município e para a média dos municípios vizinhos. O indicador de Moran Global para o fator demográfico cresce de 8,6% para 48,6%, o que sugere que o processo de diferenciação regional - também mencionado para os fatores de pobreza e de escolaridade - parece se verificar no caso do fator demográfico. Trata-se de mais uma evidência de que as chamadas manchas de pobreza estão se diferenciando ao longo do tempo.

Gráfico 24

Diagrama de espalhamento de Moran para o fator demográfico - 1991/2000



Os resultados do diagrama de espalhamento de Moran para o fator demográfico indicam que, na Bahia, em 1991, o grau de semelhança entre um município e seus vizinhos era relativamente baixo. Em 2000, esse grau de semelhança cresce consideravelmente, com a formação de aglomerações espaciais grandes e bem definidas. Vale ainda notar que a identificação dessas aglomerações espaciais que evidenciam as situações mais díspares, do ponto de vista de um determinado indicador, são úteis do ponto de vista das políticas públicas, pois sugerem a possibilidade de empreender campanhas verdadeiramente regionais a propósito de uma dada intervenção do poder público.⁴²

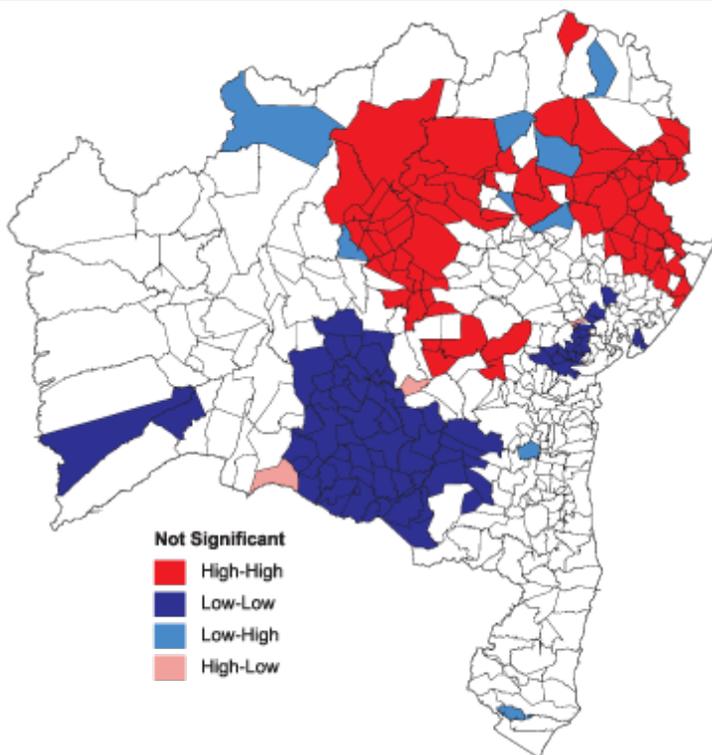
⁴² Ver a discussão apresentada na Seção 1.4.

De fato, quando se consideram as aglomerações espaciais produzidas pela técnica de Moran Local para o fator demográfico em 2000, obtém-se duas aglomerações espaciais muito bem formadas. A primeira, presente na porção centro-sul do estado, engloba municípios dos eixos de desenvolvimento Planalto Central, Planalto Sudoeste e Chapada Sul. A segunda aglomeração, localizada ao norte do estado, engloba município dos eixos Nordeste, Chapada Norte e Centro Leste do São Francisco. (Resultados apresentados no Mapa 8).

Uma vez que é relativamente esperado encontrar os piores resultados do fator demográfico nas áreas que apresentam piores condições de pobreza e, em alguns casos, as condições educacionais problemáticas (como o Eixo Nordeste), é óbvio interpretar porque algumas regiões pobres como o Planalto Central e a Chapada Sul ostentam condições relativamente favoráveis nesse indicador. Tais elementos podem estar relacionados a aspectos não discutidos neste trabalho, tais como a influência da emigração e da migração de retorno, a presença de melhores condições ecológicas (no caso da mortalidade infantil) e outras que só podem ser efetivamente aferidas a partir de um melhor entendimento da situação local.

Mapa 8

Aglomerações espaciais do fator demográfico, segundo a técnica de Moran local
Municípios da Bahia – 2000



O principal objetivo desta seção é apresentar um quadro analítico-sintético da evolução temporal e da distribuição espacial das variáveis produzidas anteriormente (fatores: demográfico pobreza, condição econômica, escolaridade dos jovens). Para tanto, lançaremos mão aqui de um modelo estatístico denominado análise por aglomerados, ou análise de *cluster*, que permite a construção de uma tipologia de municípios segundo as suas principais características referidas às quatro dimensões construídas anteriormente.⁴³

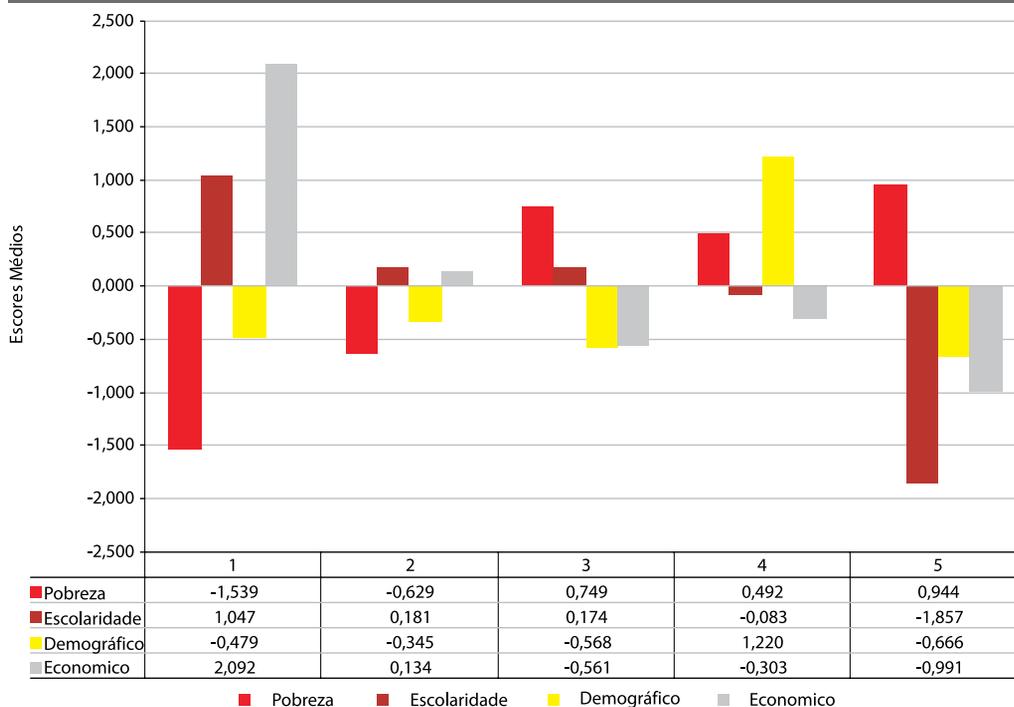
Cabe destacar que, diferentemente dos modelos de Moran Local já apresentados, a análise de agrupamentos não leva em consideração os padrões de semelhança ou diferença entre municípios vizinhos. Trata-se de uma análise estatística no sentido estrito e não de uma análise espacial. Ainda assim, pode-se observar nos mapas a seguir que os grupos de municípios identificados convergem para áreas geográficas específicas, o que indica a existência de um padrão espacial subjacente.

Nesse tipo de análise, o número de grupos a serem criados é uma escolha do analista. Optou-se por construir cinco grupos, depois de testar várias alternativas. Segundo a interpretação que norteia este estudo, os cinco grupos de municípios que serão apresentados a seguir atendiam simultaneamente os requisitos de assegurar um padrão de diferenciação adequado entre os agrupamentos de municípios aí incluídos e terem significado analítico claro. Além disso, poderá ser observado que os resultados obtidos são relativamente consistentes com os padrões de diferenciação entre municípios já obtidos anteriormente, a partir dos modelos de Moran Local. Nesse sentido, o Gráfico 26 apresenta o nível médio de cada um dos fatores desenvolvidos anteriormente, segundo os grupos gerados pela análise por aglomerados.

⁴³ Uma discussão mais detalhada sobre a análise de *clusters* é apresentada no Anexo 1.

Gráfico 26

Valores médios dos escores fatoriais, segundo agrupamentos – Estado da Bahia – 2000



Pode-se observar que os cinco grupos considerados são relativamente heterogêneos entre si. O Grupo 1 corresponde à melhor situação encontrada para a maior parte dos fatores e o Grupo 5 à pior situação, conforme o detalhamento a seguir:

- **Grupo 1.** É formado por 48 municípios, com uma população de 6,1 milhões de habitantes em 2000 (47% da população do estado). Nesse grupo estão os maiores municípios do estado como Salvador, Barreiras, Juazeiro e Feira de Santana, apresentando, em média, as menores proporções de pobres, a melhor condição econômica e melhores condições educacionais. Apresenta ainda um indicador demográfico melhor do que a média estadual. Em 2000, esses municípios respondiam por grande parte da atividade econômica, com 76% do valor adicionado do estado;
- **Grupo 2.** É formado por 129 municípios, com uma população de 2,6 milhões de habitantes em 2000 (20% da população do estado). Apresentam um nível de pobreza menor do que a média do estado, um nível de condição econômica em torno da média do estado e uma situação relativamente favorável em termos dos escores referentes a escolaridade e demográfico. Exceto pelo fator pobreza, melhor do que a média, trata-se do grupo mais próximo à média estadual nos demais fatores considerados. Em termos geográficos, este fator encontra-se, predominantemente, no centro-sul do estado. Em 2000, respondia por 10% do valor adicionado do estado;

- **Grupo 3.** Formado por 78 municípios, esse grupo tinha uma população de 1,3 milhão de habitantes em 2000 (10% da população do estado). Caracteriza-se por apresentar a segunda pior média nos escores de pobreza e de condição econômica, mas apresenta uma situação demográfica relativamente boa. A escolaridade se encontra na média do Estado. Em termos geográficos, tais municípios se encontram principalmente a oeste do estado e ao longo do Vale do São Francisco. Em 2000, respondiam por 3,5% do valor adicionado do Estado;
- **Grupo 4.** Esse grupo é formado por 110 municípios, contando com uma população de 2,1 milhões de habitantes em 2000 (16% da população do Estado). Ele engloba municípios com níveis de pobreza acima da média e indicadores sociais abaixo da média. No indicador demográfico, apresenta o pior nível entre todos os municípios considerados. Em termos geográficos, situa-se predominantemente ao norte do estado. Diferencia-se do Grupo 3 por apresentar níveis muito piores do indicador demográfico;
- **Grupo 5.** Constituído por 41 municípios que totalizam 800 mil pessoas (6% da população do Estado). Caracteriza-se por apresentar as piores condições estaduais, exceto pelo indicador demográfico.⁴⁴ Apresenta também o menor grau de urbanização. Os municípios se distribuem de modo relativamente disperso pelo estado, mas parte deles localiza-se no Noroeste.

Para aprofundar essa análise, apresenta-se, na Tabela 8, o nível médio de diferentes indicadores selecionados para cada um dos grupos discutidos anteriormente. A classificação segue a distribuição média de proporção de pobres. Assim, o Grupo 1 mostra a menor proporção e o Grupo 5, a maior. O primeiro grupo é também o mais urbanizado e com maior IDH. O último, ao contrário, é o menos urbanizado e com o menor IDH. Embora as diferenças entre os Grupos 3 e 4 sejam mínimas no quesito de proporção de pobres, esses dois grupos se diferenciam nos demais indicadores sociais, o que é também evidenciado por suas diferenças de IDH.

Tabela 8

Indicadores selecionados para cada um dos grupos selecionados na análise de agrupamentos Estado da Bahia – 2000

Grupo	Número de municípios	Participação na população do estado	Participação no VA do estado	Média da taxa de urbanização	Média da proporção de pobres	Média do IDH 2000
1	48	47,06	76,23	81,33	49,61	0,70
2	129	20,50	9,88	53,53	63,46	0,64
3	78	9,99	3,55	36,96	72,56	0,63
4	110	16,28	8,54	45,16	72,52	0,59
5	41	6,16	1,81	27,73	75,95	0,59
Total	406	100,00	100,00	48,76	67,29	0,63

Fonte: IBGE, SEI e IPEA, 2000.

⁴⁴ Os níveis relativamente bons do indicador demográfico nesse grupo podem ser influenciados pelo pequeno tamanho populacional dos municípios aí contemplados. Uma vez que as estimativas de fecundidade e mortalidade infantil são derivadas da amostra do censo demográfico, tamanhos demográficos muito pequenos podem influenciar a qualidade das estimativas para esses indicadores.

Quando se considera a distribuição espacial dos grupos construídos a partir da análise de agrupamentos para 1991 e 2000 (Mapa 9), podem-se constatar mudanças importantes na última década. Enquanto em 1991 a grande maioria dos municípios (381) se encontrava no Grupo 5, isto é, no grupo caracterizado por elevada situação de pobreza, baixos indicadores educacionais e precária situação econômica. Em 2000, observa-se uma redução muito significativa do Grupo 5, com uma maior diversificação das condições de pobreza. Por outro lado, o Grupo 1, que tinha um único município em 1991 (Salvador), passa a ter 44 municípios em 2000. Trata-se de uma mudança significativa, que reflete em grande medida as transformações ocorridas nas dimensões de pobreza, condições econômicas e educacionais discutidas anteriormente.

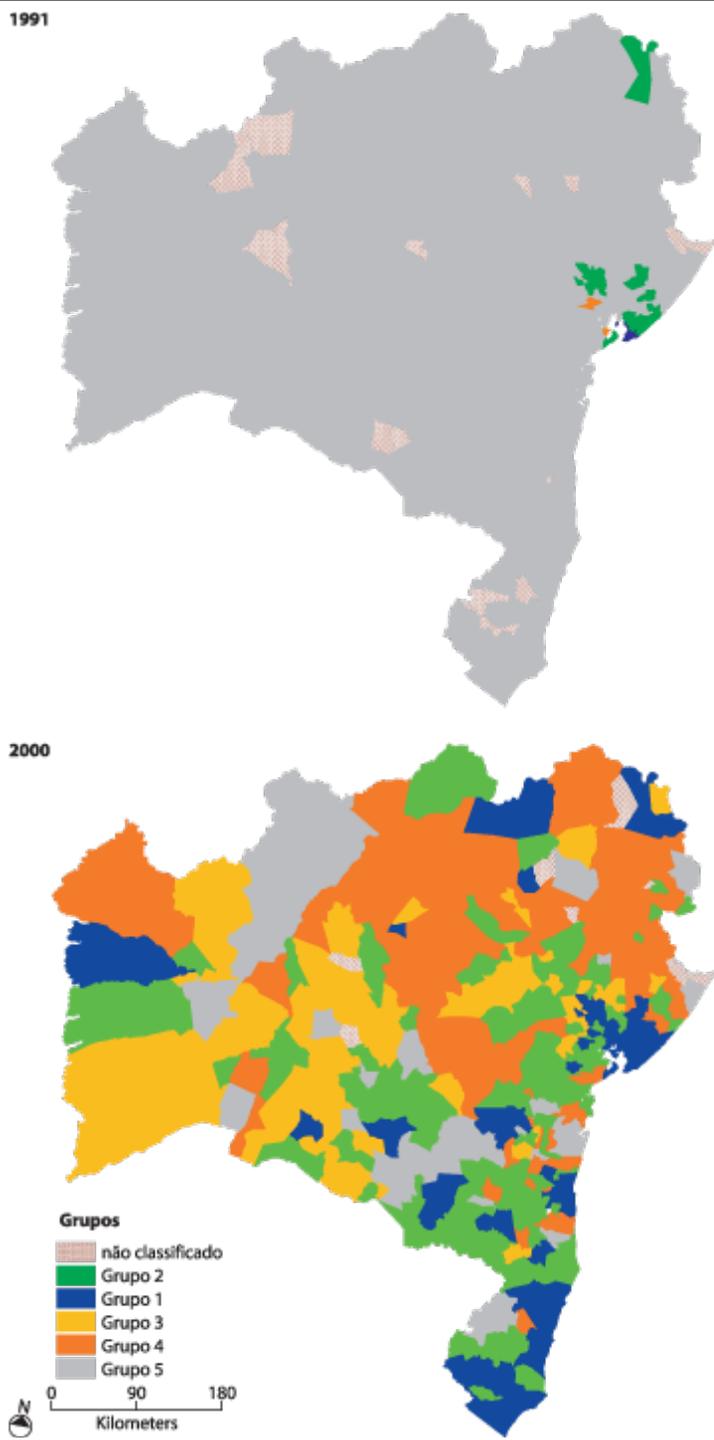
Esses resultados reforçam o argumento, proposto anteriormente, relativo ao aumento da heterogeneidade espacial no interior da Bahia. Vale notar que não se pretende afirmar que, ao saírem do Grupo 5, a maior parte dos municípios deixou de ser pobre. Na verdade, o que se observa é que as características da pobreza no estado se tornaram mais heterogêneas. Em primeiro lugar, os municípios-pólo mudaram substancialmente e se aproximaram de Salvador no que diz respeito aos indicadores aqui considerados (Grupo 1). Tal processo também se deu, em alguma medida, nos eixos de desenvolvimento Grande Recôncavo e Extremo Sul.

Em segundo lugar, um grupo de municípios coloca-se acima da média do estado do ponto de vista do indicador de pobreza, mas aproxima-se da média nos demais indicadores. Trata-se do Grupo 2, que, além de se localizar principalmente nos eixos de desenvolvimento Planalto Sudoeste, Mata Atlântica e Grande Recôncavo, tem a interessante característica de se localizar próximo a municípios do Grupo 1, o que indica a existência de lógicas de associação espacial. Em terceiro lugar, diferenciam-se também municípios que continuam bastante pobres, mas que passam a apresentar indicadores de escolaridade mais positivos. Esse é o caso dos municípios que saíram do Grupo 5 e passaram a integrar os Grupos 3 e 4. A razão da diferença entre os Grupos 3 e 4 é que o último grupo apresenta um indicador demográfico muito mais problemático do que o primeiro.

Buscando aprofundar a questão da distribuição espacial dessa tipologia de municípios, vale a pena discutir a distribuição espacial dos grupos, em 2000, segundo os eixos de desenvolvimento definidos pela Secretaria de Planejamento da Bahia. Para facilitar a exposição, apresenta-se no Mapa 10, o mesmo mapa dos agrupamentos já apresentado para 2000, sobreposto à divisão desses eixos.

Fica muito evidente que os eixos Metropolitano e Extremo Sul são aqueles em melhores condições socioeconômicas, do ponto de vista da tipologia desenvolvida. Numa situação intermediária, encontram-se três eixos (Recôncavo, Mata Atlântica, e Planalto Sudoeste). Nesses eixos, registra-se um número significativo de municípios dos Grupos 1 e 2, mas também a ocorrência de outros agrupamentos com maiores concentrações de pobreza.

Mapa 9
Distribuição espacial dos agrupamentos – Municípios da Bahia – 1991/2000



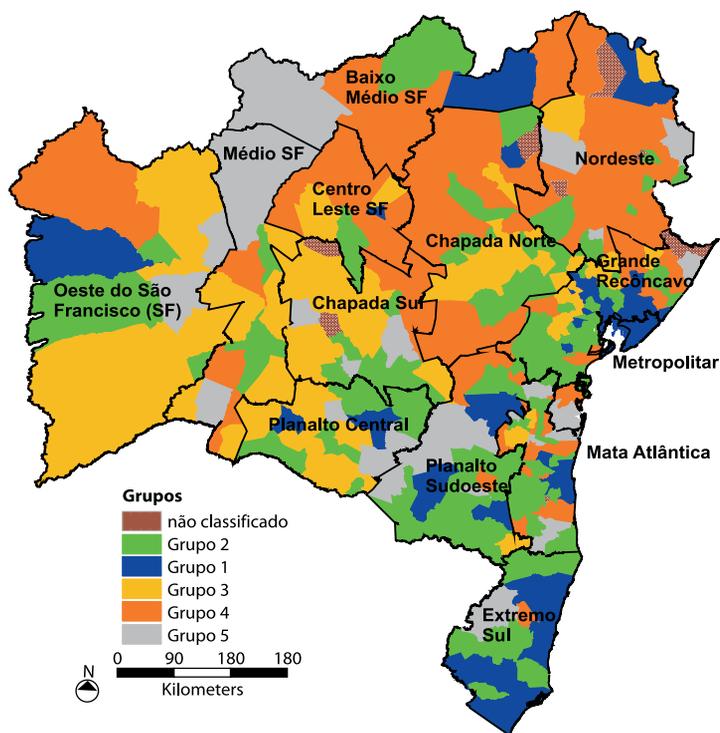
Nota: Alguns municípios não puderam ser classificados por deficiências nos dados originais.

É interessante notar a proximidade espacial dos Grupos 1 e 2, sugerindo a existência de efeitos de gotejamento, ou seja, a dinamização econômica que um município pode gerar entre seus vizinhos. Finalmente, todos os outros eixos podem ser considerados problemáticos, embora apresentem variações significativas no tipo problema social predominante.⁴⁵ Por um lado, nos eixos a Oeste, os níveis de pobreza são elevados mas a situação demográfica é mais razoável. Ao Norte, existem locais com melhor situação educacional, mas com variáveis demográficas mais problemáticas. A situação de cada eixo de desenvolvimento será detalhada na próxima seção.

- **Eixo Metropolitano.** Quando comparado à média da Bahia, esse eixo reúne as melhores condições em quase todos os aspectos. Assim, a totalidade dos municípios aí localizados encontra-se no Grupo 1. Evidentemente, isso não significa que não exista pobreza no eixo metropolitano, mas que, comparada à média da Bahia, a situação aí observada é muito mais favorável. Para uma melhor compreensão da distribuição espacial das manchas de pobreza no interior desse grupo, recomenda-se a realização de análises mais detalhadas das condições intra-urbanas;
- **Extremo Sul.** Trata-se provavelmente do eixo que passou por transformações mais pronunciadas no período recente. A quase totalidade de seus municípios estão nos Grupos 1 ou 2, a exceção de dois deles, na fronteira com Minas Gerais, que permanecem no Grupo 5. A região encontra-se, efetivamente, em acentuado processo de transformação em função do crescimento do turismo e da indústria de papel e celulose;
- **Grande Recôncavo.** Trata-se de uma espécie de área de transição entre Salvador e o restante do estado. Na área mais próxima à capital e em Feira de Santana, o eixo tem maiores concentrações de municípios do Grupo 1. Ao sul do eixo, essas concentrações são do Grupo 2, com condições socioeconômicas intermediárias; ao norte, tais concentrações são do Grupo 4, com condições socioeconômicas mais precárias, similares ao Eixo Nordeste;
- **Mata Atlântica.** Além dos municípios do Grupo 1, referidos aos pólos de Ilhéus e Itabuna principalmente, esse eixo reúne uma concentração significativa de municípios do Grupo 2. No entanto, as médias do indicador educacional são baixas nesse eixo. Não por acaso, casos representativos dos Grupos 4 e 5 também estão presentes ao norte e sul do eixo;
- **Planalto Sudoeste.** Esse eixo apresenta uma diferenciação Norte-Sul pronunciada. Além dos dois municípios-pólo no Grupo 1, apresenta ao sul, junto à fronteira com Minas Gerais, maiores concentrações do Grupo 2. Mais ao norte, observam-se ainda concentrações importantes de municípios do Grupo 5. Como consequência, é um eixo com indicadores relativamente razoáveis, do ponto de vista das medidas de pobreza e demográficas, mas problemáticas, do ponto de vista do indicador econômico e de condições educacionais;
- **Planalto Central.** Além dos municípios-pólo no Grupo 1, apresenta significativas concentrações do Grupo 3. Vale lembrar que esse Grupo 3 reúne condições de pobreza significativas, com fatores de escolaridade e demográficos intermediários. A Nordeste, esse eixo reúne alguns municípios do Grupo 2, o que sugere algum processo de transformação da condição de pobreza aí existente;

⁴⁵ Uma lista completa de municípios, com o grupo no qual foram classificados é apresentada na Lista 1, anexo.

Mapa 10
Distribuição espacial dos agrupamentos segundo eixos de desenvolvimento
Municípios da Bahia – 2000



- **Chapada Sul.** Trata-se, em geral de um eixo com elevada situação de pobreza. Não apresenta nenhum município do Grupo 1 e apenas uma pequena concentração de municípios do tipo 2, ao sul. Predominam aí os tipos de municípios mais pobres, como aqueles pertencentes ao Grupo 3, a leste, e Grupos 4 e 5, a oeste;
- **Médio São Francisco.** Também não apresenta nenhum município no Grupo 1 e apenas dois municípios do Grupo 2. Predominam os Grupos 3 e 4 ao sul e o Grupo 5 ao norte. Quando considerados os fatores de pobreza e condições econômicas, conforme a análise apresentada anteriormente, esse grupo evidencia os piores níveis médios;
- **Oeste do São Francisco.** À exceção do município de Barreiras, município-pólo enquadrado no Grupo 1, esse eixo apresenta concentrações significativas do Grupo 3. Municípios pertencentes aos Grupos 4 (ao norte) e 5 (a leste) também estão presentes. Trata-se, de um eixo bastante heterogêneo, com contrastes significativos entre a cidade pólo (Barreiras) e os demais municípios. Nota-se, em termos gerais, que são municípios com grande extensão territorial, indicando um processo de ocupação territorial relativamente recente;
- **Centro-Leste São Francisco.** A exceção do município-pólo de Irecê, pertencente ao Grupo 1, esse eixo reúne um significativo número de municípios do Grupo 4. Dada as suas condições de pobreza, surpreende por seus indicadores educacionais superiores à média do estado. De todo modo, é um eixo que também se destaca pela elevada concentração de pobres e por uma pior situação em termos do indicador demográfico;

- **Chapada Norte.** Reúne nítida concentração do Grupo 4 a oeste e concentrações mistas dos Grupos 3 e 2 a leste. Esse eixo tem um único município no Grupo 1 e uma pequena concentração de municípios do Grupo 2 na porção mais próxima à Região Metropolitana de Salvador. Em linhas gerais, apresenta condições sociais e de pobreza sistematicamente piores do que a média estadual;
- **Nordeste.** Reúne as maiores concentrações do Grupo 4, a exceção do município de Paulo Afonso e arredores, classificada no Grupo 1. Do ponto de vista dos indicadores sociais considerados, esse eixo apresentou, para todos os indicadores considerados, condições bastante problemáticas, com elevadas condições de pobreza, aglomerações de municípios com problemas de escolaridade e um precário fator demográfico;
- **Baixo-Médio São Francisco.** Também constituído por municípios de maior extensão territorial, esse eixo parece apresentar uma heterogeneidade interna razoável, combinando municípios do Grupo 5 a oeste, com municípios dos tipos 4, 2 e 1. Nesse último caso, trata-se do município-pólo de Juazeiro, além de um município vizinho que também pertence ao Grupo 1.

A análise espacial apresentada por eixo de desenvolvimento evidencia que alguns eixos constituem espaços relativamente homogêneos do ponto de vista das variáveis aqui discutidas – como os eixos Metropolitano, Nordeste e Centro-Leste São Francisco. Porém, existem eixos que, ao contrário, ostentam uma diversidade interna razoável, como o Grande Recôncavo, o Planalto Sudoeste e o Baixo-Médio São Francisco.

Em suma, este capítulo apresentou, em linhas gerais, uma lógica de organização do espaço da Bahia, a partir das quatro dimensões interpretativas destacadas anteriormente: fatores de pobreza, condição econômica, educação dos jovens e demográfico. Pelo menos, dois resultados significativos desse exercício podem ser ressaltados. Em primeiro lugar, foi possível evidenciar a existência de um processo de diferenciação regional dos municípios da Bahia, sugerindo que, ao invés de uma grande massa indiferenciada de municípios pobres, como sugeria em muitos casos a literatura, vive-se, em 2000 (mas não para 1991) uma situação relativamente heterogênea.

Em segundo lugar, foi possível descrever essa heterogeneidade, construindo a partir da análise de agrupamentos um novo desenho da configuração espacial presentemente existente. Seja porque alguns municípios apresentam níveis de pobreza significativamente mais baixos do que o esperado, seja porque existem tipos de pobreza diferentes – com maiores ou menores concentrações de outros problemas sociais – houve condições de se identificar tipos de municípios relativamente diferentes uns dos outros no que diz respeito à dimensão de pobreza. Tais diferenciações certamente têm significados importantes no que concerne às políticas sociais e econômicas do estado, que podem passar a adotar um olhar mais desagregado territorialmente do ponto de vista de orientar suas estratégias de ação.

Espera-se que esses resultados possam ser apropriados pelo setor público da Bahia, com vistas a contribuir para um maior entendimento das diversidades territoriais e para ações de políticas públicas melhor direcionadas. Na próxima seção, será apresentada uma breve conclusão onde se buscará resenhar os principais resultados alcançados.

A análise apresentada ao longo desse documento mostra que a intuição inicial que deu origem ao projeto estava basicamente correta. De fato, houve um deslocamento significativo das manchas de pobreza no estado da Bahia, na década de 90, considerada a escala municipal. Saindo de uma situação relativamente indiferenciada de elevados níveis de pobreza registrada em quase todos os municípios do interior do estado em 1991, observa-se, em 2000, um quadro muito mais heterogêneo. Vale a pena detalhar esse argumento a partir das principais indicações que dão suporte a tal proposição.

Em primeiro lugar, os dados relativos à proporção de pobres na Bahia, estimados segundo as PNADs 1995 e 2004 (Seção 1.3), mostram uma significativa redução da pobreza rural e urbana não-metropolitana na Bahia. No mesmo período, a proporção de pobres na Região Metropolitana de Salvador se manteve estável. Esses dados, examinados inicialmente, já sugeriam uma mudança nos padrões de distribuição da pobreza no interior do estado, embora não oferecessem elementos para uma análise espacial mais detalhada.

Em segundo lugar, a discussão no aspecto da distribuição espacial do fator pobreza, propiciada pela análise fatorial apresentada na Seção 1.4 e pelas técnicas de Moran, mostrou efetivamente um quadro de aumento significativo da diferenciação espacial dos municípios da Bahia. Os aglomerados de pobreza se tornam mais nítidos em 2000, com *clusters* com elevadas concentrações de pobres, bem definidos ao longo do Rio São Francisco e ao nordeste do estado. Áreas com menores concentrações relativas de pobres também puderam ser claramente identificadas nas proximidades da Região Metropolitana de Salvador, no Extremo Sul, e nas proximidades do município de Vitória da Conquista.

Em terceiro lugar, a análise da distribuição espacial do fator condições econômicas, apresentada na Seção 2.3, também mostrou algum aumento da diferenciação espacial nesse aspecto, embora a diferenciação econômica observada em 1991 já fosse mais acentuada. A principal transformação nas condições econômicas parece ter se dado, por um lado, a partir de uma emergência mais nítida dos municípios pólo. Por outro, observou-se também um maior dinamismo econômico nos municípios localizados ao longo do Litoral Sul.

Em quarto lugar, tanto o fator educacional (Seção 3.1) quanto o demográfico (Seção 3.2) também apresentaram tendências de aumento da diferenciação regional na comparação entre 1991 e 2000. Nota-se, porém, que os *clusters* com piores condições educacionais não coincidem com aqueles em piores condições demográficas. Além disso, esses também não necessariamente coincidem com os aglomerados com maiores concentrações de pobreza. Em outras palavras, apesar da presença de níveis acentuados de pobreza em regiões importantes do estado, esses

dados sugerem um quadro de relativa heterogeneidade das condições de pobreza, com alguns municípios apresentando indicadores sociais mais ou menos elevados em termos relativos.

Finalmente, a análise de aglomerados apresentada na Seção 4, confirmou essa hipótese de aumento diferenciação regional das condições de pobreza. De fato, enquanto a diferenciação observada em 1991 era muito baixa, com a grande maioria dos municípios baianos convergindo para um único tipo de município (o Grupo 5, com piores condições socioeconômicas), ela aumentou substancialmente no ano 2000. Salvador era o único município do tipo 1 em 1991, que apresentava condições econômicas e sociais muito acima da média do estado, sendo que em 2000 o número de participantes nesse grupo aumentou para 44. Outros três tipos de situação intermediária (Grupos 2, 3 e 4) também passaram a se diferenciar de modo mais nítido em 2000.

De modo geral, essas mudanças observadas na década passada tiveram três sentidos principais. Num primeiro plano, observou-se uma diferenciação mais nítida das cidades pólo do Grupo 1, que passaram a se destacar regionalmente tanto por suas condições sociais quanto econômicas. Num segundo plano, notou-se também a formação de um grupo de municípios com condições de pobreza acima da média do estado, mas com condições sociais intermediárias (Grupo 2). Esse grupo se localizava predominantemente próximo às cidades pólo e ao sul do estado. Num terceiro plano, os municípios tipicamente pobres passaram a se diferenciar mais acentuadamente em termos educacionais ou demográficos.

Ao contrário do quadro apresentado anteriormente, verifica-se que a literatura sobre as condições sociais da Bahia tende a ver o estado apresentando um nível elevado de pobreza, mas homogêneo em termos territoriais. Enquanto a proporção de pobres continua relativamente elevada em termos de comparações regionais, a diferenciação regional aumentou consideravelmente. Isto significa dizer que a literatura sobre as condições de pobreza na Bahia parece não ter percebido o nítido processo em curso de diferenciação espacial das condições de pobreza.

Há que se destacar, porém, que os principais analistas da questão regional na Bahia já apontavam para um padrão de crescimento econômico mais desconcentrado espacialmente nos últimos quinze anos. Corroborando essa proposição, os resultados aqui expostos indicam uma maior consolidação desse padrão, com o nítido desenvolvimento do Litoral Sul e a maior diferenciação das cidades pólo. Nesse sentido, é possível que estratégias de política regional de reforço à consolidação das cidades-pólo, como as adotadas em outras regiões do país, como São Paulo e Minas Gerais, possam contribuir para efetivamente consolidar essa importante tendência de desconcentração regional e de diferenciação dos padrões de pobreza.⁴⁶

É possível que o processo de diferenciação regional mencionado esteja se acentuando na presente década, tanto em função dos novos programas sociais atualmente em execução, como o programa Bolsa Família, quanto por conta da continuidade das mudanças na esfera econômica. Tornar tal diferenciação mais amplamente conhecida pela sociedade e dos tomadores de decisão pode induzir a mudanças importantes no plano da execução políticas públicas, permitindo uma ação pública mais efetiva e direcionada.

⁴⁶ Como é sabido, estratégias desse tipo podem ser bastante variadas, envolvendo o reforço da infra-estrutura econômica local (transportes, saneamento, telefonia, etc.), a implantação de equipamentos públicos de grande porte (hospitais, universidades, etc.), ou mesmo estratégias regionais mais agressivas, como a construção de distritos industriais e a atração ativa de investimentos privados.

REFERÊNCIAS

- ALARCÓN, D. *Espacios de articulación entre la política económica y la política social*. [New York]: INDES, 2000. (Documento de Trabajo do Instituto Interamericano para el Desarrollo Social).
- ALMEIDA, P. H. A Economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana. In: CARVALHO, I.; PEREIRA, G. (Eds.). *Como anda Salvador*. Salvador: Edufba, 2006. p. 11-54.
- ARAUJO, T. M. B. Nordeste, Nordeste, que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Eds.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap; Ed. UNESP, 1995. p.125-156.
- ARRETCHE, M. Coordinating policies in a fragmented federal state: the Brazilian case. *Paper presented at the XXth IPSA*, Fukuoka, Japan, 10th July 2006, 13 rd.
- ARRIAGADA, C. Pobreza en América Latina: nuevos escenarios e desafíos de políticas para el hábitat urbano. In: CEPAL. *Série Medio Ambiente de Desarrollo*, n. 27. [Santiago], 2000.
- AZZONI, C. R. Formação sócio-espacial metropolitana: novas tendências ou novas evidências? In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 289-304.
- _____. *O novo endereço da indústria paulista*. Nova Friburgo, 1987. Texto apresentado no Encontro Nacional da ANPUR. Mimeografado.
- _____. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. 1985. Tese (Livre docência)-FIEP/USP, São Paulo.
- AZZONI, C. R. et al. Como está a produção paulista? Alguns indicadores econômicos. In: AZZONI, C. R. (Org.). *Como está São Paulo: as pessoas, a produção, os municípios e o meio ambiente*. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Gestão, 1993.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Plano estratégico da Bahia*. Salvador: SEPLAN, 2003.
- BAPTISTA, C. Bahia: das políticas sociais setorializadas ao combate à pobreza e às desigualdades sociais. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 267-296 (Série Estudos e Pesquisas, 63).
- BARQUERO, B. ; TREJOS, S. Types of Household, Family Life Cycle and Poverty in Costa Rica. California Center for Population Research, The Population of the Central American Isthmus in 2003. Conference Papers, University of Califórnia. Los Angeles, 2005. paper ccpr-cp-002-05.
- BARROS, R. P. B.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- _____. Evolução recente da pobreza e da desigualdade: marcos preliminares para a política social no Brasil. In: *Pobreza e política social*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 2000. (Cadernos Adenauer, nº 1).
- BARROS, R. P. et al. *Determinantes do desempenho educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Textos para discussão, 834).
- BICHIR, R. M.; TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P. Jovens no município de São Paulo: explorando as relações de vizinhança. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 2, p. 53-70. 2005.
- CANO, W. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 123-32.
- CARNEIRO, R. A. F. Papel e celulose: retrospectiva e tendências. *Bahia Análise & Dados: Retrospectiva 1995 e perspectivas*. Salvador, v. 5, n. 3. p. 81-86, dez. 1995.
- CARVALHO, J. A. M. de; WOOD, C. H. *A demografia da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 330 p. (IPEA. Série PNPE, 27).
- CEPAL. Chapter I: Recent Advances in poverty Reduction. In: *Social Panorama in Latin America*, United nations Publication, Santiago, Chile, 2005.

- CNI. *Agrupamentos (Clusters) de pequenas e médias empresas*. Rio de Janeiro, 1998.
- CORSEUIL, C. H.; CARNEIRO, F. G. *Os impactos do Salário Mínimo sobre emprego e salários no Brasil: evidências a partir de dados longitudinais e séries temporais*. Brasília: IPEA, 2001. (Textos para Discussão, 849).
- DINIZ, C. Campolina. *Capitalismo, recursos naturais e espaço*. 1986, Tese (Doutorado)-IE/UNICAMP, Campinas – São Paulo.
- _____. Polygonized development in Brazil: neither decentralization nor continued polarization. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 18, n. 2, p. 293-314. 1994.
- DINIZ, C. Campolina; CROCCO, M. A. O novo mapa da indústria brasileira: Aglomeração de indústrias relevantes. In: ENCONTRO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 7., 1995, Belo Horizonte. *Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG*, 1995., v. 2, p.17-40.
- ESPING-ANDERSEN G. *Social foundations of postindustrial economies*. New York: Oxford University Press, 2002.
- FARIA, V. E. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 33, 1992.
- _____. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. In: *Ciências sociais hoje*. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1989.
- FERREIRA, F. H. G.; LEITE P. G.; LICHFIELD, J. A The rise and fall of Brazilian inequality: 1991-2004. In: *World Bank Policy Research Working Paper 3867*. 2006.
- FIGUEIREDO A. et al. Determinantes do acesso a serviços públicos. Brasília: IPEA, 2005. Projeto BRA/04/052, Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas REDE-IPEA II. Mimeografado.
- GOLDANI, A. *What will happen to Brazilian Fertility?* Los Angeles? Latin American Studies Center UCLA, 2003. Mimeografado.
- GOMES, S.; AMITRANO, C. Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao (emprego e) desemprego. In: TORRES, H.; MARQUES, E. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional*. São Paulo: Editora da UNESP/ANPUR, 2003.
- GONÇALVES, M.; PERES, E.; WAJMAN, S. Taxas de participação (formal e informal) feminina no mercado e trabalho das regiões Sudeste e Nordeste: uma análise a partir das Pnad's: 1992-2000. In: ENCONTRO DA ABEP, 14., 2004, Caxambu, *Trabalho apresentado*. .. Caxambu: ABEP, 2004.
- GUIMARÃES, N. *Transições ocupacionais e formas de desemprego em São Paulo e Paris*. In: SEMINÁRIO ESTRUTURA SOCIAL E SEGREGAÇÃO – SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E PARIS. 2004, Trabalho apresentado... [S.I.]: CEM/CEBRAP, 2004.
- HADDAD, P. R. et al. *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB, 1989.
- HIRSCHMAN, A. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p.35-54.
- IPEA. *Evolução recente das condições e das políticas sociais no Brasil*. Brasília, 2001. (Temas especiais). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>
- LINS, H, N. Clusters industriais, competitividade e desenvolvimento regional: da experiência à necessidade de promoção. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 30, n. 2, p.233-265, abr./jun. 2000.
- MARQUES, E. *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2000.
- _____. *Redes sociais, atores políticos e instituições no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

- MARQUES, E.; TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.
- MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para discussão nº 329).
- MARULANDA, N. R. *América Latina: pobreza y desigualdad durante 50 años de reformas económicas y sociales*. [New York]: INDES, 1999. (Documento de Trabajo do Instituto Interamericano para el Desarrollo Social).
- MENEZES FILHO, N. A. *A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho*. São Paulo: FEA-USP, 2002. Mimeografado.
- MINGIONE, E. Urban poverty in the advanced industrial world: concepts, analysis and debates. In: MINGIONE, Enzo (Org.). *Urban poverty and the underclass*. Nova York: Blackwell, 1999.
- MOLINA, C. G. Gasto social en América Latina. [New York]: INDES, 2003. (Documento de Trabajo do Instituto Interamericano para el Desarrollo Social).
- MOREIRA, R.. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, nº 4).
- OSÓRIO, R. G.; MEDEIROS, M. Concentração de renda e pobreza na Bahia, 1981-1999. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 249-266. (Série Estudos e Pesquisas, 63).
- PACHECO, C. A. Dinâmica econômica regional dos anos 80: notas para uma discussão dos resultados do Censo de 91. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, São Paulo, *Anais...* São Paulo: ABEP, 1992. v. 3. p. 145-60.
- _____. *A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. 1996, Tese (Doutorado)-IE/UNICAMP, Campinas-SP.
- _____. *Fragmentação da nação*. Campinas: IE-UNICAMP, 1998.
- PEDRÃO, F. Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento? Uma revisão das raízes da pobreza na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 235-248. (Série Estudos e Pesquisas, 63).
- PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: IPEA; Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/atlas/oque/index.php>>
- PNUD. *Informe sobre desarrollo humano*. Nova Iorque, 2005.
- PORTO, E. Desenvolvimento regional na Bahia. In: AVENA, A. (Org.). *Bahia século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002. p. 97-130.
- PORTO, E.; PAREDES, V.; SUERDIECK, S. *Quatro cantos da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC, 2001. 110 p. (Série Estudos Estratégicos, nº 4).
- ROCHA, S. Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80. *Boletim Conjuntural IPEA*, Rio de Janeiro, n. 12, 1991.
- _____. *Poverty lines for Brasil: new estimates from recent empirical evidence*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. Mimeografado.
- _____. As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio. *Econômica*, n. 4, p. 5-24, 2000.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- _____. A pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos? *Estudos e Pesquisas*, Rio de Janeiro, n. 83, 2004.

- _____. *Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Mimeografado.
- SEADE. *Índice Paulista de Responsabilidade Social*. São Paulo: Seade/ Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2001.
- SILVA, B. C.; SILVA, S. C. B. M.; LEÃO, S. O. Análise regional: características principais e dinâmica. In: SUDENE. *O subsistema urbano – regional de Feira de Santana*. Recife, 1985. p. 65-131. (Série Estudos Regionais – SUDENE, 13).
- _____. Evolução e características urbano-regionais. In: SUDENE. *O subsistema urbano – regional de Ilhéus – Itabuna*. Recife, 1987. p. 69-170. (Série Estudos Regionais – SUDENE, 16).
- SILVA, B. C.; SILVA, S. C. B. M. *O sistema urbano de Salvador e sua inserção no contexto nacional*. Cidade e Região no Estado da Bahia. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991.
- SPINOLA, N. D. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. *Revista do Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 3, n. 4, p. 28-48, 2001.
- SOUZA, G. A. A.; FARIA, V. (Orgs.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1980.
- TAVARES, M. H. A política social no governo Lula. *Novos Estudos Cebrap*, n. 70, 2004.
- TAVARES, R.; MONTEIRO, M. População e condições de vida. In: GUIMARÃES, R.; TAVARES, R. *Saúde e sociedade no Brasil dos anos 80*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados: Leituras da Bahia II*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.
- TORRES, H. G. *Possibilidades e limites de uma política brasileira de integração nacional*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2000. Mimeografado.
- TORRES, H. G.; MARQUES, E.; BICHIR, R. M. *Reflexões sobre as metamorfoses da pobreza urbana no Brasil*. São Paulo: CEM/CEBRAP, 2006. Mimeografado.
- UDERMAN, S. Planejando o desenvolvimento industrial: considerações metodológicas sobre a formulação de políticas de intervenção na Bahia. In: AVENA, A. (Org.). *Bahia século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002, p. 131-148.
- VALDES, A.; MISTIAEN, J. A. Rural Poverty in Latin America: Recent Trends and New Challenges. In: STAMOULIS, K. (Ed.). *Current and Emerging Issues for Economic Analysis and Policy Research, Food & Agriculture Organization of the United publisher*. 2001.
- VIDAL, F. C. B. A problemática do semi-árido nordestino a luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 197-218. (Série Estudos e Pesquisas, 63).
- _____. Considerações em torno da validade atual da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desigualdades regionais*. Salvador: SEI, 2004. p. 109-151. (Série Estudos e Pesquisas, 67).

PARTE II

IDENTIFICAÇÃO E
CARACTERIZAÇÃO DAS MANCHAS
DE POBREZA INTRA-URBANA
NA BAHIA EM 2000

SEEP

79

Série Estudos e Pesquisas

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O principal objetivo deste estudo é a identificação das manchas de pobreza intra-urbana nos municípios de médio e grande porte da Bahia, em uma escala bastante detalhada, os setores censitários, de modo a fornecer subsídios mais eficazes para o planejamento de políticas públicas em áreas urbanas que revelam grande heterogeneidade de conteúdos sociais em seu interior.

Em primeiro lugar, são apresentadas as formas de enquadramento da pobreza na literatura brasileira, destacando-se especialmente as transformações nas formas de abordagem desse fenômeno. Ainda nesta seção, são delineadas formas de enquadramento da questão da pobreza no contexto baiano, mais especificamente da Região Metropolitana de Salvador, de modo a embasar a descrição dos resultados obtidos.

O estudo da pobreza nos espaços urbanos e metropolitanos brasileiros tem se mostrado bastante relevante não apenas para melhorar o conhecimento sobre o funcionamento desse fenômeno, mas principalmente para permitir o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas mais precisas e eficazes. Estudos recentes, entretanto, têm mostrado a complexidade desses fenômenos, assim como a sua grande susceptibilidade às escolhas metodológicas adotadas, uma vez que, de acordo com as estratégias analíticas adotadas, os diagnósticos sobre a pobreza serão bem diferentes, como será discutido ao longo deste documento.

Nessa direção, os enfoques utilizados para a análise da pobreza têm variado da simples mensuração dos números de pobres e indigentes por meio de linhas de pobreza que consideram apenas a insuficiência de rendimentos monetários disponíveis às famílias, até o desenvolvimento de índices sintéticos ou complexos utilizando técnicas estatísticas sofisticadas. Neste trabalho, são descritas três formas (metodológicas) diferentes de observar as manchas de pobreza intra-urbana que levam em consideração essas variadas perspectivas analíticas.

Análises estatísticas utilizando indicadores complexos tentam captar as chamadas “múltiplas dimensões da pobreza urbana”, ou seja, reconhecem que a dimensão econômica, de insuficiência de renda, responde a apenas uma das dimensões da pobreza urbana e que há outros elementos, como a dimensão demográfica, relativa ao ciclo de vida das famílias, e outras condições sociais, como grau de acesso a serviços públicos, nível de escolaridade da população, que delineiam diferentes condições de bem-estar da população.

Nesse sentido, este estudo procurou fornecer embasamento teórico e metodológico para a análise detalhada dos padrões intra-urbanos de pobreza presentes na Bahia em 2000, a partir

de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, de modo a fornecer alternativas diversas para os planejadores de política. Assim, três eixos principais orientaram as análises.

O primeiro consistiu em observar as manchas de pobreza intra-urbana do ponto de vista da insuficiência de renda, por meio da identificação de uma medida *proxy* da intensidade da pobreza por setor censitário. O segundo, por sua vez, procurou complementar as análises relativas à insuficiência de renda através da discussão das múltiplas dimensões da pobreza. Nesse sentido, foram associadas análises fatorial e de *cluster*, com o objetivo de obter uma tipologia dos setores censitários urbanos da Bahia. Por fim, o terceiro recorte procurou contemplar a dimensão propriamente espacial da pobreza urbana, a questão da segregação residencial, utilizando, para isso, a metodologia de Moran a fim de definir concentrações espaciais de conteúdos associados à pobreza urbana no interior dos principais municípios da Bahia no ano 2000.

Em todos esses recortes, procurou-se apresentar análises baseadas na menor unidade de análise disponível, os setores censitários, de modo a fornecer um panorama detalhado e diversificado das situações intra-urbanas da Bahia. Essa heterogeneidade de situações sociais, que devem ser analisadas de forma específica pelas políticas públicas que visam a combater a pobreza, só pode ser identificada por meio de análises detalhadas como essas aqui apresentadas, conforme será destacado ao longo de todo o texto. Somente os setores censitários classificados como urbanos foram incluídos nas análises e na modelagem de dados uma vez que o objetivo deste estudo é identificar manchas urbanas de pobreza. Todos os dados referem-se aos resultados da Amostra do Universo do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

Este documento é dividido em seis partes, incluindo a introdução. O Capítulo 1 apresenta as trajetórias de como a questão da pobreza urbana no Brasil e no contexto baiano foram entendidas e tratadas ao longo do tempo. Essas visões da pobreza influenciam as escolhas metodológicas para mensurar o fenômeno e, por esta razão, são importantes pontos de partida para a definição de pobreza. O Capítulo 2 apresenta a perspectiva analítica da pobreza vista como insuficiência de renda, incluindo a discussão da literatura sobre o tema, as estratégias metodológicas adotadas e como podem ser vistas as manchas de pobreza urbana na Bahia desse ponto de vista. De modo similar, o Capítulo 3 apresenta a discussão relativa às múltiplas dimensões da pobreza, as metodologias utilizadas para a sua identificação – análises fatorial e de agrupamentos – bem como os resultados dessa tipologia obtida, incluindo representação cartográfica das manchas de pobreza para os maiores municípios baianos nessa perspectiva analítica. O Capítulo 4 apresenta a discussão relativa à segregação urbana, considerações a respeito da relevância da escala de análise, bem como as estratégias metodológicas utilizadas para a identificação dessa dimensão espacial da pobreza urbana – os índices de Moran – e como se revelam as manchas de pobreza urbana, a partir dessa perspectiva analítica, observando os resultados para os maiores municípios baianos. Por fim, são sistematizados os principais resultados obtidos em todas as etapas da consultoria. Em anexo, encontram-se especificações sobre as principais metodologias adotadas bem como mapas, tabelas e gráficos complementares.

A apresentação de três formas de se captar as manchas de pobreza urbana na Bahia não significa que elas sejam excludentes entre si, pelo contrário, são informações complementares. Como se discute ao longo deste documento, as manchas de pobreza vistas como insuficiência de renda, trazem a vantagem de ser uma mensuração relativamente simples e bastante comparável ao longo do tempo, ou seja, é uma medida fácil de evolução da intensidade da pobreza em termos comparativos. A segunda perspectiva, a da múltipla dimensão da pobreza, tenta captar outras dimensões da vida em sociedade que influenciam as condições de bem-estar de uma população. Deste ponto de vista, os resultados mostram que as demandas por políticas públicas não são, necessariamente, as mesmas para o conjunto de setores urbanos pobres. Por fim, a descrição das manchas de pobreza, vista como concentração espacial do fenômeno ou de segregação residencial, aponta para áreas em que o fenômeno aparece de forma muito intensa espacialmente, formando microrregiões ou *clusters* de pobreza (ou de riqueza) intra-urbana. Estes são locais em que as manchas de pobreza são vistas como um problema que engloba um conjunto de setores censitários vizinhos entre si, com implicações para a implementação de políticas públicas de superação da pobreza. Desta forma, espera-se que, ao apresentar três estratégias diferentes de identificação das manchas de pobreza intra-urbana, as análises aqui desenvolvidas possam contribuir para o planejamento de políticas públicas mais eficazes.

1 FORMAS DE ENQUADRAMENTO DA POBREZA URBANA

Este capítulo delinea as principais discussões sobre a temática da pobreza no Brasil, atentando também para algumas especificidades dos modos de enquadramento da questão na Bahia. Além de um breve histórico do desenvolvimento das discussões sobre a pobreza no Brasil, são evidenciadas algumas distinções conceituais importantes que forneceram o embasamento necessário para as diversas etapas deste trabalho. Este capítulo apresenta as questões mais gerais relativas às formas de se entender e conceituar a pobreza urbana no Brasil, sendo que as discussões mais específicas aparecem nos capítulos seguintes.

A primeira parte deste capítulo apresenta a literatura que abordou a questão da pobreza no Brasil em relação às discussões internacionais mais importantes em cada momento histórico, além de apontar as relações e especificidades da literatura que se debruçou sobre a pobreza na Região Metropolitana de Salvador (RMS) vis-à-vis essa discussão mais ampla. Na segunda parte, são evidenciados alguns diagnósticos recentes que procuraram dimensionar o tamanho da pobreza na Região Metropolitana de Salvador, em comparação com as demais regiões metropolitanas brasileiras, de modo a contextualizar as dinâmicas observadas para a RMS em comparação ao restante das regiões metropolitanas brasileiras.

1.1 Trajetórias da pobreza urbana no Brasil

A discussão sobre a pobreza no Brasil torna-se forte especialmente nas décadas de 1960 e 1970, no contexto dos embates – que mais do que brasileiros foram latino-americanos – em torno da questão da marginalidade urbana, que era um termo em disputa, apropriado das mais diversas formas pelas diferentes correntes em debate. Mais do que uma discussão em torno da pobreza em si, foi um debate em torno da questão da desigualdade e da pobreza que acompanhavam o processo de industrialização, debate em que o Estado tinha grande centralidade, assim como as classes trabalhadoras (RECIO, 2003). Nesse contexto, predominavam diagnósticos dualistas da realidade social influenciados, por um lado, pela teoria da modernização e, por outro, pelo marxismo estruturalista, sendo a grande questão as possibilidades de desenvolvimento no interior do capitalismo, dado o caráter excludente do modelo de crescimento econômico brasileiro, iniciado nos anos 1930, que não gerava como contrapartida o desenvolvimento social, mas sim uma estrutura social cada vez mais desigual.

A Teoria do Desenvolvimento ou da Modernização, que teve seu auge entre as décadas de 1940 e 1950, defendia uma visão evolucionista das sociedades, associando causalmente a necessidade de industrialização e modernização capitalista do país com o advento da democracia. Tendo

os países capitalistas centrais como meta, o Brasil deveria seguir os passos desses para que pudesse se desenvolver, se democratizar, e então figurar entre as nações do Primeiro Mundo – em um processo quase “natural”. Nesse sentido, a pobreza no âmbito da América Latina era enquadrada principalmente como um problema relacionado ao “atraso” do mundo rural.

Na década de 1960 surgem inúmeras críticas a essa teoria, uma vez que todos constatavam uma discrepância cada vez maior entre países centrais e periféricos. Rompendo com a visão evolucionista da teoria da modernização, e influenciados pela teoria marxista das classes sociais, estudos desenvolvidos especialmente pela Cepal, que empolgaram diversos autores brasileiros, destacavam a existência de uma lógica sistêmica de ganhadores e perdedores, sendo que a ocorrência de disfunções no sistema capitalista produzia populações marginais. Esses estudos referentes ao “capitalismo excludente”, produzidos em uma conjuntura que estimulava análises visando à superação do subdesenvolvimento, marcam a tradição da temática da exclusão nas ciências sociais.

Essas concepções, que aceitavam a pobreza como um fenômeno urbano e que abordavam a temática da marginalidade no sentido da não-integração dos migrantes rurais à sociedade mais ampla, tinham forte rebatimento sobre os estudos urbanos que se desenvolviam à época. Esse argumento foi a base do debate sobre a marginalidade urbana nos anos 1970 sobre diversas cidades brasileiras, inclusive Salvador (ESPINHEIRA, 1972). Segundo aquela literatura, os pobres urbanos eram migrantes recém-chegados, com baixa integração às dinâmicas urbanas, especialmente em termos culturais, conforme criticado por vários autores. (PERLMAN, 1977; OLIVEN, 1997).

Segundo destaca Perlman (1977), o termo marginalidade era particularmente associado à vida dos pobres em geral e dos moradores de favela, em particular, constituindo um conjunto de hipóteses ambíguas que serviriam como “cortina de fumaça” para o confronto de velhas batalhas ideológicas, principalmente em torno da questão da natureza do processo social, o processo de modernização, as implicações do capitalismo. (PERLMAN, 1977, p. 123). A autora destaca também o sentido negativo do termo “marginal”, associado às noções de indolência, vagabundagem, em um paralelo à tradição européia e norte-americana de consideração dos pobres como suspeitos, como “classes perigosas”. As favelas eram particularmente caracterizadas com rótulos desqualificadores¹.

Essa visão culturalista ainda se faz presente nos dias de hoje, não apenas no debate público, como também nos ambientes acadêmicos. Essa é a principal razão para a persistência de se considerar a migração como o mais importante produtor de pobreza urbana, mesmo em cidade como o Rio de Janeiro e São Paulo, onde os fluxos migratórios experimentaram importantes decréscimos nas últimas décadas (PERILLO; PERDIGÃO, 1998).

¹ A autora destaca na literatura da época as fortes associações entre favela e promiscuidade, violência, doença, abandono, ilegalidade, desarticulação social; nesse sentido, Perlman destaca a marginalidade como um mito, uma representação social com rebatimento na realidade. A autora destaca na construção desse mito a mistura das características físicas das favelas – como construções abaixo do padrão, alta densidade, falta de serviços municipais, ausência de condições higiênicas, localização periférica em relação à área urbana, ocupação ilegal da terra, etc.– com atributos sociais, como desorganização social, promiscuidade, valores atrasados, inadequados à vida cidadina (PERLMAN, 1977).

De forma crítica a essa visão da marginalidade, destacaram-se os estudos elaborados no contexto da Teoria da Dependência, que repudiava a visão dualista colocada pelo termo exclusão, ressaltando que todos estão integrados ao sistema capitalista, ainda que de modo precário, aleatório, marginal – ou seja, nesse contexto de inspiração marxista, a marginalidade seria uma forma peculiar de integração nas esferas de produção e distribuição nos países periféricos, repudiando-se, assim, a noção de marginalidade como atraso (teoria da modernização) ou como não integração (visão cepalina). A Teoria da Dependência rejeitava essa visão dicotômica da Cepal, mas aceitava sua lógica sistêmica, ressaltando que não existiam excluídos, pois todos cumpriam uma função no interior do sistema mais geral – tanto os países periféricos no interior do sistema capitalista mundial quanto as populações marginalizadas no interior de cada sociedade, que cumpriam a função de Exército Industrial de Reserva².

No centro dessa polêmica a respeito da inclusão ou exclusão dos segmentos marginalizados, estava a questão da constituição da sociedade de classes na periferia do capitalismo, sendo esta polêmica fortemente influenciada pelos processos de êxodo rural, de urbanização, pois cada vez mais eram gerados contingentes não incorporados ao meio urbano. Conforme destaca Valladares (1982), a partir dos anos 1960 a população urbana do país crescia significativamente – segundo o Censo de 1970, a população urbana já atingia 56% da população total – e aumentava desse modo a visibilidade da questão da moradia, devido à multiplicação de favelas, mocambos, alagados e outras soluções habitacionais para população de baixa renda nas principais cidades do país, estimulando os primeiros estudos sobre o tema. Uma das grandes questões, portanto, era a incorporação desses elementos “atrasados”, oriundos do meio rural, ao contexto urbano – muitas vezes a pobreza urbana era analisada sob a ótica da inadaptação.

Por várias razões, consideramos que a visão da modernização sobre a pobreza não é apenas incorreta, mas também bastante nociva em termos de políticas públicas. A ligação entre pobreza e subdesenvolvimento reflete a idéia de que há algo faltando nessas sociedades e que esses elementos inexistentes acabarão por aparecer (ou desaparecerão, dependendo do enfoque que o processo é observado) se tudo correr o seu curso “natural”. Assim, essa idéia não deixa espaço algum para a política e as instituições políticas – incluindo as agências estatais e as políticas públicas – como instrumentos para combater as situações de pobreza.

Além disso, há fortes evidências que desafiam a visão da pobreza como uma questão de subdesenvolvimento. Em primeiro lugar, destaca-se o retorno de patamares importantes de pobreza urbana em países desenvolvidos nas últimas décadas (MINGIONE, 1996). Se a pobreza fosse apenas uma questão de falta de desenvolvimento capitalista, ela nunca teria retornado às mais importantes cidades dos países centrais do sistema capitalista. Entretanto, como tem demonstrado um conjunto amplo de autores, a pobreza retornou de maneira transformada a muitas cidades, a exemplo de Nova Iorque e Londres (FAINSTEIN; GORDON; HARLOE, 1992; MARCUSE, 1997; WALDINGER, 1996) (FAINSTEIN; GORDON; HARLOE, 1992; MARCUSE, 1997;

² Segundo a Teoria da Dependência, seguindo a tradição marxista, o Exército Industrial de Reserva constituiria uma modalidade de inclusão acessória e intermitente necessária à etapa do desenvolvimento do capitalismo naquele momento.

WALDINGER, 1996) por exemplo, assim como a Paris (WACQUANT, 2000), Stuttgart, Berlim (HÄUSSERMAN; KAZEPOV, 1996), Milão (ZAJCZYK, 1996), Los Angeles (DAVIS, 1990; RIEFF, 1991) e Tóquio (SASSEN, 1991). Em outras palavras, essa nova pobreza não pode ser explicada a partir de uma perspectiva da convergência ou da modernização.

As transformações recentes observadas nas sociedades contemporâneas também contribuem para o diagnóstico de que existiria uma nova forma de pobreza em curso. Por exemplo, observa-se para a América Latina uma transformação relativamente recente que altera o perfil da população pobre na região. De acordo com a Cepal (2002), havia 136 milhões de pobres na América Latina em 1980. Dentre esses, 63 milhões (46%) viviam em cidades e 73 milhões (54%) viviam em áreas rurais. Então, considerando o tamanho das populações pobres, a incidência da pobreza nas cidades, em 1980, era muito menor. Porém, a situação se inverteu nos últimos 20 anos e, em 1999, o conjunto da população pobre alcançava 211 milhões de indivíduos na região, sendo 134 milhões (63%) urbanos e 77 milhões (36%) rurais. Tanto em termos de números absolutos como em termos de distribuição percentual, portanto, as áreas urbanas não apenas concentram o maior contingente de pobres na região como também são os lugares em que a pobreza tem crescido em ritmo mais intenso – entre 1980 e 1999 a população pobre cresceu 113% nas áreas urbanas e apenas 5% nas áreas rurais.³

Nesse sentido, alguns autores argumentam que estaria em curso na América Latina em geral uma espécie de “urbanização da pobreza” ou de “desruralização”. (ARRIAGADA, 2000). (ROCHA, 2000). No caso do Brasil, são diversas as razões para esse fenômeno, a começar pelo intenso processo de urbanização do país. Destaca-se ainda o papel do significativo processo de modernização da agricultura, que expulsa trabalhadores pobres e eleva o nível de rendimentos médios dos que ficam; o efeito das políticas cambiais e de redução de barreiras à importação; e, não menos importante, as políticas sociais voltadas para a população pobre de meio rural, intensificadas depois da Constituição de 1988, como a aposentadoria para o trabalhador rural, os programas de transferência de renda, a reforma agrária, o Pronaf e outros. Além disso, é preciso destacar que os intensos processos de migração para as cidades nas décadas de 1960 e 1970, em especial as metrópoles, arrefeceram fortemente depois dos anos 1980, não apenas no Brasil, mas também no contexto latino-americano (MARTINE, 1995; MARTINE; HAKKERT; GUZMAN, 2000). Essa redução, entretanto, não se fez acompanhar de uma redução da pobreza (CEPAL, 2002), embora seja necessário destacar que o período 1980-1990 foi o mais dramático para a América Latina: enquanto que entre 1980 e 1990 a pobreza cresceu a uma impressionante taxa de 3,9% aa, entre 1990 e 1999 a taxa de crescimento diminuiu para 0,5% aa. Porém, como já foi exposto anteriormente, essa taxa de crescimento da pobreza não foi idêntica para a população residente das áreas rurais e urbanas.

Rocha (2000) destaca que, na década de 90, o aumento da pobreza metropolitana afetou negativamente a evolução da proporção de pobres no Brasil, e houve certa “desruralização

³ O mesmo pode ser dito sobre os indigentes, embora a sua presença nas áreas rurais ainda fosse mais elevada em 1999 – 51% da população nessa condição moravam em áreas rurais. Entretanto, de forma similar ao ocorrido com a população pobre, os indigentes têm crescido a uma taxa mais elevada em áreas urbanas – entre 1980 e 1999 o seu crescimento em áreas urbanas foi de 91%, enquanto foi de apenas 16% em zonas rurais (CEPAL, 2002).

da pobreza”, com a estabilização da proporção de pobres nas áreas urbanas não metropolitanas. O impacto negativo mais intenso ocorreu na RM de São Paulo, centro da reestruturação produtiva na indústria, onde a proporção de pobres passou de 33,6%, em 1990, para 41,9%, em 1993. Refletindo sobre a situação da Bahia, é possível constatar, na produção dessa autora, uma queda da pobreza rural no estado e sua estabilidade na Região Metropolitana de Salvador, sugerindo – como propõe a hipótese original deste estudo – um deslocamento das manchas de pobreza. Outros dados sobre os números da pobreza na RMS são descritos na segunda parte deste capítulo. Já a discussão específica sobre a abordagem da pobreza enquanto insuficiência de renda é apresentada no Capítulo 2.

Desta forma, a análise dos números que destacam o crescimento da pobreza urbana corrobora o debate recente a respeito da existência de uma “pobreza diferente”, marcada também por novos elementos demográficos – novas composições familiares, redução no tamanho da família, aumento da chefia feminina – e por maior acesso a bens e serviços, maior acesso a políticas públicas em geral (TORRES, 2005). Por outro lado, há maior exposição a outros tipos de riscos sociais que teriam impacto sobre o nível de bem-estar das populações, como violência, desemprego, dificuldades de inserção social ou bloqueios a possibilidades de mobilidade social ascendente (TORRES, 2005; KOWARICK, 2001). Nesse sentido, há uma percepção mais clara de que essa “pobreza diferente” é bem complexa e heterogênea tanto do ponto de vista da composição social dos grupos considerados pobres (CEBRAP; SÃO PAULO, 2004; MARQUES; TORRES, 2005), quanto de sua distribuição espacial – essa discussão sobre a complexidade da pobreza urbana, que envolve a questão de suas múltiplas dimensões, é apresentada em maior detalhe no Capítulo 3. Alguns autores (TORRES, 2005; MARQUES; TORRES, 2005) destacam ainda que a “nova pobreza urbana” envolve cada vez mais componentes de segregação residencial, conforme será discutido no Capítulo 4.

Em síntese, pelo menos desde o final dos anos 1970, a pobreza na América Latina é, ao mesmo tempo, um problema rural e urbano, embora a importância do fenômeno nas áreas urbanas tenha crescido mais rapidamente. Portanto, deve-se considerar já de início a existência de diversos processos de produção de pobreza nas cidades brasileiras, e falar de pobrezas ao invés de pobreza – dimensões que procuraram ser abordadas de forma específica ao longo desse projeto, conforme discutido nos Capítulos 2 e 3.

Já que não se deve esperar por uma redução “natural” do problema, visto que ele não é produzido pela prevalência do atraso junto ao moderno, deve-se também considerar as diferentes formas de pobreza existentes nas situações urbanas, de forma condizente com uma já ampla literatura que tem focado a diversidade das condições de privação social urbana (VALLADARES; PRETECEILLE, 2000; PRETECEILLE; VALLADARES, 1999; MARQUES; TORRES, 2005).

As estratégias analíticas deste trabalho objetivaram endereçar essas diferentes perspectivas, ao procurar identificar manchas intra-urbanas de pobreza entendida como simples privação de renda (Capítulo 2), sob a ótica de suas múltiplas dimensões (Capítulo 3) e também do ponto de vista de sua concentração espacial (Capítulo 4).

A seguir, são apresentadas algumas especificidades dessas discussões sobre a pobreza urbana na Bahia.

1.1.2 Trajetórias da pobreza urbana na Bahia

A discussão sobre pobreza e desigualdades sociais no contexto baiano delinea vários paralelismos com as literaturas sobre pobreza urbana e produção do espaço em outros lugares do país, conforme discutido na seção anterior. Sob esse ponto de vista, Magalhães e Oliveira (2006) identificam basicamente três eixos da produção na área de ciências sociais sobre a cidade, conforme apresentado de forma breve a seguir.

Em um primeiro conjunto de trabalhos, desenvolvidos nos anos 1970 e 1980, o objetivo era compreender Salvador, a partir da análise do papel da cidade no contexto econômico nacional ou, nos termos da época, da posição da cidade na periferia de um capitalismo (periférico) brasileiro. Essa literatura era fortemente influenciada pela tradição marxista e se inseria nos debates mais gerais sobre a marginalidade urbana e sobre o papel do exército industrial de reserva em um processo de acumulação fortemente espoliativo, como discutido no capítulo anterior. No caso de Salvador, os trabalhos de Santos (1979) são as principais referências nesse contexto de discussão. Seguindo a mesma tradição, trabalhos como Espinheira (1972) desenvolveram esse argumento no contexto intra-urbano, discutindo a presença da marginalidade urbana em espaços como o Maciel e Alagados. Marginalidade tinha, nesse contexto, o sentido de irrelevância de determinados grupos populacionais para os processos de acumulação na cidade e no país.

O trabalho que sintetiza as contribuições dessa linha de pesquisa, entretanto, é a obra *Bahia de Todos os Pobres*, organizada por Guaraci Deodato Souza, em 1980. O livro se baseia nos resultados de pesquisa por amostragem sobre o mercado de trabalho em Salvador, desenvolvida em 1971, pelo Cebrap e pelo CRH. Sob diversos pontos de vista, a obra encontra paralelo com outro livro também editado pelo Cebrap, "São Paulo: 1976, crescimento e pobreza". Em ambos os casos, tratava-se de associar as dinâmicas da acumulação em nível nacional e os lugares de cada cidade na divisão inter-regional do trabalho no interior do capitalismo brasileiro com as características de pobreza e privação social.

Este tipo de enfoque que associa a pobreza urbana a processos econômicos mais gerais persiste, embora no interior de outro quadro conceitual, em trabalhos recentes, como Moura (1990), que discute a dinâmica do terciário na cidade, assim como em Almeida (2006), que discute as particularidades do processo de industrialização em Salvador.

Um segundo conjunto de trabalhos abordou, já desde os anos 1960, as formas de produção do espaço na cidade de Salvador, em especial de suas periferias. Devem ser citados os trabalhos fundadores de Brandão (1963 [1978]), Franco (1983) e Mattedi (1978) entre outros. Tratava-se, nesse caso, de destacar os efeitos da formação do mercado imobiliário e da configuração urbana, tendo como pano de fundo os processos de industrialização e de integração nacional. Processos mais singulares, como as intensas migrações do rural para o urbano e o acúmulo

de um grande déficit habitacional, explicariam o processo de espraiamento horizontal e descontínuo característico do espaço metropolitano de Salvador.

Também se iniciam estudos sobre as alternativas habitacionais adotadas pela população de baixa renda, tais como aqueles realizados por Franco (1983) sobre loteamentos populares e Lima (2005) sobre os arrendamentos como formas de acesso dos mais pobres ao solo. A alternativa mais importante e disseminada, entretanto, é a “invasão”, destacada já em Brandão (1963 [1978]), porém, detalhada em trabalhos como Souza (1990). Essa linha de estudos apresenta grande paralelismo com trabalhos contemporâneos sobre o Rio de Janeiro (SANTOS, 1985; CHINELLI, 1980) e sobre São Paulo (BONDUKI; ROLNIK, 1982).

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, diversos estudos desenvolveram esta linha interpretativa detalhando os processos ocorridos desde então, assim como desdobrando espacialmente o diagnóstico geral realizado anteriormente sobre a conformação urbana. Como será visto no Capítulo 4, que trata especificamente da literatura sobre segregação urbana no Brasil e na Bahia, trabalhos recentes como (CARVALHO; CODES, 2006; CARVALHO; PEREIRA, 2006), têm detalhado ainda mais essas informações, produzindo um esforço sistemático para a caracterização e a espacialização dos grupos sociais na cidade de Salvador, utilizando, inclusive, informações disponíveis na escala dos setores censitários (assim como realizado no âmbito desse projeto). Outros estudos recentes, como Souza (2000), preocupam-se com um maior detalhamento da questão urbana em Salvador, destacando a superposição de diferentes padrões de produção e ocupação do espaço construído, como será discutido no Capítulo 4.

O trabalho mais recente e relevante sobre os temas da pobreza e da desigualdade na Região Metropolitana de Salvador foi consolidado na publicação *Como anda Salvador*, coordenada por Inaiá Carvalho e Gilberto Pereira. De certo modo, essa publicação procura retomar questões presentes em *Bahia de Todos os Pobres*, sem realizar, no entanto, uma comparação sistemática. Considerando as dinâmicas econômicas recentes em curso no país, o advento da globalização e as alterações impostas pelo processo de reestruturação produtiva, essa coletânea de estudos aborda diversos temas de grande relevância para o entendimento dos problemas urbanos da Região Metropolitana de Salvador, incluindo aspectos relacionados ao seu desenvolvimento regional (ALMEIDA, 2006), transformações demográficas recentes (FERNANDES, 2006), ou aspectos relativos às condições de moradia (PEREIRA; SOUZA, 2006), pobreza e segregação sócio-espacial (CARVALHO; CODES, 2006; CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Em termos das condições demográficas da RMS, o estudo destaca a importância de Salvador no contexto da RMS – que abrange os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz –, visto que o município detém a maior população residente e a maior densidade demográfica da RMS, atraindo importante migração de baixa renda de outros municípios da região. As análises apontam ainda para as especificidades do processo de “periferização” da região, com o crescimento de municípios como Lauro de Freitas, a partir da migração de pessoas com melhor poder aquisitivo, oriundas especialmente de Salvador e da região Sudeste,

atraídas pelas oportunidades de emprego especialmente na região do Pólo Petroquímico de Camaçari (FERNANDES, 2006).

Considerando a questão das transformações nas composições familiares, o estudo enfatiza o aumento da chefia feminina, o que tem implicações para a vulnerabilidade social das famílias e para as condições de reprodução da pobreza na RMS (FERNANDES, 2006). A análise evidencia ainda que a maior presença de famílias chefiadas por mulheres pode estar associada com as elevadas taxas de desemprego na RMS, uma das mais altas do país.

Analisando dados sobre o desemprego e a estrutura ocupacional, Carvalho e Codes (2006) ressaltam os efeitos da reestruturação produtiva sobre a RMS, apontando para o aumento do desemprego (entre 1987-1988, o desemprego total era de 15,7%, em Salvador, e de 15,8% na RMS; entre 2003-2004 esses índices chegaram, respectivamente, a 26% e 26,8%, a mais alta entre as regiões metropolitanas do país) e para a maior precariedade ocupacional. Essas transformações no mundo do trabalho contribuíram para a conformação de uma metrópole bastante desigual. Nas palavras dos autores, uma metrópole formada por “ilhas de afluência em um mar de pobreza” (CARVALHO; CODES, 2006, p. 116-117). Como será visto nas análises que enfocam a pobreza enquanto insuficiência de renda (Capítulo 2), essas desigualdades na concentração de pobreza na RMS são mesmo bem evidentes.

Esse “mar de pobreza” evidencia-se quando se observa que, de acordo com o Censo 2000, quase um terço da população de Salvador era pobre, isto é, tinha renda familiar mensal per capita inferior a meio salário mínimo. Pior situação era observada em outros municípios da RMS: 54,72% de pobres em Itaparica em 2000; 55,48% em São Francisco do Conde e 58,64% em Vera Cruz. (CARVALHO; CODES, 2006).

Esses autores também verificam um aumento da concentração de renda entre 1991 e 2000, especialmente em Salvador, Lauro de Freitas e São Francisco do Conde, contribuindo para o aumento da desigualdade. Essa desigualdade é também constatada na distribuição espacial dos grupos sociais, como será apontado no Capítulo 4.

Assim, esses resultados mais recentes apresentados em *Como anda Salvador* apenas reforçam a relevância de análises como as que foram desenvolvidas no âmbito deste estudo, que procura avaliar as múltiplas dimensões da pobreza – para além da simples privação material – em uma escala bastante detalhada espacialmente, ou seja, reconhecendo que a pobreza urbana cada vez mais tem uma dimensão espacial que precisa ser considerada no planejamento das políticas públicas.

1.3 Diagnósticos recentes sobre a pobreza urbana na Região Metropolitana de Salvador

Ultrapassando limites das discussões relativas à conceituação da pobreza e da desigualdade, cabe apresentar algumas informações preliminares de forma a caracterizar a situação social na Região Metropolitana de Salvador (RMS), comparativamente com as mais importantes Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras. O objetivo aqui é observar em que medida a evolução das condições de vida observada para a RMS são específicas desta região ou podem ser também observadas como uma tendência “nacional” em outras RMs do país.

Em primeiro lugar, é apresentada, de forma breve, a evolução geral da incidência da pobreza nas dez principais RMs, entre 1995 e 2003, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)⁴. Além disso, descrevem-se dados relativos à evolução do acesso a alguns bens e serviços selecionados, de modo a contribuir para a construção de uma análise mais complexa das situações de pobreza metropolitana.

1.3.1 Evolução geral da pobreza e do acesso a bens e serviços

Seguindo estudos e critérios utilizados oficialmente para o planejamento de políticas públicas, foram considerados como domicílios pobres aqueles que apresentavam um rendimento domiciliar per capita de até meio salário mínimo⁵.

Os resultados da análise sobre a evolução de domicílios mais pobres entre 1995 e 2003⁶ (Tabela 1) apontam para um crescimento na proporção de domicílios com renda de até ½ de sm no total de RMs do país. Houve um aumento da participação dos mais pobres em quase todas as regiões, sendo que a presença de domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo no conjunto das regiões passou de 12,6 para 15,5%.

Tabela 1
Proporção dos domicílios com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo
Dez Regiões Metropolitanas – 1995/2003

Regiões Metropolitanas	1995	2003
Belém	19,6	29,2
Fortaleza	33,0	33,9
Recife	30,5	32,4
Salvador	27,2	30,2
Belo Horizonte	15,3	16,5
Rio de Janeiro	10,9	10,4
São Paulo	6,0	11,2
Curitiba	9,2	11,1
Porto Alegre	9,9	10,1
Brasília	11,7	15,9
Total	12,6	15,5

Fonte: PNADs 1995, 2003 e 2004.

⁴ Essa pesquisa é realizada anualmente pelo IBGE.

⁵ Apesar de diversas políticas públicas de transferência de renda adotarem como linha de pobreza a faixa de rendimento familiar per capita inferior a ¼ de salário mínimo, muitos analistas também consideram como linha de pobreza a faixa de rendimento familiar per capita inferior a meio salário mínimo. Ver, por exemplo, Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2000).

⁶ De modo a realizar uma análise comparativa entre os rendimentos auferidos em 1995 e 2003, foi considerado como mês de referência setembro de 2003. A partir do IPCA-Brasil (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que serve como parâmetro oficial para reajuste de salários, os rendimentos da PNAD 1995 foram inflacionados para o mês de referência adotado, bem como os rendimentos da PNAD 2004 foram deflacionados para este mesmo mês. O salário mínimo de referência é de R\$ 240 em setembro de 2003.

Na comparação regional, observa-se uma ligeira redução apenas na RM do Rio de Janeiro no período analisado, com relativa estabilidade no caso das RMs de Porto Alegre, Fortaleza e, em menor medida, Belo Horizonte. No caso específico da RM de Salvador, foi observado um aumento na participação de domicílios pobres no período, ainda que tal crescimento tenha sido mais intenso no caso das RMs de Belém, São Paulo e Brasília. As três regiões nordestinas partem de patamares relativos mais elevados de pobres, sendo Salvador a que registra menor presença relativa de pobres na região, tanto em 1995 como em 2003. Embora não se pretenda analisar aqui em detalhe a PNAD 2004, recém publicada, os resultados existentes mostram que a proporção de pobres em Salvador em 2004 aproxima-se novamente dos 27%, estando assim no mesmo patamar observado em 1995.

Esse cenário, que aponta para um aumento da incidência da pobreza em praticamente todas as RMs analisadas, torna-se mais complexo quando são analisados os dados de acesso a bens e serviços, tais como coberturas de água⁷, esgoto⁸, energia elétrica, coleta de lixo⁹, telefone no domicílio e outros bens de consumo, tais como geladeira, fogão, freezer, filtro de água e máquina de lavar roupas.

Considerando o acesso a serviços, observou-se um expressivo aumento das coberturas entre os domicílios mais pobres no período 1995 e 2003. Nesse sentido, cabe destacar a importância do papel do Estado nos últimos anos, que vem buscando a universalização dos serviços mesmo entre as camadas mais pobres da população (MARQUES, 2000). Analisando as regiões em conjunto, percebe-se uma tendência à universalização do acesso à eletricidade, água encanada e coleta de lixo, sendo que o único indicador que não acompanhou essa expansão foi aquele referente à rede coletora de esgoto¹⁰.

A evolução desses indicadores para o caso de Salvador é similar ao conjunto das RMs, embora a RMS tenha apresentado avanços maiores de cobertura no caso do acesso de alguns serviços. No que diz respeito ao abastecimento de água, as coberturas passaram de 84,8%, em 1995, para 95,3%, em 2003, atingindo níveis bem próximos à universalização do acesso. Os serviços de coleta de lixo alcançavam 87,5% dos domicílios, em 1995, e 97,1%, em 2003, tendendo também à universalização do serviço. O acesso à energia elétrica nos domicílios da RMS já estava praticamente universalizado desde 1995.

Com relação ao esgotamento sanitário observou-se importante aumento no acesso: de 46% para 74,7% de domicílios com esgotamento adequado no período. Quando comparado à cobertura existente, por exemplo, para a RM de São Paulo, os avanços observados para a RM de Salvador são muito expressivos. São Paulo apresentava um patamar mais elevado de

⁷ Domicílios que tinham ligação à rede geral de água em pelo menos um cômodo.

⁸ Seguindo o critério adotado pelo IBGE, foi considerado como esgotamento sanitário adequado os domicílios ligados à rede geral de esgoto e aqueles com fossa séptica ligada à rede coletora.

⁹ Lixo coletado de forma direta ou indireta (por meio de caçambas, por exemplo).

¹⁰ Segundo dados do IBGE, a rede coletora de esgoto atende a cerca de 48% das moradias no território nacional; porém ao abrir o foco para as regiões metropolitanas, são encontradas grandes disparidades entre as coberturas da rede. As regiões metropolitanas do Norte e Nordeste ainda possuem baixas proporções de domicílios ligados diretamente à rede de esgoto ao passo que as regiões do Sudeste possuem as melhores coberturas.

domicílios com esgotamento sanitário adequado em 1995, em comparação a Salvador (cerca de 75% em SP) e, apesar de se verificar avanços também no caso de São Paulo, para 2003 (a cobertura passa para algo em torno de 83%) o aumento no período foi de apenas 8 pontos percentuais em contraste com um avanço de quase 30 pontos percentuais para a RM de Salvador.

Essas coberturas elevadas e avanços significativos observados para o caso da RM de Salvador são efeitos do programa *Bahia Azul*, implementado desde 1996 pelo governo do Estado, através da EMBASA, visando à ampliação das redes de água e esgoto e também do sistema de coleta de lixo, de modo a contribuir para a despoluição de rios e praias (SOUZA, 2000b). Cabe ressaltar também os relevantes impactos dessa melhora nas condições de saneamento do ponto de vista das condições gerais de saúde, tendo efeitos, inclusive, sobre o processo de envelhecimento da população da RMS e também sobre a queda da taxa de mortalidade infantil (FERNANDES, 2006).

Porém, quando essas informações relativas às coberturas de saneamento são desagregadas espacialmente – o que é possível através de dados do Censo Demográfico – observam-se importantes desigualdades intra-urbanas. Como apontam Pereira e Souza (2006), apesar da cobertura por rede geral de água atingir toda área da cidade de Salvador, esse abastecimento é mais precário nos demais municípios da RMS, excetuando-se Dias D'Ávila, Vera Cruz, a orla de Lauro de Freitas e parte da orla de Camaçari. No caso do esgotamento sanitário, Pereira e Souza (2006) apontam que, mesmo nos bairros pobres onde a rede foi implantada, a solicitação da ligação à rede fica por conta do morador, que, muitas vezes, deixa de fazer isso para não ter que arcar com esse pagamento. No caso da coleta de lixo, enquanto os domicílios da orla e do centro do município de Salvador contam com cobertura universal, áreas de ocupação informal localizadas no Miolo e no Subúrbio Ferroviário registram índices na faixa de 70% a 95% (PEREIRA; SOUZA, 2006). Em outras palavras, apesar dos avanços registrados no período para o conjunto dos domicílios que forma a RM de Salvador, ainda persistem diferenciais importantes de acesso a esses serviços públicos em áreas pobres da região. Essa discussão sobre as desigualdades de acesso a saneamento no interior da RMS – e também no caso dos maiores municípios da Bahia, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna – é aprofundada espacialmente no Capítulo 4.

Observa-se que, entre 1995 e 2003, aumentou o acesso a bens de consumo entre as famílias de todos os níveis de renda, mas também foram verificados aumentos importantes nas famílias com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, não apenas em Salvador como também no restante das RMs consideradas.

Destaca-se o aumento no acesso à telefonia em todas as RMs do país entre os bens a que os pobres passaram a ter mais acesso. Isso se deve principalmente à ampliação da oferta de telefonia celular e ao aumento da oferta de telefonia fixa seguida da privatização do segmento no período. No caso da RM de Salvador, a proporção de domicílios pobres com algum tipo de telefone passou de cerca de 5%, em 1995, para algo em torno de 36%, em 2003. Para efeitos comparativos, os domicílios pobres da RM de São Paulo passaram, no mesmo período, de 7 a 43%.

Deve-se ressaltar também o aumento, em menor intensidade, do acesso a outros bens domésticos, como máquinas de lavar e geladeiras. Em 1995, apenas 8,8% dos domicílios mais pobres de todas as RMs possuíam máquina de lavar. Em 2003, o acesso a esse bem aumenta para 19,4%. Com relação ao acesso dentre os domicílios mais pobres de Salvador, observa-se que a presença deste tipo de equipamento nos domicílios é ainda muito pequena: pouco mais de 5%, ainda que tenha partido de um patamar muito menor em 1995: cerca de 2%. No caso da RM de São Paulo, cerca de 30% dos domicílios mais pobres contavam com máquina de lavar. Como pode ser perceber, o acesso a esse tipo de bem durável é ainda raro entre os mais pobres. Com relação à proporção de domicílios com geladeira, o aumento foi mais significativo para o conjunto de domicílios pobres de todas as RMs: de 69,9%, em 1995, para 87,0% em 2003. Com relação à RM de Salvador, o acesso a esse bem, dentre os mais pobres, passou de 63%, em 1995 a 80%, em 2003.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que Salvador repete o padrão observado para o conjunto de RMs do país, com relação à evolução do acesso a serviços públicos e a bens duráveis e, no caso do acesso a esgotamento sanitário, apresentou um aumento considerável da cobertura, num ritmo maior, por exemplo, que aquele verificado para a RM de São Paulo no mesmo período.

Contudo, como apontado anteriormente, há importantes desigualdades internas à RMS quando esses dados são desagregados. Como apontam Pereira e Souza (2006), os bens de acesso mais difundido – como rádio, televisão e geladeira – estão mais presentes em municípios como Salvador e Lauro de Freitas, sendo mais escassos nos demais municípios da RMS. Padrões similares de desigualdade são observados quando os dados são analisados na escala intra-metropolitana, reforçando a importância de uma análise mais detalhada das condições de pobreza e acesso a bens e serviços, idéia que norteou todas as etapas deste estudo, como será apresentado.

Neste capítulo, o objetivo é apresentar o primeiro recorte analítico adotado para entender e captar a pobreza urbana, abordada como insuficiência de renda. Ao se adotar esta perspectiva, a principal decisão metodológica refere-se a determinar a “linha de corte” para definição de que pessoas, famílias ou domicílios serão considerados pobres. Com a adoção dessa linha de corte pode-se observar como são os padrões de distribuição e concentração das populações consideradas pobres com base nos setores censitários urbanos da Bahia em 2000.

Este capítulo está subdividido em duas partes, com a primeira apresentando a discussão sobre as medidas que se poderia considerar como “convencionais” para medir a pobreza nessa perspectiva. Serão discutidas as vantagens da metodologia e as limitações existentes como uma ferramenta para o entendimento da pobreza urbana. Na segunda parte, descrevem-se os resultados, ou seja, as manchas de pobreza observadas sob a perspectiva da insuficiência de renda.

2.1 Literatura sobre pobreza e suas medidas convencionais

Em economias completamente monetizadas, como é o caso das áreas urbanas e metropolitanas brasileiras, entender e captar a pobreza como insuficiência de renda é justificável, pois a renda das pessoas e das famílias certamente é um elemento central para indicar o nível de bem-estar dessas populações. O desafio metodológico dessa perspectiva é definir o nível ou a linha de corte que definirá a renda mínima necessária para considerar pessoas ou famílias acima ou abaixo da condição de pobreza, ou seja, diz respeito a sua mensuração.

A literatura internacional e nacional que estima a pobreza dessa forma normalmente trabalha com a noção de linhas de pobreza e linhas de indigência, porém há, ainda, várias opções metodológicas para se calcular essas linhas, que são entendidas como o patamar mínimo de rendimentos necessário para suprir as necessidades consideradas básicas para uma pessoa ou sua família (linhas de pobreza), ou o mínimo necessário para satisfazer necessidades nutricionais básicas (linhas de indigência). Esse patamar pode também ser definido de diferentes maneiras para captar as condições de vida das populações: como o rendimento total das famílias, o rendimento per capita de uma família ou a renda auferida pelo chefe do domicílio.

A definição desse mínimo necessário para se ter acesso às necessidades básicas de uma população não é, portanto, fixa ao longo do tempo e, em geral, tenta refletir necessidades típicas da vida em sociedades modernas (como, por exemplo, o acesso à eletricidade como item básico da vida moderna) e que influenciariam o nível de bem-estar de uma população,

normalmente associadas com políticas públicas específicas (MINGIONE, 1996). Como será abordado no próximo capítulo, esse esforço de mensuração da pobreza abriu caminho para a noção de que a pobreza tem “múltiplas dimensões”, além da dimensão renda e, mais recentemente, refletiu-se em novos esforços de mensuração como a criação de indicadores sintéticos (como no caso do IDH) ou complexos (como o adotado neste estudo).

As opções metodológicas na adoção dessas linhas envolvem também a definição de uma linha nacional para o total da população, independente dos custos de vida locais, caso, por exemplo, dos estudos de Ferreira, Leite e Litchfield (2006) ou um cálculo mais sofisticado que incorpora os custos de vida locais ou regionais para a definição das linhas de corte, desenvolvido, por exemplo, por Rocha (1993 e 2000) e também na metodologia adotada pela Cepal para medir a pobreza em países da América Latina.

Rocha (2003), por exemplo, apresenta inúmeras linhas de pobreza regionais para o Brasil. Para a região metropolitana de Salvador, a linha relativa de pobreza – em termos de renda familiar per capita – estava calculada em 0,85 salários mínimos, em 1999, ou R\$ 114, 93, tendo como base o salário mínimo vigente. Considerando este tipo de abordagem, a região metropolitana de Salvador teria 1,354 milhões de pobres em 1999, 50,23% da população total. A maior dificuldade operacional dessas estimativas está em reproduzir, ano a ano, essas linhas regionais (que envolvem cálculos muito sofisticados). Além disto, a estrutura do consumo e das necessidades de uma população, consideradas como básicas variam ao longo do tempo e perdem, em certa medida, a capacidade de manter um rigor comparativo.

Em termos gerais, pode-se dizer que a principal vantagem do entendimento da pobreza como insuficiência de renda está associada à possibilidade de produzir comparações relativamente consistentes, ou seja, permitir, de fato, comparar situações e de captar a sua evolução ao longo do tempo. Para este estudo, adotou-se uma medida simples de definição de pobreza como insuficiência de renda que utiliza a proporção de chefes de domicílios, em cada localidade, que vive abaixo do patamar estabelecido. Nesse caso, tenta-se captar o que a literatura convencionou chamar de “intensidade da pobreza”. Estimativa que elimina problemas relacionados à grande variação no total da população residente em diferentes localidades visto que utiliza medidas proporcionais.

Por outro lado, as principais limitações de medir a pobreza dessa forma referem-se a questões já mencionadas. A primeira está associada à dificuldade da fixação do que é o mínimo necessário para a sobrevivência. Ver, por exemplo, a discussão contida em Rocha (2000) e, especialmente, se este mínimo será ou não ajustado (ou revisto) ao longo do tempo. Está claro que o conceito de pobreza só pode ser entendido como uma construção social, já que as diferentes sociedades sancionam coletivamente o conjunto de bens e serviços a que todos os seus cidadãos devem ter acesso, conforme já discutido no Capítulo 1.

A segunda limitação da opção metodológica de entender a pobreza como insuficiência de renda refere-se ao fato de que ela não incorpora a existência de formas não monetárias de renda que influenciam o nível de bem-estar presente e futuro das populações, por exemplo, pelo acesso

a determinados serviços públicos, como em casos de crianças em famílias de mesmo nível de renda, mas com oportunidades totalmente diferentes de completar os estudos. As chances de essas crianças superarem a condição de pobreza, pelo menos futura, não são iguais, ainda que suas famílias tenham um mesmo nível de renda. Ou então, a questão do impacto na saúde de dois trabalhadores com um mesmo nível de renda, mas que têm acesso a serviços públicos diferentes: um tem saneamento básico na moradia e outro não. É possível argumentar que a capacidade de superar as condições de pobreza, via mercado de trabalho, nestes dois casos vai ser diferentes, ou seja, o acesso (ou não) a certos serviços públicos representa níveis de bem-estar diferenciados. Algumas formas de consideração da dimensão de acesso a serviços públicos como uma das dimensões relevantes da pobreza urbana são discutidas no Capítulo 3.

As alternativas analíticas que tentam incorporar esses outros aspectos da pobreza urbana adotam o conceito de “múltiplas dimensões da pobreza”. Como será abordado no Capítulo 3, não se trata apenas de determinar os benefícios coletivos ou públicos que melhoram ou pioram as condições de vida das pessoas, mas sim de caracterizar demandas específicas entre os mais pobres que alteram o nível de bem-estar presente e futuro dessas populações.

A terceira limitação da medida de pobreza, compreendida como insuficiência de renda decorre da anterior. Apesar de ser importante medir a intensidade da pobreza em diferentes localidades e poder acompanhar a sua evolução ao longo do tempo, a simples identificação do tamanho da pobreza é útil para identificar locais onde há evidentes concentrações de pobres, mas não é muito útil para operacionalizar ações concretas do poder público que tentam melhorar as condições de vida dessas populações, uma vez que esta medida não contém informações sobre as demandas prioritárias de cada uma dessas populações, nem capta a heterogeneidade de situações sociais existentes.

2.2 Estratégia de análise: proporção de pobres

A linha de corte foi definida como a proporção de responsáveis pelo domicílio, por setor censitário, com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo, incluindo aqueles sem rendimentos (valores de julho de 2000)¹¹, a fim de se obter uma medida comparativa da intensidade da pobreza entre os diferentes setores urbanos da Bahia. Um salário mínimo equivalia a R\$ 150,00 no período. É importante notar que o rendimento do responsável pelo domicílio não representa o rendimento total da família (ou do domicílio). Esta é, porém, a única informação disponível sobre a renda nos resultados do chamado Universo do Censo Demográfico do IBGE (2000) em que é possível desagregar informações ao nível de setor censitário. Assim, quando se faz referência à “proporção de pobres” ao longo deste documento está se dando enfoque à proporção de responsáveis pelo domicílio, considerados como pobres e não à população total. Não foram adotados critérios que ajustassem o poder de compra dos rendimentos para diferentes localidades visto que este estudo centraliza sua atenção estado da Bahia e, mais especificamente, aos setores definidos como urbanos pelo IBGE, ou seja, foram excluídas as áreas rurais.

¹¹ “Responsáveis pelo domicílio” é a nova definição no Censo Demográfico de 2000 (IBGE) equivalente ao antigo “chefes de domicílio”.

A opção pelo uso desta variável baseou-se na necessidade de uma medida *proxy* da incidência de pobreza nos diferentes setores, uma vez que o rendimento médio não é capaz de ilustrar adequadamente a intensidade do fenômeno. Por exemplo, pode haver setores censitários com rendimentos médios similares, mas com proporção de pobres muito diferentes.

Os resultados mostrados nesta seção não tratam da concentração espacial de manchas de pobreza que permitem a identificação de áreas formadas por um conjunto de setores censitários com alta concentração de pobreza, o que será discutido no Capítulo 4, por meio do uso do índice de Moran. Nesta seção, o objetivo é caracterizar os níveis de intensidade da pobreza nos diferentes municípios e Eixos de Desenvolvimento da Bahia, de forma a se obter uma noção comparativa das diferentes concentrações de pobreza urbana.

Para as áreas urbanas da Bahia, pode-se verificar que a proporção de pobres varia de 0 a 100%, portanto, há todos os tipos de situações possíveis. No entanto, os casos extremos são raros, como, por exemplo, Salvador, que concentra alguns setores em que não há pobres, e o caso de dois setores em que 100% da população são classificadas como pobre (nos municípios de Anagé e Boa Vista do Tupim). Na média, o conjunto de setores urbanos da Bahia revelava 47,5% de seus responsáveis pelo domicílio com rendimento de até um salário mínimo em 2000.

O município de Salvador é o que registra a menor proporção de pobres e o maior rendimento médio do responsável pelo domicílio dentre os municípios da Bahia, tendo, em média, 33% de pobres. No entanto, essa média esconde uma grande variação intra-urbana de intensidade de pobreza que varia de setores com 0% a 84% de concentração de pobres. Enquanto cerca de 26% dos setores em Salvador tinham menos de 20% de chefes pobres em seu interior, cerca de 36% estavam na faixa entre 40% e 100% de pobres. Antes de expor a distribuição espacial desses setores, propõe-se a observação da cidade de Salvador em comparação com os demais municípios que formam a Região Metropolitana (Tabela 2).

Tabela 2
Proporção de pobres* nos municípios da Região Metropolitana
Setores censitários urbanos – 2000

Nome do município	Mínimo	Máximo	Média
Itaparica	37,1	74,4	58,7
Vera Cruz	16,7	92,3	59,9
São Francisco do Conde	26,1	67,2	50,7
Candeias	12,2	67,3	43,2
Simões Filho	15,3	78,3	44,0
Camaçari	5,7	77,5	40,2
Dias D'Ávila	5,5	60,5	39,5
Lauro de Freitas	2,0	72,7	37,0
Madre de Deus	25,6	48,6	35,9
Salvador	0,0	84,4	32,6

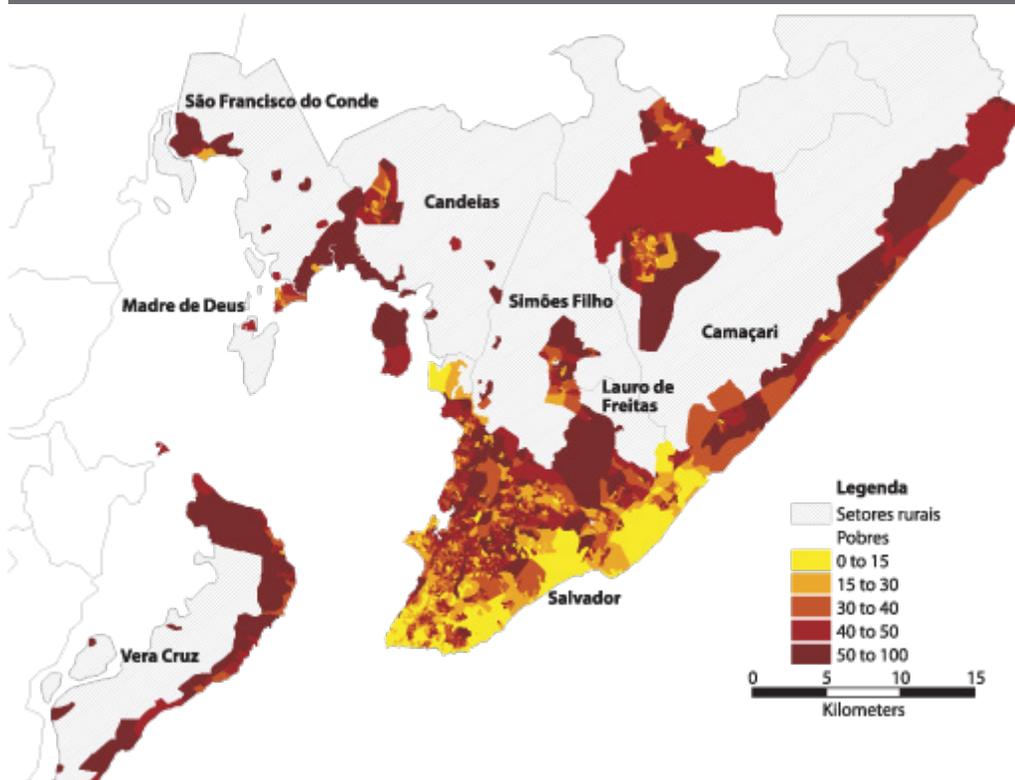
Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

* Proporção de responsáveis pelo domicílio com renda nominal mensal de até um salário mínimo.

A intensidade da pobreza nos municípios que formam a Região Metropolitana é muito diferenciada, formando, em termos gerais, dois grandes grupos distintos. O primeiro com níveis próximos aos de Salvador – inclui os municípios de Camaçari, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas e Madre de Deus (ainda que este parta de patamares mínimos mais altos). É interessante notar que a proporção máxima de pobres urbanos nesse conjunto de municípios é menor que a observada para Salvador, o que revela esta cidade como uma metrópole dinâmica que atrai um conjunto muito variado de pessoas com diferentes níveis de renda. O restante dos municípios apresenta proporções mais altas de pobres, ainda que existam alguns setores com baixa proporção de pessoas assim consideradas. Novamente, a tabela indica o quão heterogênea é a intensidade da pobreza no interior dos municípios que compõem a RMS.

O Mapa 1 mostra a distribuição espacial desta variável, sendo possível observar que, em municípios de grande porte, a média de qualquer variável esconde uma grande heterogeneidade de situações. Como a literatura baiana aponta, a região da orla de Salvador e Lauro de Freitas registra maior presença de setores com baixa proporção de pobres, ainda que haja alguns conjuntos de setores que revelam proporção média ou alta para esse item.

Mapa 1
Proporção de pobres* na Região Metropolitana de Salvador
Setores censitários urbanos – 2000



Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

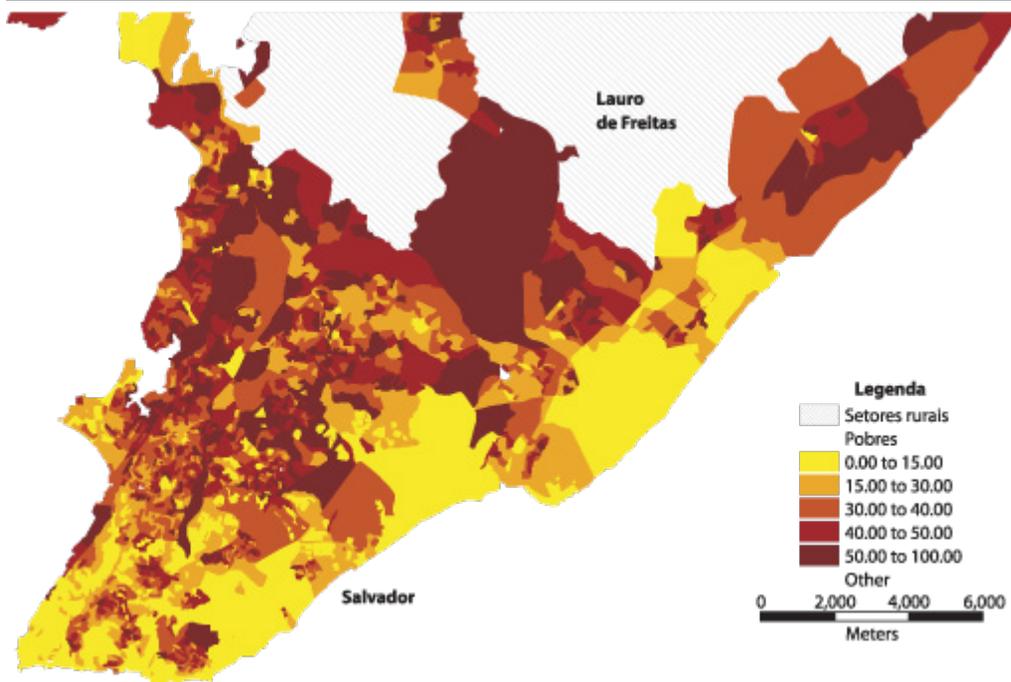
* Proporção de responsáveis pelo domicílio com renda nominal mensal de até um salário mínimo.

O achado anterior não se aplica para o caso da orla de Camaçari, onde não aparecem setores com baixa proporção de pobres. Na verdade, no caso desse município, os setores com baixa proporção de pobres estão concentrados na área central, indicando um padrão de ocupação urbana diferente daquele observado para Salvador e Lauro de Freitas. Os municípios de Itaparica e Vera Cruz apresentam uma ocupação urbana ao longo da orla, como no caso de Salvador, mas com níveis de intensidade de pobreza parecidos com os observados para Camaçari.

Com relação à grande variedade de situações encontradas para o município de Salvador, pode-se verificar que, em geral, à medida que se avança para o interior do Município, aumenta a proporção de pobres. Este resultado é condizente com o observado pela literatura baiana, especialmente no que se refere à caracterização do chamado Miolo de Salvador, como se pode verificar no detalhamento exposto no Mapa 2.

Mapa 2

Proporção de pobres* na Região Metropolitana de Salvador (com zoom no município de Salvador) – Setores censitários urbanos – 2000



Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

* Proporção de responsáveis pelo domicílio com renda nominal mensal de até um salário mínimo.

Ainda assim, há grande heterogeneidade de situações com relação à intensidade da pobreza nos setores censitários de Salvador, como pode ser observado no mapa anterior. À medida que se avança em direção ao noroeste de Salvador, as manchas de pobreza se intensificam claramente e, na direção de Lauro de Freitas, mostram a predominância de setores com alta proporção de pobres. No entanto, mesmo no chamado Miolo, há uma grande variedade de

situações, inclusive com alguns núcleos com baixa proporção de pobres ao lado de outros com altas proporções. Esses resultados são corroborados na análise de Moran (que revela padrões de concentração espacial de um determinado fenômeno), apresentada no Capítulo 4.

Com relação ao restante dos municípios da Bahia, adotou-se uma estratégia particular para a apresentação dos resultados, porque seria impraticável observar as características de cada um dos 415 municípios existentes em 2000¹². O primeiro grupo de municípios a serem analisados é formado por aqueles com mais de 100 mil habitantes em 2000, excluindo os já analisados na RMS. O segundo conjunto inclui o restante dos municípios (excluindo os anteriores) e apresenta os resultados por Eixos de Desenvolvimento, com destaque para aqueles mais significativos dentro dos Eixos.

Excluindo-se os municípios da Região Metropolitana, eram oito os que contavam com mais de 100 mil habitantes em 2000: Juazeiro, Feira de Santana, Alagoinhas, Itabuna, Ilhéus, Barreiras, Vitória da Conquista e Jequié, todos pertencentes a Eixos de Desenvolvidos diferentes¹³. A Tabela 3 resume a intensidade da pobreza nestes municípios.

Município	Eixo de desenvolvimento	Mínimo	Máximo	Média
Barreiras	Oeste do São Francisco	2,5	66,0	33,3
Feira de Santana	Grande Recôncavo	1,8	84,9	38,1
Juazeiro	Baixo Médio São Francisco	2,7	76,8	41,5
Vitória da Conquista	Planalto Sudoeste	1,0	92,4	42,7
Alagoinhas	Grande Recôncavo	6,1	82,6	44,0
Ilhéus	Mata Atlântica	2,4	90,7	44,3
Itabuna	Mata Atlântica	0,0	95,2	46,3
Jequié	Planalto Sudoeste	6,5	95,0	56,4

Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

* Proporção de responsáveis pelo domicílio com renda nominal mensal de até um salário mínimo.

Como é possível observar, três dos municípios acima registram uma proporção de pobres similar àquela observada para o conjunto dos cinco primeiros Municípios da Região Metropolitana (incluindo Salvador), conforme mostrado na Tabela 3. Barreiras e Juazeiro, na verdade, têm uma proporção máxima de pobres menor do que aquela verificada para o município de Salvador, indicando que, apesar de não existirem setores sem pobres naqueles municípios, a intensidade máxima da pobreza é menor. O município de Feira de Santana também tem padrões semelhantes aos dos dois outros municípios com mais de 100 mil habitantes e, em comparação com a RMS, similar aos níveis verificados para o município de Salvador.

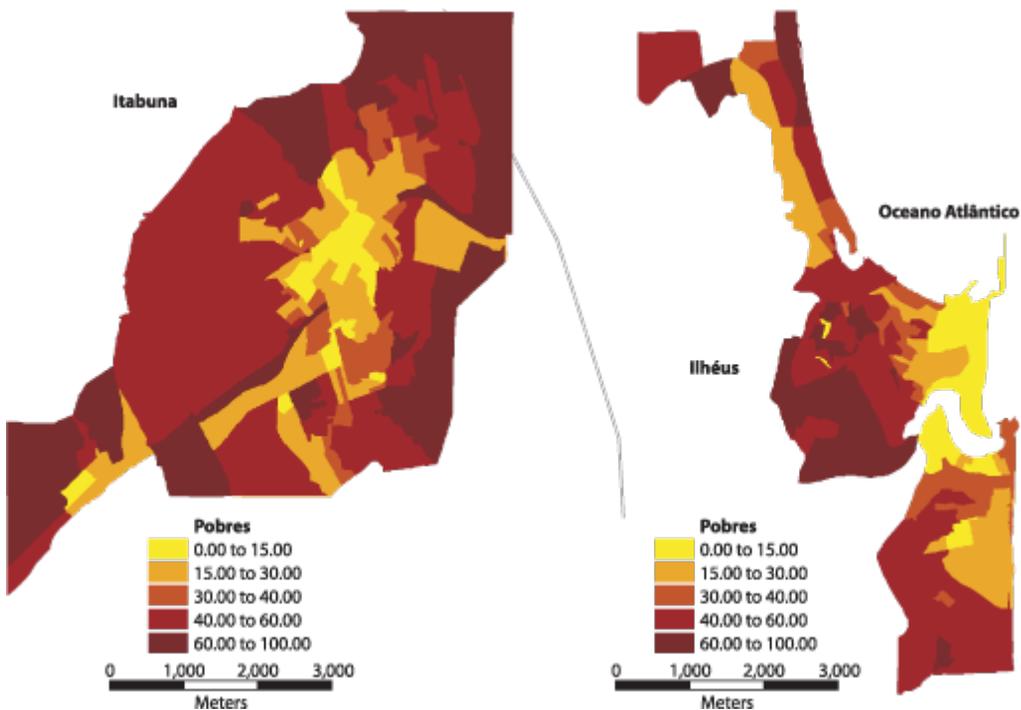
¹² As tabelas completas, para todos os municípios, foram apresentadas no Anexo I do produto 3, entregue anteriormente. Junto ao Relatório 3, foi também enviado um aplicativo (banco em Access) que permite a consulta de todos os municípios de forma mais detalhada.

¹³ O município de Teixeira de Freitas, apesar de ter uma população total maior de 100mil, foi excluído da análise, uma vez que estamos trabalhando apenas com aqueles com mais de 100mil habitantes em áreas urbanas.

O restante dos municípios da Tabela 3 caracteriza-se por patamares mais altos de proporção de pobres, na média, mas também apresentam grande variabilidade de situações em seu interior. É interessante notar que os níveis observados de proporções máximas são, em geral, muito maiores que os observados para os municípios da RMS. Por outro lado, verifica-se a existência de áreas com baixa intensidade de pobreza, sugerindo, assim como apontado para o caso de Salvador, uma característica típica de cidades dinâmicas que atraem um conjunto variado de populações, como se poderá observar a seguir.

Mapa 3

Proporção de pobres* em Itabuna e Ilhéus – Setores censitários urbanos – 2000



Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

* Proporção de responsáveis pelo domicílio com renda nominal mensal de até um salário mínimo.

Em referência ao município de Ilhéus, o padrão de ocupação urbana revela que, ao longo da orla, concentram-se setores com baixa proporção de pobres, assim como o padrão verificado para Salvador e Lauro de Freitas. A intensidade da pobreza cresce à medida que se distancia da orla em direção ao interior do município. Os setores mais ao sul do município têm uma proporção menor de pobres comparado aos setores do interior mais ao norte da cidade.

Itabuna registra menor concentração de pobres nas áreas mais centrais e em alguns setores isolados a sudoeste, com maior presença de setores com maior proporção de pobres nos setores mais externos do norte ao sudeste da cidade. Esse padrão foi também corroborado nos índices de Moran, como será apresentado no Capítulo 4.

Em Alagoinhas (Mapa 4), os setores mais centrais também concentram baixa proporção de pobres, correspondendo, de maneira geral, ao padrão que a literatura convencionou a chamar de radial-concêntrico, pois há uma clara formação de “anéis” gradientes que aumentam a intensidade da pobreza na medida em que se afasta do centro. Esses setores com maior proporção de pobres nos “anéis” mais externos podem também indicar que se trata de espaços de transição das áreas urbanas para as rurais.

Feira de Santana também evidencia setores com alta intensidade de pobreza nas bordas mais externas da área urbana, que possivelmente também correspondem a áreas de transição para setores rurais (Mapa 4). O seu padrão espacial, no entanto, não é perfeitamente radial-concêntrico, uma vez que, embora a área central do município concentre os setores com menor proporção de pobres, há uma ocupação com baixa intensidade de pobreza mais ao sul da área urbana e também ao norte da área central, neste caso, se espraiando também a leste e oeste da “borda” central da cidade, o que indica certa heterogeneidade de situações.

No caso de Juazeiro (Mapa 5), é notável que os setores com menor intensidade de pobreza se localizam ao longo da fronteira com o município vizinho de Petrolina. Há setores também com baixa proporção de pobres nas áreas mais centrais do território e, por outro lado, os setores com maior proporção de pobres se localizam a sudeste e noroeste da área urbana.

O município de Barreiras, que em 2000 ainda não havia sido desdobrado no município de Luis Eduardo Magalhães, os setores censitários com menor intensidade da pobreza estão ao longo de uma faixa que corta a área urbana mais central da cidade, se estendendo de oeste a leste, provavelmente refletindo um padrão de ocupação ao longo da rodovia BR-242 que corta o município. Os setores a nordeste das áreas urbanas concentram as maiores proporções de pobres. Como no caso de alguns municípios analisados anteriormente, esses setores provavelmente se localizam em espaços de transição para a área rural.

Jequié apresenta a maior intensidade de pobreza dentre todos os municípios com mais de 100 mil habitantes (Tabela 3). Como se pode observar no Mapa 6, há poucos setores com baixa proporção de pobres e a vasta maioria é constituída por setores com mais de 50% de pobres.

Em Vitória da Conquista também se observa uma mancha importante de pobreza intensa nos setores mais externos da área central do município. Nas áreas mais centrais, notam-se alguns setores com menor proporção de pobres e condições intermediárias ao sul da área central.

Mapa 4

Proporção de pobres* em Alagoinhas e Feira de Santana – Setores censitários urbanos – 2000

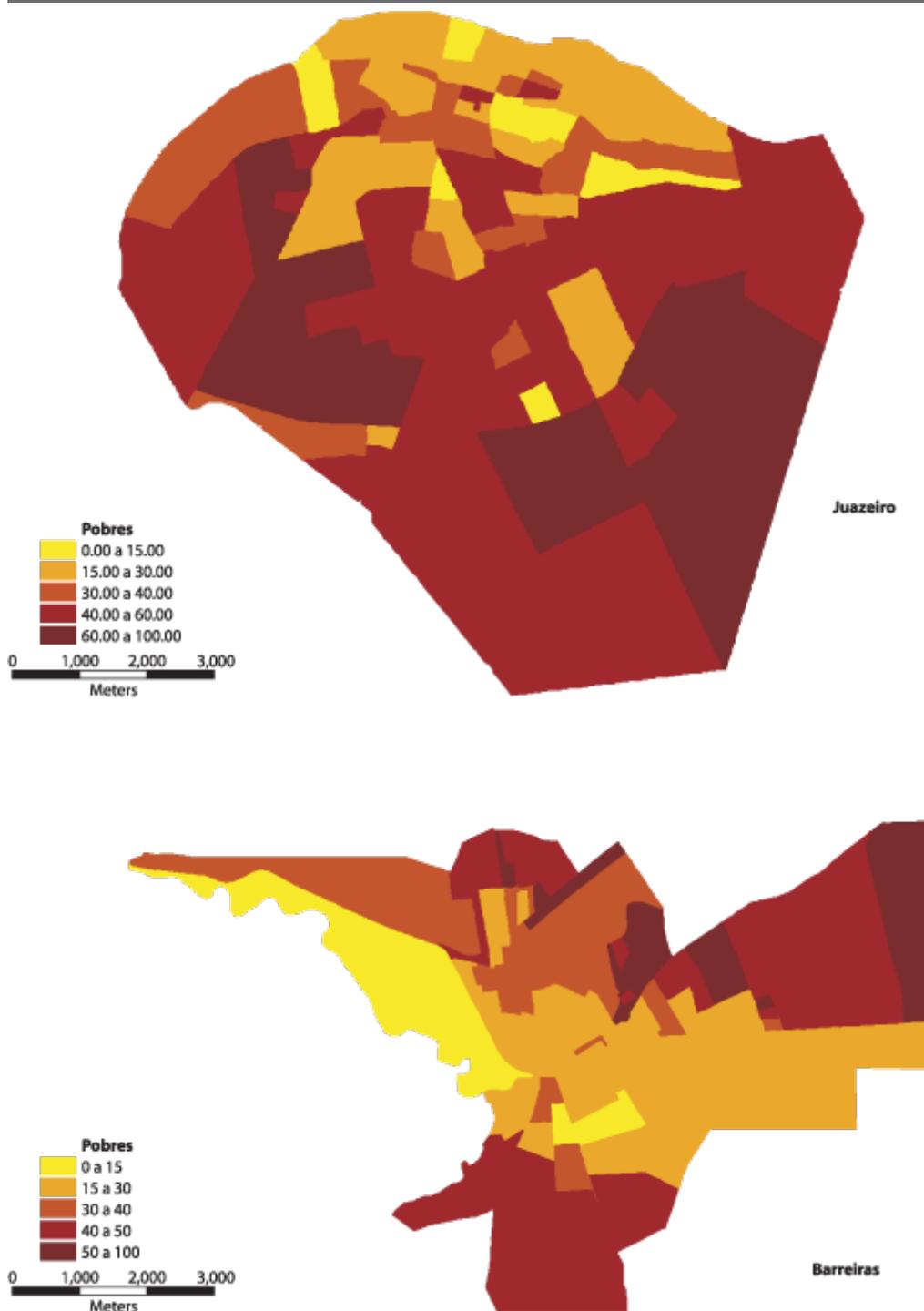


Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

* Proporção de responsáveis pelo domicílio com renda nominal mensal de até um salário mínimo.

Mapa 5

Proporção de pobres* em Juazeiro e Barreiras – Setores censitários urbanos – 2000

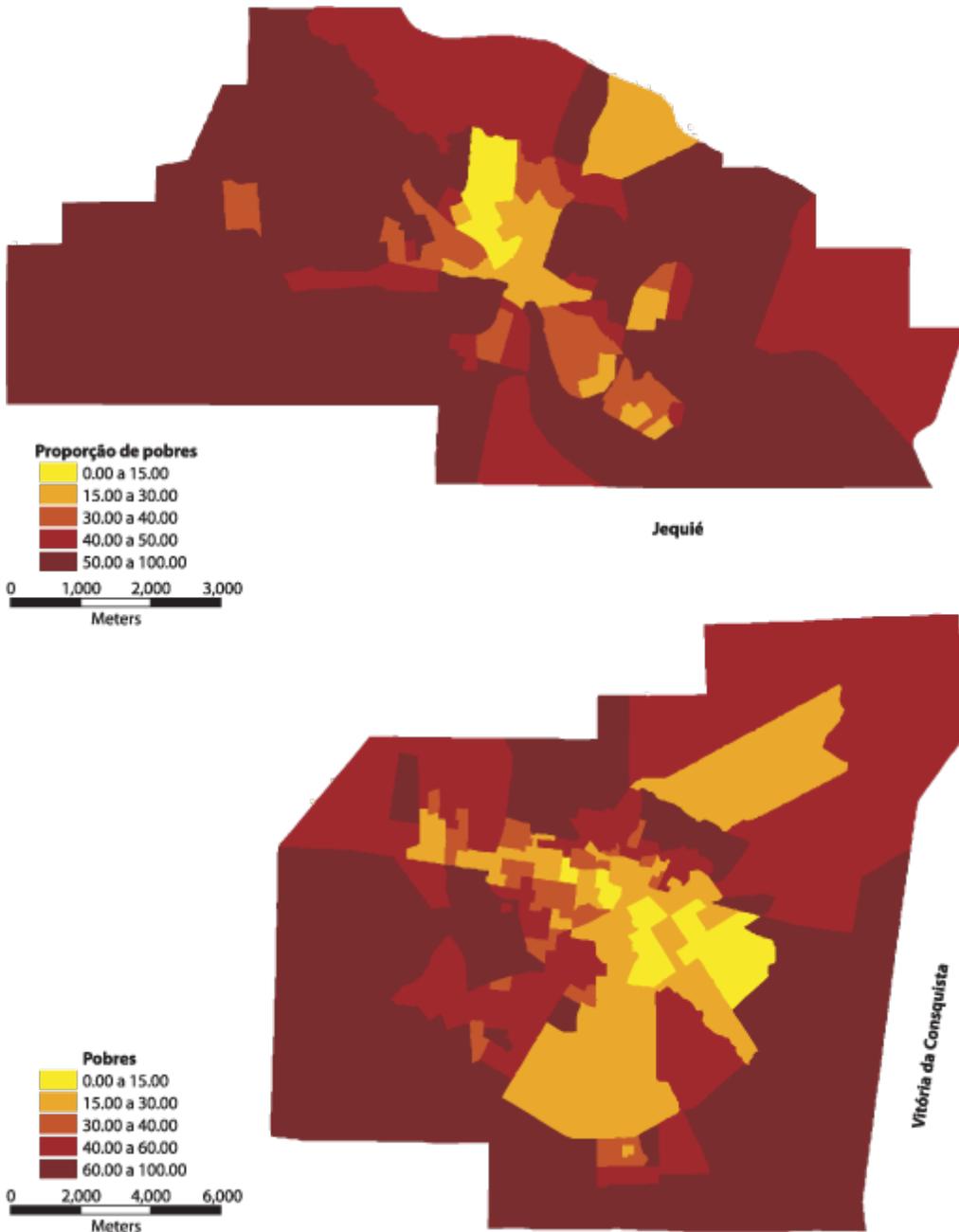


Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

* Proporção de responsáveis pelo domicílio com renda nominal mensal de até um salário mínimo.

Mapa 6

Proporção de pobres* em Jequié e Vitória da Conquista – Setores censitários urbanos – 2000



Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

* Proporção de responsáveis pelo domicílio com renda nominal mensal de até um salário mínimo.

Como se pode verificar, em comparação com as manchas da RMS, novamente existem claras manchas de pobreza em cada um dos municípios analisados. De maneira geral, no caso dos municípios que não se localizam na costa, há uma maior concentração de pobres à medida que se afasta dos setores mais centrais das áreas urbanas, ainda que haja situações heterogêneas não captadas por esse padrão geral. Evidencia-se em Ilhéus, cidade litorânea, um padrão de ocupação similar ao de Salvador e Lauro de Freitas, com menor proporção de pobres nos setores da orla. No entanto, com base nessas informações não se tem condições de qualificar as necessidades que podem existir nesses setores com maior intensidade de pobreza. Por exemplo, estarão todos esses setores mais pobres sem acesso a serviços de saneamento? Com a perspectiva analítica adotada aqui não se pode responder a essa questão, que será tratada nos próximos capítulos deste documento.

Os resultados para o restante dos municípios, isto é, aqueles com menos de 100 mil habitantes serão descritos com dados tabulares e por Eixos de Desenvolvimento em comparação aos outros Municípios analisados pelo fato de não se ter tido malhas de setores disponíveis para esse conjunto.

Como é possível observar na Tabela 4, os Eixos de Desenvolvimento que apresentam, em média, uma menor proporção de pobres são os quatro primeiros listados na tabela: Metropolitano, Extremo Sul, Oeste do São Francisco e Baixo Médio São Francisco. Assim como apontado para os municípios analisados anteriormente, há uma grande variedade de situações intra-urbanas, mesmo nesses Eixos com menor proporção média de pobres, sendo que a variação observada nos setores vai de 0% a um máximo de 96% dos responsáveis com renda menor que um salário mínimo.

No outro extremo, os Eixos com proporções médias mais altas de pobreza em termos comparativos são três: Centro Leste do São Francisco, Chapada Norte e Médio São Francisco. O restante dos Eixos revela níveis médios intermediários de pobreza.

No entanto, é interessante perceber que quando se excluem dos Eixos de Desenvolvimento os municípios com mais de 100 mil habitantes analisados, a intensidade da pobreza, em termos médios, os desloca de posição. Por exemplo, no caso do Eixo Oeste do São Francisco, quando excluído o município de Barreiras, a proporção média de pobres aumenta em tal medida que posiciona esse Eixo entre os que têm maior intensidade de pobreza, Centro Leste do São Francisco e Chapada Norte. Isto revela o peso do município de Barreiras, sozinho, para os resultados verificados para o Eixo a que pertence e a situação diferenciada do restante dos municípios que compõem o Eixo.

Tabela 4

Proporção de pobres* nos Eixos de Desenvolvimento – Setores censitários urbanos – 2000

Eixo de desenvolvimento	Mínimo	Máximo	Média	Observação
Metropolitano	0,0	92,3	34,3	
Extremo Sul	6,2	88,4	47,3	
Oeste do São Francisco 1	2,5	95,6	49,3	Inclui todos os municípios
Baixo Médio São Francisco 1	2,7	90,2	49,9	Inclui todos os municípios
Grande Recôncavo 1	1,8	95,1	51,0	Inclui todos os municípios
Planalto Central	14,8	90,5	54,5	
Planalto Sudoeste 1	1,0	100,0	56,7	Inclui todos os municípios
Mata Atlântica 1	0,0	96,4	56,8	Inclui todos os municípios
Nordeste	1,7	90,6	57,3	
Grande Recôncavo 2	12,2	95,1	58,2	Exclui Alagoinhas e Feira de Santana
Chapada Sul	24,1	98,4	59,5	
Baixo Médio São Francisco 2	6,8	90,2	60,8	Exclui Juazeiro
Centro Leste São Francisco	8,0	90,6	61,7	
Oeste do São Francisco 2	27,9	95,6	62,3	Exclui Barreiras
Chapada Norte	9,2	100,0	62,6	
Médio São Francisco	14,6	94,4	62,6	
Planalto Sudoeste 2	10,6	100,0	65,0	Exclui Jequié e Vitória da Conquista
Mata Atlântica 2	0,0	96,5	66,2	Exclui Ilhéus e Itabuna

Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

* Proporção de responsáveis pelo domicílio com renda nominal mensal de até um salário mínimo.

A mesma situação pode ser constatada para o restante dos Eixos. Quando excluídos os municípios de maior porte nos resultados por Eixos, as posições médias se alteram, com o município de Barreiras aparecendo como o que mais muda a posição relativa. No caso dos Eixos Planalto Sudoeste e Mata Atlântica, excluídos os municípios de Jequié e Vitória da Conquista do primeiro Eixo, e Ilhéus e Itabuna, do segundo, as posições relativas destes Eixos os colocam na condição dos setores com as mais altas proporções médias de pobres dentre todos os Eixos analisados. Mais uma vez, isso demonstra o peso dos municípios de maior porte nos níveis de pobreza observados de cada Eixo, confirmando, novamente, a grande heterogeneidade de condições no interior destes.

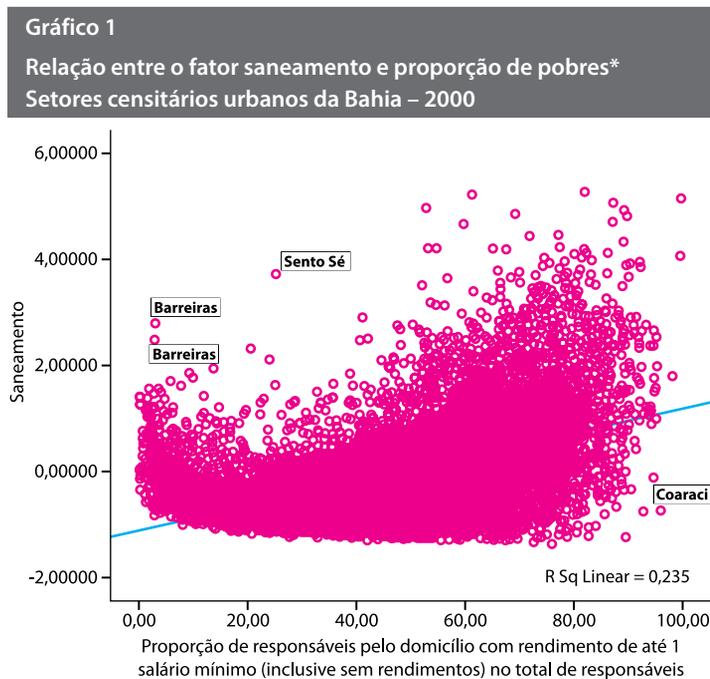
A exclusão de Juazeiro do Eixo Baixo Médio São Francisco recoloca este Eixo entre aqueles com maior intensidade de pobreza. No caso de Alagoinhas e Feira de Santana, no Eixo Grande Recôncavo, a posição relativa não se altera tanto quanto o verificado nos outros casos, apenas recolocando o Eixo entre os de níveis intermediários de pobreza.

Em resumo, pode-se afirmar que, observando os resultados por Eixo de Desenvolvimento em termos de intensidade média da pobreza, encontram-se três grandes grupos distintos de Eixos: um com proporções médias mais altas (quatro casos), outro com valores intermediários

(seis casos) e um terceiro com valores médios altos (três casos). Por outro lado, há grande variedade interna de níveis de pobreza nesses Eixos e, além do mais, fica constatado o grande peso dos municípios de maior porte nos níveis médios de pobreza.

Com base nos resultados descritos neste capítulo foi possível observar, de forma comparativa, a incidência da pobreza entendida com insuficiência de renda nos diferentes contextos baianos. No entanto, não há como precisar as demandas ou necessidades específicas das populações ou das áreas que apresentam alta proporção de pobres. Em outras palavras, com base nesses resultados não é possível identificar se os setores com alta proporção de pobres têm (ou não), por exemplo, acesso a serviços públicos de saneamento. Como o Gráfico 1 a seguir, demonstra, não se pode afirmar, genericamente, que todos os pobres em setores urbanos da Bahia demandam políticas de saneamento na mesma medida.

A primeira informação que se depreende do gráfico é a grande diversidade de situações, ficando evidente que há locais com alta proporção de pobres com acesso a serviços públicos de saneamento e também setores com altas concentrações de pobres e sem saneamento – sendo que cada uma dessas combinações necessita de políticas públicas específicas. Imaginando as diferentes conseqüências que o acesso a esse tipo de serviço tem para a população, faz sentido analítico precisar as suas condições de vida, o que serve de subsídio para o planejamento de políticas públicas mais eficazes. (Questões a serem abordadas na próximo capítulo).



Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

* O fator saneamento reflete o grau de acesso a serviços desse tipo, sendo que quanto maiores os valores no eixo "saneamento", pior é o acesso (ver Capítulo 3 para a descrição do fator); proporção de pobres é igual proporção de responsáveis pelo domicílio com renda nominal mensal de até um salário mínimo.

Após a discussão relativa à identificação de manchas de pobreza por meio da insuficiência de renda, cabe aprofundar as análises por meio da discussão relativa às múltiplas dimensões da pobreza, uma vez que aqui se considera que análises mais completas sobre os padrões de pobreza urbana devem incorporar outras dimensões que vão além da privação econômica, de modo a bem informar o planejamento de políticas públicas.

Nesse sentido, a primeira parte deste capítulo apresenta, de forma breve, a literatura que destacou a questão das múltiplas dimensões da pobreza urbana, salientando a sua relevância para o planejamento de políticas públicas mais eficazes.

Além dessa discussão teórica, a segunda parte discute questões relacionadas à mensuração da pobreza urbana, por meio de indicadores complexos e sintéticos, de modo a contextualizar os tipos de indicadores construídos no âmbito deste trabalho.

Por fim, a terceira parte evidencia as estratégias metodológicas adotadas para a consideração das múltiplas dimensões da pobreza urbana, as análises fatorial e de agrupamentos. Com base nessas metodologias, foi construída uma tipologia de setores censitários urbanos da Bahia, que permite identificar a heterogeneidade das situações sociais observadas, que não se restringem à simples privação de renda, como será apresentado.

3.1 Literatura sobre as múltiplas dimensões da pobreza

A idéia subjacente ao conceito das “múltiplas dimensões da pobreza” é que esta não pode ser definida apenas em termos de níveis materiais de sobrevivência, mas tem de considerar os indivíduos que, apesar de conseguirem sobreviver acima do patamar mínimo socialmente definido, não têm acesso aos mais importantes benefícios das sociedades urbanas modernas como educação, saneamento básico, saúde, cultura e integração social (MINGIONE, 1996).

De certa forma, esse conceito resolve os dois grandes problemas presentes nos estudos de situações de pobreza. O primeiro, pouco considerado pela literatura econômica que calcula linhas de pobreza discutida no capítulo anterior, está associado à dificuldade da fixação do que se considera o mínimo necessário para a sobrevivência (ver, por exemplo, a discussão contida em ROCHA, 2000). Fica evidente que o conceito de pobreza só pode ser entendido como uma construção social, já que as diferentes sociedades sancionam coletivamente o conjunto de bens e serviços a que todos os seus cidadãos devem ter acesso. Esta construção é social e historicamente definida e está associada aos patamares de direitos que cada sociedade, em

cada momento do seu desenvolvimento, delibera, assim como aos diferentes referências de justiça e igualdade presentes em cada lugar e momento histórico.

Além disso, conforme apontado anteriormente, a idéia das múltiplas dimensões também oferece espaço para integrar no estudo os importantes diferenciais de acesso a políticas e serviços públicos, característicos das áreas periféricas de nossas cidades – como pode ser auferido, ainda que indiretamente, por meio da dimensão de acesso a serviços públicos de saneamento básico, que será apresentada neste capítulo. Embora esta idéia não esteja completamente ausente do debate econômico, a sua integração ocorre de forma pontual¹⁴, em grande parte pela dificuldade de incorporar estas dimensões em quantificações comparativas amplas, o principal objeto daquela literatura. Para que seja possível analisar tal dimensão, é imprescindível descer ao nível intra-urbano e a escalas de grande detalhe (como os setores censitários), como foi desenvolvido ao longo deste estudo.

As políticas públicas orientadas para combater a pobreza podem se beneficiar da compreensão detalhada das diferentes situações de destituição presentes na cidade e a sua relação com a segregação e as desigualdades de acesso presentes no espaço metropolitano. A compreensão predominante sobre a pobreza urbana, as periferias, a segregação e as desigualdades sócio-espaciais no Brasil estimula, muitas vezes, a execução de políticas públicas mal direcionadas, mesmo quando há interesse e decisão de executar tais iniciativas. Por que isto acontece?

Do ponto de vista defendido neste estudo, a visão hegemônica tende basicamente a ver os espaços periféricos de nossas cidades como homogêneos socialmente e carentes de quase tudo, assim como tende a encarar a segregação como um processo unificado, unidimensional e perfeitamente cumulativo, como será aprofundado no Capítulo 4. Como solução, a visão predominante tende a prescrever genericamente políticas redistributivas para espaços periféricos. Considerando o tamanho das carências e a especificidade dos problemas, as políticas ficam perdidas entre a evidente insuficiência do que é realizado e a irrelevância das iniciativas que consideram o que deveria (e até poderia) ser feito. Um pequeno exemplo: em muitos casos, há grupos pobres caracterizados mais intensamente pela presença de mulheres chefes com baixa escolaridade. Embora os espaços habitados por estes grupos tenham várias carências, uma política de construção de creches pode ter impactos muito mais importantes socialmente do que o desenvolvimento de outras iniciativas. Entretanto, prescrever genericamente a construção de creches em espaços periféricos, certamente fará com que sejam construídos equipamentos desse tipo em áreas ocupadas majoritariamente por provedores adultos, ou com estrutura etária mais velha.

Em um caminho contrário a esse, estudos detalhados sobre as múltiplas formas de pobreza e das desigualdades espaciais existentes em um determinado contexto metropolitano podem informar melhor as políticas e tirar proveito operacional dos padrões de concentração espacial da pobreza. Nesse tipo de estratégia são fixados critérios territoriais como complemento

¹⁴ Em Rocha (2003), estas dimensões aparecem no capítulo final, devotado a um balanço de elementos destacados pela literatura. A dimensão geográfica, por sinal, também aparece destacada nesse capítulo. No corpo do livro, entretanto, essa dimensão tem o sentido de diferenciação regional (Nordeste, Sudeste etc), e das metrópoles, não descendo ao nível intra-metropolitano. Embora esta ênfase tenha relação com a desagregação máxima das fontes de informação, existe uma questão de enfoque, já que os padrões de segregação no espaço não são nem mesmo citados como relevantes.

aos princípios de elegibilidade já presentes nas políticas, o que permite endereçar de forma precisa as carências a combater. Esses elementos nortearam algumas etapas deste trabalho, conforme discutido mais detalhadamente no Capítulo 4.

Esses aspectos são especialmente importantes, pois os “mais pobres dentre os pobres” tendem a ser praticamente “invisíveis” para as políticas públicas (TORRES, 2002), não apenas por terem maiores dificuldades para se organizar e verbalizar suas demandas, mas também porque as rotinas administrativas das agências estatais quase nunca os consideram de forma distintiva. Isto pode ocorrer devido ao preconceito de certas comunidades técnicas (MARQUES, 2000), mas, na maior parte das vezes, as razões estão ligadas à própria natureza da política pública: aqueles que estão completamente fora da política, não sendo nem um pouco atendidos, também são quase sempre excluídos da própria definição dos problemas da política, incluindo a consideração de quem deve e não deve ser considerado como demanda (TORRES et al., 2002).

Partindo dessa discussão conceitual, pode-se agora passar a um segundo nível de escolha metodológica, que envolve a adoção de indicadores sintéticos ou complexos para medir as “múltiplas dimensões da pobreza”.¹⁵

3.2 Indicadores sintéticos e complexos de pobreza

Uma das soluções recentes para captar as “múltiplas dimensões da pobreza” é a adoção e criação de indicadores sintéticos, indicadores construídos na esteira do sucesso do IDH do PNUD, que propõem construir uma escala única que sintetize a combinação de várias carências sociais expressa em um único indicador que formam, assim, um “*ranking*” classificatório que varia da região considerada “mais precária” até a “mais abastada”.¹⁶ Em termos de implementação de políticas sociais, de acordo com os indicadores sintéticos, as regiões “mais precárias” devem receber ação prioritária.

Algumas iniciativas nesta linha representaram importantes ferramentas em termos políticos, sintetizando um grande número de carências de forma muito eloquente e, conseqüentemente, gerando importantes debates públicos quanto aos diferenciais geográficos de riqueza e condições de vida, tanto em comparações internacionais quanto em estudos do intra-urbano¹⁷. Entretanto, a utilização desse tipo de instrumento em políticas públicas traz certas limitações operacionais.

Por constituírem um indicador de escala única de classificação dos espaços, os estudos desse tipo tendem a homogeneizar demasiadamente realidades heterogêneas. Em termos de operacionalização de políticas públicas, isto quer dizer que o indicador sintético não informa ao gestor público se a área identificada como prioritária tem, por exemplo, uma maior concentração de adultos ou idosos para que se possa decidir se a prioridade da política naquela área específica deva ser a construção de escolas ou postos de saúde com especialização em

¹⁵ Não se trata, de forma alguma, de realizar uma discussão conceitual sistemática da literatura, mas apenas explicitar a compreensão de certos aspectos relevantes do debate, de forma a tornar mais claro o entendimento da situação social em áreas urbanas da Bahia. Para uma discussão conceitual sistemática, recomenda-se Mingione (1996) e Recio (2003).

¹⁶ Ver, por exemplo, Pnud/Ipea (1998), Pochman e Amorim, (2003).

¹⁷ Ver Pnud/Onu (2003) e Sposati (1996), respectivamente.

geriatria, por exemplo. Mais do que isto e ainda a título de ilustração, a combinação da dimensão demográfica com os resultados do indicador sintético podem resultar em uma ordem de prioridades bem diferentes daquela que o indicador original havia alocado.

O elemento central da limitação dos indicadores sintéticos utilizados até o momento, portanto, está na escolha de estratégias analíticas que diluem a heterogeneidade em áreas maiores. Esses indicadores sintéticos tendem a utilizar unidades de análise muito grandes espacialmente – como os distritos administrativos –, contribuindo para ocultar a heterogeneidade de condições de vida no interior desses espaços. Os detalhes (tanto em termos geográficos, quanto de dimensões sociais), neste caso, são muito ricos como insumo ao planejamento de políticas públicas e, apesar de outros ganhos que possam representar, os indicadores sintéticos não são capazes de captar as ações específicas que são prioritárias em determinadas áreas.

A alternativa para essa limitação é a construção de indicadores complexos. A estratégia analítica que subjaz à construção de indicadores complexos é identificar os vários tipos de situações de pobreza existentes, ou seja, contemplar a questão das “múltiplas dimensões da pobreza”, como proposto no âmbito deste trabalho. Pode-se fazer isso ao observar as dimensões sociais que emergem de uma análise estatística (por exemplo, análise fatorial) ao invés de partir de uma dimensão pré-estabelecida, como no caso do indicador sintético. Posteriormente, foram delimitadas as principais situações sociais através do cruzamento das dimensões encontradas anteriormente (nesse caso, utilizada a técnica de agrupamentos ou *clusters*). Essa estratégia resulta em uma classificação de áreas, segundo os seus conteúdos médios, que pode ser mapeada no espaço. Do ponto de vista aqui defendido, essa opção metodológica é mais adequada para a consecução dos objetivos deste estudo.¹⁸

Assim, para contemplar a questão das manchas de pobreza sob a perspectiva de suas múltiplas dimensões, foram criados alguns indicadores complexos, conforme apresentado a seguir.

3.3 Estratégia de análise: análise fatorial e análise de agrupamentos

Para analisar a questão da pobreza urbana de forma multidimensional, foram utilizadas duas estratégias metodológicas associadas, a análise fatorial e a análise de agrupamentos.

A análise fatorial consiste em um tipo de técnica de redução de dados, utilizada quando diferentes variáveis estão fortemente correlacionadas entre si (caso de variáveis como renda e educação, por exemplo). Nesse sentido, a análise fatorial permite simplificar um conjunto de dados a serem analisados, ao convergir para um único fator (ou dimensão), variáveis altamente correlacionadas entre si. Esse tipo de técnica foi utilizada devido à necessidade de reduzir a complexidade associada às diferentes dimensões que compõem a pobreza urbana, como será discutido. (Detalhes metodológicos no Anexo I).

A análise de agrupamentos, por sua vez, permite reduzir o número de casos a serem analisados, isto porque agrega unidades de análise – no caso, os setores censitários urbanos da Bahia

¹⁸ Vale lembrar que, assim como no caso dos indicadores sintéticos, trata-se aqui de conteúdos médios e comparações entre áreas geográficas (ou áreas definidas pelos conteúdos médios dos seus moradores), e não indivíduos em si, uma vez que não estão disponíveis as informações individuais ou das famílias. Para obter informações de indivíduos ou famílias, seria necessária a utilização de dados de um *survey*.

– que compartilham características médias similares, de forma a criar uma tipologia de áreas. Esse procedimento foi necessário devido à grande quantidade de setores censitários urbanos do estado da Bahia. Desse modo, seria difícil interpretar os resultados de forma comparativa com as informações geradas pelas dimensões da análise fatorial sem algum tipo de agregação (detalhes metodológicos sobre a análise de agrupamentos encontram-se no Anexo I).

Nesse sentido, as diferentes dimensões consideradas relevantes para o entendimento da pobreza urbana na Bahia foram reduzidas em duas dimensões principais e, a partir dessas – e da variável relativa à concentração de pobreza já discutida – elaborou-se uma tipologia de setores censitários com características similares internamente, permitindo uma caracterização bastante detalhada das principais especificidades socioeconômicas e de saneamento existentes nos setores censitários urbanos da Bahia em 2000.

A seguir, são descritos os resultados obtidos por meio dessas duas técnicas.

3.3.1 A análise fatorial

A análise fatorial foi realizada para os setores censitários urbanos dos 415 municípios existentes na Bahia, conforme o Censo 2000, que totalizavam 8.834 setores, sendo analisadas apenas as informações referentes aos domicílios particulares permanentes. A tabela com a distribuição dos setores censitários urbanos segundo os municípios do estado da Bahia, em 2000, utilizados na análise, encontra-se no Anexo III e os critérios para a exclusão de alguns setores censitários, no Anexo I.

O ponto de partida para a análise fatorial foi a seleção de diferentes variáveis do Censo Demográfico 2000, que contemplassem as múltiplas dimensões da pobreza urbana, ou seja, variáveis que fossem além da privação socioeconômica e que pudessem indicar, ainda que de forma aproximada, condições de acesso a algumas políticas. Nessa direção, foram selecionados dados referentes às condições de renda e escolaridade, idade e estrutura familiar, condições de saneamento, entre outras. Como é sabido, o questionário do Universo do Censo Demográfico é relativamente limitado em termos de número de temas cobertos. A *grosso modo*, além das informações sobre condições sanitárias dos domicílios e estrutura etária da população, são coletadas informações relativas à renda e escolaridade do chefe de domicílio. Isto significa que por mais que esse conjunto básico de temas permita gerar um número grande de variáveis na escala de setores censitários, a maior parte dessas variáveis é derivada de tipos particulares de cruzamento onde os temas acima são associados.

A seleção dessas variáveis foi orientada pela literatura especializada, discutida no segundo capítulo deste documento e ainda por alguns estudos que desenvolveram análises similares visando à identificação de manchas de pobreza em determinados contextos urbanos, como o “Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo” (CEBRAP; SÃO PAULO, 2004) e o “Mapeamento da Pobreza em Áreas Urbanas do Estado da Bahia” (BAHIA, 2005)¹⁹. Essas variáveis pré-selecionadas com base nesses critérios aparecem na Tabela 5.

¹⁹ BAHIA. Governo do Estado. Mapeamento da pobreza em áreas urbanas do Estado da Bahia, 2005.

Tabela 5	
Variáveis testadas na análise fatorial	
Variáveis consideradas na análise	Variáveis que permaneceram no modelo
Educação	
Porcentagem de responsáveis pelo domicílio alfabetizados no total de responsáveis	
Porcentagem de responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo no total de responsáveis	
Porcentagem de responsáveis pelo domicílio sem instrução ou com até 4 anos de estudo no total de responsáveis	Sim
Média de anos de estudo do responsável pelo domicílio no total de responsáveis no setor censitário	Sim
Pessoas de 10 anos e mais alfabetizadas no total de moradores	
Renda	
Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio no setor censitário (em reais)	Sim
Porcentagem de responsáveis com rendimento de até um salário mínimo, inclusive renda zero, no total de responsáveis.	
Idade e estrutura familiar	
Porcentagem de responsáveis por domicílio com idade entre 10 e 29 anos no total de responsáveis	
Idade média do responsável pelo domicílio	
Porcentagem de crianças de 0 a 4 anos no total de pessoas residentes no setor censitário	
Porcentagem de adolescentes de 15 a 19 anos no total de pessoas residentes no setor censitário	
Porcentagem de jovens de 20 a 24 anos no total de pessoas residentes no setor censitário	
Condições de saneamento	
Porcentagem de domicílios sem coleta de lixo no total de domicílios	Sim
Porcentagem de domicílios sem abastecimento de água (canalização interna) no total de domicílios	Sim
Porcentagem de domicílios sem banheiros ou sanitários no total de domicílios	Sim
Porcentagem de domicílios sem esgotamento sanitário no total de domicílios	Sim
Número médio de moradores por banheiros ou sanitários no setor censitário no total de domicílios	
Condições de habitação	
Porcentagem de domicílios alugados no total de domicílios	
Porcentagem de domicílios particulares permanentes classificados como "cômodo" no total de domicílios	
Tamanho médio do domicílio no setor censitário	
Porcentagem de domicílios próprios e quitados no total de domicílios	
Porcentagem de domicílios próprios e quitados em terreno próprio no total de domicílios	
Domicílios com mais de 7 moradores no total de domicílios	
Gênero	
Porcentagem de responsáveis do sexo feminino com no máximo ensino fundamental no total de responsáveis	
Porcentagem de responsáveis do sexo feminino sem instrução ou com até 4 anos de estudo no total de responsáveis	
Porcentagem de responsáveis do sexo feminino com rendimento de até um salário mínimo, inclusive renda zero, no total de responsáveis.	

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

É possível notar que, desse conjunto relativamente amplo de variáveis pré-selecionadas, apenas sete foram mantidas na análise fatorial (ver segunda coluna da Tabela 5). Ou seja,

apenas as variáveis “porcentagem de responsáveis pelo domicílio sem instrução ou com até 4 anos de estudo”, “anos médios de estudo do responsável”, “rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio”, “porcentagem de domicílios sem coleta de lixo”, “porcentagem de domicílios sem abastecimento de água”, “porcentagem de domicílios sem banheiros ou sanitários” e “porcentagem de domicílios sem esgotamento sanitário” permaneceram no modelo final, que correspondeu à melhor alternativa de modelagem obtida (para maiores detalhes dos procedimentos metodológicos adotados, consultar Anexo I). Essas variáveis cobrem aspectos relacionados às características socioeconômicas dos responsáveis pelo domicílio e também informações relativas às condições de saneamento do domicílio, isto é, além da dimensão da privação da renda, incorporam variáveis relativas à escolaridade dos chefes, que também afetam as condições de reprodução intergeracional da pobreza, e variáveis que servem como indicadores aproximados dos serviços urbanos que são providos pelo Estado em cada setor censitário.

Cabe destacar que esse conjunto de variáveis selecionadas não permaneceu em um mesmo fator, mas foi dividido em dois fatores ou dimensões que representam aspectos complementares da pobreza urbana – cada uma dessas dimensões representa diferentes aspectos da pobreza que não necessariamente estão associados entre si. De modo a interpretar o significado de cada um desses fatores, a Tabela 6, a seguir, apresenta as cargas fatoriais desse modelo final, que indicam a importância relativa das variáveis selecionadas em cada fator.

Tabela 6 Cargas fatoriais		
Variáveis	Fator 1	Fator 2
Porcentagem de domicílios sem banheiro ou sanitário no total de domicílios	0,825262	-0,20741
Porcentagem de domicílios sem ligação à rede geral de esgoto ou pluvial no total de domicílios	0,661282	-0,29497
Porcentagem de domicílios sem lixo coletado no total de domicílios	0,8254	-0,13269
Porcentagem de domicílios sem ligação à rede de água com canalização interna no total de domicílios	0,76365	-0,29767
Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio (em relação ao total de chefes)	-0,06922	0,913659
Porcentagem de responsáveis sem instrução ou com no máximo 4 anos de estudo no total de responsáveis	0,504581	-0,79782
Média de anos de estudo do responsável pelo domicílio no total de responsáveis	-0,42015	0,885282

Fonte: Censo Demográfico, 2000 (IBGE).

Nota: Utilizada a rotação VARIMAX.

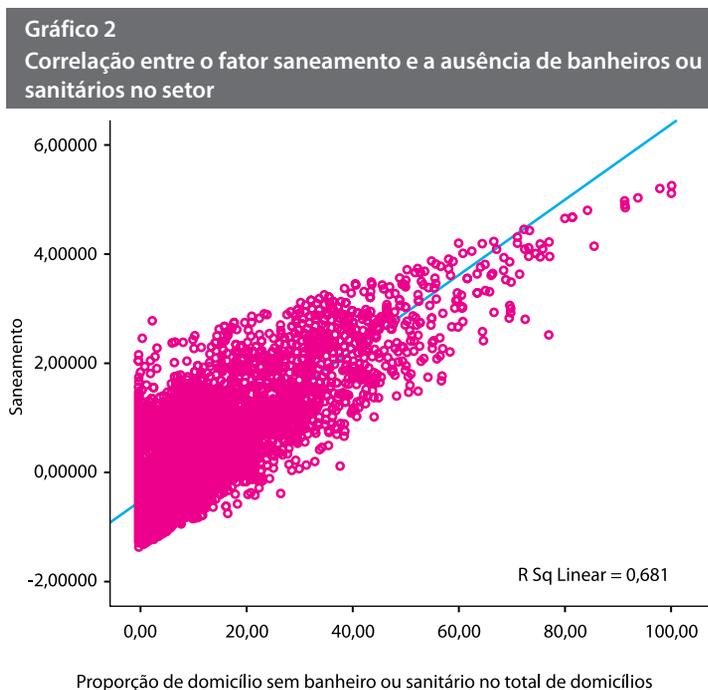
A partir dessa tabela, é possível interpretar mais claramente os conteúdos associados a cada um desses dois fatores:

Fator 1 – Condições de saneamento: neste fator estão contidas variáveis relacionadas a esgotamento sanitário (rede geral ou pluvial), abastecimento de água (canalização interna), coleta de lixo (porta ou caçamba) e presença de banheiros ou sanitários no domicílio. A convergência dessas dimensões em um mesmo fator é bastante coerente com a literatura, tendo em vista que esses serviços, muitas vezes, são providos de forma conjunta, contribuindo para a consolidação do ambiente construído (com exceção da variável referente à presença de

banheiros ou sanitários). Além disso, esse fator pode ser considerado uma *proxy* do grau de investimento estatal em certas áreas, complementando, desse modo, a dimensão da pobreza associada à privação socioeconômica com informações relativas ao grau de acesso a serviços públicos de saneamento básico.

Como está positivamente correlacionado com a *ausência* desses serviços, quanto maior o valor neste fator, menor a cobertura destes serviços no setor censitário.

Para auxiliar a compreensão de condições de saneamento, o Gráfico 2, mostra a correlação desse fator com a variável relativa à ausência de banheiros ou sanitários. Verifica-se uma alta correlação (de 0,681), ou seja, quanto maiores os valores encontrados, maior a ausência de banheiros ou sanitários no setor.

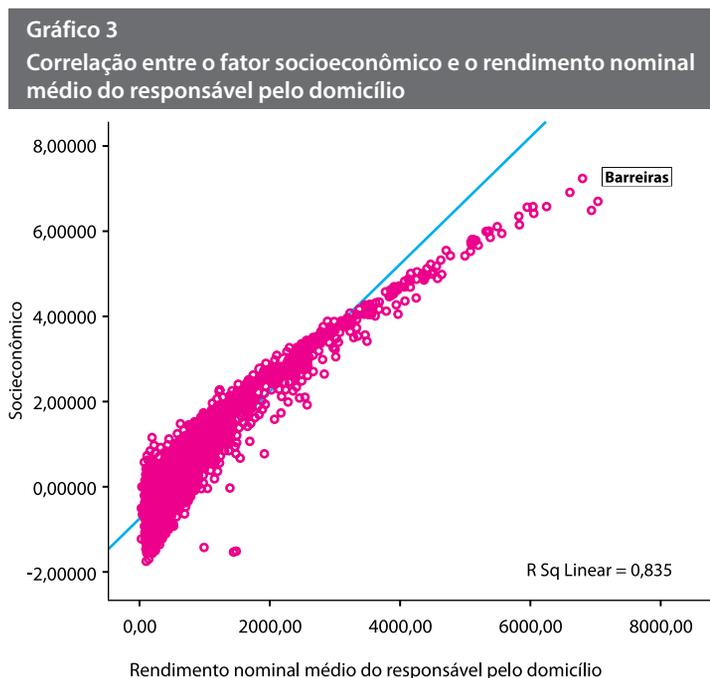


Fonte: Censo Demográfico, 2000 (IBGE).

Fator 2 – Condições socioeconômicas: os componentes mais importantes deste fator são os relacionados às condições socioeconômicas do setor censitário como, por exemplo, o rendimento médio dos responsáveis e a escolaridade média dos responsáveis pelos domicílios localizados nesses setores. Essa associação entre variáveis relativas à renda e variáveis relativas à dimensão de escolaridade é amplamente conhecida na literatura especializada.

Considerando que esse fator está positivamente correlacionado com a renda média e a média de tempo de estudo dos chefes, e negativamente correlacionado com a presença de chefes com baixa escolaridade, quanto maiores forem os valores desse fator, melhores serão as condições socioeconômicas médias do setor censitário.

Com o intuito de auxiliar na compreensão desse fator, o Gráfico 3, a seguir, mostra a correlação existente com a variável relativa à renda média dos responsáveis. Como seria esperado, é possível notar que há uma alta correlação entre essas duas dimensões (R^2 de 0,835). Entretanto, há alguns poucos setores censitários que fogem ao padrão geral – como no caso de setores de Barreiras que evidenciam rendimento médio dos responsáveis superior ao que seria esperado com base no fator socioeconômico.

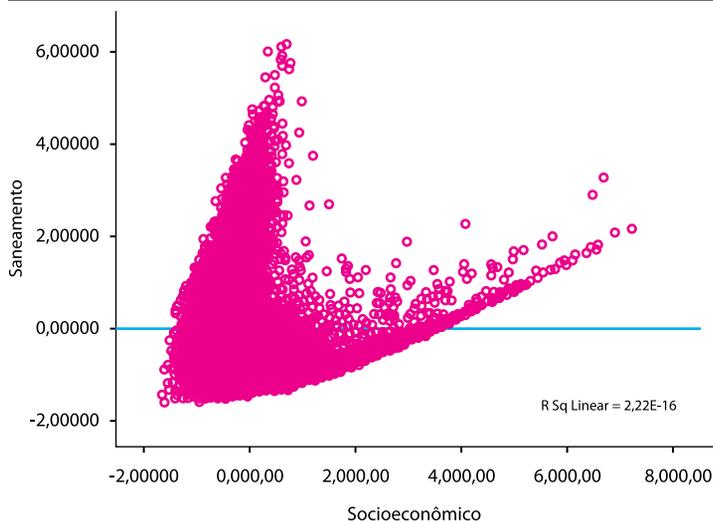


Fonte: Censo Demográfico, 2000 (IBGE).

Além de descrever os conteúdos associados a cada uma dessas dimensões, cabe destacar que essas, geradas na análise fatorial, são relativamente independentes. O Gráfico 4 confirma a independência desses fatores, ao demonstrar que a correlação entre os dois é baixa – ou seja, não necessariamente setores censitários que apresentam bons níveis socioeconômicos contam com elevadas coberturas desses serviços, sendo o inverso também verdadeiro: setores censitários com características socioeconômicas ruins não necessariamente apresentam níveis de cobertura ruins.

Sob essa perspectiva, é possível afirmar que esses dois fatores ou dimensões captam diferentes aspectos da pobreza, sendo complementares para uma análise mais completa das situações sociais observadas nos setores censitários urbanos da Bahia, ano-base 2000. Essas complexas combinações da dimensão socioeconômica com a dimensão saneamento são exploradas na tipologia apresentada a seguir e também no Capítulo 4.

Gráfico 4
Correlação entre o fator socioeconômico e o fator saneamento



Fonte: Censo Demográfico, 2000 (IBGE).

3.3.2 A análise de agrupamentos

A análise de agrupamentos foi realizada a partir dos mesmos setores censitários urbanos dos 415 municípios do estado da Bahia e baseou-se nos dois fatores apresentados na seção anterior. Além desses, foi utilizada, na construção dos agrupamentos, uma variável adicional relativa à proporção de responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo (valores de julho de 2000)²⁰, já discutida no Capítulo 2, a fim de representar uma medida comparativa da intensidade da pobreza entre os diferentes setores. A opção pela inclusão dessa variável foi a possibilidade de se obter uma medida *proxy* da incidência de pobreza nos diferentes setores, uma vez que o rendimento médio não é capaz de ilustrar adequadamente essa dimensão. Pode haver, por exemplo, setores censitários com rendimentos médios similares, mas com proporção de pobres muito diferentes.

A melhor agregação possível dessas três dimensões – dimensão saneamento, dimensão socioeconômica e proporção de pobres – foi obtida com seis agrupamentos (para maiores detalhes metodológicos da análise de agrupamentos realizada, consultar Anexo I). É importante destacar que cada um desses grupos de setores censitários evidencia características específicas em termos de condições socioeconômicas, condições de saneamento e intensidade da pobreza. Antes da descrição, são mostradas algumas tabelas que podem auxiliar na caracterização posterior dos grupos.

²⁰ Essa variável foi padronizada de modo a respeitar a escala de variação dos dois fatores.

Tabela 7
Distribuição de setores e população segundo agrupamentos
Setores censitários urbanos da Bahia – 2000

Grupos	N setores	% Setores	População	% População
1	727	8,36	602.990	6,98
2	1.850	21,28	2.000.415	23,16
3	261	3,00	210.828	2,44
4	2.654	30,52	2.594.657	30,04
5	2.523	29,02	2.633.025	30,48
6	680	7,82	595.428	6,89
Total	8.695	100	8.637.343	100,00

Fonte: Censo Demográfico, 2000 (IBGE).

Tabela 8
Características socioeconômicas, segundo agrupamentos
Setores censitários urbanos da Bahia – 2000

Grupos	Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio (em R\$)	Proporção de responsáveis com rendimento mensal de até 1 sm	Tempo médio de estudo (anos) do responsável pelo domicílio no total de responsáveis	Proporção de responsáveis sem instrução ou com, no máximo, 4 anos de estudo no total de responsáveis
1	1.242,34	15,36	9,73	17,84
2	248,73	63,53	3,27	72,56
3	3.266,47	5,97	12,78	5,92
4	501,89	34,17	6,51	39,37
5	272,59	57,83	3,83	66,83
6	198,33	70,92	2,55	79,40
Total	502,65	47,87	5,19	54,90

Fonte: Censo Demográfico, 2000 (IBGE).

Tabela 9
Características de saneamento, segundo agrupamentos
Setores censitários urbanos da Bahia – 2000

Grupos	Proporção de domicílios sem ligação à rede de água com canalização interna no total de domicílios	Proporção de domicílios sem lixo coletado no total de domicílios	Proporção de domicílios sem ligação à rede geral de esgoto ou pluvial no total de domicílios	Proporção de domicílios sem banheiro ou sanitário no total de domicílios
1	6,89	2,43	24,54	0,62
2	45,70	29,09	84,40	15,13
3	3,00	0,31	16,86	0,18
4	8,08	4,03	29,21	1,47
5	19,13	7,17	50,71	5,14
6	65,56	68,61	94,13	35,44
Total	23,23	14,50	51,39	7,70

Fonte: Censo Demográfico, 2000 (IBGE).

Em linhas gerais, as principais características de cada um desses agrupamentos de setores censitários, criados para a Bahia, são apresentadas a seguir. Propõe-se uma sugestão de denominação desses grupos, de modo a auxiliar na compreensão de seus principais significados e características.

Grupo 1. Alta condição socioeconômica, baixa proporção de pobres e baixa demanda por saneamento. Esse é o segundo melhor grupo, em termos de rendimento médio e escolaridade dos responsáveis: o rendimento médio dos chefes é de R\$ 1.242 (em valores de julho de 2000) e os chefes têm, em média, 9,73 anos de estudo – quando, para todos os setores urbanos da Bahia a média é de 5,19. Ademais, esse grupo reúne setores com a segunda menor concentração de população pobre, apresenta características de saneamento muito melhores do que os demais e conta com boas coberturas de água, esgoto e lixo, além de presença de banheiros ou sanitários, representando, aproximadamente, 7% da população urbana do estado.

Grupo 2. Baixa condição socioeconômica, alta concentração de pobres e altíssima demanda por saneamento. Este grupo, assim como o Grupo 6, delinea as piores condições de saneamento entre todos os analisados, destacando-se as péssimas condições de esgotamento sanitário: 84,4% dos setores classificados não têm acesso à rede de esgoto. Ainda assim, as condições gerais de saneamento são melhores que aquelas observadas para o Grupo 6, especialmente com relação à coleta de lixo. Cabe destacar ainda que este grupo traz a segunda maior concentração de população pobre. Além disso, apresenta condições socioeconômicas muito ruins: os segundos piores indicadores em termos de rendimentos médios e escolaridade média dos responsáveis, representando, aproximadamente, 23% da população urbana da Bahia.

Grupo 3. Altíssima condição socioeconômica, baixa proporção de pobres e baixa demanda por saneamento. Esse é o grupo com maior rendimento médio dos responsáveis (R\$ 3.266 em valores de 2000) e maior escolaridade média (12,78 anos médios de estudo) entre todos, e também reúne os setores com a menor concentração de população pobre entre todos os grupos analisados. As condições sanitárias também são as melhores entre todos os grupos analisados, indicando que os setores reunidos nesse grupo não enfrentam situações particulares de privação. Esse grupo reúne cerca de 2,5% da população urbana da Bahia.

Grupo 4. Demanda por saneamento, médias condições socioeconômicas e concentração de pobres. Este grupo é o segundo maior, em termos de população, com 2,59 milhões de habitantes ou 30% da população urbana. Suas características socioeconômicas são próximas à média, porém as condições sanitárias são bem piores, registrando índice abaixo da média em concentração de pobres.

Grupo 5. Baixas condições socioeconômicas, alta concentração de pobres e alta demanda por saneamento. Assim como o 4, este grupo registra um grande contingente populacional: 2,63 milhões de pessoas habitam setores desse tipo, ou cerca de 30,5% da população urbana.

Porém, diferentemente do Grupo 4, o Grupo 5 reúne setores com baixos rendimentos médios e condições de escolaridade precárias, além de apresentar a terceira maior concentração de população pobre. Contudo, as condições gerais de saneamento são melhores do que as registradas por outros grupos igualmente pobres, como o 2 e o 6.

Grupo 6. Baixíssimas condições socioeconômicas, altíssima concentração de pobres e altíssima demanda por saneamento. O Grupo 6 destaca-se por apresentar a maior concentração de população pobre (70,9% dos responsáveis pelo domicílio classificados neste grupo têm rendimento mensal de até um salário mínimo) e também os piores indicadores socioeconômicos: 79,4% dos responsáveis que residem nesses setores têm, no máximo, quatro anos de estudo. Os responsáveis pelo domicílio têm, em média, somente 2,55 anos de estudo; o rendimento nominal médio dos responsáveis, em 2000, era de R\$ 198,33. Além disso, os setores classificados neste grupo apresentam as piores condições de saneamento em todos os aspectos avaliados: cobertura de água, esgoto, coleta de lixo e presença de banheiros ou sanitários. Nesse contexto, os setores censitários aqui classificados podem ser considerados como os mais precários do ponto de vista das condições de vida. Em termos populacionais, representa cerca de 7% da população urbana.

Em síntese, pode-se notar que os Grupos 1 e 3 reúnem setores muito bem inseridos em termos socioeconômicos, com as menores concentrações de população pobre e baixa demanda por políticas de saneamento. Com isso, os setores censitários reunidos nesses dois grupos não representariam um público-alvo prioritário de políticas públicas de combate à pobreza.

No outro extremo, os Grupos 2, 5 e 6 aparecem com os piores indicadores socioeconômicos, diferenciando-se uns dos outros pelas condições de saneamento – os Grupos 2 e 6 apresentam condições precárias de saneamento, ao contrário do Grupo 5, que registra condições um pouco melhores, sendo também, nesse conjunto, o maior em termos populacionais. Esses grupos de setores censitários apresentam um contingente significativo de pessoas que poderiam se tornar alvo de políticas de combate à pobreza.

O Grupo 4 revela características gerais próximas à média, ainda que as condições de saneamento estejam ligeiramente abaixo da média, indicando que existe espaço para a implementação de políticas urbanas de saneamento nesses locais.

Além dessa caracterização geral dos grupos, é importante verificar como eles se distribuem espacialmente pelos setores dos maiores municípios baianos, como apresentado a seguir.

3.4 Representações espaciais dos agrupamentos

A espacialização das informações geradas pela tipologia de setores censitários (por meio da análise de agrupamentos) é apresentada aqui como uma segunda opção metodológica para verificar a distribuição das manchas de pobreza urbana na Bahia. Opção que é útil do

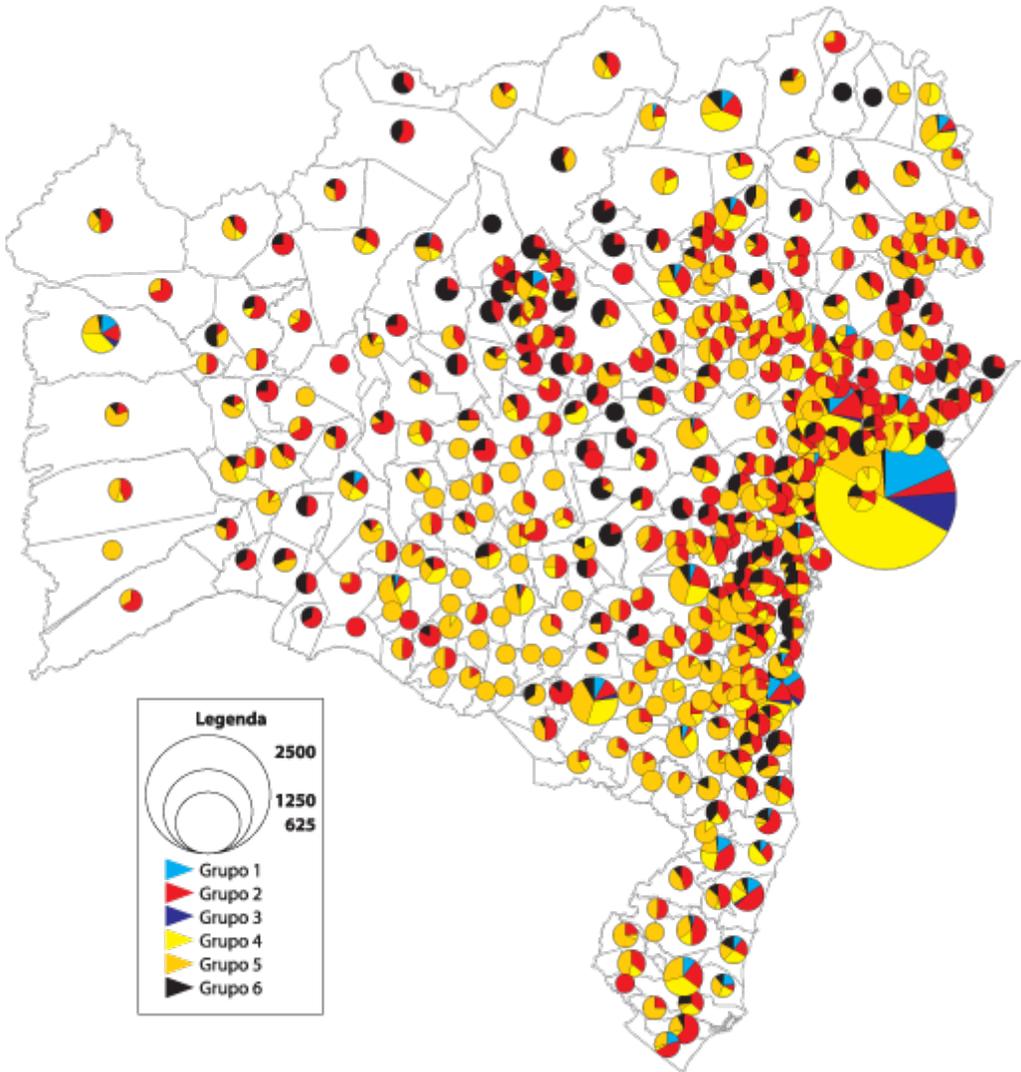
ponto de vista do planejamento e implementação eficaz de políticas públicas, uma vez que permite a delimitação territorial das áreas em que existe uma demanda específica de política pública. Essa localização detalhada dos grupos sociais em toda a sua especificidade é também um instrumento importante para o poder público poder focalizar ou identificar grupos que terão atendimento prioritário, especialmente quando há limitações orçamentárias reais para a implementação de ações que melhorem as condições de vida locais. Como apontado anteriormente, o nível de desagregação dos dados no setor censitário permite essa visualização detalhada das características dos municípios, detectando assim a grande heterogeneidade da composição desses grupos sociais e a existência de áreas sujeitas a diferentes tipos de carência.

Apresenta-se, em primeiro lugar, uma visão geral da distribuição dos agrupamentos segundo os municípios do estado da Bahia. Para que se pudessem representar os resultados por município, os dados gerados nas análises fatorial e de *cluster*, foram agregados segundo cada um dos 415 municípios da Bahia existentes em 2000. No caso dos grupos, os dados representam o número de setores censitários classificados em cada um dos grupos em cada um dos municípios considerados.

O Mapa 7, a seguir, apresenta a informação relativa ao número de setores censitários urbanos, classificados segundo os seis agrupamentos em cada um dos municípios baianos. Cabe destacar que, quanto maior o tamanho da esfera no mapa, maior o número de setores censitários urbanos presentes no município, o que permite aferir a grande diferença entre os municípios, em termos de número de setores censitários analisados – conforme mostrado na Tabela 1, no Anexo I.

A análise deste mapa parece apontar para concentrações espaciais em partes do território baiano de alguns tipos de grupos de setores censitários, ou seja, sugere a existência de alguns padrões territoriais. A análise de Moran local, apresentada no próximo capítulo, permite identificar se essas contigüidades espaciais visualizadas no mapa são, de fato, correlações espaciais. De qualquer forma, destacam-se áreas relativamente contíguas que apresentam padrões de distribuição (ou presença de grupos) muito similares, que podem ser identificados pela maior presença ou maior “intensidade” de uma determinada cor na região.

Mapa 7
Setores censitários urbanos dos municípios da Bahia classificados segundo agrupamentos
Censo Demográfico 2000 – IBGE

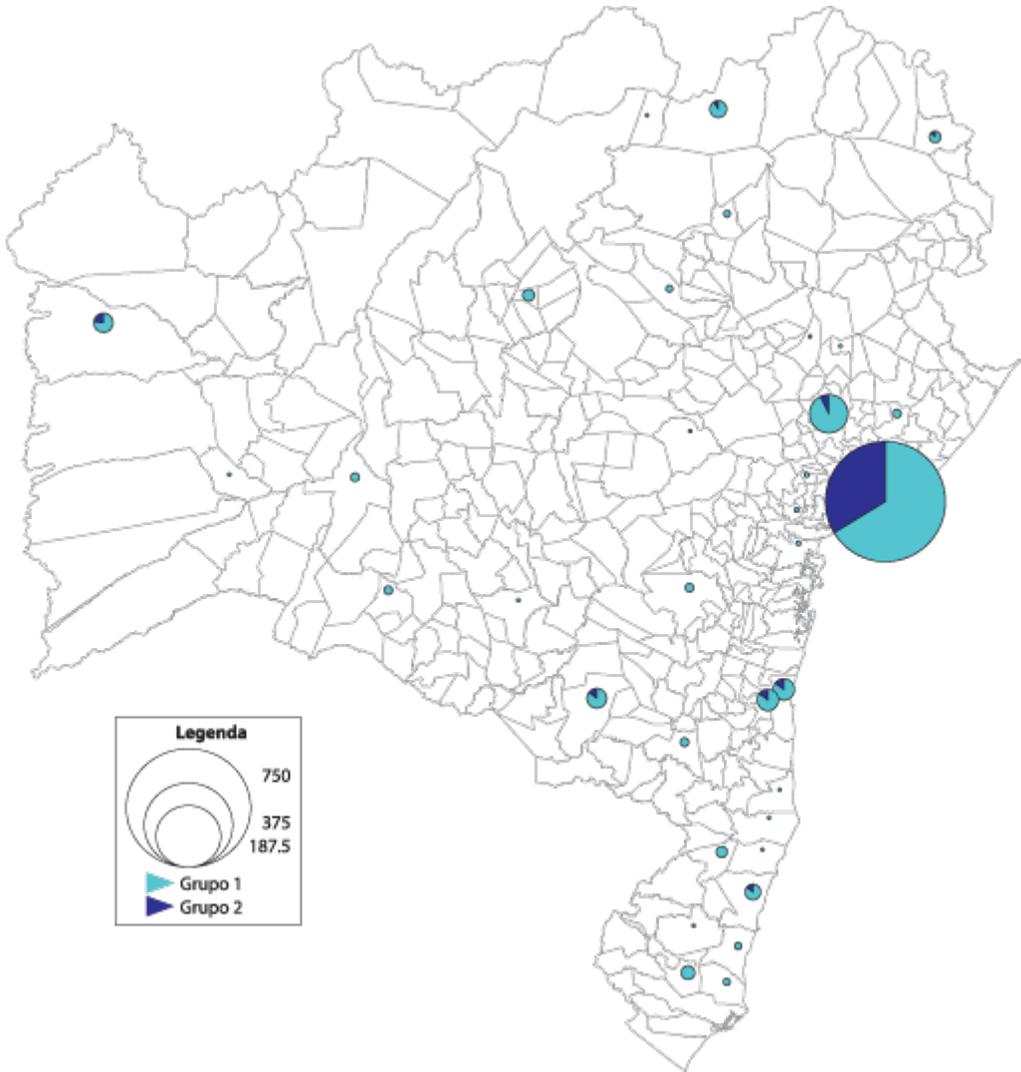


Com isso, é possível verificar, em primeiro lugar, a maior presença de setores censitários classificados nos grupos melhor inseridos em termos socioeconômicos – os Grupos 1 e 3, representados no mapa em tons de azul, no município de Salvador. Este é o município que apresenta ainda maior número de setores censitários classificados socioeconomicamente, em termos médios, no Grupo 4, representado em amarelo – do que os demais municípios. Nesse sentido, é possível afirmar que, em termos gerais, Salvador registra setores melhores classificados em termos socioeconômicos e de saneamento do que os demais municípios.

Também é possível observar uma presença significativa de setores classificados nos Grupos 1 e 3, em municípios localizados no litoral sul da Bahia – notadamente em Ilhéus e Porto Seguro – assim como em alguns outros pólos regionais, a exemplo de Feira de Santana e Barreiras, no oeste do estado. Nos demais municípios, predominam os setores censitários que concentram a maior presença de pobres e os piores indicadores socioeconômicos e de saneamento, com destaque para os Grupos 2 (representado em vermelho), 5 (em laranja) e 6 (em preto).

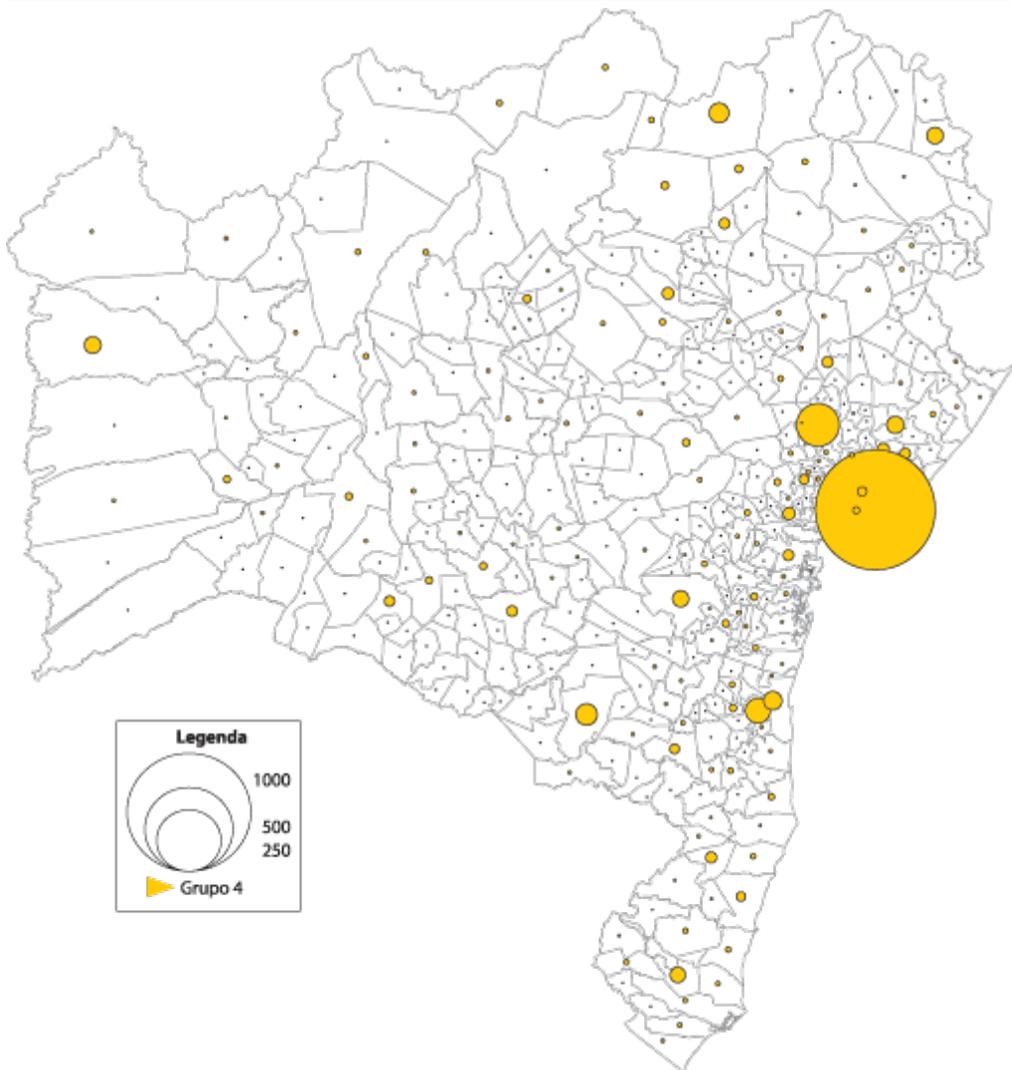
Os mapas a seguir foram elaborados para facilitar a visualização da distribuição espacial desses agrupamentos agregados de acordo com a maior ou menor concentração de pobreza e situações de precariedade socioeconômica e sanitária. O primeiro – Mapa 8 – apresenta os setores que foram classificados nos Grupos 1 e 3, que reúnem as melhores condições socioeconômicas e sanitárias, além de baixíssima presença de pobres. O Mapa 9 apresenta os setores classificados no Grupo 4 (médias condições socioeconômicas e sanitárias) e o Mapa 10 apresenta os setores classificados nos grupos mais expostos a condições de pobreza e precariedade sanitária, os Grupos 2, 5 e 6.

Mapa 8
Setores censitários urbanos dos municípios da Bahia classificados segundo agrupamentos 1 e 3
Censo Demográfico 2000 – IBGE



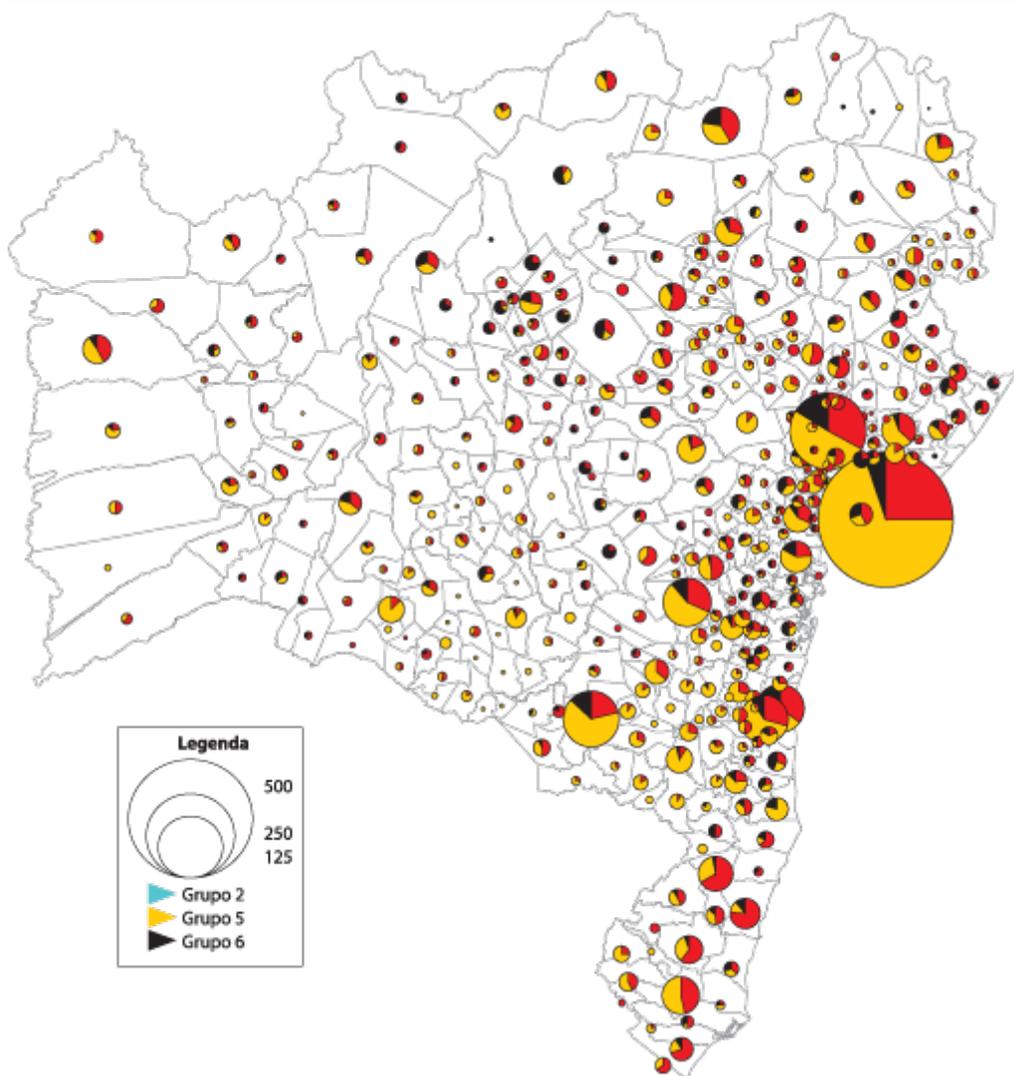
Mapa 9

Setores censitários urbanos dos municípios da Bahia classificados segundo agrupamento 4
Censo Demográfico 2000 – IBGE



Mapa 10

Setores censitários urbanos dos municípios da Bahia classificados segundo agrupamentos 2, 5 e 6 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



É importante analisar a distribuição espacial dos agrupamentos gerados no caso dos setores censitários urbanos dos maiores municípios da Bahia²¹ (segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE, os municípios com mais de 200 mil habitantes, em 2000, eram Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna). Ao invés de analisar somente o município de Salvador, optou-se por analisar todos os municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador (RMS), de modo a fornecer um panorama mais completo da distribuição dos grupos sociais na região.

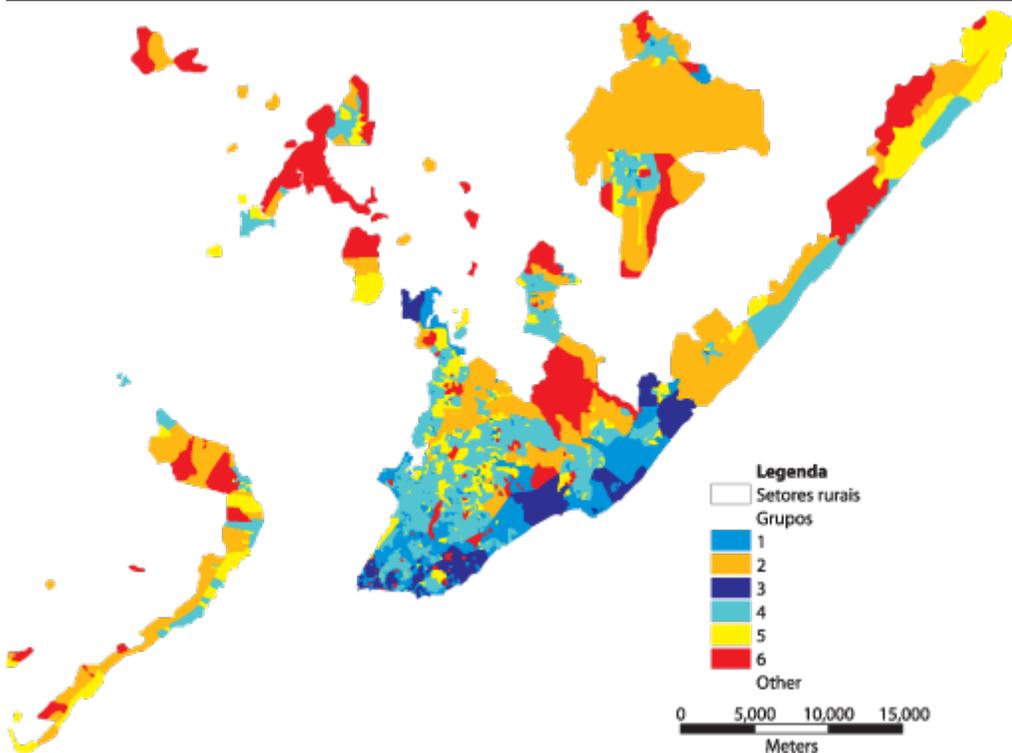
²¹ Como será discutido no próximo capítulo, análises intra-urbanas mais detalhadas só fazem sentido no caso de municípios que contam com um razoável número de setores censitários urbanos, de maneira que a heterogeneidade de situações seja evidenciada.

No caso da RMS, é possível observar no Mapa 11, a seguir, que os grupos bem inseridos em termos socioeconômicos – os Grupos 1 e 3, representados em tons de azul – concentram-se na região da Orla, resultado que é condizente com a literatura que aborda a distribuição espacial dos grupos sociais na RMS (CARVALHO; PEREIRA, 2006). Porém, é interessante notar que quando se observam os resultados ao nível do setor censitário verifica-se que, mesmo na região da Orla, onde, geralmente, tais condições são melhores, existem alguns poucos setores censitários isolados, classificados em grupos sujeitos a maiores condições de privação, como os Grupos 2 e 5, apresentando, por exemplo, uma alta demanda por políticas de saneamento.

Outra informação bastante importante é a especificidade do município de Salvador, em comparação aos outros municípios que compõem a RMS, uma vez que apresenta características médias muito melhores que os demais, reunindo um maior número de setores classificados nos Grupos 1 e 3 e menor presença de setores classificados nos grupos mais pobres, notadamente os Grupos 2 e 6.

Mapa 11

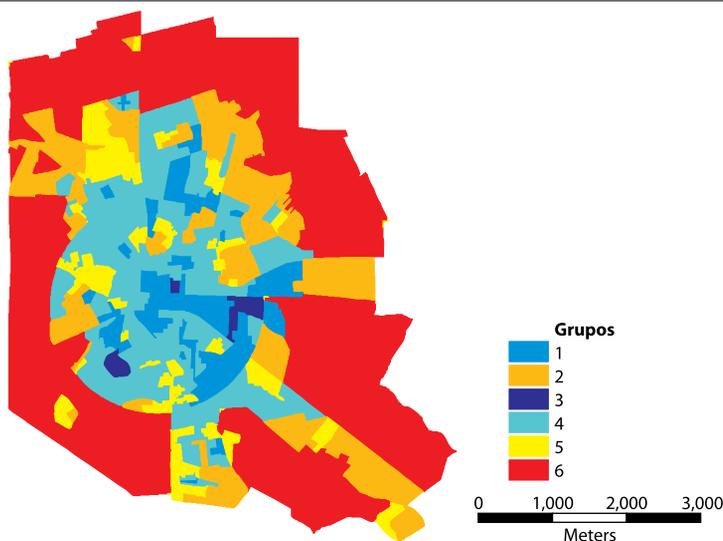
Setores censitários urbanos da Região Metropolitana de Salvador classificados segundo agrupamentos – Censo Demográfico 2000 – IBGE



No caso de Feira de Santana, é possível observar, ao contrário da RMS, uma distribuição espacial genericamente radial concêntrica, com os setores censitários classificados nos grupos sociais mais expostos a condições de pobreza urbana e precariedade sanitária – especialmente Grupos 6 e 2 – localizados nas áreas mais periféricas do município, provavelmente áreas menos consolidadas, de transição para o meio rural. Entretanto, o Grupo 5, que também revela características socioeconômicas e de saneamento ruins, encontra-se mais espalhado pelo município, sem manchas espaciais tão evidentes. Por sua vez, os setores classificados nos grupos com melhores características socioeconômicas e de saneamento (Grupos 1 e 3) tendem a se concentrar na área mais central da cidade, onde também é observada maior concentração de setores classificados em termos médios (Grupo 4).

Mapa 12

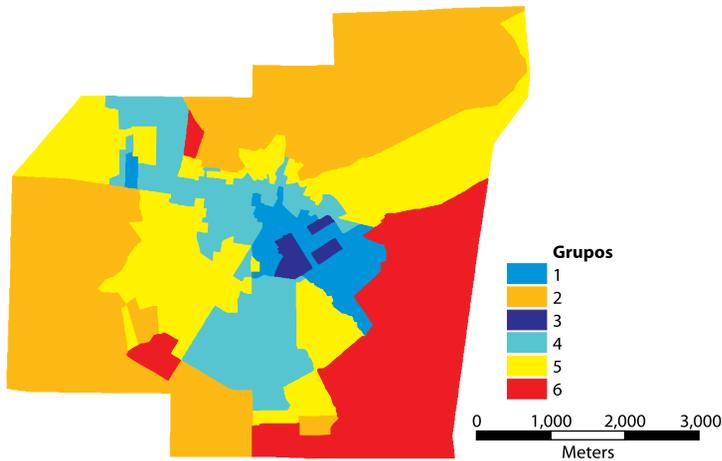
Setores censitários urbanos do município de Feira de Santana classificados segundo agrupamentos – Censo Demográfico 2000 – IBGE



Em referência ao município de Vitória da Conquista, registra-se um número menor de setores censitários urbanos classificados segundo agrupamentos, o que dificulta um pouco a percepção de padrões gerais de distribuição espacial. Porém, de modo similar aos padrões observados em Feira de Santana, verifica-se, no Mapa 13, um padrão genericamente radial-concêntrico, com os grupos de setores censitários muito bem classificados em termos socioeconômicos, de concentração de pobreza e condições de saneamento nas áreas centrais (especialmente Grupos 1 e 3) e os grupos com as piores características nas áreas mais periféricas (especialmente Grupos 2 e 5). Destaca-se também que há um menor número de setores classificados no pior grupo (Grupo 6) em comparação com a RMS e Feira de Santana. Esses dados ainda serão explorados neste texto.

Mapa 13

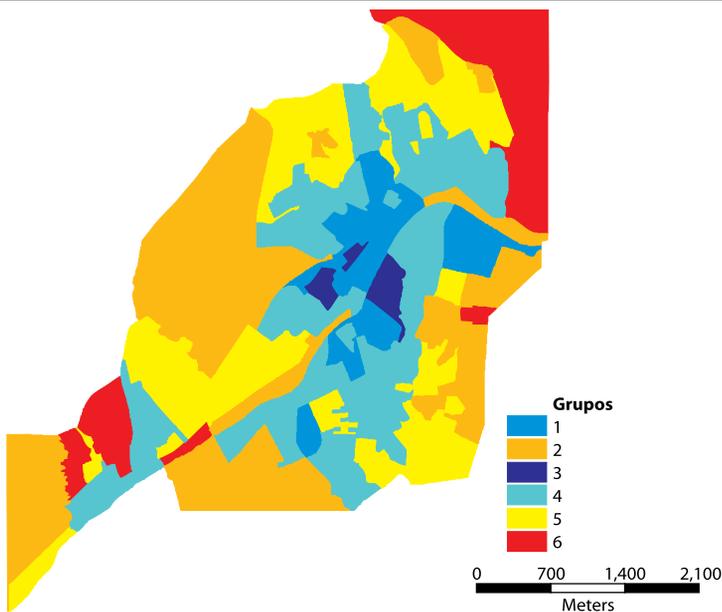
Setores censitários urbanos do município de Vitória da Conquista classificados segundo agrupamentos – Censo Demográfico 2000 – IBGE



Itabuna, por sua vez, apresenta uma distribuição espacial mais heterogênea dos grupos de setores censitários. Entretanto, os grupos de setores classificados nos grupos com melhores condições (Grupos 1 e 3) também se localizam nas áreas centrais, assim como observado em Feira de Santana e Vitória da Conquista.

Mapa 14

Setores censitários urbanos do município de Itabuna classificados segundo agrupamentos Censo Demográfico 2000 – IBGE



Além da distribuição espacial desses grupos de setores censitários, é importante dimensionar a sua presença em cada um dos maiores municípios da Bahia. Desse modo, a Tabela 10 apresenta a proporção de setores censitários classificados em cada um dos grupos para cada um desses municípios (a tabela com o número de setores censitários classificados em cada agrupamento, segundo os maiores municípios, encontra-se no Anexo III).

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que é muito diferente o número de setores censitários em cada um desses contextos urbanos, o que recomenda cautela nas interpretações. Entretanto, é possível observar que as maiores concentrações de setores classificados no grupo com as piores características socioeconômicas e de saneamento (e também com a maior concentração de pobres), o Grupo 6, encontram-se nos municípios de São Francisco do Conde e Itaparica, ambos na RMS. No caso dos setores classificados no Grupo 2, que também apresenta condições socioeconômicas e de saneamento muito ruins, verificam-se maiores concentrações de setores nos municípios de São Francisco do Conde, Itaparica, Dias D'Ávila e Vera Cruz, todos na RMS. Já no caso dos setores classificados no Grupo 5, o terceiro pior em termos dessas dimensões de pobreza consideradas, destacam-se os municípios de Vera Cruz (na RMS) e Vitória da Conquista. Esses municípios com alta concentração de setores classificados nos grupos com piores características socioeconômicas, maior concentração de pobres e piores condições de saneamento deveriam receber atenção especial por parte das políticas públicas de combate à pobreza.

Tabela 10
Proporção de setores censitários urbanos classificados segundo agrupamentos
Região Metropolitana de Salvador, município de Feira de Santana, município de Vitória da Conquista e município de Itabuna.

Região	Município	PG1	PG2	PG3	PG4	PG5	PG6	Total
RMS	Salvador	17,93	5,43	9,11	50,84	15,59	1,09	100,00
	Camaçari	4,62	19,08	0,58	46,82	23,12	5,78	100,00
	Candeias	3,39	22,03	0,00	42,37	15,25	16,95	100,00
	Dias D'Ávila	12,50	31,25	0,00	43,75	6,25	6,25	100,00
	Itaparica	0,00	33,33	0,00	25,93	18,52	22,22	100,00
	Lauro de Freitas	11,54	11,54	15,38	41,35	18,27	1,92	100,00
	Madre de Deus	0,00	0,00	0,00	92,31	7,69	0,00	100,00
	São Francisco do Conde	0,00	38,10	0,00	23,81	9,52	28,57	100,00
	Simões Filho	3,45	18,97	0,00	56,90	10,34	10,34	100,00
	Vera Cruz	1,41	29,58	0,00	18,31	40,85	9,86	100,00
	Feira de Santana	13,68	14,53	1,07	42,09	21,58	7,05	100,00
	Vitória da Conquista	8,42	12,38	1,98	31,19	38,61	7,43	100,00
	Itabuna	11,33	14,29	1,97	38,92	29,06	4,43	100,00

Fonte: Censo demográfico, 2000 (IBGE).

Também é interessante observar as concentrações de setores censitários classificados em cada grupo, segundo os Eixos de Desenvolvimento, conforme apresentado na Tabela 11.

Tabela 11

Proporção de setores censitários urbanos classificados segundo agrupamentos Eixos de Desenvolvimento do Estado da Bahia

Eixo de Desenvolvimento	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Total
Baixo Médio São Francisco	6,51	21,40	0,47	27,44	28,84	15,35	100,00
Centro Leste São Francisco	3,40	36,89	0,00	9,71	20,39	29,61	100,00
Chapada Norte	1,62	33,99	0,00	14,93	38,49	10,97	100,00
Chapada Sul	0,00	36,73	0,00	9,69	39,29	14,29	100,00
Extremo Sul	8,77	38,41	0,21	21,29	25,89	5,43	100,00
Grande Recôncavo	5,71	25,20	0,34	28,40	28,74	11,62	100,00
Mata Atlântica	6,06	21,97	1,07	22,33	38,00	10,57	100,00
Médio São Francisco	3,23	33,06	0,00	11,29	34,68	17,74	100,00
Metropolitano	15,53	8,37	7,97	49,12	16,47	2,54	100,00
Nordeste	2,29	33,47	0,21	16,63	38,67	8,73	100,00
Oeste do São Francisco	6,25	30,47	1,95	19,53	34,38	7,42	100,00
Planalto Central	1,35	18,47	0,00	20,27	54,50	5,41	100,00
Planalto Sudoeste	4,02	22,84	0,57	18,25	48,42	5,89	100,00
Total	8,36	21,28	3,00	30,52	29,02	7,82	100,00

Fonte: Censo demográfico, 2000 (IBGE).

Cabe destacar, em primeiro lugar, a grande diversidade de situações observadas entre os diferentes Eixos. O Eixo de Desenvolvimento que concentra a maior proporção de setores classificados nos grupos com piores características socioeconômicas e de saneamento é o Centro Leste São Francisco: 29,61% dos setores urbanos desse eixo estão classificados no Grupo 6 (o pior entre todos), 36,89% no Grupo 2 e 20,39% no Grupo 5. Os Eixos de Desenvolvimento do Médio São Francisco e do Baixo Médio São Francisco também estão entre aqueles com maiores concentrações de setores classificados nos grupos com piores condições socioeconômicas, com as maiores concentrações de pobres e maior demanda por saneamento, os Grupos 6, 2 e 5. Novamente, ressalta-se aqui que cada um desses agrupamentos apresenta demandas específicas para as políticas públicas. Nesse sentido, em cada Eixo de Desenvolvimento devem ser analisadas as conseqüências da maior ou menor concentração de setores urbanos classificados em cada um dos agrupamentos.

As análises discutidas no próximo capítulo, que descreve os resultados obtidos na identificação de manchas intra-urbanas de pobreza por meio da metodologia de Moran, permitem complementar esses resultados no caso desses quatro maiores municípios.

Além da construção de uma tipologia de áreas, de acordo com os diferentes níveis e formas de concentração da pobreza urbana, apresentado no capítulo anterior por meio da análise de agrupamentos, será considerada neste capítulo a dimensão mais propriamente espacial da pobreza e como se apresentam as manchas de pobreza, em termos de concentração espacial, isto é, constatar se há formação de *clusters* espaciais de pobreza e onde estes se localizam.

Parte da literatura contemporânea sobre pobreza avalia que as novas formas de pobreza urbana envolvem cada vez mais a questão da concentração espacial de privações, o que tende a contribuir especificamente para a manutenção e reprodução das desigualdades. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é identificar concentrações espaciais de áreas urbanas que agregam populações com certas condições de vida em comum, ou seja, identificar especificamente áreas que podem ser entendidas como sendo mais ou menos segregadas, de acordo algumas variáveis selecionadas para os maiores municípios da Bahia. Como será discutido, a segregação é aqui entendida como a identificação de áreas contíguas que apresentam alta concentração espacial de grupos com conteúdos sociais similares.

Em primeiro lugar, antes da apresentação das estratégias adotadas para a identificação dessas manchas intra-urbanas, é proposta uma discussão conceitual sobre a segregação e sua relevância do ponto de vista do planejamento de políticas públicas de combate à pobreza. Nessa discussão, além de uma breve resenha da literatura nacional sobre o tema, são explicitados os argumentos levantados especificamente no contexto da literatura baiana, que se debruçou em especial, sobre os padrões de segregação observados no contexto da Região Metropolitana de Salvador.

Em segundo lugar, é discutida a relevância da escala da segregação, destacando-se que a escolha da unidade de análise tem forte influência sobre os resultados obtidos, que podem ser mais ou menos detalhados espacialmente. Nesse sentido, é possível falar em situações de micro e de macro segregação, como será enfatizado. Esse capítulo enfatiza ainda a relevância das análises realizadas na escala dos setores censitários.

Por fim, são descritos os resultados obtidos nas análises do tipo "Moran", que representam uma outra estratégia para a identificação de manchas intra-urbanas de pobreza. Essa metodologia, ao contrário da análise de agrupamentos apresentada no capítulo anterior, considera efetivamente a dimensão espacial nas análises, uma vez que se baseia em autocorrelações espaciais para uma dada variável de interesse (para maiores detalhes, consultar Anexo II).

A identificação de manchas de pobreza urbana na escala dos setores censitários através do índice de Moran foi baseada nos três principais indicadores de condições de vida apresentados no Capítulo 3: a dimensão saneamento, a dimensão socioeconômica e a proporção de pobres. Todos os resultados gerados nas análises de Moran são evidenciados segundo esses três principais indicadores, que fornecem um panorama bastante diversificado das condições de vida e das situações de pobreza existentes no interior dos maiores municípios da Bahia, permitindo comparações entre eles.

4.1 Relevância da dimensão espacial da pobreza

Considerando que a pobreza urbana envolve cada vez mais componentes espaciais, torna-se necessário analisar a questão da segregação urbana. Desse modo, antes de apresentar as estratégias adotadas para a identificação de concentrações espaciais de pobreza, cabe mencionar, ainda que brevemente, a literatura que trata desse tema.

O conceito de segregação está longe de ser consensual (SABATINI, 2001). Em sentido estrito e mais extremo, a segregação corresponderia à formação de guetos ou cidadelas, com fortes impedimentos à entrada e saída, com constituição de barreiras físicas, geralmente impostas legalmente (MARCUSE, 1997) isolando indivíduos e comunidades inteiras.

A segregação também pode ser caracterizada como desigualdade de acesso a condições gerais de vida que aumentam o nível de bem-estar das famílias, como desigualdade de acesso a políticas públicas e aos benefícios gerados pelo Estado (PRÉTECEILLE, 2003). No Brasil, autores como Vetter e Massena (1981) destacaram essa dimensão da segregação nos estudos que desenvolveram a respeito da apropriação desigual dos benefícios líquidos dos investimentos estatais, ou seja, certas áreas segregadas e pobres da cidade não receberiam tais benefícios de forma proporcional ao restante de seus habitantes. Pasternak (2004) também se refere à segregação como resultado de uma desigualdade socioespacial que se expressa na organização do território da cidade.

Outro sentido de segregação – utilizado no âmbito deste estudo – refere-se à separação entre grupos sociais no espaço (TORRES, 2005; PASTERNAK, 2004), configurando certa homogeneidade interna (VILLAÇA et al., 2004) e heterogeneidade externa – ou seja, trata-se de padrões de semelhança e diferença na distribuição dos grupos sociais no espaço, segundo uma certa clivagem (MARQUES, 2005). Esse sentido de segregação (denominado geralmente de “segregação residencial”), com forte tradição nos estudos de segregação norte-americanos, tem como uma de suas vantagens permitir a construção de indicadores sintéticos de segregação, que, por sua vez, permitem comparações no tempo e entre regiões (TORRES et al., 2004).

Em todos os sentidos discutidos, nota-se que a segregação é, por definição, um conceito espacial (TORRES et al., 2004; VILLAÇA et al., 2004). Também é importante destacar que a segregação é um fenômeno relacional por excelência, ou seja, envolve oposições hierárquicas entre parcelas da população (TORRES, 2005; ALMEIDA; D'ANDREA, 2004). Essas considerações

destacam a dimensão subjetiva da segregação²², que envolve as percepções que as pessoas têm da segregação objetiva, as construções simbólicas a respeito dos diferentes grupos sociais, a identidade e o (des)prestígio de certos bairros ou zonas da cidade, os chamados “estigmas territoriais”, podendo gerar, inclusive, efeitos de desintegração social (SABATINI, 2004; KAZTMAN; RETAMOSO, 2005). Desse modo, é claro que tanto a auto-segregação das classes altas quanto a segregação involuntária das classes baixas geram conseqüências para os dois lados, tornam mais ásperas as relações entre as classes sociais, acarretando especialmente a deterioração do espaço público como espaço de interação social (CALDEIRA, 2000).

Mesmo com a adoção do conceito de segregação, como separação residencial de grupos sociais, há divergências a respeito dos “grupos sociais” que devem ser objetos de atenção, como grupos étnico-raciais, presentes especialmente no caso do debate norte-americano – Wilson (1990); Massey; Denton (1993); Jargowski (1997) – e muito mais raros no debate brasileiro, sendo Telles (2003), uma exceção, classes sociais, como no caso do debate francês, conforme destaca Préteceille (2004) – e entre autores brasileiros, como Villaça (2000), categorias sócio-ocupacionais (RIBEIRO; LAGO, 1999; PASTERNAK, 2004), entre outros, sendo que essas escolhas geralmente estão baseadas nas principais clivagens sociais consideradas relevantes em cada contexto social (TORRES, 2005).

Em termos históricos, o tema da segregação foi tradicionalmente abordado na literatura da sociologia urbana brasileira como conseqüência – não trivial – de outros processos, como os padrões de crescimento urbano nas grandes metrópoles, como resultante do processo de periferização que contribuiu para o deslocamento das camadas populares para os locais mais distantes dos núcleos urbanos como opção que restava de moradia, contribuindo para a configuração de um “modelo metropolitano brasileiro” (SANTOS; BRONSTEIN, 1978).

Este modelo seria marcado pela forte distinção entre um núcleo fortemente infra-estruturado, com amplo acesso aos benefícios gerados pelo Estado, e uma periferia caracterizada pela completa ausência deste, pela precariedade das condições de vida, falta de acesso a serviços básicos, soluções habitacionais precárias, ainda que muitas vezes “solidárias”, como o caso dos mutirões para autoconstrução de moradias (CAMARGO et al., 1976; KOWARICK, 1979; BONDUKI; ROLNIK, 1982; MARICATO, 1982). Nessas áreas concentravam-se as classes trabalhadoras, segregadas do restante da cidade, obrigadas a viver em condições bastante precárias, até mesmo espoliativas (KOWARICK, 1979).

Essa caracterização das áreas periféricas marcadas de forma praticamente homogênea pela precariedade das condições de vida relaciona-se ainda com questões mais amplas relativas à forma urbana, ao modelo radial-concêntrico de distribuição dos grupos sociais. Segundo esse modelo, haveria nas metrópoles brasileiras um gradiente decrescente de renda e condições gerais de vida na medida do afastamento em relação ao centro. O núcleo de grandes metrópoles seria caracterizado por amplo acesso a serviços coletivos e à infra-estrutura, sendo o local

²² Sabatini (2004) destaca três dimensões principais da segregação: 1) tendência à concentração de certos grupos sociais em certos bairros; 2) Conformação de áreas com alto grau de homogeneidade social; 3) percepção subjetiva que as pessoas têm da segregação objetiva.

de residência das classes mais abastadas, enquanto a periferia, marcada por esse cenário de precariedades já descrito, seria o local de residência das classes trabalhadoras. Apesar dessa caracterização das áreas periféricas como locais marcados totalmente por faltas, ausências e precariedades já ter sido até certo ponto superada, com a consideração dos seus conteúdos concretos e a verificação de inúmeras melhorias que lá se processaram nas últimas décadas (MARQUES, 2000, 2003; CALDEIRA, 2000; CEBRAP; SÃO PAULO, 2004; MARQUES; TORRES, 2005), esse modelo de descrição urbana – e de consideração da segregação urbana – ainda possui bastante força.

Além disso, cabe ressaltar que esse modelo geral de descrição dos grupos sociais não se aplica a todos os contextos urbanos. No caso de Salvador, como será abordado, a distribuição espacial dos grupos sociais não segue o modelo radial-concêntrico. E mesmo nos municípios que apresentam uma distribuição genericamente radial-concêntrica, como Feira de Santana ou Vitória da Conquista, essa descrição corresponde apenas a um padrão bastante geral, que não dá conta da heterogeneidade que pode ser observada na escala dos setores.

Desta forma, depreende-se que a segregação urbana está diretamente relacionada à questão da desigualdade social. O conceito de desigualdade social, caro à Sociologia desde as suas formulações clássicas, é utilizado aqui de forma bastante específica e se diferencia do conceito de desigualdade de renda, tradicionalmente tratado pelos economistas. Por desigualdade social entende-se, genericamente, a existência de características sociais distintas entre grupos sociais estabelecidos a partir de alguma clivagem contínua ou dicotômica/categorial. Por exemplo, quando se analisam as desigualdades salariais de gênero, o interesse está centrado nos diferenciais de salários (clivagem) entre homens e mulheres (grupos sociais). A construção dos grupos que se deseja comparar parte da existência de alguma clivagem teórica ou socialmente reconhecida (no caso do exemplo anterior, gênero) e a escolha da dimensão “desigual” a estudar é algo que se considera que varia entre estes grupos.

No caso específico deste estudo, o interesse recai apenas nas desigualdades sociais associadas ou inscritas especificamente no espaço urbano. A clivagem, neste caso, é dada pelo espaço e os grupos sociais são definidos em bases territoriais. Este elemento é importante porque, como as desigualdades sociais tendem a ser cumulativas, o território pode cumprir um papel importante na sua produção e reprodução, reforçando circuitos e cristalizando situações de pobreza e destituição, mesmo contra esforços em contrário desenvolvidos pelo Estado. Em termos de políticas públicas, isto implica que as populações residentes em determinados territórios estão sujeitas a uma série de mecanismos complexos e interligados de reprodução das desigualdades sociais que uma política social sozinha não é capaz de romper. Daí a relevância da identificação de manchas intra-urbanas de pobreza, de acordo com diferentes recortes, como apresentado no âmbito deste trabalho.

Na relação entre segregação e pobreza, um tipo específico de desigualdade espacial ganha relevância: as conseqüências derivadas da desigualdade de acesso. Os diferenciais de acesso tendem a crescer à medida que aumenta a homogeneidade das diversas regiões da cidade, acompanhando as distâncias entre as oportunidades em geral e os grupos sociais mais pobres

e em piores posições na estrutura social. Dois principais conjuntos de diferenciais de acesso referem-se ao acesso aos mercados de trabalho (que geram oportunidades diferenciadas) e acesso às políticas públicas (que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida urbana). Esses elementos influenciam fortemente as possibilidades de alcançar bem-estar individual e coletivo ou ingressar em situações de vulnerabilidade e pobreza, embora os dois tipos de acesso refiram-se a elementos diferentes e necessitem de políticas públicas específicas.²³

No caso dos resultados apresentados nas seções subseqüentes, para os maiores municípios da Bahia – Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna –, destaca-se o fato de que nem sempre os grupos sociais mais segregados espacialmente enfrentam as piores condições de acesso a políticas públicas, apesar de existirem áreas com sobreposição dessas carências – altas concentrações de pobreza urbana e déficits de acesso a serviços urbanos – que devem ser particularmente consideradas pelas políticas públicas que visam a combater a pobreza. Esses resultados ressaltam a complexidade das relações existentes entre segregação e desigualdades de acesso a políticas.

Vale destacar ainda que a literatura sobre o tema também aponta como uma das conseqüências da segregação territorial a sociabilidade significativamente afetada pela segregação, devido à redução dos contatos entre grupos. Isso afeta a própria comunidade social e política circunscrita pela cidade, visto que a ausência de contatos empobrece a esfera pública e reduz o sentimento de pertencimento. Além disso, a redução dos contatos para fora das comunidades, causada pela segregação, estreita as oportunidades de mobilidade, ajudando a perpetuar situações de pobreza e vulnerabilidade. Isto pode ser observado, por exemplo, no caso de desempregados: a redução de contatos externos à comunidade diminui as chances de informação sobre empregos, especialmente se tal comunidade for formada por muitos desempregados, efeitos que combinam aspectos da segregação territorial com o tipo de redes sociais que se estabelecem no interior desse território segregado. Entretanto, esses efeitos só podem ser captados com estudos de caso mais detalhados, e não com análises como as apresentadas neste estudo.

Em resumo, os processos de segregação e as desigualdades sociais no espaço se encontram imbricados, separando grupos, distribuindo desigualmente os benefícios da urbanização e criando incentivos para que as ações dos vários produtores do espaço urbano repitam e reforcem esses processos ao longo do tempo. O resultado combinado desses processos é a superposição de problemas e a redução de oportunidades em certas regiões da cidade. Estudos ressaltam que os indicadores sociais de indivíduos pobres que moram em espaços periféricos são sistematicamente piores do que os de outros de iguais características sociais que habitem áreas majoritariamente ocupadas por grupos sociais de melhor condição (TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005). Ou seja, a homogeneidade social da pobreza em certas

²³ Uma parte importante da dinâmica dos guetos negros norte-americanos e especialmente dos *quartiers difficiles* franceses expressa esta situação: embora o acesso a políticas e serviços básicos seja praticamente universal (considerando o nosso patamar de direitos), o acesso aos mercados continua praticamente tão restrito quanto antes, o que restringe significativamente a baixa mobilidade social. Ver Wacquant (1996a, 2000) e diversos artigos incluídos em Mingione (1996).

áreas pode ter diversas conseqüências negativas, como o isolamento em relação a diversas redes sociais e a oportunidades de vida em geral (PAVEZ, 2006; BRIGGS, 2001), a dificuldade de acessar o mercado de trabalho (KAZTMAN; RETAMOSO, 2005) e outras políticas públicas (TORRES; BICHIR, 2005; BICHIR, 2006), além de conseqüências nocivas do ponto de vista da socialização, da transmissão de valores e modelos, contribuindo para a reprodução da pobreza (BROOKS-GUNN; DUNCAN, 1997; YINGER, 2001; DURLAUF, 2001).

A seguir, é apresentada, de forma breve, a discussão mais recente sobre os padrões de segregação existentes na Bahia e, mais especificamente, na Região Metropolitana de Salvador.

4.1.1 A discussão sobre segregação na Região Metropolitana de Salvador

A discussão sobre a segregação urbana envolve, para além da definição do conceito, a questão mais ampla das formas de produção do espaço em cada contexto urbano, a formação das áreas periféricas e as hipóteses sobre as localizações específicas de cada grupo social. Sob esse enfoque, apresenta-se aqui o histórico dessas discussões no contexto da Região Metropolitana de Salvador.

A partir dos anos 1960 iniciam-se os estudos mais sistemáticos sobre as formas de produção do espaço na cidade de Salvador, em especial sobre a produção de suas periferias. Devem ser citados os trabalhos fundadores de Brandão (1963 [1978]), Franco (1983) e Mattedi (1978) entre outros. Tratava-se, nesse caso, de destacar os efeitos da formação do mercado imobiliário e da configuração urbana, tendo como pano de fundo os processos de industrialização e de integração nacional. Processos mais singulares, como as intensas migrações do rural para o urbano e o acúmulo de um grande déficit habitacional, explicariam o processo de espraiamento horizontal e descontínuo característico do espaço metropolitano de Salvador.

Nesse caso, as formas específicas de produção do espaço ganham destaque, assim como as formas de acesso à terra urbana e as atividades do Estado, tanto de planejamento, quanto de construção de conjuntos habitacionais e infra-estruturas. Para autores como Moura e Simões (1985), essas ações incentivavam a apropriação privada da terra e a lógica especulativa do grande capital de incorporação. Como se vivia o contexto do regime militar e, conseqüentemente, um ambiente de grande repressão política (ARAGÃO, 1992), interesses particularistas eram apresentados sob o manto da gestão tecnocrática.

Em termos das alternativas habitacionais adotadas pela população de baixa renda, autores como Franco (1983) destacam a presença dos loteamentos populares com precária infraestrutura e Lima (2005), os arrendamentos como formas de acesso ao solo pelos mais pobres. A alternativa mais importante e disseminada, entretanto, é a “invasão”, destacada já em Brandão (1963 [1978]), mas detalhada em trabalhos como Souza (1990, 2000). Embora haja uma razoável polêmica a respeito da utilização da categoria, dado o sentido de ilegitimidade implícito no termo (a respeito do que naturalmente discordam os movimentos sociais – ver MOURA; SIMÕES, 1985), trata-se neste caso de ocupações coletivas organizadas. Essa linha de estudos apresenta grande paralelismo com trabalhos contemporâneos sobre o Rio de Janeiro

(SANTOS, 1985; CHINELLI, 1980) e sobre São Paulo (BONDUKI; ROLNIK, 1982). Não por acaso, ocorre nessa época a colaboração de pesquisadores soteropolitanos em publicações sobre o padrão de produção habitacional e urbana no período, como foi o caso de Brandão (1981).

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, diversos trabalhos desenvolveram esta linha interpretativa, detalhando os processos ocorridos desde então, assim como desdobrando espacialmente o diagnóstico geral realizado anteriormente sobre a conformação urbana. Nesse contexto, a literatura passou a destacar a importância na localização de conjuntos habitacionais da região do chamado Miolo – entre a rodovia BR-324 e a Avenida Paralela (SALVADOR, 1985). As áreas remanescentes entre conjuntos foram ocupadas coletivamente por movimentos organizados, que edificaram suas moradias em processos de autoconstrução.

Trabalhos recentes como Carvalho, Almeida e Azevedo (2001) e Carvalho e Codes (2006) têm detalhado ainda mais essas informações, produzindo um esforço sistemático para a caracterização e a espacialização dos grupos sociais na cidade de Salvador. Um conjunto importante desses estudos utiliza informações censitárias organizadas de forma a delimitar categorias sócio-ocupacionais. Segundo a interpretação desses autores sobre a distribuição dos grupos sociais no espaço de Salvador, a cidade poderia ser setorizada em quatro regiões, conforme descrito a seguir.

Junto à orla marítima se localizariam os grupos sociais mais ricos e bem posicionados na estrutura social. Essa parte da cidade seria o objeto preferencial das ações do mercado imobiliário formal. No chamado Miolo e em direção ao interior da Bahia de Todos os Santos, a oeste, se localizariam os grupos mais pobres e pior situados na estrutura de ocupações. Essa região seria predominantemente ocupada por conjuntos habitacionais construídos pelo poder público e por invasões organizadas por movimentos sociais. No Centro Histórico e junto a ele se situariam os grupos de classe média. Uma quarta localização diria respeito a pequenos enclaves territoriais de pobres em precária situação social localizados nos interstícios das áreas ricas, junto à Orla Marítima. Como será visto na Seção 4.3, os dados relativos à identificação de manchas intra-urbanas de pobreza, por meio do índice de Moran Local, confirmam, de maneira geral, essa distribuição espacial dos grupos sociais.

Outros trabalhos recentes, como Souza (2000a, 2000b), preocupam-se com um maior detalhamento da questão urbana em Salvador, destacando a superposição de diferentes padrões de produção e ocupação do espaço construído – tais como os arrendamentos, as invasões, a posse imobiliária dividida –, em uma mescla de formas capitalistas e não capitalistas, formais e informais. Souza destaca ainda o papel do Estado e dos investimentos privados no reforço da segregação socioespacial em Salvador, uma vez que os grandes equipamentos – institucionais, industriais, comércio e serviços – concentram-se nas áreas de ocupação formal, isto é, são bastante escassos nas zonas Oeste e Norte da cidade, especialmente nas regiões do Subúrbio Ferroviário e do Miolo, onde habita a maioria da população de baixa renda. Acompanhando o histórico dos investimentos estatais em habitação, a autora destaca que, apesar de as intervenções recentes visarem a melhoria das condições materiais e sanitárias das áreas

de ocupação informal, ainda há poucos avanços do ponto de vista da legislação fundiária, da questão ambiental e da inserção dessa população na cidade formal, sendo que, em muitos casos, o “redesenho” espacial gerado pelas intervenções estatais visa à exploração turística, como é o caso da revitalização do Pelourinho. (SOUZA, 2000a).

O trabalho mais recente e relevante sobre os temas em questão foi consolidado na publicação *Como anda Salvador*, coordenada por Inaiá Carvalho e Gilberto Pereira. De certo modo, essa publicação procura retomar questões presentes em *Bahia de Todos os Pobres*, sem realizar, no entanto, uma comparação sistemática. Considerando as dinâmicas econômicas recentes em curso no país, o advento da globalização e as alterações impostas pelo processo de reestruturação produtiva, essa coletânea de estudos aborda diversos temas de grande relevância para o entendimento dos problemas urbanos da Região Metropolitana de Salvador, incluindo aspectos relacionados ao desenvolvimento regional (ALMEIDA, 2006), às transformações demográficas recentes (FERNANDES, 2006), relativos às condições de moradia (PEREIRA; SOUZA, 2006), pobreza e segregação socioespacial (CARVALHO; CODES, 2006; CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Esses autores verificam, por meio de diferentes indicadores, o aumento das desigualdades sociais na RMS entre 1991 e 2000, e destacam que essa desigualdade é também constatada na distribuição espacial dos grupos sociais. Enquanto os grupos sociais melhor inseridos socioeconomicamente concentram-se basicamente na Orla Atlântica e em outras poucas áreas valorizadas de Salvador e Lauro de Freitas (especialmente nos condomínios fechados, como *Villas do Atlântico*), os grupos mais pobres concentram-se na região do Miolo e dos Subúrbios Ferroviários (CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Essas desigualdades entre os diferentes espaços da RMS são observadas de acordo com diferentes dimensões: analfabetismo funcional (que é inexpressivo no centro de Salvador e na Orla Atlântica, porém bastante elevado no centro de Simões Filho e de Camaçari, no Nordeste de Amaralina ou no Bairro da Paz), frequência à escola (quase universalizada, porém menor no Miolo e nas bordas de Salvador), ocorrendo a mesma situação no caso do atraso escolar e do nível de escolaridade dos responsáveis pelo domicílio – índices piores observados em referência aos espaços populares (CARVALHO; CODES, 2006). Nesse sentido, os autores destacam os perversos efeitos da segregação, do ponto de vista das possibilidades de inserção dos indivíduos mais pobres na sociedade mais ampla: menor acesso às políticas públicas, maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, limitações do ponto de vista das relações pessoais, elementos que contribuem para a reprodução da pobreza.

Os resultados obtidos no âmbito deste trabalho, particularmente na Seção 4.3, reforçam os argumentos sustentados no âmbito desta publicação, destacando a relevância da identificação espacialmente detalhada dos grupos sociais do ponto de vista do planejamento de políticas públicas de combate à pobreza. Entretanto, os resultados não se restringem à RMS, sendo apontados também para Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna, o que permite uma visão mais ampla e comparativa sobre os padrões de segregação urbana vigentes nos maiores municípios da Bahia.

4.2 A questão da escala

Como destacam diversos autores (SABATINI, 2004; MARQUES; BITAR, 2002; BICHR, 2006), estudos preocupados com a identificação espacial de áreas com alta concentração de pobreza devem, necessariamente, abordar a questão da escala a ser adotada nessa identificação. Isso porque uma cidade pode ser segregada com diferentes intensidades em diferentes escalas (SABATINI, 2004).

Esse mesmo autor ressalta que o padrão de segregação nas cidades latino-americanas difere de forma significativa de acordo com a escala adotada. Considerando a baixa escala, isto é, pequenas áreas, observa-se um padrão marcado por dispersão dos mais pobres em pequenos bairros por toda a cidade. Por outro lado, quando se considera uma escala maior, ou seja, uma maior agregação de áreas, verifica-se a aglomeração de famílias pobres nas áreas periféricas (SABATINI, 2004).

Essa distinção entre as escalas permite ainda abordar a questão da micro e da macro segregação, sendo a micro segregação considerada uma escala geográfica mais detalhada (como, por exemplo, o isolamento espacial de determinados grupos sociais no interior de um bairro específico) e a macro segregação uma escala espacial mais abrangente, como os padrões de aglomeração espacial de certos grupos sociais na cidade como um todo (SABATINI, 2001). Esses planos diferenciados podem evoluir de maneira diversa em um mesmo contexto urbano, ou seja, pode haver diminuição da macro segregação e aumento da micro segregação, por exemplo, conforme observado no caso do Chile por esse autor.

Desse modo, a fim de caracterizar as manchas de pobreza intra-urbanas na Bahia, alguns testes preliminares envolvendo a questão da definição da unidade de análise foram realizados. Esses testes foram realizados por meio dos Índices de Moran Local e Global, são discutidos mais detidamente no próximo capítulo. O índice de Moran Global fornece um sumário da distribuição espacial de um determinado grupo social, como concentração de pobres ou de grupos com baixa escolaridade. Esse índice varia de 0 – zero – (situações em que não há segregação) a 1 – um – (situações em que há segregação, ou seja, as áreas com altas concentrações de um determinado grupo social – pobres, por exemplo – serão vizinhas entre si). O índice de Moran Local, por sua vez, permite a identificação de *clusters* espaciais de acordo com uma dada variável de interesse.

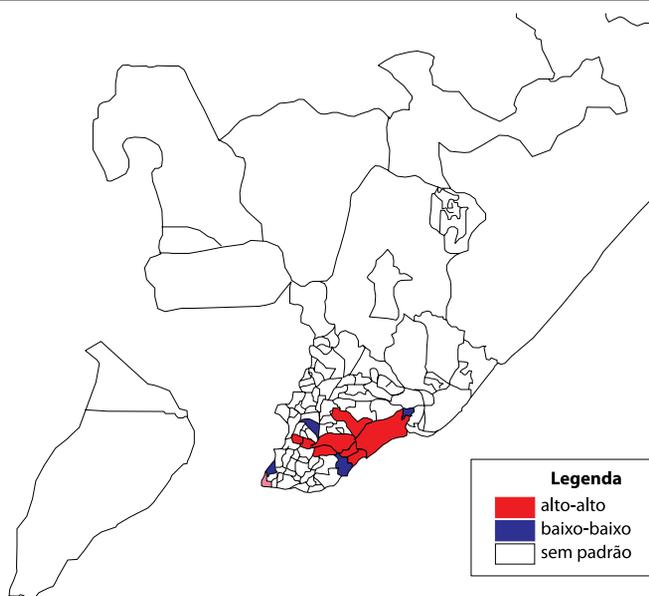
Em primeiro lugar, foram realizados testes na escala das áreas de ponderação da amostra do Censo²⁴, uma unidade de análise maior que os setores censitários e menor que os distritos administrativos. Esses testes demonstraram que essa unidade de análise é ainda muito agregada espacialmente e não contribui de forma efetiva para a delimitação mais detalhada dos principais *clusters* de concentração de pobreza na RMS. O Mapa 15 apresenta os resultados do Índice de Moran Local para a variável relativa à renda domiciliar mensal

²⁴ As áreas de ponderação são unidades geográficas formadas por agrupamentos mutuamente exclusivos de setores censitários. Essas unidades são utilizadas para a aplicação dos questionários da Amostra do Censo do Censo Demográfico do IBGE, que são aplicados a 10% da população.

na escala das áreas de ponderação. Nesse mapa, as áreas em vermelho são aquelas onde ocorrem valores muito acima da média da RMS para a renda e, simultaneamente, as áreas vizinhas também apresentam valores muito altos. Em azul, estão representadas as áreas com valores abaixo da média da RMS (e simultaneamente as áreas vizinhas também apresentam valores muito baixos). Por fim, aparecem, em branco, as áreas em que não foram identificados padrões espaciais que se diferenciam de modo particular do observado para o conjunto da RMS. Como é possível notar, o índice de Moran Local aplicado na escala das áreas de ponderação não permite captar adequadamente a heterogeneidade de situações de concentração de renda.

Mapa 15

Identificação de áreas segundo o índice de Moran local para renda domiciliar mensal, segundo áreas de ponderação da RMS – IBGE – 2000



Todas as análises descritas a seguir, visando à identificação de manchas intra-urbanas de pobreza, têm como unidade de análise os setores censitários do Censo Demográfico do IBGE, a menor unidade de agregação de dados disponível, que permite identificar a heterogeneidade de situações mesmo no caso de áreas contíguas, como será apresentado.

4.3 Estratégias de análise: índice de Moran

Com o intuito de identificar algumas manchas intra-urbanas de pobreza, considerando sua dimensão espacial, ou seja, a questão da segregação, foi utilizada uma metodologia alternativa, o índice de Moran. Como apontado anteriormente, essa metodologia permite captar propriamente a dimensão espacial da pobreza, ao considerar as correlações espaciais

existentes para uma dada variável de interesse. Essa metodologia apresenta dois índices complementares, o índice de Moran Global, que evidencia uma síntese dos padrões de segregação observados em um determinado contexto urbano – variando de 0 a 1, sendo 0 a situação de ausência de autocorrelação espacial e um 1 a situação de autocorrelação espacial perfeita – e o índice de Moran Local, que permite a identificação de *clusters* espaciais a partir de uma dada variável de interesse (para maiores detalhes metodológicos, consultar Anexo II). Nesse sentido, enquanto o índice de Moran Global fornece um indicador sintético para cada cidade e permite comparações entre os municípios aqui considerados, o índice de Moran Local auxilia o entendimento dos padrões intra-urbanos de concentração de grupos sociais no interior de cada município.

Essas análises têm como base e complementam os resultados apresentados por meio das análises fatorial e de *cluster* que alocaram os setores censitários urbanos da Bahia em seis grandes grupos sociais (Capítulo 3). Nesse sentido, as análises aqui apresentadas consideram as múltiplas dimensões de pobreza discutidas nos capítulos anteriores: a *dimensão saneamento*, que é composta por variáveis relacionadas a esgotamento sanitário (rede geral ou pluvial), abastecimento de água (canalização interna), coleta de lixo (porta ou caçamba) e presença de banheiros ou sanitários no domicílio, sendo que quanto maior o valor neste fator, menor a cobertura no setor censitário. A *dimensão socioeconômica*, por sua vez, é composta por variáveis relacionadas ao rendimento médio dos responsáveis e à escolaridade média dos responsáveis pelos domicílios localizados nesses setores. Quanto maiores forem os valores desse fator, melhores serão as condições socioeconômicas médias do setor censitário. Além desses dois fatores, foi considerada a variável relativa à *concentração de pobres* nos setores censitários, discutida no Capítulo 2. Essas três variáveis captam diferentes dimensões da pobreza urbana, permitindo uma caracterização mais completa das principais manchas de pobreza existentes na Bahia, como apontado a seguir.

As análises apresentadas nesta seção consideram somente os municípios com mais de 200 mil habitantes em 2000 que, segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE, eram quatro: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna. Cabe destacar que, ao invés de analisar somente o município de Salvador, optou-se por analisar todos os municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador (RMS), de modo a fornecer um panorama mais completo das manchas de pobreza na região e em razão de que as cartografias para esses municípios foram disponibilizadas pela equipe da SEI. A escolha desses municípios se justifica pela impossibilidade de identificação de padrões de vizinhança para os municípios menores, visto que não há número suficiente de setores censitários para realizar as análises e identificar padrões espaciais. É possível observar na Tabela 12, a seguir, que esses municípios apresentam tamanhos muito diferenciados, destacando-se Salvador com a maior concentração de população em setores urbanos.

Tabela 12
População em setores urbanos, segundo municípios considerados

Região	Municípios	População em setores urbanos
Região Metropolitana de Salvador	Salvador	2.357.937
	Camaçari	153.406
	Candeias	68.669
	Dias D'Ávila	42.292
	Itaparica	18.719
	Lauro de Freitas	106.737
	Madre de Deus	11.467
	São Francisco do Conde	21.738
	Simões Filho	76.427
	Vera Cruz	27.396
Feira de Santana		428613
Vitória da Conquista		224553
Itabuna		188563

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

A seguir, são descritos, de forma comparativa, os resultados das análises para cada uma das dimensões da pobreza urbana para esses maiores municípios considerados.

4.3.1 A dimensão saneamento

Antes de apresentar os resultados obtidos nos índices de Moran Local e Global nessa dimensão, é importante verificar as coberturas de alguns serviços básicos que fazem parte da dimensão saneamento, tais como acesso à rede pública de água (com canalização interna), acesso à rede de esgoto, coleta de lixo e presença de banheiros ou sanitários no caso dos municípios considerados.

A Tabela 13, a seguir, mostra esses dados²⁵. Em primeiro lugar, cabe destacar as grandes diferenças de cobertura observadas. No caso da RMS, observa-se que Salvador e Madre de Deus apresentam as melhores condições gerais de acesso e, em contraposição, as piores condições sanitárias são observadas em Itaparica e São Francisco do Conde. No caso de Feira de Santana, nota-se que essas coberturas são piores do que as observadas na maioria dos municípios da RMS, com exceção dos municípios de São Francisco do Conde, Itaparica e Candeias, que registram coberturas piores. Por sua vez, Vitória da Conquista apresenta condições gerais de saneamento melhores do que Feira de Santana, porém um pouco inferiores àquelas observadas no município de Salvador. Verifica-se ainda que Itabuna registrava, em 2000, a segunda maior cobertura de água e esgoto entre os maiores municípios da Bahia, atrás apenas de Salvador, porém, com registro de cobertura da rede de esgoto maior do que este município.

²⁵ Mapas com a distribuição dessas variáveis, segundo os setores censitários urbanos desses municípios considerados, encontram-se no Anexo III.

Tabela 13
Características de saneamento dos setores urbanos dos municípios considerados

Região	Municípios	Proporção de domicílios ligados à rede geral de água (canalização interna)	Proporção de domicílios ligados à rede geral de esgoto	Proporção de domicílios com coleta de lixo	Proporção de domicílios com banheiro ou sanitário
Região Metropolitana de Salvador	Salvador	92,00	74,22	93,20	97,45
	Camaçari	74,75	42,37	88,19	92,79
	Candeias	72,24	56,27	68,96	90,32
	Dias D'Ávila	73,28	27,05	87,90	89,35
	Itaparica	61,22	23,99	71,56	88,12
	Lauro de Freitas	81,03	41,81	91,33	95,98
	Madre de Deus	92,19	84,41	97,98	97,05
	São Francisco do Conde	58,98	42,04	68,05	77,88
	Simões Filho	75,74	50,06	75,36	92,54
	Vera Cruz	76,58	3,11	76,55	89,48
Feira de Santana		71,79	39,11	88,87	94,68
Vitória da Conquista		80,13	39,97	94,49	95,58
Itabuna		80,42	76,46	88,84	93,02

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Pode-se, agora, observar os índices de Moran Global²⁶ para a dimensão saneamento para cada um dos contextos urbanos considerados – RMS, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna –, conforme apresentado na Tabela 14.

Tabela 14
Índice de Moran Global para a dimensão saneamento
RMS, município de Feira de Santana, município de Vitória da Conquista e município de Itabuna

Regiões	Dimensão saneamento
RMS	0,5032
Feira de Santana	0,5774
Vitória da Conquista	0,5396
Itabuna	0,3717

De maneira geral, verifica-se que esses municípios ostentam níveis médios de autocorrelação espacial para a dimensão saneamento. É possível constatar que Feira de Santana é o mais segregado em termos dessa dimensão, porque apresenta o índice de Moran Global mais próximo de 1 – lembrando que esse índice varia de 0 a 1, sendo 1 uma autocorrelação perfeita. No extremo oposto, Itabuna apresenta a menor autocorrelação espacial, em termos da dimensão saneamento entre todos os municípios considerados na análise: apenas 0,3717. Esse resultado pode ser um efeito das boas coberturas de saneamento observadas em Itabuna, conforme

²⁶ Os diagramas de espalhamento de Moran são apresentados no Anexo III.

apresentado anteriormente – nesse caso, não há desigualdades evidentes de cobertura que possam ser captadas por meio de correlações espaciais.

Esses resultados gerais são complementados por meio das análises dos índices de Moran Local em cada um desses municípios, que permitem verificar se há (ou não) padrões de concentração espacial com relação à dimensão saneamento. Por meio desse índice, é possível observar padrões comuns entre esses municípios e também as especificidades de cada um desses contextos urbanos. Cabe destacar que, considerando a escala de variação desse fator, quanto maiores forem os valores observados, piores serão as condições de saneamento nesses setores urbanos.

No caso da RMS, é possível observar no Mapa 16, que as áreas do tipo “alto-alto”, identificadas em vermelho, registram altos valores para a dimensão saneamento e suas áreas vizinhas também: ou seja, essas áreas identificadas em vermelho exibem condições de saneamento mais precárias do que a média da RMS. As áreas com piores condições de saneamento correspondem à maioria dos setores dos municípios da periferia de Salvador, com exceção de alguns poucos setores localizados no próprio município. Cabe destacar que esse índice de Moran Local foi rodado para toda a RMS e não apenas para o município de Salvador, o que faz com que os piores resultados coloquem em destaque as condições de saneamento dos municípios em pior situação, como observado na Tabela 13 – notadamente Itaparica e São Francisco do Conde. Por sua vez, as áreas identificadas como “baixo-baixo”, em azul, representam, ao contrário, áreas contíguas com baixos valores nessa dimensão de saneamento, isto é, apresentam setores com boas condições de saneamento ao lado de áreas que também apresentam boas características médias, sendo que essas áreas tendem a se concentrar em setores do município de Salvador. É possível que isto seja resultado do programa Bahia Azul, implementado pelo governo do Estado da Bahia desde 1996.

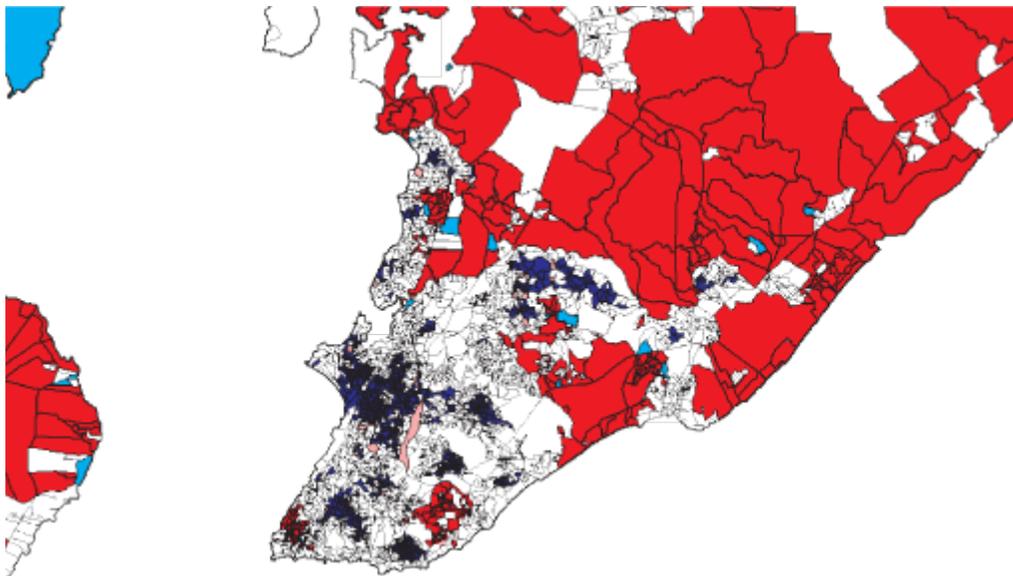
Chama também a atenção o fato de que a chamada Orla – normalmente identificada como o local de moradia dos grupos de renda mais alta – não se encontra no *cluster* “baixo-baixo”. Isso se deve provavelmente a existência de uma maior heterogeneidade de situações de saneamento na Orla, com algum grau de mistura entre áreas de elevada qualidade sanitária e outras com qualidade um pouco mais baixa. De fato, grande parte dos setores da orla são setores sem padrões espaciais bem definidos, identificados em branco, ou seja, são setores censitários com maior mistura de condições de saneamento em seu entorno.²⁷

Nesse sentido, de acordo com o índice de Moran Local para a dimensão saneamento, verifica-se que a maioria dos municípios da RMS, à exceção de Salvador, apresenta manchas significativas de setores censitários com condições sanitárias inadequadas, constituindo, assim, demanda para políticas públicas.

²⁷ Esse resultado pode ser também influenciado pela presença dos chamados condomínios fechados. Como muitos desses novos empreendimentos imobiliários têm sistemas próprios de saneamento, eles não aparecem – do ponto de vista do Censo – com sistemas ligados à rede geral de água e esgoto, variáveis utilizadas para a classificação do fator saneamento (ver o Relatório 3).

Mapa 16

Índice de Moran local para a dimensão de saneamento – RMS – 2000



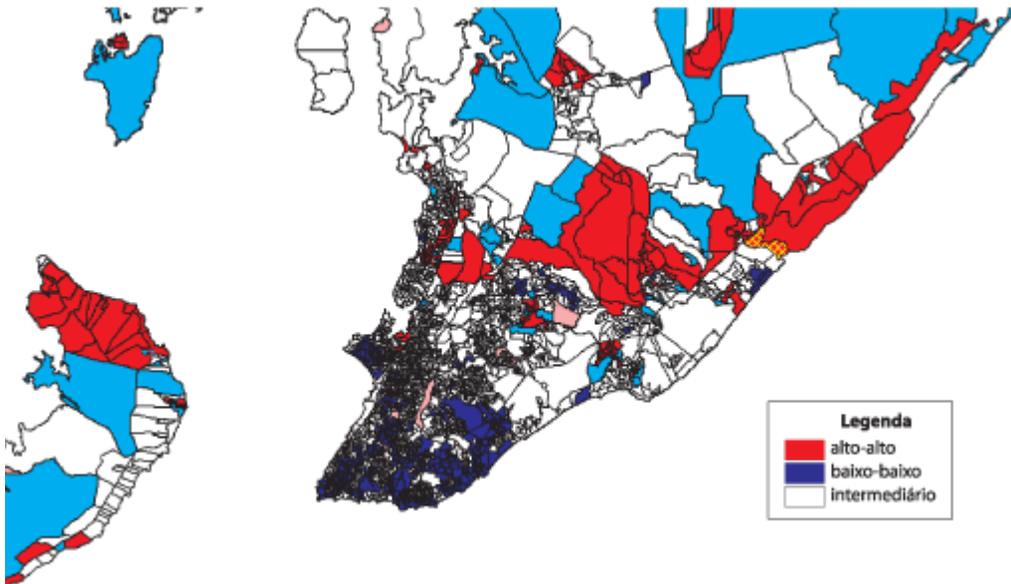
Nota: “alto-alto” significa concentração espacial de precariedade na dimensão saneamento; “baixo-baixo” significa concentração espacial de boas condições na dimensão saneamento.

Porém, cabe ressaltar que os padrões espaciais apresentados no índice de Moran local para a dimensão saneamento parecem ser afetados, pela sensibilidade desse fato, a pequenas flutuações nas variáveis que o compõem. Por exemplo, a ausência de ligação à rede geral de esgoto, situação relativamente comum no caso de condomínios fechados de alta renda, faz com que uma determinada área seja classificada como “alto-alto” nesse fator, sendo que, de maneira geral, as demais condições sanitárias médias são muito boas. Isso que faz com que áreas ricas como Vitória e Graça sejam classificadas como “alto-alto” nessa dimensão.

Para detalhar as informações dessa dimensão, mostram-se, a seguir, mapas do índice de Moran Local para cada uma das variáveis que compõem a dimensão saneamento: proporção de domicílios sem ligação à rede geral de água, sem ligação à rede geral de esgoto, sem coleta de lixo e sem banheiros ou sanitários (Mapas 17 a 20).

Mapa 17

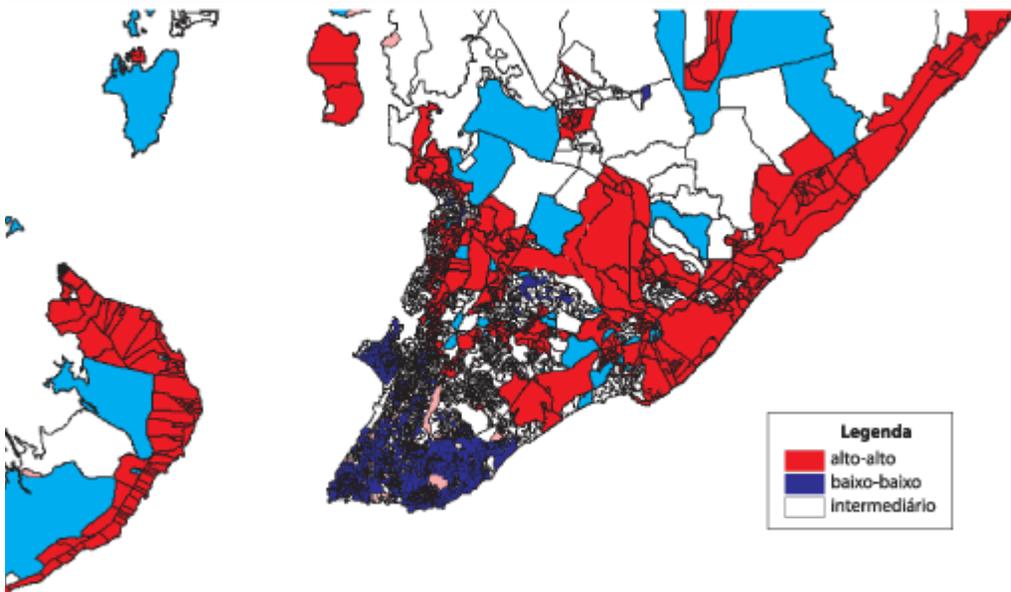
Índice de Moran local para a proporção de domicílios sem rede de água (canalização interna)
RMS – 2000



Nota: “alto-alto” significa concentração espacial de domicílios sem canalização interna; “baixo-baixo” significa concentração espacial de domicílios com canalização interna.

Mapa 18

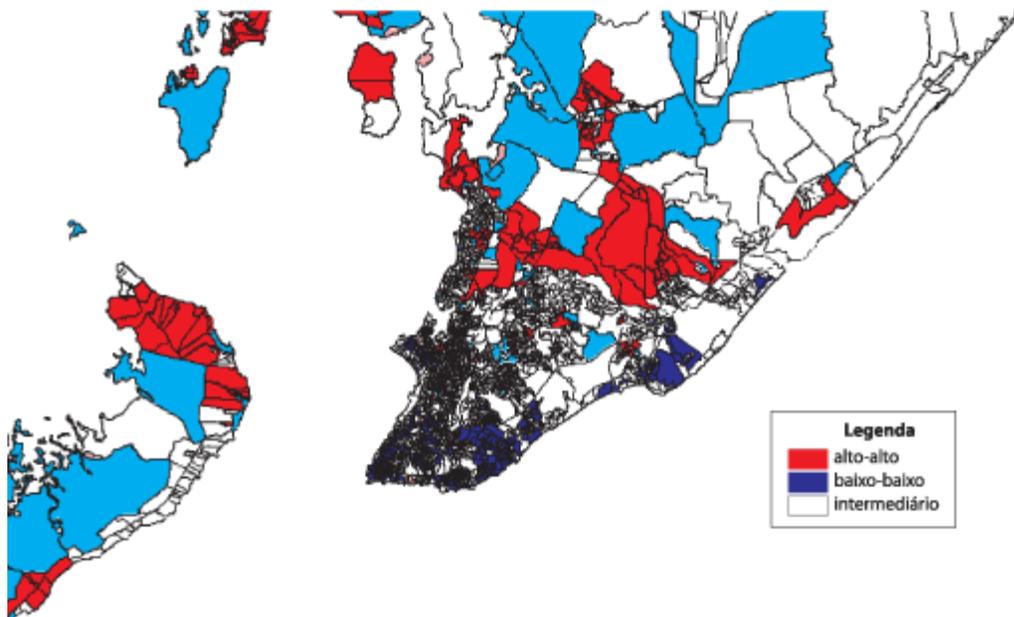
Índice de Moran local para a proporção de domicílios sem rede de esgoto – RMS – 2000



Nota: “alto-alto” significa concentração espacial de domicílios não ligados a rede de esgoto; “baixo-baixo” significa concentração espacial de domicílios ligados a rede de esgoto.

Mapa 19

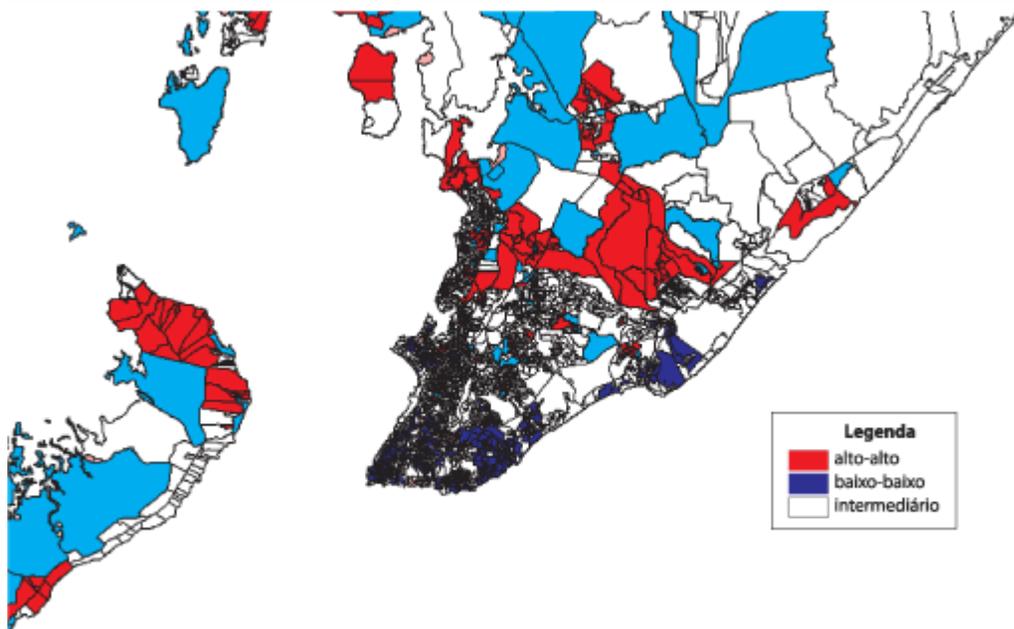
Índice de Moran local para a proporção de domicílios sem coleta de lixo – RMS – 2000



Nota: “alto-alto” significa concentração espacial de domicílios sem coleta de lixo; “baixo-baixo” significa concentração espacial de domicílios com coleta de lixo.

Mapa 20

Índice de Moran local para a proporção de domicílios sem banheiro ou sanitário – RMS – 2000

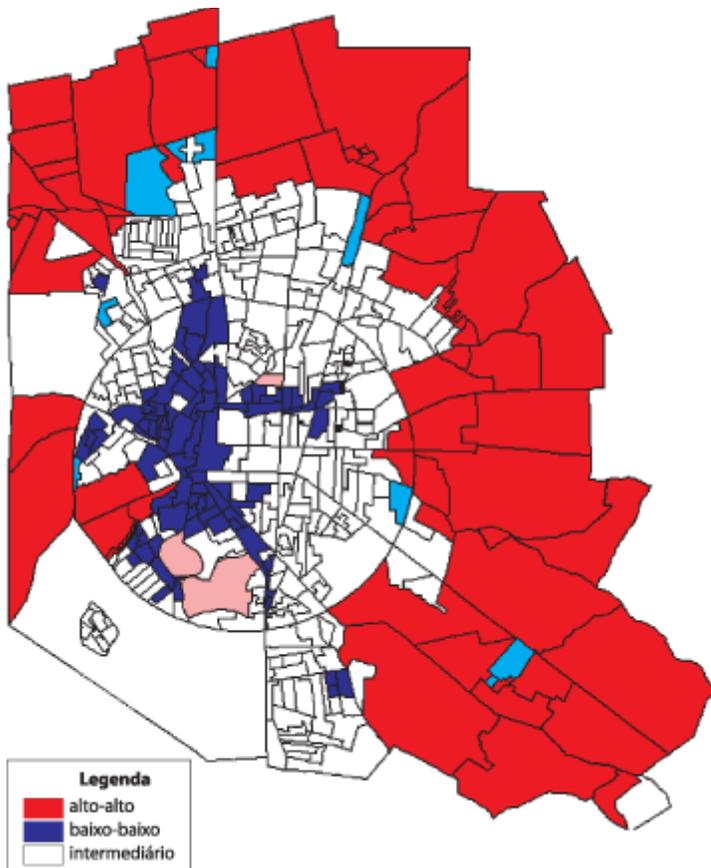


Nota: “alto-alto” significa concentração espacial de domicílios sem banheiro ou sanitário; “baixo-baixo” significa concentração espacial de domicílios com banheiro ou sanitário.

Quando se analisam os setores urbanos de Feira de Santana, o índice de Moran Local para a dimensão saneamento, apresentado no Mapa 21, sugere-se uma distribuição espacial muito mais radial-concêntrica do que aquela observada na RMS. As áreas em vermelho, mais periféricas, reúnem setores censitários urbanos com as piores características de saneamento, enquanto que os setores censitários mais centrais, identificados em azul, exibem as melhores condições. Provavelmente essas áreas centrais correspondem à região mais consolidada da cidade, que conta com redes públicas de serviços urbanos há mais tempo, enquanto que as áreas periféricas parecem indicar áreas de transição entre o meio urbano e o meio rural, áreas pouco consolidadas em termos de saneamento básico.

Mapa 21

Índice de Moran local para a dimensão saneamento – Município de Feira de Santana – 2000

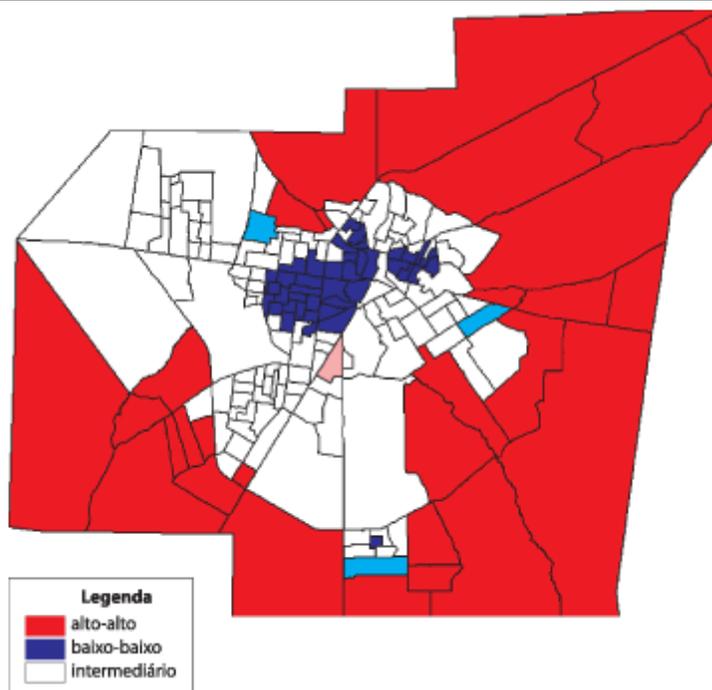


Em Vitória da Conquista (Mapa 22), observa-se um padrão de distribuição espacial similar ao registrado no caso de Feira de Santana, genericamente radial-concêntrico, com os setores censitários com as piores condições de saneamento (identificados em vermelho) localizados nas bordas do município e os setores censitários com as melhores condições

de saneamento (em azul) concentrados na área central de Vitória da Conquista. Novamente, é possível interpretar esse resultado como um indicador do grau de consolidação desses setores.

Mapa 22

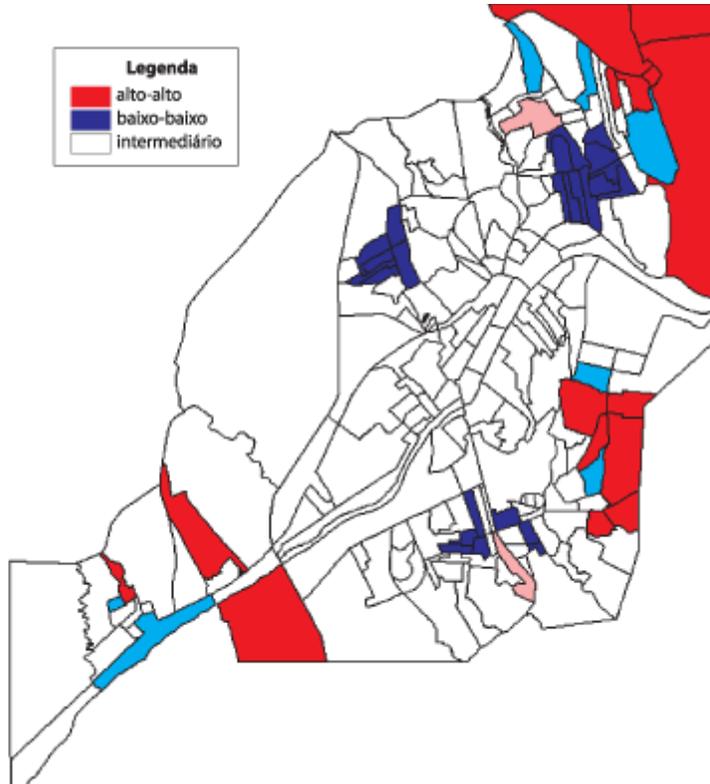
Índice de Moran local para a dimensão saneamento Município de Vitória da Conquista – 2000



Em Itabuna não são observados padrões espaciais tão evidentes de concentração de setores com características similares, ao contrário do que foi observado nos municípios de Feira de Santana e Vitória da Conquista (Mapa 23). É possível ressaltar alguns setores censitários com as piores condições de saneamento (em vermelho) nos extremos do município e alguns setores com elevadas coberturas (em azul) estão mais próximos às áreas centrais – porém, essa distribuição não se assemelha à distribuição radial concêntrica apontada em outros municípios. Com base nessas informações, é possível afirmar que as condições de saneamento adequado em Itabuna não apenas são melhores àquelas observadas para outros municípios como também, aparentemente, o acesso a esse serviço público parece ser mais bem distribuído no espaço intra-urbano da cidade – inclusive em comparação com o observado para Vitória da Conquista e Feira de Santana –, de forma que em Itabuna não há claros padrões de diferenciação espacial para essa dimensão (resultado que conforma a baixa autocorrelação espacial verificada por meio do Índice de Moran Global).

Mapa 23

Índice de Moran local para a dimensão saneamento Município de Itabuna – 2000



Em síntese, é possível observar que a maioria dos municípios considerados apresenta patamares similares de segregação, segundo a dimensão saneamento medida pelo índice de Moran Global, com exceção de Itabuna, que registra os menores índices de segregação espacial de acordo com essa dimensão – resultado que é condizente com os dados que mostram uma alta maior cobertura desses serviços no município. O município de Feira de Santana é o que evidencia a maior autocorrelação espacial nessa dimensão.

Os dados relativos aos índices de Moran Local para esses municípios demonstraram um modelo genericamente radial-concêntrico no caso da dimensão saneamento nos municípios de Feira de Santana e Vitória da Conquista. Esses resultados podem estar relacionados com a própria lógica de expansão desses serviços urbanos, que tendem a ter melhor cobertura nas áreas mais consolidadas (geralmente as áreas mais centrais dos municípios) e coberturas deficientes no caso das áreas mais recentes, mais periféricas, especialmente as que se encontram em zonas de transição para as áreas rurais. No caso da RMS, a distribuição espacial encontrada responde, em certa medida, à grande assimetria de coberturas de saneamento observadas entre o município de Salvador e os demais municípios que compõem a região. No caso de Itabuna, a distribuição da dimensão saneamento não exhibe padrões espaciais tão evidentes, o que pode ser uma consequência de uma rede de serviços melhor distribuída.

4.2.2 A dimensão socioeconômica

Além de avaliar a existência de concentrações espaciais com base na dimensão saneamento, procurou-se analisar a existência de manchas de pobreza intra-urbana com base na dimensão socioeconômica discutida anteriormente (Capítulo 3). Novamente, antes de expor os resultados das análises de Moran para essa dimensão, são apresentados dados relativos às características socioeconômicas dos setores censitários urbanos dos municípios considerados – características essas que compõem a dimensão socioeconômica²⁸.

Tabela 15
Características socioeconômicas dos setores urbanos dos municípios considerados

Região	Municípios	Renda média do responsável	Média de anos de estudo do responsável	Proporção de responsáveis sem instrução ou com, no máximo, 4 anos de estudo
Região Metropolitana de Salvador	Salvador	783,22	7,54	33,93
	Camaçari	434,91	5,54	48,15
	Candeias	384,25	5,01	53,56
	Dias D'Ávila	490,78	5,73	48,13
	Itaparica	294,74	5,06	55,61
	Lauro de Freitas	963,96	7,13	40,38
	Madre de Deus	476,02	5,97	46,34
	São Francisco do Conde	402,99	4,38	63,73
	Simões Filho	380,10	5,79	45,67
	Vera Cruz	352,66	4,88	59,95
Feira de Santana		529,84	5,88	46,31
Vitória da Conquista		510,45	4,78	56,75
Itabuna		544,66	5,56	51,31

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

A primeira informação a destacar refere-se aos indicadores socioeconômicos muito superiores no município de Salvador, em comparação com o restante dos municípios da RMS e também em relação aos municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna: o município de Salvador apresentava, em 2000, a maior renda média dos chefes, a melhor média de escolaridade dos chefes e a menor proporção de chefes com baixa escolaridade. Feira de Santana, por sua vez, registrava dados de renda e escolaridade piores do que as médias obtidas no caso do município de Salvador e similares àqueles encontrados para os demais municípios da RMS. Vitória da Conquista apresentava nesse período dados de renda e de escolaridade inferiores aos observados em Feira de Santana e em Salvador. Já o município de Itabuna ostentava rendimento médio mais elevado do que o verificado em Feira de Santana e Vitória da Conquista e menor do que o observado no município de Salvador no mesmo período.

²⁸ Mapas com a distribuição dessas variáveis socioeconômicas segundo os setores censitários urbanos desses municípios encontram-se no Anexo III.

Considerando dados relativos à escolaridade, constata-se que Itabuna evidenciava indicadores de escolaridade piores do que os observados nos municípios de Feira de Santana e Salvador, porém melhores do que os de Vitória da Conquista.

Quando são analisados os dados relativos ao Moran Global para a dimensão socioeconômica (Tabela 16), a primeira informação que se destaca são os níveis mais altos de autocorrelação espacial para essa dimensão, em comparação com a dimensão saneamento apresentada anteriormente – ou seja, nesses contextos urbanos há concentrações espaciais mais claras em termos socioeconômicos do que em termos de saneamento (com exceção do município de Feira de Santana). Nota-se também que nesses quatro contextos urbanos há padrões de segregação bastante diferenciados de acordo com a dimensão socioeconômica. Por um lado, Feira de Santana destaca-se pela menor concentração espacial dos grupos socioeconômicos (autocorrelação espacial de apenas 0,4793), sinalizando que nesse município não há claras manchas espaciais segundo essa dimensão. No outro extremo, Vitória da Conquista aparece com a maior autocorrelação espacial entre todas as áreas consideradas (0,7190), indicando que nesse município os setores censitários com características socioeconômicas similares tendem a estar próximos uns dos outros, permitindo a identificação de padrões espaciais mais claros. A RMS também se sobressai como o segundo contexto urbano mais segregado em termos da dimensão socioeconômica.

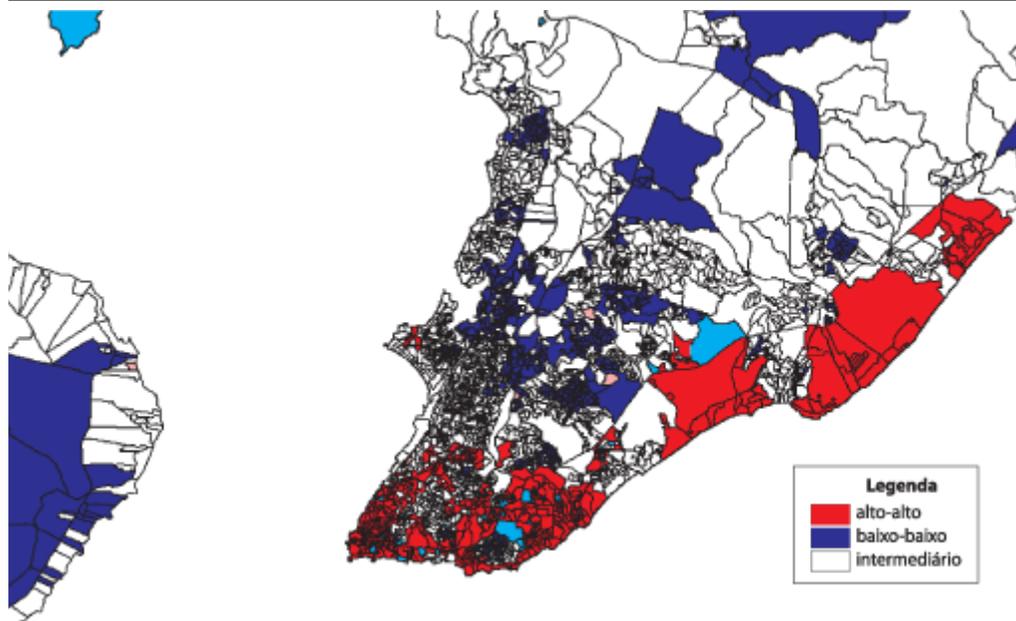
Regiões	Dimensão socioeconômica
RMS	0,6861
Feira de Santana	0,4793
Vitória da Conquista	0,7190
Itabuna	0,6069

Esses resultados globais são especificados para cada contexto urbano por meio do índice de Moran Local.

No caso da RMS, verifica-se que os padrões espaciais são bem definidos em termos socioeconômicos, resultado condizente com o índice de Moran Global para essa região: a Orla apresenta manchas de áreas com altos valores nesse fator (áreas representadas em vermelho), ou seja, reúne os setores com os melhores indicadores socioeconômicos. Por outro lado, nos demais setores do município de Salvador e em setores dos municípios vizinhos, há maior presença de setores com piores condições socioeconômicas – classificados como “baixo-baixo” no Moran Local e representados em azul. Essa distribuição espacial é bastante conhecida na literatura que aborda os padrões de segregação existentes na RMS, conforme apresentado no início desta seção (CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Mapa 24

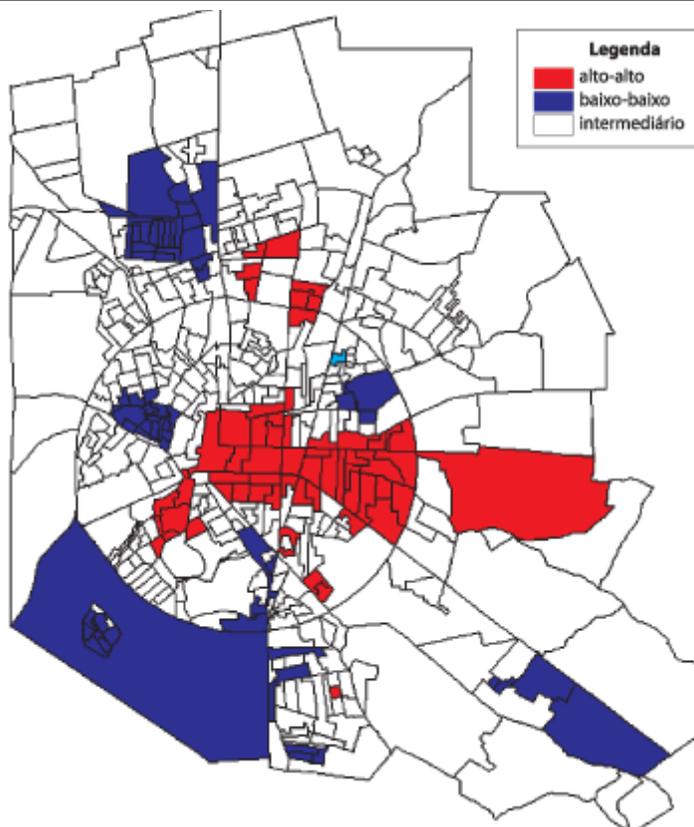
Índice de Moran local para a dimensão socioeconômica – RMS – 2000



Conforme abordagem anterior, Feira de Santana difere bastante dos demais municípios considerados, isso porque os padrões espaciais definidos de acordo com o Moran Local para a dimensão socioeconômica não são tão precisos (Mapa 25). As áreas em vermelho ressaltam os setores urbanos com boas condições socioeconômicas (classificadas como “alto-alto” para essa dimensão), enquanto que as piores aparecem nos setores em azul. Não é observada a mesma distribuição radial concêntrica encontrada no caso da dimensão saneamento para essa cidade, apesar de haver coincidências espaciais – alguns setores da área central mostram, simultaneamente, bons indicadores socioeconômicos e boas coberturas de saneamento. Cabe apontar ainda um setor censitário (destacado no mapa) que apresenta boas condições socioeconômicas e que, no Mapa 21, aparecia destacado com baixas condições sanitárias: é possível que esse setor censitário reúna condomínios de alta renda que não estão ligados à rede pública de esgotamento sanitário, gerando esse efeito aparentemente contraditório.

Mapa 25

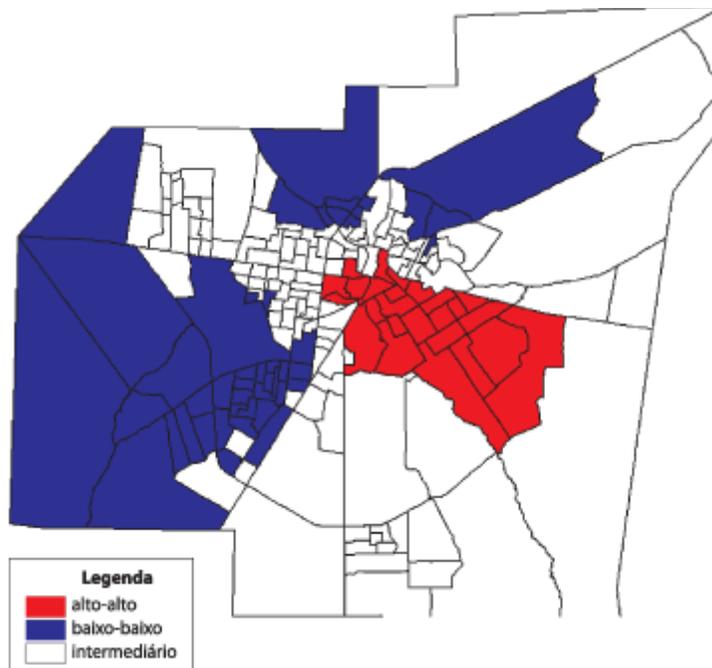
Índice de Moran local para dimensão socioeconômica Município de Feira de Santana – 2000



Vitória da Conquista resalta os padrões espaciais mais claros, de acordo com a dimensão socioeconômica, de acordo com o índice de Moran Local apresentado no Mapa 26. Assim como observado para essa cidade no caso da dimensão saneamento, novamente encontra-se um padrão genericamente radial-concêntrico de distribuição dos setores, com os setores com as piores condições socioeconômicas (em azul) nas bordas do município – principalmente a Oeste – e aqueles com as melhores características socioeconômicas (em vermelho) nas áreas centrais, com algum deslocamento em direção a Leste. Nota-se que as áreas em piores condições (em azul) não têm um padrão espacial tão plenamente periférico, como observado no caso da distribuição dos setores com baixas condições de saneamento. Assim como enfatizado no caso do município de Feira de Santana, nem todos os setores periféricos em Vitória da Conquista conjugam condições socioeconômicas e de saneamento ruins e parte dos setores de alta renda encontram-se em áreas com piores condições de saneamento. Apenas um maior conhecimento local – não previsto no âmbito deste estudo – poderá aprofundar a interpretação referida.

Mapa 26

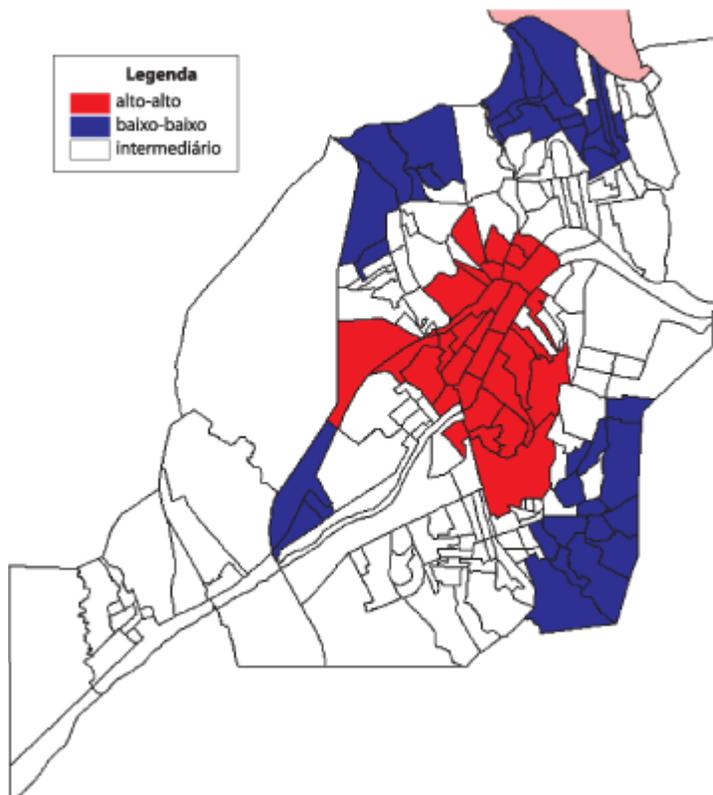
Índice de Moran local para a dimensão socioeconômica – Município de Vitória de Conquista – 2000



Por fim, em Itabuna observa-se um padrão de concentração espacial menos evidente do que aquele observado em Vitória da Conquista para a dimensão socioeconômica (Mapa 27). Entretanto, em Itabuna é possível perceber concentrações espaciais mais claras de setores com características similares do que a distribuição apontada no caso da dimensão saneamento. Os setores com as piores características socioeconômicas (em azul, no mapa) tendem a se localizar nas áreas mais extremas do município, porém relativamente mais próximos às áreas com maior concentração de setores com alta condição socioeconômica em comparação às outras cidades observadas anteriormente.

Mapa 27

Índice de Moran local para a dimensão socioeconômica – Município de Itabuna – 2000



De modo geral, a comparação dos índices globais de Moran para essa dimensão revelou que Vitória da Conquista é o município mais segregado em termos socioeconômicos – ou seja, esse município revela claros padrões espaciais de concentração e separação dos grupos sociais. No extremo oposto, aparece Feira de Santana como o menos segregado. Analisando a distribuição espacial dessa dimensão – os índices de Moran locais – observa-se um padrão genericamente radial para todos os municípios considerados, com exceção da RMS.

4.2.3 A proporção de pobres

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a proporção de população pobre – aqui estimada a partir da proporção de responsáveis pelo domicílio com rendimento mensal de até um salário mínimo, incluindo responsáveis sem rendimento – varia muito em cada um dos contextos urbanos analisados, como se pode comprovar na Tabela 17. No Capítulo 2, aparecem as manchas de pobreza como insuficiência de renda, sem levar em consideração padrões espaciais de concentração do fenômeno. Verificam-se, portanto, os locais onde a pobreza se espalha, formando *clusters* ou microrregiões de pobreza.

No caso da RMS, constata-se que os municípios de Vera Cruz e Itaparica concentram as maiores proporções de pobres, enquanto que os municípios de Salvador e Madre de Deus apresentam as menores. Os melhores indicadores de escolaridade são registrados em Salvador e Lauro de Freitas e os piores em Vera Cruz e São Francisco do Conde.

O município de Feira de Santana apresenta concentração de pobres maior do que a encontrada no município de Salvador, porém menor do que aquela observada na média da RMS – a proporção de responsáveis com no máximo um salário mínimo de rendimento mensal em Feira de Santana, em 2000, era de 38,09%. Em Vitória da Conquista, essa concentração era maior do que a observada em Feira de Santana e no município de Salvador: 42,71% dos responsáveis pelo domicílio em Vitória da Conquista tinham, em 2000, menos de um salário mínimo de rendimento mensal. Entretanto, Itabuna apresentava no mesmo ano a maior concentração de pobres entre todos os municípios considerados na análise, 46,28%.

Tabela 17
Concentração de população pobre segundo setores censitários urbanos dos municípios considerados

Região	Municípios	Proporção de responsáveis com rendimento mensal de até um salário mínimo
Região Metropolitana de Salvador	Salvador	32,57
	Camaçari	40,06
	Candeias	43,20
	Dias D'Ávila	39,48
	Itaparica	58,73
	Lauro de Freitas	36,98
	Madre de Deus	35,94
	São Francisco do Conde	50,65
	Simões Filho	44,19
	Vera Cruz	59,85
Feira de Santana		38,09
Vitória da Conquista		42,71
Itabuna		46,28

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Analisando os índices de Moran Global para a proporção de pobres (Tabela 18), verifica-se que eles tendem a ser maiores do que os observados em termos de saneamento, porém menores do que os índices globais de segregação apontados para a dimensão socioeconômica (com exceção do município de Feira de Santana, que registra índices globais de segregação maiores no caso da proporção de pobres do que no caso da dimensão saneamento). A partir da tabela, é possível observar ainda que os setores urbanos da RMS destacam-se dos setores dos demais municípios considerados, ao apresentarem a maior auto-correlação espacial para a proporção de pobres (0,6152). Esse resultado remete para a existência de claras manchas espaciais de concentração de pobres nos setores da RMS.

Tabela 18

Índice de Moran Global para a dimensão socioeconômica
RMS, município de Feira de Santana, município de Vitória da Conquista e município de Itabuna

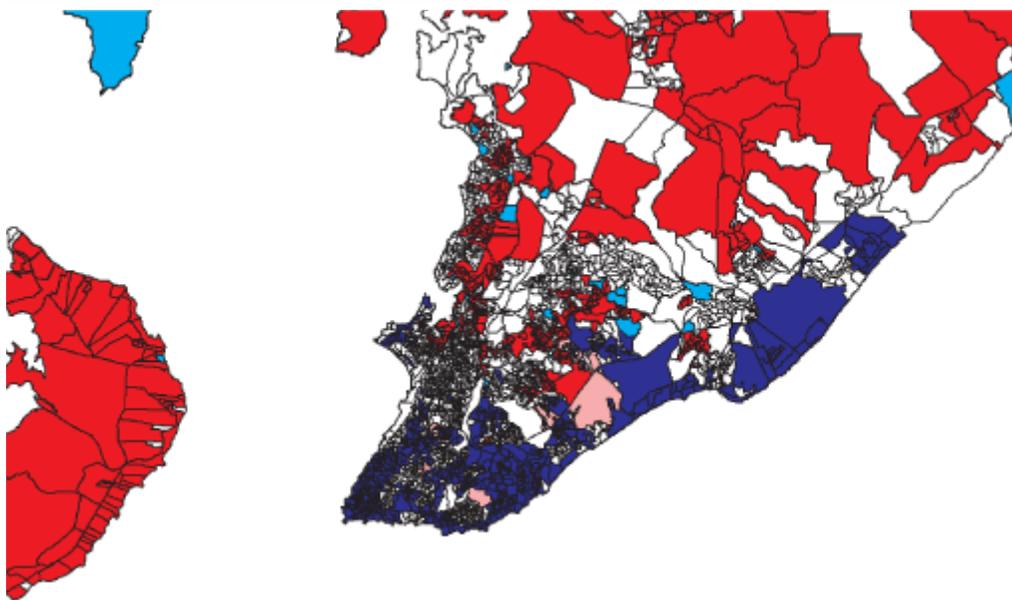
Regiões de pobres	Proporção
RMS	0,6152
Feira de Santana	0,5381
Vitória da Conquista	0,5626
Itabuna	0,5820

Analisando a distribuição espacial da proporção de pobres, por meio do índice de Moran Local, são notadas importantes especificidades no interior de cada um desses contextos urbanos.

Na RMS, percebe-se que a distribuição espacial de acordo com a concentração de pobres é semelhante à apontada no caso da dimensão socioeconômica – ou seja, as manchas intra-urbanas são similares de acordo com essas duas dimensões. Nesse sentido, as áreas da Orla, identificadas em azul, revelam baixas concentrações de pobres; áreas do Miolo de Salvador e dos demais municípios da RMS, identificadas em vermelho, expõem altas concentrações de pobres. Porém, no caso dessa concentração, as manchas espaciais de pobreza são mais claras e contíguas do que as observadas no caso da dimensão em enfoque.

Mapa 28

Índice de Moran local para a proporção de pobres – RMS – 2000

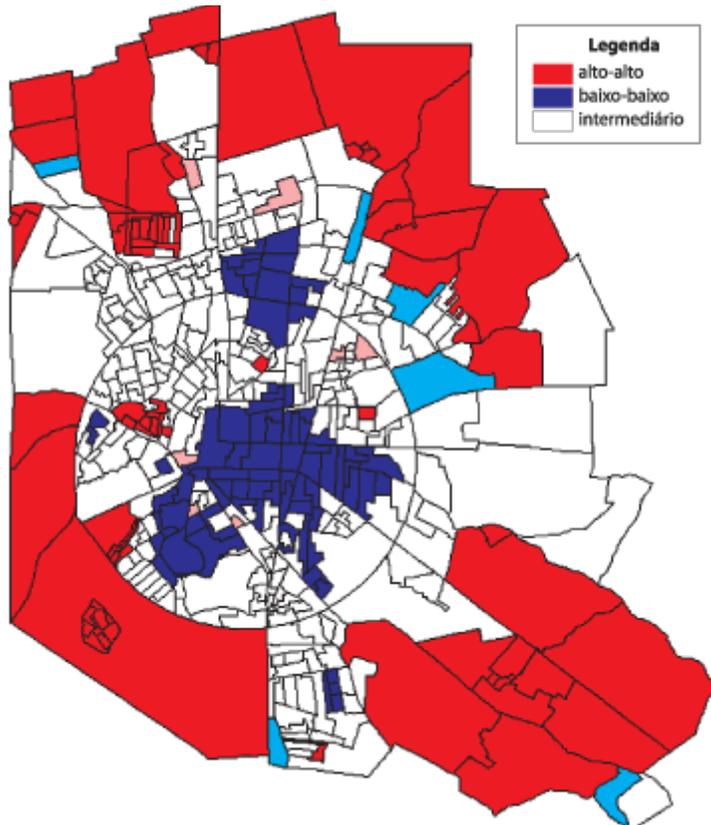


Em Feira de Santana, é possível notar que a variável relativa à proporção de pobres é a que registra a maior definição de manchas espaciais seguindo, em linhas gerais, o padrão radial-concêntrico. Nos setores censitários mais periféricos – em que são piores as condições de

saneamento – há maior concentração de pobres (áreas em vermelho), ao passo que a menor concentração (setores em azul) é encontrada especialmente na área central do município. Essas áreas apontam uma sobreposição de carências: alta concentração de pobres e condições de saneamento ruins.

Mapa 29

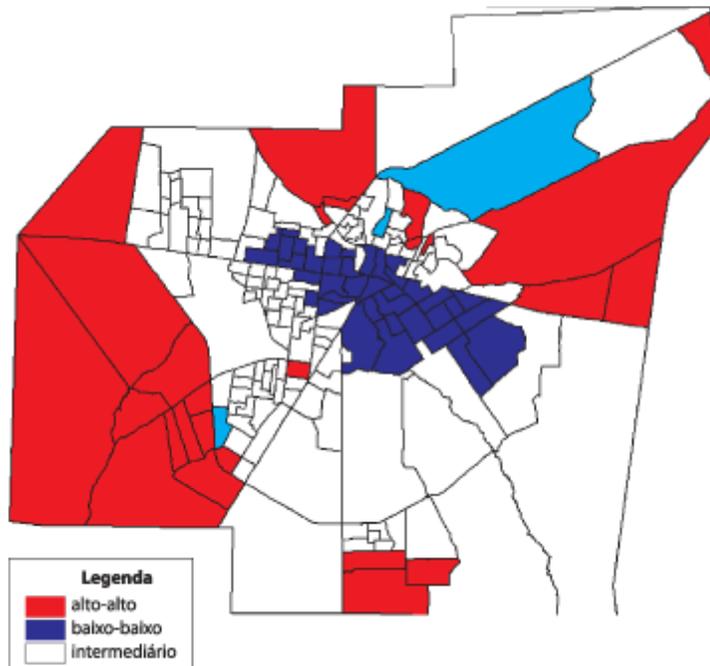
Índice de Moran local para a proporção de pobres Município de Feira de Santana – 2000



Em Vitória da Conquista, a distribuição espacial da proporção de pobres é bem similar àquela observada no caso dos dois outros indicadores, dimensão saneamento e dimensão socioeconômica. Como é possível verificar no Mapa 30, que apresenta o índice de Moran Local para a concentração de pobres, há maior concentração justamente nas áreas que contam com as piores condições de saneamento: os mais pobres concentram-se nas periferias do município (áreas em vermelho), enquanto a menor concentração é encontrada nas áreas centrais (em azul), que também são aquelas que contam com uma rede mais consolidada de serviços públicos de saneamento. Novamente, esses resultados indicam um cenário de superposição de carências em certas áreas do município, assim como foi ressaltado em Feira de Santana.

Mapa 30

Índice de Moran local para a proporção de pobres – Município de Vitória de Conquista – 2000

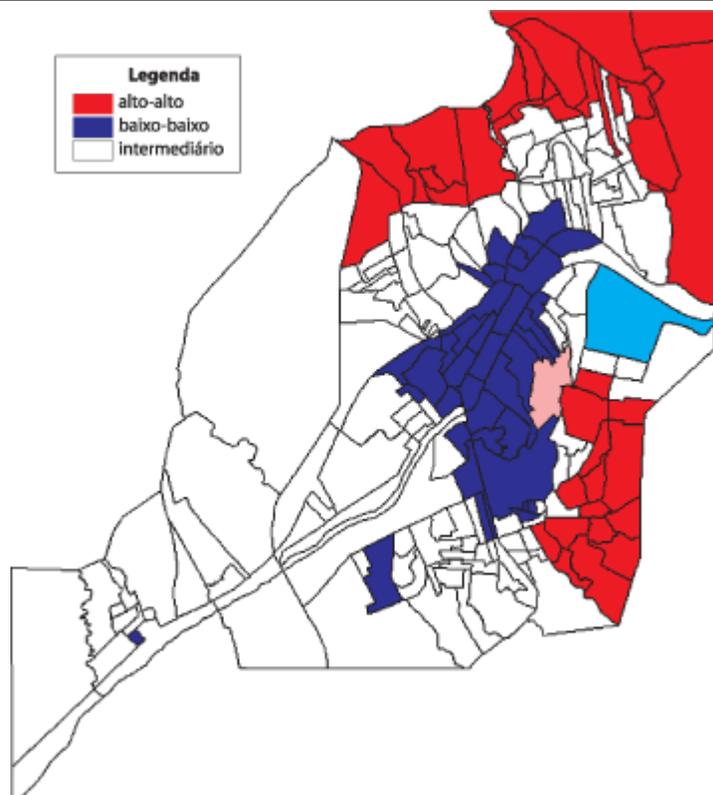


Em Itabuna, assim como observado em Vitória da Conquista, verifica-se uma distribuição espacial semelhante àquela observada no caso da dimensão socioeconômica, porém com concentrações mais contíguas de setores censitários com características semelhantes. Nas áreas mais extremas de Itabuna, em vermelho, estão localizados os setores com as maiores concentrações de pobres; por outro lado, nas áreas mais centrais do município, em azul, estão os setores com as menores concentrações.

De modo geral, a comparação dos índices globais de Moran para a proporção de pobres indicou que a RMS é a região mais segregada em termos desse indicador – ou seja, há áreas espacialmente bem definidas e separadas entre si em termos de concentração de população pobre versus concentração de população rica. No extremo oposto – e de forma condizente com o resultado obtido para a dimensão socioeconômica – Feira de Santana parece ser o município menos segregado em termos de concentração espacial de pobreza em comparação com os demais (apesar do índice global para esse município apresentar níveis médios de autocorrelação espacial). Em termos de distribuição espacial desse indicador, observou-se novamente uma distribuição genericamente radial-concêntrica, especialmente nos casos de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna.

Mapa 31

Índice de Moran local para a proporção de pobres – Município de Itabuna – 2000



4.4 Síntese dos padrões observados

No caso da RMS, verificou-se que os municípios tendem a apresentar precisas manchas de concentração espacial em termos da dimensão socioeconômica e da proporção de pobres, evidenciando um padrão espacial menos claro no caso da dimensão saneamento, provavelmente devido às diferentes coberturas sanitárias registradas em cada um dos municípios componentes dessa Região – são muito melhores no município de Salvador do que nos demais. Nesse sentido, pode-se afirmar que a RMS exhibe padrões de segregação mais nítidos em termos de concentração de pobreza do que em termos de acesso ao saneamento.

Em referência a Feira de Santana, constatou-se que os padrões mais claros de concentração espacial são observados no caso da dimensão saneamento e da concentração de pobres – diferentemente da RMS, que trazia padrões espaciais mais evidentes, em especial segundo a dimensão socioeconômica. Por outro lado, sobressai-se o fato de que os locais com maior acesso a saneamento adequado na cidade praticamente não coincidem espacialmente com os locais de maiores condições socioeconômicas e mesmo a menor concentração de pobres. Possivelmente, trata-se de uma área urbana mais antiga e consolidada, do ponto de vista

urbanístico, mas com maior grau de heterogeneidade social. Cabe enfatizar, no entanto, que apenas uma análise que incorpore o conhecimento local pode referendar tal hipótese.

Em Vitória da Conquista, os três indicadores considerados apresentaram distribuições espaciais genericamente radial-concêntricas, com as piores condições médias – piores coberturas de saneamento, piores condições socioeconômicas e maior concentração de população pobre – foram registradas nos setores censitários localizados nas periferias do município. Ainda assim, observa-se que os locais com alta concentração de bom acesso a saneamento são restritos ao centro histórico da cidade, ainda que se apontem melhores condições socioeconômicas e menor concentração de pobres em áreas que vão além do centro.

Por fim, em Itabuna, foi encontrada a menor autocorrelação espacial para a dimensão saneamento, em comparação com todos os demais municípios analisados – isto é, essa cidade é a menos segregada em termos de acesso a esses serviços entre todos os contextos urbanos analisados. Considerando a dimensão socioeconômica e a concentração de pobres, as distribuições espaciais são genericamente radial-concêntricas, porém não apresentam os mesmos níveis gerais de segregação evidenciados nos outros municípios, o que sugere um padrão menos definido de segregação residencial.

De modo geral, os resultados aqui reunidos sugerem, pelo menos, dois pontos que merecem reflexão do ponto de vista das políticas públicas de recorte urbano. Em primeiro lugar, cabe destacar que, de modo semelhante ao restante do país, a segregação residencial parece ser um elemento recorrente nas grandes áreas urbanas da Bahia. Refletir sobre os impactos da segregação residencial para as políticas públicas é, provavelmente, um desafio significativo para diferentes políticas sociais urbanas que têm por objetivo reduzir a desigualdade no acesso.

Em segundo lugar, foi possível observar que não necessariamente a segregação socioeconômica se traduz sempre em piores indicadores de políticas públicas. No caso do saneamento, verificou-se em diferentes circunstâncias – como em Salvador e em Itabuna – que uma maior presença do setor público faz com que extensas áreas pobres não sejam necessariamente punidas por baixos indicadores na área de saneamento, contrariando o padrão mais geral observado em Feira de Santana e Vitória da Conquista. Tal resultado sugere que a presença do Estado pode contribuir efetivamente para atenuar as dinâmicas negativas do processo de segregação residencial.

5 ABORDAGENS SOBRE A POBREZA INTRA-URBANA

Este documento apresentou três formas de captar o fenômeno da pobreza urbana, a partir de diferentes perspectivas analíticas ou definições conceituais da pobreza. Tais perspectivas ensejam opções metodológicas variadas para mensurar o fenômeno e também iluminam de modo particular as interfaces entre pobreza e políticas públicas.

Em primeiro lugar, foi apresentado o conceito de pobreza como insuficiência de renda, quando se mostrou que há uma marcante heterogeneidade de situações no interior dos municípios analisados e que, no caso de Salvador, há uma variedade de situações de renda não só no interior desse município, mas também em comparação a outros que formam a região metropolitana. Foi possível concluir também que no restante dos municípios analisados, os de maior porte tendem a evidenciar, em termos médios, menor intensidade da pobreza, mas há grande variabilidade interna quando se observam os resultados por setor censitário. Por outro lado, constatou-se que a pobreza, medida como insuficiência de renda, não incorpora outras dimensões da vida social que interferem no nível de bem-estar dessas populações. Assim, houve um encaminhamento para uma segunda perspectiva analítica baseada na noção das múltiplas dimensões da pobreza.

Na segunda forma de apresentar as manchas de pobreza, a partir dos modelos de análise fatorial e *clusters*, verificou-se que, realmente, podem persistir situações de pobreza com gradientes bastante diversificados de acesso a serviços públicos. Há locais de renda baixa, porém, com bom acesso, por exemplo, a serviços de saneamento. Ficou confirmado também que há locais com altos níveis de pobreza, medida como renda, mas com condições socioeconômicas diferenciadas, em termos de escolaridade, por exemplo. Em termos gerais, o padrão observado sugere um quadro onde as condições concretas de pobreza são matizadas em função do acesso que a população tem, ou não, a serviços públicos. Esses resultados indicam que, embora a presença do Estado não necessariamente seja capaz de retirar as famílias da situação de pobreza, pode contribuir substancialmente para alterar as condições de vida, com impactos sobre a mortalidade, a nutrição e a educação das famílias.

A última forma de captar as manchas de pobreza partiu do argumento da relevância da dimensão espacial da pobreza, uma vez que grandes concentrações espaciais de pobres podem produzir “externalidades” negativas relacionadas, por exemplo, ao pior acesso ao mercado de trabalho. Ou seja, essa terceira perspectiva partiu da idéia de que a segregação pode ter conseqüências negativas, do ponto de vista do acesso a políticas públicas e do acesso a oportunidades de vida em geral. Segundo esse argumento, residir num local com

alta concentração de desempregados implicaria, por exemplo, uma menor probabilidade de conseguir trabalho, uma vez que a rede de relacionamentos desempenha um papel importante no acesso a esse mercado (GOMES; AMITRANO, 2004).

Como foi exposto, em todos os municípios há algumas áreas intra-urbanas que concentram muito intensamente a pobreza, analisada do ponto de vista da insuficiência de renda, de demanda por políticas de saneamento ou por condições socioeconômicas mais gerais que não necessariamente se sobrepõem. Isto significa dizer que, embora tenham sido verificadas concentrações espaciais de pobreza, as demandas por políticas são diferentes. Essas áreas (ou *clusters*) de pobreza podem ser enfocadas como locais que demandam uma intervenção pública mais intensa ou articulada para que as condições de vida dessas populações possam melhorar.

De modo geral, os resultados aqui apresentados não constituem grande surpresa para os observadores da cena urbana brasileira, mas reforçam alguns argumentos comuns a respeito da pobreza urbana, da estrutura urbana das cidades da Bahia e, em particular, sobre o significado da distribuição das manchas de pobreza:

- As maiores cidades da Bahia são bastante heterogêneas do ponto de vista socioespacial. Isso significa que na análise das condições sociais da Bahia não basta que se trabalhe com indicadores municipais agregados. É também crucial a observação da escala intra-urbana, para melhor compreender os padrões espaciais da pobreza ou para fornecer subsídios para as políticas públicas;
- A pobreza urbana é fortemente concentrada em áreas geográficas específicas, que se verificam em todos os municípios considerados nessa análise. Desse modo, a identificação dos locais com maiores concentrações de pobres, tal como realizado no âmbito deste trabalho, pode contribuir para um melhor direcionamento das políticas sociais;
- A concentração de pobreza nem sempre está sobreposta a concentrações de carências de serviços. As situações verificadas em Salvador e em Itabuna, no caso do saneamento, sugerem que, ao contrário, a pobreza pode ser acompanhada de maior presença do Estado. Assim, esses resultados indicam que as análises sobre a pobreza são beneficiadas por estudos que avaliam, simultaneamente, o acesso dos mais pobres a serviços públicos;
- A maior parte das cidades observadas apresenta um padrão de distribuição espacial da riqueza e pobreza do tipo radial-concêntrico. Nos municípios litorâneos esse padrão assume o formato ligeiramente diferente, com os grupos de renda mais elevada se distribuindo ao longo da Orla e os mais pobres no “interior”. Nos dois casos, a segregação residencial é bastante marcada, o que sugere a necessidade de políticas sociais que levem em consideração a abordagem da dimensão territorial.

O argumento a favor de uma política social “informada territorialmente” não é hegemônico. Na verdade, a maior parte das políticas sociais – quando tratam da escala intra-urbana – não desagregam os dados administrativos para áreas menores, não permitindo, assim, avaliar diferentes distribuições no acesso a serviços sociais diversos. Espera-se que os resultados aqui obtidos contribuam para uma revisão dessa perspectiva.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, S.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A. *Política social e combate à pobreza*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 28, mar. 2004.
- _____. Estrutura de oportunidades em uma favela em São Paulo. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- ALMEIDA, P. H. de. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto (Coords.). *Como anda Salvador*. Salvador: Edufba, 2006. p. 11-54.
- ANSELIN, L. Local indicator of spatial association – LISA. *Geographical Analysis*, n. 27, p. 91-115, 1995.
- ARRIAGADA, C. 2000. Pobreza en América Latina: Nuevos escenarios e desafíos de políticas para el hábitat urbano. In: CEPAL – *Série Medio Ambiente de Desarrollo*, n. 27.
- ARAGÃO, J. W. M. de. *Movimento popular da invasão de terras em Salvador*. 1992. 183 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.
- BAHIA. Governo do Estado. *Mapeamento da pobreza em áreas urbanas do Estado da Bahia*. 2005.
- BICHIR, R. *Segregação e acesso a políticas públicas no município de São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Política – USP. São Paulo, 2006.
- BOLTVINIK, J. Poverty measurement methods – an overview. Poverty Elimination Programme, UNDP. 1998. Disponível em: <<http://www.eldis.org/static/DOC6775.htm>>
- BONDUKI, N. G.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo – reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BRANDÃO, M. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado. *Habitação em questão*. 2 ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.
- _____. Origens da expansão periférica de Salvador. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 155-172, abr./jun. 1978.
- BRIGGS, X.(2001)Ties that bind, bridge and constrain: social capital and segregation in the American metropolis. Artigo apresentado no seminário “Segregatiuon and the city”, realizado no Lincoln Institute for Land Policy.
- BROOKS-GUNN, J.; DUNCAN, G. (Eds.). *Neighborhood Poverty: Policy Implications in Studying Neighborhoods*. New York: Russell Sage Foundation, 1997. v. 2.
- CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Ed. 34, 2000.
- CAMARGO, C. et al. (Org.). *São Paulo, 1975 – crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- CARVALHO, I. M.; ALMEIDA, P. H.; AZEVEDO, J. S. G. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. *Tempo Social*. São Paulo, p. 89-114. 2001.
- CARVALHO, I. M. de ; PEREIRA, G. Segregação sócio-espacial e dinâmica metropolitana. In: _____. (Coords.). *Como anda Salvador*. Salvador: Edufba, 2006. p. 83-5108.
- CARVALHO, I. M. de; CODES, A. L. M. Condições ocupacionais, pobreza e desigualdades. In: CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto (Coords.). *Como anda Salvador*. Salvador: Edufba, 2006. p. 83-5108.

- CEBRAP; SÃO PAULO. Prefeitura. *Mapa da vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo*. São Paulo: SESC-SP, 2004.
- CEPAL. *Panorama social de América Latina 2000-2001*. Santiago: CEPAL, 2002.
- CHINELLI, F. Os loteamentos da periferia. In: VALLADARES, L. do P. (Org). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DAVIS, M. *City of quartz*. Los Angeles, 1990.
- DURLAUF, S. The membership theory of poverty: the role of group affiliations in determining socioeconomic outcomes. In: DANZIGER, S.; HAVEMAN, R. (Eds). *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation; Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- ESPING-ANDERSEN, G. Towards the good society, once again? In: _____. (Org). *Why we need a new welfare state?* Oxford University Press.
- ESPINHEIRA, C. G. Duas áreas marginais na cidade do Salvador. *Cadernos do CEAS*, Salvador, dez. 1972.
- FAINSTEIN, S.; GORDON, I.; HARLOE, M. *Divided cities: New York and London in the contemporary world*. London: Blackwell Pub, 1992.
- FERNANDES, C. M. Condições Demográficas. In: CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto (Coords.). *Como anda Salvador*. Salvador: Edufba, 2006. p. 55-82.
- FERREIRA, F. H. G.; LEITE P. G.; LICHFIELD, J. A. The rise and fall of Brazilian inequality: 1991-2004. In: *World Bank Policy Research Working Paper 3867*. 2006.
- FILGUEIRAS, F. Una mirada critica al "assets-vulnerability approach". Santiago do Chile: Cepal, 2004. Xerox.
- FRANCO, Â. M. *Habitação popular e solo urbano em Salvador*. 1983. 234 f. Dissertação (Mestrado). Salvador, 1983.
- GILBERT, A.; GLUGER, J. *Cities, poverty and development*. Oxford: The Oxford University Press, 1992.
- GLUGER, J. (Ed.). *The urbanization of the third world*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- GOMES, S.; AMITRANO, C. Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao (emprego e) desemprego. In: MARQUES, E; TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- GRAFIMEYER, Y. La ségrégation spatiale. In: PAUGAM, S. (Org.). *L'exclusion – L'état des savoirs*. Paris: Éditions la découverte, 1996.
- HÄUSSERMANN, H.; KAZEPOV, Y. Urban poverty in Germany: a comparative analysis of the profile of the poor in Stuttgart and Berlin. In: MINGIONE, E. *Urban poverty and the underclass*. London: Blackwell Pub, 1996.
- HENRIQUES, R. (Org.). *Pobreza e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.
- JARGOWSKI, P. *Poverty and Place: ghettos, barrios and the American City*. New York: Russell Sage Foundation, 1997.
- KAZTMAN, R. *La dimensión espacial en las políticas de la superación de la pobreza urbana*. Montevideo, 1999. Mimeografado.
- KAZTMAN, R.; RETAMOSO, A. Spatial segregation, employment and poverty in Montevideo. *CEPAL Review*, n. 85,, p. 125-141, apr. 2005.
- KOGA, D. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

- KOWARICK, L. *A Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 63, p. 9-30, 2001.
- LIMA, A. N. V. A *(in) segurança da posse: regularização fundiária em Salvador e os instrumentos do Estatuto da Cidade*. 2005. 184 f. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.
- LOGAN, J. Still a global city: the racial and ethnic segmentation of New York. In: MARCUSE, P.; KEMPEN, R. *Globalizing cities: a new spatial order?*. London: Blackwell Pub, 2000.
- MAGALHÃES, A.; OLIVEIRA, L. *Pobreza, exclusão e segregação em Salvador: algumas versões e contra-versões*. Salvador, 2006. Xérox.
- MARCUSE, P. The enclave, the citadel and the ghetto – what has changed in the post-fordist U.S. city. *Urban Affairs*, n. 33, 1997.
- MARICATO, E. Autoconstrução: a arquitetura possível. In: _____. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- MARQUES, E. *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2000.
- _____. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2003.
- _____. Elementos conceituais da segregação urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac, 2005.
- MARQUES, E.; BITAR, S. Grupos sociais e espaço. *Novos Estudos Cebrap*, n. 64, 2002.
- MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.
- MARTINE, G. A trajetória da urbanização brasileira: especificidades e implicações. In: SEMINÁRIO “PROCESSO BRASILEIRO DE URBANIZAÇÃO: diagnóstico global”. 1995, Belo Horizonte. *Trabalho apresentado...* Belo Horizonte: Ministério das Relações Exteriores, 1995.
- MARTINE, G.; HAKKERT, R.; GUZMAN, J. *Population and development strategies: responding to new challenges*. Mexico City: UNFPA Country Support Team for Latin American and Caribbean, 2000.
- MASSEY, D.; DENTON, N. *American Apartheid: segregation and the making of the underclass*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- MATTEDI, M. R. M. *As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional*. 1978. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1978.
- MINGIONE, E. Urban poverty in the advanced industrial world: concepts, analysis and debates. In: _____. (Org.). *Urban poverty and the Underclass*. Londres: Basil Blackwell, 1996.
- MOURA, M. Notas sobre o verbo invadir no contexto social de Salvador. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 125, jan./fev. 1990.
- MOURA, M.; SIMÕES, M. L. De quem é o Centro Histórico de Salvador. *Cadernos CEAS*, Salvador, n. 96, mar./abr. 1985.
- OLIVEN, R. (1997). *Urbanization and Social Change in Brazil: A Case Study of Porto Alegre*. London School of Economics and Political Science, tese de doutorado.

- PAES DE BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, fev. 2000. Dossiê Desigualdade.
- PASTERNAK, S. et al. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. *Espaço & debates*, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan./jul. 2004.
- PAVEZ, T. *Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa "Santo André Mais Igual"*. 2006. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Política, USP.
- PEREIRA, G.; SOUZA, A. G. Condições de moradia e infra-estrutura urbana. In: CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto (Coords.). *Como anda Salvador*. Salvador: Edufba, 2006. p. 83-5108.
- PERILLO, S.; PERDIGÃO, M. Cenário migratórios recentes em São Paulo. In: NATIONAL MEETING OF THE BRAZILIAN ASSOCIATION OF DEMOGRAPHERS, 11., 1998, [Caxambu]. *Paper presented...* [Caxambu]: ABEP, 1998.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade – favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PINÇON-CHARLOT, M.; PRETECEILLE, E.; RENDU, P. *Ségrégation Urbaine: Classes sociales et Équipement collectifs région parisienne*. Paris: Ed. Anthropos, 1986.
- PNUD; IPEA. *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília: PNUD, 1998.
- PNUD; ONU. Human Development Report, 2003. Disponível em: <<http://www.undp.org/hdr2003/>>.
- POCHMAN, M. AMORIM, R. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PORTES, A.; STEPICK, E. *City on the edge: the transformation of Miami*. Los Angeles: The University of California Press, 1993.
- PRETECEILLE, E. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH*, n. 38, 2003.
- _____. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 11-23, jan./jul. 2004.
- PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. Favelas no plural. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23., 1999, Caxambu. *Paper apresentado...* Caxambu: ANPOCS, 1999.
- PUC-SP; INPES; PÓLIS. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. 1994.
- RECIO, M. E. M. Repensando a questão social: trajetórias de algumas interpretações nos Estados Unidos, França e Brasil. 2003. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Política, USP.
- RIEFF, D. *Los Angeles: capital of the third world*. New York: Touchstone Books, 1991.
- RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. 1999. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj/observatorio>.
- ROCHA, S. 1993. Poverty lines for Brasil: new estimates from recent empirical evidence. Rio de Janeiro: Ipea (mimeo).
- ROCHA, S. As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio. *Econômica*, nº4, p. 5-24, dez. 2000.
- _____. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* São Paulo: Editora FVG, 2003.
- RUBALCAVA R. M.; ORDAZ, J. C. Población prioritária em zonas marginadas. In: GARZA, Gustavo (Org.). *Atlas demográfico de México*. Mexico City: Conapo-Progres, 1999. p.39-83.

- SABATINI, F. Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades latino-americanas e o caso de Santiago do Chile. In: OLIVEIRA, M. (Org.). *Demografia da exclusão social*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- _____. Medición de la segregación residencial: reflexiones metodológicas desde la ciudad latinoamericana. In: CÁCERES, G. SABATINI, F. (Eds.). *Barrios cerrados en Santiago de Chile: entre la exclusión y la integración residencial*. [Santiago]: Lincoln Institute of Land Policy and PUC-Chile, 2004.
- SABATINI, F.; CÁCERES, G.; CERDA, J. *Residential segregation pattern changes in main chilean cities: scale shifts and increasing malignancy*. [Santiago]: Lincoln Institute of Land Policy, s.d. Xerox.
- SALVADOR. *Plano de ocupação para a área do miolo de Salvador*. Salvador, 1985. 112 p.
- SANTOS, C. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SANTOS, C. Loteamentos na periferia metropolitana. *Revista de Administração Municipal*, v. 32, n. 174, 1985.
- SANTOS, C.; BRONSTEIN, O. Meta-urbanização – o caso do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Municipal*, v. 25, n. 149, 1978.
- SANTOS, M. *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. 1959, 196 f. Tese (Doutorado)- Universidade de Strasbourg, Salvador, 1958.
- SARAIVA, C.; GONÇALVES, R. Análise comparativa da pobreza no espaço intra-urbano em três regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. São Paulo: Cem, 2005. Xerox.
- SASSEN, S. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs>.
- SMOLKA, M. Para uma reflexão sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras: o caso do Rio de Janeiro. *Espaço e Debates*, n. 21, 1987.
- SOUZA, Â.G. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989*. 1990. 327 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 1990.
- SOUZA, A. G. Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX. *Bahia Análise & Dados: Leituras da Bahia I*, Salvador, v. 9, n. 4, p. 53-73, mar. 2000a.
- _____. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2000b. 448 p.
- SOUZA, G. A. A. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes; [Sao Paulo]: CEBRAP, 1980. 214 p.
- SPOSATI, A. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996.
- TELLES, E. Foundations and Racial Reasoning in Brazil. *Theory, Culture & Society*, v. 20, n. 4, 2003.
- TITMUS, R. *Essays on the Welfare State*. Surrey: Unwin Brothers, 1963.
- TORRES, H. *Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 90*. São Paulo: Cem, 2003. Xerox.
- _____. Medidas de segregação. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac, 2005.
- TORRES, H.; FERREIRA, M. P.; GOMES, S. "Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança". In: Torres, H. & Marques, E. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*, Editora SENAC, São Paulo, 2005.

- TORRES, H.; MARQUES. Information Systems for Social Policies: The Case of São Paulo's Metropolitan Area. In: SEMINÁRIO DO "UNFPA COUNTRY SUPPORT TEAM FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN". 2002, Cidade do México. *Trabalho apresentado ...* Cidade do México, 2002.
- TORRES, H.; BICHR, R. Residential segregation in São Paulo: consequences for urban policies. In: CONFERENCE ON SPATIAL DIFFERENTIATION AND GOVERNANCE IN THE AMERICAS, 2005, Texas. *Texto apresentado. ..* Texas, 2005. Mimeo.
- TORRES, H.; BICHR, R.; PAVEZ, T. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 74, p. 16-23, mar. 2006.
- TORRES, H. et al. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. *Espaço & Debates*, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan./jul. 2004.
- _____. Poverty and Space: Patterns of Segregation in São Paulo. In: WORKSHOP ON SPATIAL SEGREGATION AND URBAN INEQUALITY IN LATIN AMERICA, 2002, Austin, Texas. *Trabalho apresentado ...* Austin, Texas, 2002.
- VALLADARES, L. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: VALLADARES, Lícia (Org). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Zahar, 1982.
- VALLADARES, L.; COELHO, M. Pobreza urbana e mercado de trabalho: uma análise bibliográfica. In: *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Anpocs/Cortez, 1987. N. 2.
- _____. Urban research in Brazil and Venezuela: towards an agenda for the 1990s. In: STREN, R. *Urban research in the developing world: Latin America* (Vol. 3). Toronto: University of Toronto Press, 1995.
- VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca". In: QUEIROZ, L. C. *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Observatório; Ed. Revan/Fase, 2000.
- VETTER, D.; MASSENA, R. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? Uma teoria de causalidade circular. In: MACHADO DA SILVA, L. (Org.). *Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 2000.
- VILLAÇA, F. et al. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. *Espaço & Debates*, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan./jul. 2004.
- WACQUANT, L. Red belt, black belt: racial division, class inequality and the State in the French urban periphery and the American Ghetto. In: MINGIONE, E. (Org.) *Urban poverty and the Underclass*. Londres: Basil Blackwell, 1996a.
- _____. Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano. *Mana: Estudos de antropologia social*, v. 2, n. 2, 1996b.
- _____. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- WALDINGER, R. *Still the promised city?* Cambridge: University of Harvard Press, 1996.
- WILENSKY, H.; LEBEAUX, C. *Industrial society and Social Welfare*. New York: The Free Press, 1965.
- WILSON, W. *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- YINGER, J. Housing discrimination and residential segregation as causes of poverty. In: DANZIGER, S.; HAVEMAN, R. (Eds). *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation; Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- ZAJCZYK, F. The social morphology of the new urban poor in a wealthy Italian city: the case of Milan. In: MINGIONE, E. *Urban poverty and the underclass*. London: Blackwell Pub, 1996.

PARTE III

PADRÕES DE ASSOCIAÇÃO ENTRE
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS
DOS MUNICÍPIOS BAIANOS E DOS
SETORES CENSITÁRIOS
URBANOS EM 2000

SEEP

79

Série Estudos e Pesquisas

CONSIDERAÇÕES INICIAIS*

Nos documentos “Identificação e Análise da Evolução Temporal das Manchas de Pobreza na Bahia, 1991/2000 – Escala Municipal” e “Identificação e Caracterização das Manchas de Pobreza Intra-urbana na Bahia em 2000”, publicações desta SEP, são estabelecidas classificações de municípios e de setores censitários urbanos segundo as suas características socioeconômicas.

No primeiro, estuda-se a formação de aglomerações espaciais de municípios segundo três fatores: pobreza, condições econômicas e de condições sociais – construídos a partir de variáveis explicativas, buscando identificar os locais onde se sobrepõem significativa condição de pobreza e precárias condições econômicas e sociais. Determina-se, por fim, através de análise de *cluster*, uma tipologia municipal em cinco grupos, desde os mais dinâmicos, com menor proporção de pobres, até os de menor dinamismo, com alto nível de pobreza e precárias condições sociais, relacionando-os aos Eixos de Desenvolvimento do estado¹.

A análise dos setores censitários urbanos em 2000, contida no segundo documento, se baseia num fator de condições socioeconômicas, por meio da avaliação do rendimento e da escolaridade média dos responsáveis por domicílios, e num fator saneamento, buscando examinar a pobreza não só a partir da insuficiência de renda, mas também de outras dimensões da vida social que influenciam as condições de bem-estar da população. Uma classificação dos setores censitários urbanos em seis tipos é estabelecida, desde aqueles em que as condições socioeconômicas são mais favoráveis, até aqueles em que a precariedade social é elevada. Examina-se a distribuição dessa tipologia entre os municípios do estado e detalha-se a segregação espacial do fenômeno da pobreza para a RMS e os municípios com mais de duzentos mil habitantes, em 2000 – Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna.

O que se pretende neste texto é explorar as possibilidades de análise enfocadas pelas duas classificações, no sentido de examinar a existência de padrões de associação entre as tipologias de municípios e de setores censitários urbanos, considerando a grande diferenciação de condições econômicas e sociais entre regiões baianas, decorrente da estrutura econômica montada nas últimas décadas e caracterizada pela importante concentração setorial e espacial de atividades intensivas em capital.

* Texto desenvolvido por Antonio José Cunha, com georeferenciamento elaborado por Célia Sganzerla.

¹ Os Eixos de Desenvolvimento são uma divisão da Bahia em espaços de planejamento, utilizados pelos PPA's do Estado em 2000/2003 e 2004/2007.

Evidentemente que há pressupostos nessa associação, como a relação direta entre o dinamismo econômico municipal, seu tamanho demográfico e o dinamismo de sua base urbana, assim como com a concentração de pobreza urbana. O que se quer justamente é avaliar as nuances dessas relações no caso baiano, verificando possíveis particularidades de combinações entre características municipais e urbanas nos diferentes quadros regionais do estado, contribuindo para o conhecimento mais detalhado da estrutura de seu território.

A divisão em cinco grupos de municípios, adotada no primeiro documento, “Identificação e Análise da Evolução Temporal das Manchas de Pobreza na Bahia, 1991/2000 – Escala Municipal”, é justificada por seus autores no Capítulo 4, “A Dinâmica Socioeconômica da Bahia: Análise de Clusters”, como aquela que atende simultaneamente aos requisitos de assegurar um padrão de diferenciação adequado entre os agrupamentos de municípios e de ter significado analítico claro.

Apresenta-se, a seguir, um resumo das principais características dos Grupos Municipais estabelecidos, constantes também no Capítulo 4 citado, como suporte à análise proposta no presente artigo:

- **Grupo Municipal 1:** menores proporções de pobres, melhores médias em condições econômica e educacional, indicador demográfico superior à média do estado;
- **Grupo Municipal 2:** nível de pobreza menor do que a média do estado, condição econômica na média, situação favorável quanto aos fatores educacional e demográfico;
- **Grupo Municipal 3:** segunda pior média dos fatores de pobreza e de condição econômica, situação demográfica boa;
- **Grupo Municipal 4:** nível de pobreza acima da média, indicadores sociais abaixo da média e o pior nível do fator demográfico;
- **Grupo Municipal 5:** as piores condições do estado, exceto pelo indicador demográfico.

Uma tabela com o nível médio de diferentes indicadores, selecionados pelos autores possibilita comparações entre os municípios do grupo. (Tabela 8 – Indicadores Selecionados para cada um dos Grupos Selecionados na Análise de Agrupamentos. Estado da Bahia, 2000 – no mesmo capítulo). É importante ressaltar que foram considerados apenas quatrocentos e seis municípios, já que alguns, segundo os autores, “não puderam ser classificados por deficiência de dados originais”.

Apresenta-se também um mapa (Mapa 9 – Distribuição Espacial dos Agrupamentos segundo Eixos de Desenvolvimento), com a distribuição dos cinco grupos municipais no território do estado. Os eixos Metropolitano e Extremo Sul são aqueles em melhores condições socioeconômicas do ponto de vista da tipologia desenvolvida no trabalho. Em seguida, numa situação intermediária, estão os eixos Grande Recôncavo, Mata Atlântica e Planalto Sudoeste, onde se

observam municípios com maiores concentrações de pobreza. Todos esses eixos se desenvolvem ao longo da Costa Atlântica e aí se encontra um número significativo de municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2, numa proximidade espacial que sugere um efeito de difusão do dinamismo econômico. Os demais eixos apresentam grandes concentrações de situações de pobreza. Além disso, há o destaque do desenvolvimento pelos extremos, centrado em Barreiras, Juazeiro e Paulo Afonso.

O agrupamento de setores censitários urbanos, proposto no segundo documento, "Identificação e Caracterização das Manchas de Pobreza Intra-urbana na Bahia em 2000", é definido como a "melhor agregação possível" das três dimensões utilizadas na análise – o saneamento, as condições socioeconômicas e a proporção de pobres – cujos procedimentos metodológicos são detalhados no Anexo I.

No Capítulo 3 do referido trabalho (3.3.2. A análise de agrupamentos) são apresentadas as características principais dos grupos definidos, assim resumidas:

- **Grupo 1:** Alta condição socioeconômica, baixa proporção de pobres e baixa demanda por saneamento;
- **Grupo 2:** Baixa condição socioeconômica, alta concentração de pobres e altíssima demanda por saneamento;
- **Grupo 3:** Altíssima condição socioeconômica, baixa proporção de pobres e baixa demanda por saneamento;
- **Grupo 4:** Condições socioeconômicas e concentração de pobres médias, com demanda por saneamento;
- **Grupo 5:** Baixas condições socioeconômicas, alta concentração de pobres e alta demanda por saneamento;
- **Grupo 6:** Baixíssimas condições socioeconômicas, altíssima concentração de pobres e altíssima demanda por saneamento.

Há uma tabela (Tabela 7 – Distribuição de Setores e População segundo agrupamentos. Setores Censitários Urbanos da Bahia, 2000) em que se apresenta a distribuição da população urbana do estado, segundo a tipologia estabelecida para setores censitários urbanos, evidenciando o peso da situação de precariedade nas zonas urbanas, já que nos Grupos 2, 5 e 6, aqueles de maior concentração de pobreza e de piores condições sanitárias, estão 60,53% da mesma.

Há também uma série de mapas com a representação espacial da tipologia de setores censitários urbanos (Mapas 7, 8, 9 e 10), distribuída segundo os quatrocentos e quinze municípios do estado existentes na época. Nesses mapas são assinaladas algumas concentrações espaciais de tipos de setores, assim como se examina separadamente a distribuição dos melhores e dos piores tipos, evidenciando-se as desigualdades de situações urbanas no território do estado.

A ASSOCIAÇÃO ENTRE TIPOLOGIAS DE MUNICÍPIOS E DE SETORES CENSITÁRIOS URBANOS

O exame dos dados finais de cada um dos trabalhos analisados (classificação municipal e classificação de setores censitários urbanos por município) permitiu a elaboração do quadro a seguir, em que se buscou associar a ocorrência de tipos de setores censitários urbanos com cada um dos grupos municipais, em 2000. A associação somente é possível para quatrocentos e seis municípios, já que não houve classificação municipal para nove municípios.

No quadro resumo, destaca-se a ocorrência de combinações de tipos de setores, desde a ocorrência de todos os seis tipos classificados (1, 2, 3, 4, 5 e 6), passando pelos cinco tipos sem o tipo 3, que é aquele de melhores condições socioeconômicas, os quatro tipos com o tipo 1, que também tem condições mais favoráveis, os quatro tipos sem esse tipo 1, em que está o tipo 4, de condições sociais médias e os tipos mais precários (a combinação 2, 4, 5, 6), até a ocorrência de um a três tipos de setores, expressando uma base urbana incipiente e precárias condições sociais.

BAHIA								
Tipos de setores censitários urbanos segundo grupos municipais em 2000								
Grupos municipais	Ocorrência de tipos de setores censitários							Total de municípios
	123456	12456	1245/1246/1256	2456	3 tipos	2 tipos	1 tipo	
1	11	16	6	7	4	2	2	48
2	-	12	1	21	35	45	15	129
3	-	1	-	14	10	40	13	78
4	-	1	1	21	28	48	11	110
5	-	-	1	6	13	13	8	41
Total de municípios	11	30	9	69	90	148	49	406

Elaboração: DIREST/SEI

Os componentes do **Grupo Municipal 1**, o de melhores condições socioeconômicas, se agrupam majoritariamente na ocorrência de maior número de setores (27 municípios), dentre os quais se destacam onze municípios como os únicos no estado em que ocorre o conjunto da tipologia de setores estabelecida. É neste grupo de municípios mais dinâmicos, mais populosos e mais urbanizados (ver Tabela 8), que se registra a maior complexidade da base urbana do estado, desde as condições sociais mais favoráveis até as mais desfavoráveis, isto é, todo o espectro das desigualdades sociais em meio urbano. São apenas oito os municípios desse grupo em

que ocorrem poucos tipos de setores censitários urbanos, sem a presença daqueles de condições mais favoráveis, (os tipos 1 e 3), evidenciando uma base urbana incipiente no quadro municipal e regional de condições mais favoráveis, relativamente ao padrão estadual.

Os componentes do **Grupo Municipal 2**, o mais numeroso dos grupos, se distribuem em todas as ocorrências de tipos de setores, exceto na ocorrência completa, o que demonstra uma grande heterogeneidade de situações urbanas, predominando a ocorrência de dois tipos, onde está um terço deles (45 municípios), e de três tipos (35 municípios), em que a base urbana também seria incipiente. São municípios menores e relativamente urbanizados no contexto baiano.

A ocorrência de tipos de setores censitários urbanos vai diminuindo à proporção que se examinam os grupos municipais menos dinâmicos, os Grupos 3, 4 e 5, quando já se está no quadro de municípios pequenos, pouco urbanizados e de menor IDH do estado, em que a maioria das cidades são localidades de apoio à vida rural. Há, evidentemente, diferenciações entre os componentes desse grande conjunto de pequenas cidades e municípios, ligadas à sua localização em diferentes contextos socioeconômicos regionais.

Deve-se observar que o maior número de municípios está nas ocorrências de dois (148) e três (90) tipos de setores censitários urbanos, que se dão acentuadamente em todos os Grupos Municipais, exceto no primeiro.

A análise deste texto centra-se na combinação das bases urbanas mais diversificadas com os grupos mais importantes de municípios, isto é, a avaliação da ocorrência de quatro a seis tipos de setores censitários urbanos nos Grupos Municipais 1 e 2.

A intenção é a de visualizar a estrutura de enquadramento do território do estado, segundo o padrão de povoamento, visto pela densidade demográfica e a urbanização, padrão de articulação, centrado majoritariamente no sistema rodoviário², e de distribuição das atividades econômicas mais dinâmicas. Examina-se assim a relação entre base urbana e quadro municipal em 119 municípios, distribuídos diferenciadamente por todo o território estadual, refletindo as suas desigualdades e possibilidades de articulação.

Com isso buscou-se desvendar a existência de uma rede de centros e subcentros regionais apoiados em bases econômicas mais dinâmicas, capaz de servir a ações de descentralização no território do estado, uma estrutura que pode ser útil para o apoio a programas de intervenção sobre o quadro socioeconômico baiano.

² A Secretaria de Infra-estrutura do Estado identifica a concentração de 92% no modal rodoviário como uma das disfunções atuais do sistema de transportes na Bahia.

A OCORRÊNCIA DE TIPOS DE SETORES CENSITÁRIOS URBANOS NOS GRUPOS MUNICIPAIS 1 E 2

3.1 O Grupo Municipal 1 – Os municípios dinâmicos

Analisando a ocorrência de tipos de setores censitários urbanos entre os municípios de situação socioeconômica mais favorável no estado, há uma primeira e importante constatação que é o destaque de onze dentre esses municípios como os únicos que registram a presença de todo o espectro de setores censitários urbanos classificados (os tipos 1, 2, 3, 4, 5 e 6), dos mais favoráveis aos mais carentes quanto à situação social. Nestes municípios, listados no quadro a seguir, registram-se então as situações urbanas mais complexas no estado, expressando, portanto, a grande desigualdade social que caracteriza as nossas maiores cidades.

Grupo Municipal 1			
Ocorrência de seis tipos de setores censitários urbanos			
Municípios	Eixos de Desenvolvimento	População total 2000	Taxa de urbanização
Barreiras	Oeste do São Francisco	131.849	87,82
Camaçari	Metropolitano	161.727	95,47
Feira de Santana	Grande Recôncavo	480.949	89,77
Ilhéus	Mata Atlântica	222.127	72,99
Itabuna	Mata Atlântica	196.675	97,21
Juazeiro	Baixo Médio São Francisco	174.567	76,35
Lauro de Freitas	Metropolitano	113.543	95,46
Paulo Afonso	Nordeste	96.499	85,58
Porto Seguro	Extremo Sul	95.721	83,18
Salvador	Metropolitano	2.443.107	99,96
Vitória da Conquista	Planalto Sudoeste	262.494	85,92
População Total		4.379.258	

Fonte: Censo 2000, IBGE

Pode-se verificar que se trata de municípios populosos – incluindo a capital e Feira de Santana, os maiores – urbanizados, litorâneos ou fronteiriços, nas rotas mais importantes de trocas inter-regionais no país, expressando também o desenvolvimento concentrado na Região Metropolitana de Salvador/RMS e nos extremos do estado, já destacado em trabalhos anteriores da SEI. Desenvolvimento baseado, sobretudo, na industrialização da RMS, na silvicultura e

na produção de celulose no Extremo Sul, na produção de grãos no Oeste e na fruticultura irrigada do Baixo-Médio São Francisco. Há uma heterogeneidade de tamanhos e de situações urbanas abrigadas nesse subgrupo, mas aí estão as zonas urbanas mais importantes do estado: a metrópole, as “capitais” regionais, Feira, Conquista, Ilhéus/Itabuna, Barreiras e Juazeiro, as outras cidades de fronteira importantes, Porto Seguro e Paulo Afonso, e Camaçari e Lauro de Freitas, zonas urbano-industriais da RMS.

Esses onze municípios abrigavam, no ano 2000, mais de quatro milhões de habitantes, 33,5% da população total do estado naquele ano, o que significa que um terço de sua população concentrava-se nestes municípios de situação socioeconômica mais favorável, cujas sedes são as cidades de base urbana mais diversificada, abrigando, por outro lado, as maiores desigualdades sociais em meio urbano do estado (ver Mapa 1).

Além desses onze municípios, no Grupo Municipal 1 registra-se a ocorrência de cinco tipos de setores censitários urbanos (os tipos 1, 2, 4, 5 e 6) em dezesseis outros municípios, em que já não ocorre a conjuntura social mais favorável em meio urbano (tipo 3). Uma situação urbana também complexa, que expressa grandes desigualdades sociais, porém, com uma diferenciação menos ampla do que o grupo anterior, já que há ausência de estratos médio-superiores.

O próximo quadro mostra esses dezesseis municípios. Apesar de se tratar também de municípios populosos e urbanizados, há uma heterogeneidade maior do que no grupo anterior, registrando-se:

- municípios com mais de cem mil habitantes como Jequié e Alagoinhas, cujas sedes são cidades de grande importância regional no estado;
- municípios com população entre cinquenta e cem mil habitantes, cujas sedes são também centros regionais, como Eunápolis, Santo Antonio de Jesus, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Guanambi, Brumado e Irecê;
- municípios de base industrial pertencentes à RMS ou próximos a Salvador, como Candeias, Simões Filho e Santo Amaro;
- municípios com menos de cinquenta mil habitantes, como o de Prado, no Extremo Sul, e pertencentes à RMS ou próximos de Salvador.

É interessante observar que aqui se agrupam centros regionais de base urbana diversificada, importantes nas relações interestaduais, que articulam diferentes contextos da economia agrícola e pecuária estadual, com centros industriais metropolitanos. Cidades menores, como Prado ou Vera Cruz, se beneficiam de sua integração nas redes urbanas do Recôncavo/RMS e do Extremo Sul (ver Mapa 1).

Grupo Municipal 1 Ocorrência de cinco tipos de setores censitários urbanos			
Municípios	Eixos de Desenvolvimento	População total 2000	Taxa de urbanização
Jequié	Planalto Sudoeste	147.202	88,52
Alagoinhas	Grande Recôncavo	130.095	86,43
Simões Filho	Metropolitano	94.066	81,76
Eunápolis	Extremo Sul	84.120	94,10
Santo Antônio de Jesus	Grande Recôncavo	77.368	85,62
Candeias	Metropolitano	76.783	90,03
Guanambi	Planalto Central	71.728	75,29
Senhor do Bonfim	Chapada Norte	67.723	75,81
Brumado	Planalto Central	61.670	66,01
Santo Amaro	Grande Recôncavo	58.414	76,19
Itapetinga	Planalto Sudoeste	57.931	95,25
Irecê	Centro Leste São Francisco	57.436	92,53
Dias D'Ávila	Metropolitano	45.333	94,13
Mata de São João	Grande Recôncavo	32.568	76,67
Vera Cruz	Metropolitano	29.750	93,69
Prado	Extremo Sul	26.498	53,47
População Total		1.118.685	

Fonte: Censo 2000, IBGE

Continuando a avaliação do Grupo Municipal 1 é interessante observar o quadro a seguir, composto de treze municípios com base urbana menos diversificada do que os grupos anteriores, já que registram apenas **quatro tipos de setores censitários urbanos**. Pode-se observar que entre esses municípios não se registra o setor censitário de tipo 3, aquele que expressa as condições mais favoráveis no meio urbano do estado. Seis desses municípios ainda registram o tipo 1, que também expressa condições mais favoráveis, mas os sete outros registram apenas setores censitários médios ou carentes (os tipos 2, 4, 5, 6).

Grupo Municipal 1				
Ocorrência de quatro tipos de setores censitários urbanos				
Municípios	Eixos de Desenvolvimento	População total 2000	Taxa de urbanização	Tipos de setores censitários urbanos
Amélia Rodrigues	Grande Recôncavo	24.134	78,82	2456
Caravelas	Extremo Sul	20.103	51,40	2456
Itaparica	Metropolitano	18.945	100,00	2456
Nova Viçosa	Extremo Sul	32.076	76,81	2456
Pojuca	Grande Recôncavo	26.203	83,52	2456
São Francisco do Conde	Metropolitano	26.282	83,21	2456
São Sebastião do Passé	Grande Recôncavo	39.960	73,95	2456
Santa Cruz Cabrália	Extremo Sul	23.888	56,63	1246
Saubara	Grande Recôncavo	10.193	98,85	1256
Mucuri	Extremo Sul	28.062	66,58	1245
Cruz das Almas	Grande Recôncavo	53.049	74,66	1245
Teixeira de Freitas	Extremo Sul	107.486	91,81	1245
Sobradinho	Baixo Médio São Francisco	21.325	91,96	1245
População Total		431.706		

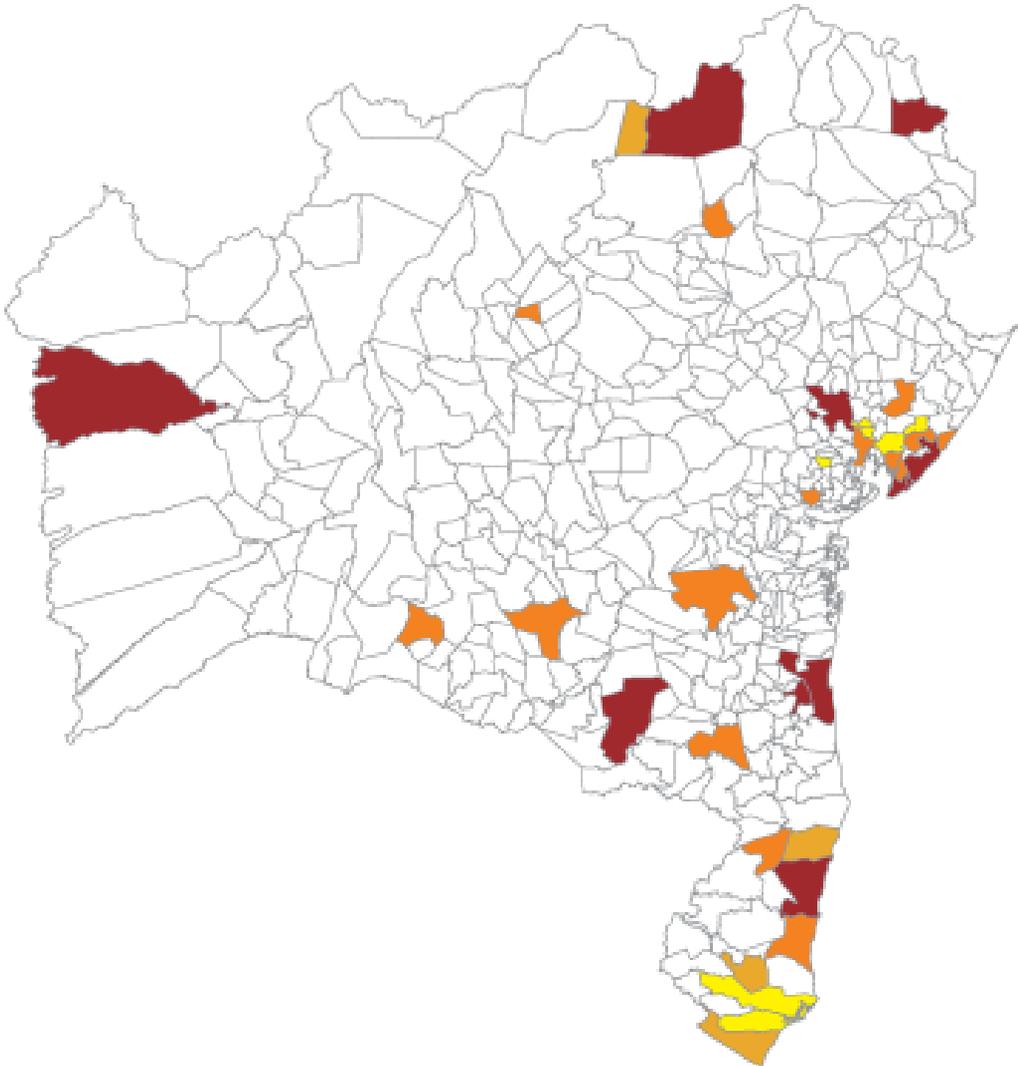
Fonte: Censo 2000, IBGE

À exceção de Teixeira de Freitas e Cruz das Almas, os municípios referidos são menores do que os anteriores, a maioria com menos de vinte mil habitantes, alguns menos urbanizados, como os localizados no Extremo Sul. Todos se situam em regiões litorâneas de importância econômica no estado, a Região Metropolitana, o Recôncavo e o Extremo Sul, com apenas o município de Sobradinho, no Baixo-Médio São Francisco, outra região importante. Apresentam, entretanto, uma grande heterogeneidade entre si, desde aqueles mais populosos e dinâmicos, com cidades importantes, até municípios menores, com cidades antigas, no Recôncavo e Extremo Sul, ou cidades mais novas, surgidas com o desenvolvimento dos transportes rodoviários, como Amélia Rodrigues ou Pojuca (ver Mapa 1).

Teixeira de Freitas e Cruz das Almas, municípios tão populosos e urbanizados quanto os outros do Grupo Municipal 1, analisados anteriormente, se diferenciam desses, entretanto, pelo fato de possuírem cidades com base urbana menos desigual, porém menos diversificada. São municípios cujas sedes são centros regionais importantes, principalmente Teixeira de Freitas, que, juntamente com Eunápolis e Porto Seguro, são as cidades mais importantes no Extremo Sul.

Mapa 1

Bahia – Padrões de associação entre características socioeconômicas dos municípios baianos e dos setores censitários urbanos em 2000



Para finalizar a avaliação do Grupo Municipal 1, aquele de situação socioeconômica mais favorável no estado, deve-se observar, no quadro seguinte, o restante dos municípios classificados, em que ocorre apenas um a três tipos de setores censitários urbanos, representando, portanto, uma base urbana pouco diversificada ou mesmo incipiente.

Grupo Municipal 1				
Ocorrência de um a três tipos de setores censitários urbanos				
Municípios	Eixos de Desenvolvimento	População total 2000	Taxa de urbanização	Tipos de setores censitários urbanos
Conceição do Jacuípe	Grande Recôncavo	26.194	74,31	2
Lajedão	Extremo Sul	3.409	54,33	2
Catu	Grande Recôncavo	46.731	80,92	245
Conceição da Feira	Grande Recôncavo	17.514	64,16	245
Medeiros Neto	Extremo Sul	21.235	75,47	245
Muritiba	Grande Recôncavo	30.644	58,43	245
Madre de Deus	Metropolitano	12.036	96,37	45
Rodelas	Nordeste	6.260	76,45	45
População Total		164.023		

Fonte: Censo 2000, IBGE

Um subgrupo também muito heterogêneo, em que se destacariam municípios maiores, situados no Recôncavo, a exemplo de Catu, Conceição de Feira e Muritiba, com cidades mais diversificadas. Entre os menores, é interessante notar a idêntica classificação de Madre de Deus, onde se situam instalações industriais e portuárias da Petrobrás, na RMS, e o município de Rodelas, no Baixo São Francisco, de pouco mais de seis mil habitantes em 2000. Ou Conceição do Jacuípe, município de vinte e seis mil habitantes, relativamente urbanizado e próximo a Feira de Santana, cuja classificação de setores censitários urbanos indicaria um dinamismo urbano inferior ao de Rodelas.

No Mapa 1, pode-se observar a distribuição no território dos quarenta municípios do Grupo Municipal 1, os mais destacados em termos de população e urbanização, assim como de situação socioeconômica e diversificação de sua base urbana, em que ocorrem de quatro a seis tipos de setores censitários urbanos. Nesses municípios estão agregados 5.929.649 habitantes no ano 2000, o que representava 45% da população estadual.

Há uma concentração litorânea, destacando-se:

- o Recôncavo e a RMS, articulando-se com Feira de Santana, Alagoinhas e Santo Antonio de Jesus, a mais importante região econômica e urbana do estado, com uma variada hierarquia de situações urbanas articuladas entre si;
- Ilhéus e Itabuna, os centros históricos de estruturação do Litoral Sul do estado;
- O Extremo Sul, estruturado pela BR 101, a partir de 1973, em que se situam as cidades de Eunápolis e Teixeira de Freitas, no caminho da fronteira com o Espírito Santo e o Sudeste do país.

Evidencia-se, no entanto, o eixo que se desenvolve entre a região cacauieira, no litoral, o planalto de Conquista e Jequié e a Serra Geral, em que se distribuem as cidades de Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, Brumado e Guanambi, na porção Centro-Sudoeste do

estado, situadas sobre eixos rodoviários federais que articulam o litoral ao Oeste da Bahia e o Centro-Oeste do país.

Por fim, as cidades fronteiriças de Paulo Afonso, Juazeiro e Barreiras, representando o crescimento pelos extremos, e a presença de Irecê e Senhor do Bonfim, como os mais importantes centros urbanos no vasto Centro-Norte do estado.

Observe-se que os municípios menores desse grupo, sem funções regionais, cujas bases urbanas são menos diversificadas, registrando apenas quatro tipos de setores censitários urbanos sem as situações mais favoráveis (a combinação 2, 4, 5, 6), situam-se junto a concentrações de municípios e cidades mais importantes, no Extremo Sul e na RMS e Recôncavo.

3.2 O Grupo Municipal 2 – Os municípios estratégicos

Utiliza-se essa terminologia no sentido de que os mais destacados dos municípios desse grupo podem ser estratégicos para programas de descentralização e para a complementação da articulação do território estadual.

No exame do **Grupo Municipal 2**, aquele que apresenta um nível de pobreza menor do que a média do estado, condição econômica na média estadual e situação favorável quanto aos fatores educacional e demográfico, destaca-se um grupo de doze municípios em que ocorrem cinco tipos de setores censitários urbanos (1, 2, 4, 5, 6), representando a maior complexidade urbana no grupo. Esses municípios, listados no quadro abaixo, teriam uma base urbana equivalente aos dezesseis municípios do Grupo Municipal 1, analisados anteriormente.

Grupo Municipal 2 Ocorrência de cinco tipos de setores censitários urbanos			
Municípios	Eixos de Desenvolvimento	População total 2000	Taxa de urbanização
Belmonte	Extremo Sul	20.032	53,94
Uruçuca	Mata Atlântica	20.323	69,66
Alcobaça	Extremo Sul	20.900	35,63
Canavieiras	Mata Atlântica	35.322	74,58
Ipiaú	Mata Atlântica	43.621	86,94
Jaguaquara	Planalto Sudoeste	46.621	75,29
Bom Jesus da Lapa	Médio São Francisco	54.421	69,32
Itaberaba	Chapada Norte	58.943	75,53
Itamaraju	Extremo Sul	64.144	74,89
Jacobina	Chapada Norte	76.492	68,10
Valença	Grande Recôncavo	77.509	72,10
Serrinha	Nordeste	83.206	55,22
População Total		601.534	

Fonte: Censo 2000, IBGE

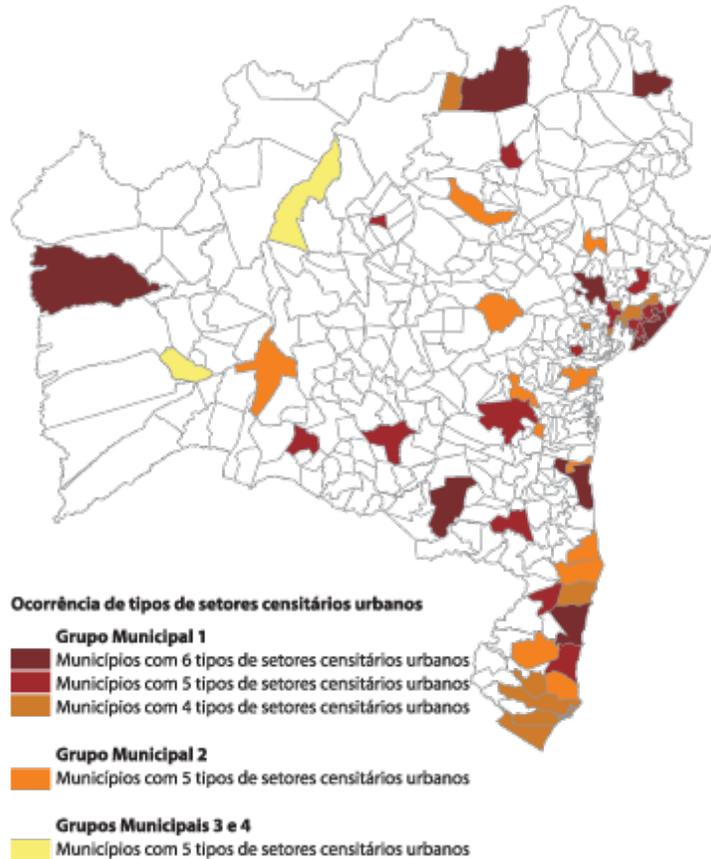
Destacam-se seis, dentre esses municípios, pelo fato de terem mais de 50 mil habitantes, serem urbanizados, cujas sedes são centros comerciais importantes, alguns deles servindo a amplas regiões interiores, como Jacobina, Itaberaba ou Bom Jesus da Lapa, e outros mais próximos do litoral, na faixa de maior concentração econômica e demográfica do estado, Valença, Itamaraju e Serrinha, também importantes subcentros regionais. Deve-se notar que os outros componentes desse subgrupo são centros locais que se beneficiam de sua integração em redes no Extremo Sul (Alcobaça), na região cacauzeira (Uruçuca, Belmonte e Canavieiras) e na região de Jequié (Jaguaquara e Ipiaú), todas de relativa importância econômica no estado (Ver Mapa 2). Jaguaquara e Ipiaú são subcentros na região urbana de Jequié, voltados, respectivamente, para o Vale do Jiquiriçá e o interior da região cacauzeira.

Igualmente com a mesma ocorrência de setores censitários urbanos (5 tipos) estão municípios mais pobres, componentes dos Grupos Municipais 3 e 4, urbanizados, com cidades médias significativas no quadro urbano do estado. Cidades que se tornam centros importantes para vastas áreas do interior, de menor densidade demográfica, como Santa Maria da Vitória, no Rio Corrente, afluente do São Francisco, e Xique-Xique, no Oeste e no Médio São Francisco (Mapa 2).

Grupos Municipais 3 e 4			
Ocorrência de cinco tipos de setores censitários urbanos			
Municípios	Eixos de Desenvolvimento	População total 2000	Taxa de urbanização
Santa Maria da Vitória	Oeste do São Francisco	41.261	55,23
Xique-Xique	Centro Leste São Francisco	44.718	70,59

Fonte: Censo 2000, IBGE

Mapa 2
Bahia – Padrões de associação entre características socioeconômicas dos municípios baianos e dos setores censitários urbanos em 2000



3.3 A ocorrência de quatro tipos de setores censitários urbanos

É importante salientar que em apenas três municípios dos Grupos Municipais 2, 4 e 5, Conceição do Coité e Teofilândia, na região de Feira de Santana/Serrinha, e Coaraci, na região cacaueira, cujas sedes são pequenos centros locais integrados a redes urbanas de regiões mais populosas e dinâmicas, ocorrem os quatro tipos de setores censitários urbanos com a presença do tipo 1, de condições mais favoráveis (combinações 1245, 1246 e 1256).

Excetuando-se estes três municípios, é interessante examinar a ocorrência de quatro tipos de setores censitários urbanos (a combinação 2, 4, 5, 6), com a particularidade da não ocorrência daqueles de condições sociais mais favoráveis: os setores censitários urbanos de tipo 1 e 3. Isto equivaleria a uma situação de menor desigualdade social nas zonas urbanas desses municípios, sem a ocorrência das condições mais favoráveis.

Nessa situação encontram-se, além dos sete municípios do Grupo Municipal 1, já analisados anteriormente, mais 62 municípios distribuídos entre os demais grupos municipais, com maior incidência nos Grupos Municipais 2 e 4.

O exame dos componentes (vinte e um municípios) do Grupo Municipal 2 nesta condição, listados no quadro a seguir, revela a predominância de municípios (treze) com menos de trinta mil habitantes, alguns relativamente urbanizados, mas revela também a presença de municípios menos urbanizados. Há uma forte presença de municípios situados no Recôncavo e suas proximidades (nove municípios) e na região cacauzeira (cinco municípios), além de uma distribuição dispersa no território do estado, destacando-se Ibotirama, importante ponto de apoio entre o litoral e o Oeste, sobre a BR-242 e o rio São Francisco (ver Mapa 3).

Grupo Municipal 2			
Ocorrência de quatro tipos de setores censitários urbanos (2, 4, 5, 6)			
Municípios	Eixos de Desenvolvimento	População total 2000	Taxa de urbanização
Barra do Mendes	Centro Leste São Francisco	13.610	40,99
São Félix	Grande Recôncavo	13.699	63,86
Conceição do Almeida	Grande Recôncavo	18.912	43,98
Paramirim	Chapada Sul	18.921	41,66
Buerarema	Mata Atlântica	19.118	84,99
Ubaíra	Grande Recôncavo	20.595	38,89
Ubatã	Mata Atlântica	21.803	81,86
Ubaítaba	Mata Atlântica	23.854	77,90
Ibotirama	Médio São Francisco	24.149	67,85
Nazaré	Grande Recôncavo	26.365	87,28
São Gonçalo dos Campos	Grande Recôncavo	27.000	50,19
Gandu	Mata Atlântica	27.160	81,22
Jaguarari	Chapada Norte	27.412	48,81
Cachoeira	Grande Recôncavo	30.416	52,05
Santaluz	Nordeste	30.955	58,04
Camacan	Mata Atlântica	31.055	78,19
Entre Rios	Grande Recôncavo	37.513	61,36
Livramento de Nossa Senhora	Planalto Central	38.025	43,98
Maragogipe	Grande Recôncavo	40.314	52,20
Santo Estêvão	Grande Recôncavo	41.145	47,86
Casa Nova	Baixo Médio São Francisco	55.730	48,93

Fonte: Censo 2000, IBGE

Os Grupos Municipais 3, 4 e 5, que apresentam condições socioeconômicas menos favoráveis segundo a classificação adotada, têm praticamente todas as suas zonas urbanas classificadas nesta ocorrência de quatro tipos de setores censitários urbanos para baixo, sem as situações urbanas mais favoráveis, à exceção dos municípios já citados de Santa Maria da Vitória e Xique-Xique, e mais Conceição do Coité e Teofilândia.

Os municípios do Grupo Municipal 3 nesta condição, com exceção de Caetité, Seabra e Macaúbas, são municípios com menos de 30 mil habitantes e menos urbanizados. Sua distribuição é mais dispersa no território, no Semi-árido, principalmente, e no Oeste, com poucos municípios nas regiões mais dinâmicas do litoral, como o Recôncavo e a região cacauzeira, como se pode ver no quadro seguinte. Caetité e Seabra são cidades que têm relativa importância regional, na zona central do estado, sobre as BR-030 e BR-242.

Grupo Municipal 3			
Ocorrência de quatro tipos de setores censitários urbanos (2, 4, 5, 6)			
Municípios	Eixos de desenvolvimento	População total 2000	Taxa de urbanização
Caetité	Planalto Central	45.090	52,03
Macaúbas	Chapada Sul	41.806	27,94
Seabra	Chapada Sul	39.422	42,49
Ruy Barbosa	Chapada Norte	29.026	69,81
Riacho de Santana	Médio São Francisco	28.643	38,44
Uauá	Nordeste	25.993	36,96
Castro Alves	Grande Recôncavo	25.561	57,30
Irará	Grande Recôncavo	25.163	34,40
Ibirataia	Mata Atlântica	24.741	75,69
Santana	Oeste do São Francisco	24.139	51,77
Santa Rita de Cássia	Oeste do São Francisco	24.026	50,72
Oliveira dos Brejinhos	Chapada Sul	21.670	26,84
Mundo Novo	Chapada Norte	21.273	52,32
São Gabriel	Centro Leste São Francisco	18.412	53,29

Fonte: Censo 2000, IBGE

Entre os municípios do Grupo Municipal 4, muitos têm entre trinta e cinquenta mil habitantes e são pouco urbanizados, e algumas de suas sedes são centros locais destacados no estado, como Euclides da Cunha, Tucano, Ribeira do Pombal ou Morro do Chapéu, por sua localização em eixos viários importantes, como as BR-110 e BR-116 e a BA-052, em vastas regiões de menor densidade demográfica e fragilidade ambiental no Semi-árido e na Chapada Norte. Também nesse subgrupo a distribuição é dispersa no Semi-árido, com apenas quatro municípios situados no Recôncavo ou na região cacauzeira (ver Mapa 3).

Grupo Municipal 4			
Ocorrência de quatro tipos de setores censitários urbanos (2, 4, 5, 6)			
Municípios	Eixos de Desenvolvimento	População total 2000	Taxa de urbanização
Euclides da Cunha	Nordeste	53.885	45,52
Tucano	Nordeste	50.948	36,50
Araci	Nordeste	47.584	34,02
Ribeira do Pombal	Nordeste	46.270	54,86
Remanso	Baixo Médio São Francisco	36.257	57,96
Itiúba	Chapada Norte	35.543	24,94
Jeremoabo	Nordeste	34.916	42,28
Morro do Chapéu	Chapada Norte	34.494	57,38
Una	Mata Atlântica	31.261	48,86
Curaçá	Baixo Médio São Francisco	28.841	37,36
Iaçú	Chapada Norte	28.501	75,91
Miguel Calmon	Chapada Norte	28.267	52,43
Esplanada	Grande Recôncavo	27.230	64,41
Itabela	Extremo Sul	25.746	73,16
Lapão	Centro Leste São Francisco	24.727	37,30
Ituberá	Grande Recôncavo	24.133	65,93
João Dourado	Centro Leste São Francisco	18.967	60,32
Formosa do Rio Preto	Oeste do São Francisco	18.288	51,30
Ibititá	Centro Leste São Francisco	17.905	45,02
Taperoá	Grande Recôncavo	15.933	47,22
Canudos	Nordeste	13.761	50,96

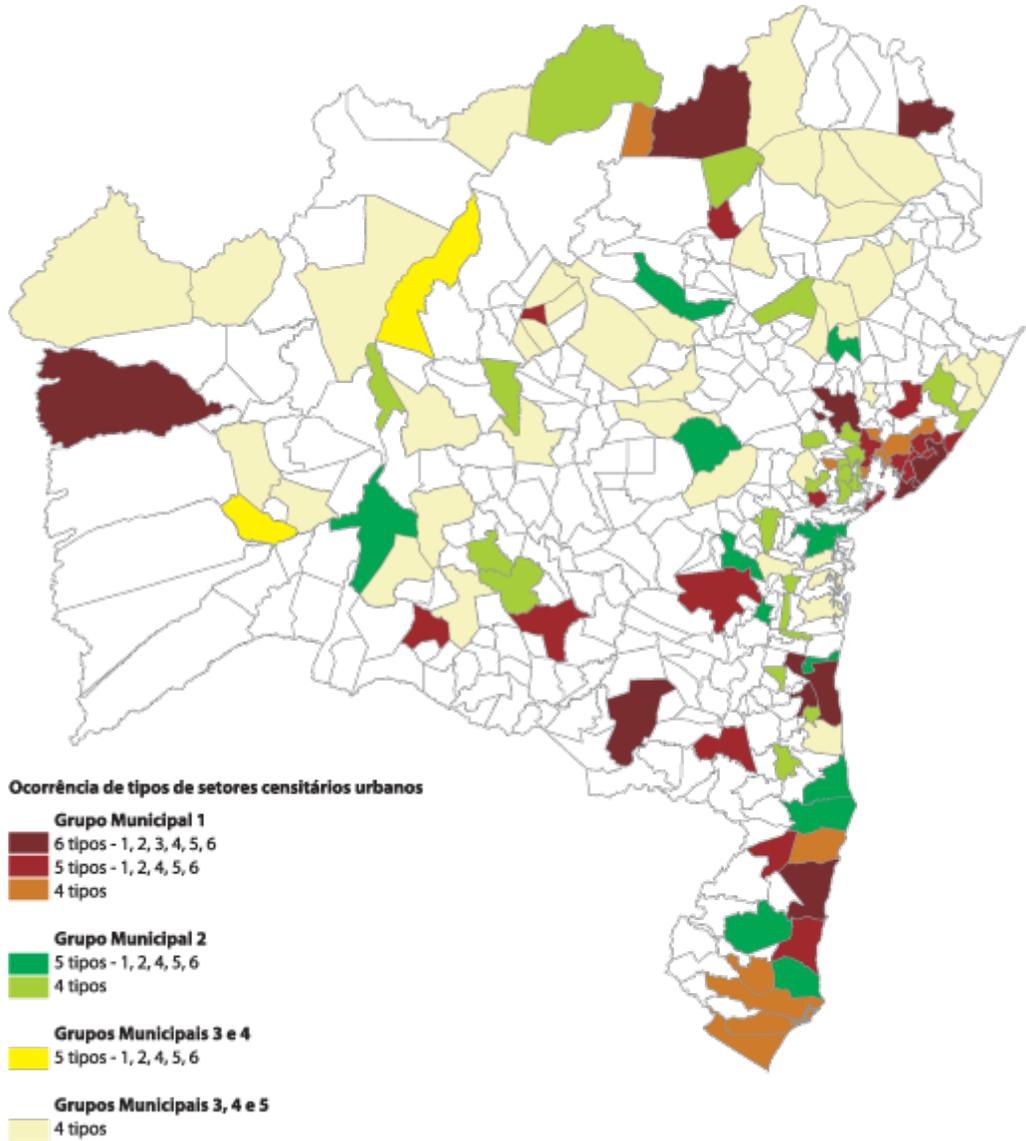
Fonte: Censo 2000, IBGE

Os componentes do Grupo Municipal 5, com essa ocorrência de setores censitários urbanos são menos numerosos, mas entre eles se situam as cidades mais diversificadas deste Grupo Municipal de condições socioeconômicas pouco favoráveis, quatro situados, entretanto, em regiões dinâmicas do litoral. Destaca-se a cidade de Barra, no São Francisco, um dos portos fluviais mais tradicionais do estado (Mapa 3).

Grupo Municipal 5			
Ocorrência de quatro tipos de setores censitários urbanos (2, 4, 5, 6)			
Municípios	Eixos de Desenvolvimento	População total 2000	Taxa de urbanização
Baianópolis	Oeste do São Francisco	12179	22,39
Barra	Médio São Francisco	44203	44,43
Camamu	Grande Recôncavo	33661	35,97
Conde	Grande Recôncavo	20426	51,37
Jitaúna	Mata Atlântica	21056	45,44
Wenceslau Guimarães	Mata Atlântica	23926	28,38

Fonte: Censo 2000, IBGE

Mapa 3
Bahia – Padrões de associação entre características socioeconômicas dos municípios baianos e dos setores censitários urbanos em 2000



4 ABORDAGENS SOBRE OS PADRÕES DE ASSOCIAÇÃO

O exame do Mapa 3 revela particularidades interessantes da estrutura territorial do estado, vistas por meio dos municípios em que as condições socioeconômicas são mais favoráveis, componentes dos Grupos Municipais 1 e 2, assim como de suas estruturas urbanas mais diversificadas, aquelas que apresentam um mínimo de quatro tipos de setores censitários urbanos, segundo as classificações adotadas nos trabalhos de referência e conforme proposta de análise deste texto

O litoral baiano é a zona de maior concentração demográfica, econômica e de infra-estrutura do estado, que se estrutura desde os tempos coloniais com o modelo agro-exportador e se requalifica no final do século XX, com a industrialização na RMS, a crise e a diversificação produtiva da região cacauzeira, o turismo e as novas atividades industriais e agrárias no Extremo Sul. Nestas duas regiões estão as concentrações regionais mais importantes do estado, quanto a municípios de condições mais favoráveis e redes de centros urbanos de diferentes hierarquias, articulados entre si, constituindo regiões urbanas no padrão estadual. São estruturadas no sentido norte-sul pelas BR-101 e BR-116, bases do maior volume de fluxos de passagem na Bahia.

Aí se destacam os conjuntos RMS-Recôncavo, com extensão sobre o Litoral Norte; o complexo Jequié-Baixo Sul; a região cacauzeira em torno de Ilhéus-Itabuna, à qual se articula Itapetinga; e um conjunto de municípios e cidades litorâneas no Extremo Sul, em contraste com o interior da região, fronteira com Minas Gerais.

Além do litoral, a rede urbana em escala estadual se estrutura com base nos grandes eixos viários de articulação do território, estabelecendo as relações do estado com o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste do país, além de Minas Gerais, a partir da RMS e do litoral. São centros regionais que servem a vastas áreas interiores de menor densidade demográfica, concentrando-se no sudoeste e nas fronteiras, e menos numerosos no Semi-árido, na sua porção Centro-Norte, e no Oeste.

No norte, em torno de Juazeiro e Senhor do Bonfim, há uma pequena concentração de centros de diferentes níveis, sobre a BR-407, assim como na Serra Geral, em torno de Brumado e Bom Jesus da Lapa, sobre a BR-430, que chamam a atenção no quadro geral de dispersão.

Observa-se ainda a aglomeração das cidades de base urbana mais diversificada e dos municípios de melhor condição socioeconômica nos seguintes eixos viários:

- BR-242 – Itaberaba, Seabra e Ibotirama;
- BA-052 e BR 324 – Irecê, Xique-Xique e Jacobina;

- BR-116 – Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana e Serrinha;
- BR-110 – Ribeira do Pombal e Paulo Afonso.

À exceção de alguns localizados na zona litorânea, é igualmente em torno desses eixos que se aglomeram as cidades e municípios mais carentes, componentes dos Grupos Municipais 3, 4 e 5, em que ocorrem quatro tipos de setores censitários urbanos, sem aqueles de melhor condição.

No Oeste, é grande o isolamento de Barreiras quanto ao padrão municipal e urbano. Relativo destaque apenas para Santa Maria da Vitória, município que apresenta média elevada do fator de pobreza e condição econômica não muito favorável.

O isolamento de Vitória da Conquista também é notável, tendo em vista que a proximidade de Jequié e Itapetinga não induz a uma maior densificação de situações urbanas e municipais intermediárias e mais favoráveis.

Apesar de o território baiano exibir um padrão de relativa desarticulação, principalmente na Chapada Diamantina, no Nordeste e no Oeste, está em formação uma rede de subcentros que deve guardar relação com o processo de diferenciação regional constatado no período 1991/2000 no primeiro documento de referência, "Identificação e Análise da Evolução Temporal das Manchas de Pobreza na Bahia, 1991/2000 – Escala Municipal". O padrão indistinto que se observava até 1991, com forte contraste entre a região de Salvador e o restante do estado, deu lugar a uma diferenciação regional mais acentuada, medida tanto pelo impacto das novas atividades econômicas instaladas nos extremos do estado, como pelo exame de dados sócio-demográficos que indicam a existência de fenômenos variados, relativos às interações entre situações de pobreza, acesso a serviços públicos e provimento de infra-estrutura.

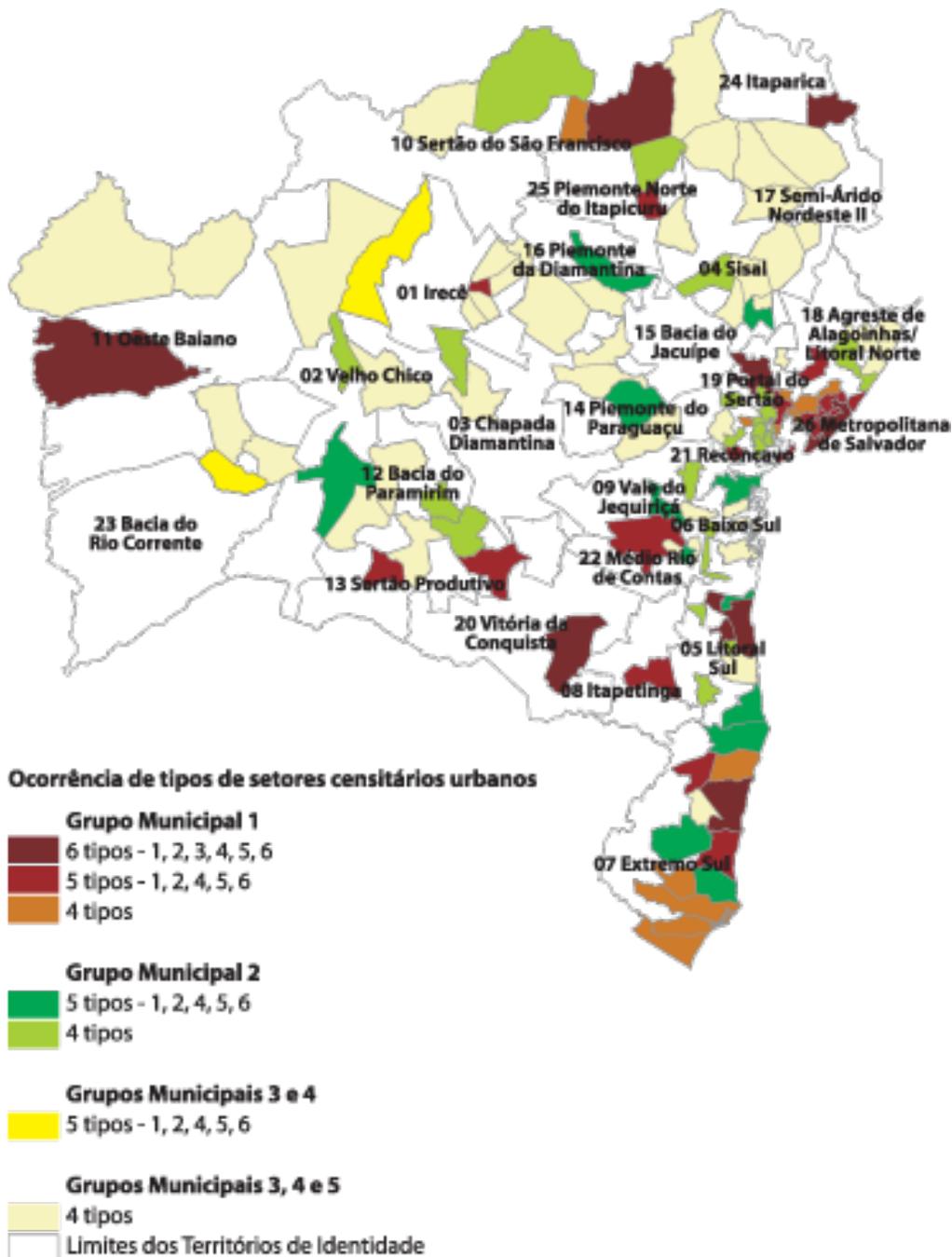
A avaliação da associação entre tipologias de municípios e de setores censitários urbanos aqui empreendida demonstra a consistência e a utilidade das classificações estabelecidas nos trabalhos de referência. A utilização de métodos estatísticos, como a análise fatorial e de *cluster*, assim como de geoprocessamento, para o tratamento de grandes conjuntos de dados, desagregados em nível de municípios e de setores censitários, ampliam consideravelmente as possibilidades de análise.

A atualização de avaliações desse tipo com dados do Censo de 2010 será interessante, embora provavelmente a diferenciação regional tenha se dado mais intensamente no período 1991/2000, quando a consolidação das frentes do Extremo Sul, do Baixo-Médio São Francisco e do Oeste passaram a influenciar os dados de um quadro que começou a mudar desde os anos 70/80 do século passado.

Por fim, a comparação da situação representada no Mapa 3 com a divisão do estado em Territórios de Identidade, base atual do planejamento estadual, pode ser útil para uma avaliação mais detalhada das desigualdades internas do território baiano, com base no quadro municipal e urbano. No Mapa 4 pode-se visualizar a seleção aqui proposta com os limites dos Territórios de Identidade.

Mapa 4

Bahia – Padrões de associação entre características socioeconômicas dos municípios baianos e dos setores censitários urbanos em 2000



REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Silvio. Desequilíbrios regionais no Estado da Bahia: avaliação e questões estratégicas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Desigualdades regionais. Salvador: SEI, 2004. p. 203-218. (Série Estudos e Pesquisas, 67).
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Planejar qualidade: em favor dos sistemas urbano-regionais. *Bahia Análise & Dados: Planejamento no Século XXI*, Salvador, v. 12, n. 2, p. 179-193, set. 2002.
- PORTO, Edgard. *Desenvolvimento e território na Bahia*. Salvador: SEI, 2003. 111 p. il. (Série Estudos e Pesquisas, 61).
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997. 158 p. il.; mapas; tabs. (Série Estudos e Pesquisas, 35).

ANEXOS

SEF

79

Série Estudos e Pesquisas

PARTE I • ANEXO 1

ANÁLISE FATORIAL E CLUSTERS

Este anexo 1 detalha aspectos dos modelos de análise fatorial e de aglomerados (*clusters*) utilizado neste trabalho. O banco de dados utilizado, disponibilizado pela SEI, continha um total de aproximadamente 300 variáveis cobrindo os municípios da Bahia em 1991 e 2000. Essas variáveis tratavam de temas diversos relacionados às condições sociais, econômicas e de pobreza da Bahia, bem como indicadores relacionados à gestão municipal.

A partir desse banco de dados, foram utilizadas as técnicas estatísticas multivariadas – a análise fatorial, análise de agrupamentos e análise discriminante. A primeira permitiu a obtenção das variáveis sintéticas para cada uma das dimensões do estudo; a segunda possibilitou a identificação da tipologia de municípios definida a partir das variáveis sintéticas; e a última permitiu a reprodução dessa tipologia para 1991. Tal procedimento se fez necessário visto que, todas as análises foram realizadas para o ano de 2000 e os padrões encontrados neste ano reproduzidos em 1991, por meio da análise discriminante.

Variáveis do modelo

Conforme proposto no relatório anterior, no que diz respeito aos critérios para a construção da tipologia de municípios a ser organizada no âmbito deste estudo, foram considerados três dimensões principais: uma primeira dimensão de pobreza e desigualdade, uma segunda relativa às condições econômicas e uma terceira relativa às condições de vida da população.

Vale observar que diversas variáveis pré-selecionadas para compor o modelo não foram capazes de satisfazer um dos três critérios descritos a seguir, e foram excluídas estudo. Tais critérios são os seguintes:

- As variáveis não contribuíam significativamente para a explicação da variabilidade dos dados;
- Variáveis muito correlacionadas implicando na entrada do modelo de apenas uma;
- Variáveis para as quais muitos municípios possuíam valor “missing”, isto é, não se aplicavam em todos os municípios.

Cabe ainda ressaltar que as variáveis econômicas foram as mais significativamente afetadas por esses problemas. Isso se deve, por um lado, à elevada inflação no período anterior a 1994 e, por outro, ao pior grau de organização do sistema estatístico nacional nesse período, o que

acarretou a impossibilidade de utilização de um número mais diversificado de variáveis em análises comparativas entre 1991 e 2000.

De todo modo, verifica-se, no Quadro 1, que, a partir desses critérios, e da utilização de técnicas estatísticas exploratórias e de resumo de dados, pode-se chegar a um total de 14 variáveis representativas das três dimensões pretendidas nessa análise.

Vale destacar que, na dimensão econômica, o modelo incorporou ao lado de variáveis que tipicamente são utilizadas para caracterizar a atividade produtiva – como valor adicionado e consumo comercial de energia elétrica – variáveis relacionadas às condições econômicas médias das famílias e que, em alguns casos, são tratadas como variáveis relativas às condições de vida: consumo residencial de energia elétrica e renda per capita familiar. No entanto, o a convergência entre esses dois grupos de variáveis tem se dado também em outras regiões do país.

Finalmente, cabe evidenciar que as variáveis incluídas nas dimensões de pobreza e condições sociais parecem consistentes com o observado na literatura, podendo, portanto, ser utilizadas sem outros impedimentos. A seguir, estão detalhados os principais aspectos da análise fatorial então empreendida.

Quadro 1 Relação das variáveis utilizadas no estudo		
Dimensão	Descrição das variáveis	Fonte
Pobreza e Desigualdade	Porcentagem de Indigentes	Ipea ⁽¹⁾
	Porcentagem de Pobres	
	% da renda apropriada pelos 20% mais pobres	
Condições Econômicas	Logaritmo neperiano do valor adicionado per capita (milhões de reais) ⁽²⁾	Sei, Coelba, Ipea ⁽¹⁾
	Logaritmo neperiano do consumo per capita de energia elétrica no setor de serviços, comércio e rural (mwh)	
	Consumo per capita de energia elétrica residencial (mwh)	
	Renda per capita (em reais)	
Condições de Vida	% de crianças de 5 a 6 anos na escola	Ipea ⁽¹⁾
	% de crianças de 7 a 14 anos freqüentando o ensino fundamental	
	% de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de 4 anos de estudo	
	% de jovens de 18 a 24 anos analfabetos	
	Taxa de mortalidade infantil	
	Taxa de fecundidade	
	% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	

⁽¹⁾ Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

⁽²⁾ Corrigido para 2000 pelo IGP-DI

Análise Fatorial

A análise fatorial ou *factor analysis*, consiste em uma técnica estatística de análise multivariada que se aplica à identificação de fatores que apontem objetivamente para a agregação de um

conjunto de medidas. Ao contrário de um indicador criado por uma composição de variáveis arbitrada pelo pesquisador, os fatores derivados da análise fatorial são dimensões abstratas, ocultas sob um determinado conjunto de medidas. Portanto, cabe ao pesquisador verificar se tais fatores podem ser interpretados de forma coerente com a natureza dos fenômenos ou processos estudados.

Esta técnica é freqüentemente utilizada na resolução de problemas envolvendo um grande número de variáveis, onde se deseja a redução deste número com a finalidade de facilitar o entendimento analítico dos dados. É também muito utilizada para fins de análise regional, onde se procura observar os padrões de semelhança ou diferença entre municípios.

Assim, a partir de uma análise da matriz de correlação das diversas variáveis, é possível obter indicadores sintéticos, ou utilizando o termo técnico, escores fatoriais, que consistem numa combinação linear das variáveis originais que as sintetizam e explicam. Realizam-se aqui três análises fatoriais, uma para cada dimensão, obtendo-se quatro fatores: uma para a dimensão pobreza, uma para a condição econômica do município e duas para explicar as dez variáveis relacionadas às condições mais gerais de vida da população do município.

Os três modelos explicaram mais de 60% da variabilidade total dos dados, porém o modelo relacionado às condições de vida da população alcança esse percentual com dois fatores enquanto os outros dois com apenas um. A escolha do número de fatores deu-se a partir do número de autovalores da matriz de correlação maiores do que um, já que um autovalor pequeno sugere uma pequena contribuição do fator na explicação das variações das variáveis originais (Tabela 9).

Dimensão	Fator	Autovalor	% de Variância Explicada	% Acumulado
Pobreza	1	2,158	71,933	71,933
	2	0,806	26,862	98,795
	3	0,036	1,205	100,000
Econômica	1	2,276	75,875	75,875
	2	,397	13,220	89,095
	3	,327	10,905	100,000
Condições de vida	1	3,214	39,689	39,689
	2	1,263	24,262	63,951
	3	,808	-	-
	4	,576	-	-
	5	,494	-	-
	6	,429	-	-
	7	,216	-	-

Nota: Os fatores já estão na forma ortogonal, isto é, foi realizada uma rotação VARIMAX nas dimensões originais.

Os fatores gerados pelo modelo de análise fatorial podem ser interpretados através das “cargas fatoriais”. Cada uma das “cargas fatoriais” representa a medida de correlação entre o

fator derivado da análise e as medidas originais, podendo ser interpretada como se faz com um coeficiente de correlação de Pearson (Tabelas 10 a 12).

Foram calculados também os chamados “escores fatoriais”. Os escores dos fatores relacionados às condições de vida da população estão apresentados na Tabela 13, os dos demais estão nas Tabelas 10 e 11. Os escores fatoriais são combinações lineares das variáveis originais padronizadas de tal forma que possuem média igual a zero e variância igual a 1 (z-escores). Da mesma forma que as “cargas fatoriais”, os coeficientes de cada variável expressam o seu “peso” na composição do indicador.¹

Tabela 10
Cargas fatoriais e escores fatoriais – Dimensão pobreza – Municípios da Bahia – 2000

Variáveis	Carga Fatorial	Coefficiente do Escore Fatorial
Porcentagem de Indigentes	0,985	0,456
Porcentagem de Pobres	0,897	0,456
% da renda apropriada pelos 20% mais pobres	0,620	0,287

Tabela 11
Cargas fatoriais e escores fatoriais – Dimensão econômica – Municípios da Bahia – 2000

Variáveis	Carga Fatorial	Coefficiente do Escore Fatorial
Logaritmo neperiano do valor adicionado per capita	0,813	0,277
Consumo per capita de energia elétrica residencial	0,908	0,309
Logaritmo neperiano do consumo per capita de energia elétrica no setor de serviços, comércio e rural	0,837	0,285
Renda per capita	0,868	0,295

Tabela 12
Cargas fatoriais rotacionadas pela transformação VARIMAX – Dimensão condições de vida Municípios da Bahia – 2000

Variáveis	Cargas Fatoriais	
	Fator 1	Fator 2
% de crianças de 7 a 14 anos freqüentando o ensino fundamental	0,829	0,067
% de crianças de 5 a 6 anos na escola	0,790	-0,009
% de adolescentes de 15 a 17 anos com mais de 4 anos de estudo	0,840	-0,273
% de jovens de 18 a 24 anos alfabetizados	0,738	-0,452
Taxa de mortalidade infantil	-0,068	0,823
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	-0,029	0,709
Taxa de fecundidade	-0,459	0,484

Nota: Os fatores já estão na forma ortogonal, isto é, foi realizada uma rotação VARIMAX nas dimensões originais.

¹ Vale destacar que, apesar de ser possível ordenar os municípios segundo os seis indicadores, não é possível quantificar estes indicadores em termos absolutos de valores “grandes” ou “pequenos”. Isso só é possível relativamente.

Tabela 13
Coefficientes dos escores fatoriais – Municípios da Bahia – 2000

Variáveis	Coefficientes dos Escores Fatoriais	
	Fator 1	Fator 2
% de crianças de 7 a 14 anos freqüentando o ensino fundamental	0,361	0,212
% de crianças de 5 a 6 anos na escola	0,329	0,152
% de adolescentes de 15 a 17 anos com mais de 4 anos de estudo	0,297	-0,018
% de jovens de 18 a 24 anos alfabetizados	0,218	-0,162
Taxa de mortalidade infantil	0,136	0,550
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	-0,095	0,240
Taxa de fecundidade	0,130	0,480

A interpretação dos resultados dessa análise é apresentada no corpo do texto, nos capítulos 1 a 3.

Análise de agrupamentos (clusters)

Com a finalidade de identificar grupos homogêneos de municípios, segundo os cinco fatores gerados pela análise fatorial, utiliza-se aqui a técnica de análise de agrupamentos. Técnica que é utilizada quando se dispõe de um conjunto de dados multivariados, ou seja, uma matriz de dados com p variáveis e n elementos e se quer identificar padrões de similaridades existentes entre os elementos deste conjunto.

Esta técnica se aplica à determinação de proximidades geométricas entre os elementos estudados dentro de um espaço onde a dimensão é dada pelo número de variáveis existentes.

Para a interpretação dos padrões de similaridades encontrados pela análise de agrupamentos, é fundamental avaliar o comportamento das variáveis originais dentro de cada grupo, buscando identificar aquelas que mais distinguem um determinado grupo dos demais, verificando a coerência dos resultados com a natureza do fenômeno ou processo estudado. O algoritmo utilizado para a geração dos grupos foi o *k-means*.

Em primeiro lugar, procedeu-se à detecção e neutralização dos “pontos estranhos”, com a identificação de um município (Mucuri), que se destacava dos demais. Posteriormente, esse município foi classificado em um grupo segundo uma análise de discriminante realizada.

Foram criados cinco grupos, sendo realizada uma análise de discriminante com os cinco fatores. Essa técnica permite construir funções classificatórias que são combinações lineares dos fatores que classificam cada município nos cinco grupos determinados pela análise de conglomerados. Esta análise tem como finalidade confirmar a análise de conglomerados e reclassificar alguns municípios que estão nos limites de um grupo e outro, além de classificar os municípios que foram excluídos da análise de conglomerados. Essas funções vão permitir aplicar o padrão de 2000 nos dados de 1991.

A interpretação dos resultados dessa análise é apresentada no corpo do texto, no capítulo 4.

(continua)

Lista 1
Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000

Código	Município	Ano de instação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
290010	Abaíra	1.963	Chapada Sul	Sim	9.067	39,25	5	2
290020	Abaré	1.963	Nordeste	Sim	13.648	40,5	5	4
290030	Acajutiba	1.955	Grande Recôncavo	Não	14.322	85,07	5	4
290035	Adustina	1.990	Nordeste	Sim	14.302	31,35	5	4
290040	Água Fria	1.963	Nordeste	Sim	14.718	29,38	5	3
290060	Aiquara	1.963	Mata Atlântica	Não	5.315	51,29	5	2
290070	Alagoinhas	1.940	Grande Recôncavo	Não	130.095	86,43	2	1
290080	Alcobaça	1.940	Extremo Sul	Não	20.900	35,63	5	2
290090	Almadina	1.963	Mata Atlântica	Não	7.862	68,89	5	4
290100	Amargosa	1.940	Grande Recôncavo	Não	31.108	67,13	5	2
290110	Amélia Rodrigues	1.963	Grande Recôncavo	Não	24.134	78,82	5	1
290115	América Dourada	1.986	Centro Leste São Francisco	Sim	15.959	63,59	5	4
290120	Anagé	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	31.060	13,55	5	5
290130	Andaraí	1.940	Chapada Sul	Sim	13.884	51,61	5	4
290135	Andorinha	1.990	Chapada Norte	Sim	15.774	27,48	5	-
290140	Angical	1.940	Oeste do São Francisco	Não	14.701	41,05	5	2
290150	Anguera	1.963	Grande Recôncavo	Sim	8.834	39,12	5	3
290160	Antas	1.955	Nordeste	Sim	14.059	35,66	5	2
290170	Antônio Cardoso	1.963	Grande Recôncavo	Sim	11.620	19,93	5	3
290180	Antônio Gonçalves	1.963	Chapada Norte	Sim	9.716	54,14	5	4
290190	Aporá	1.959	Grande Recôncavo	Não	16.769	39,04	5	3
290195	Apuarema	1.990	Mata Atlântica	Não	7.443	58,87	5	4
290205	Araças	1.990	Grande Recôncavo	Não	11.003	48,44	5	4
290200	Aracatu	1.963	Planalto Central	Sim	15.491	20,57	5	5
290210	Araci	1.959	Nordeste	Sim	47.584	34,02	5	4
290220	Aramari	1.963	Grande Recôncavo	Não	9.258	46,35	5	4
290225	Arataca	1.986	Mata Atlântica	Não	11.218	48,88	5	4
290230	Aratuípe	1.940	Grande Recôncavo	Não	8.381	57,12	5	4
290240	Aurelino Leal	1.963	Mata Atlântica	Não	17.149	81,29	5	4
290250	Baianópolis	1.963	Oeste do São Francisco	Não	12.179	22,39	5	5
290260	Baixa Grande	1.933	Chapada Norte	Sim	20.441	34,86	5	3
290265	Banzaê	1.990	Nordeste	Sim	11.156	30,6	5	4
290270	Barra	1.939	Médio São Francisco	Sim	44.203	44,43	5	5
290280	Barra da Estiva	1.940	Chapada Sul	Sim	24.440	36,55	5	2
290290	Barra do Choça	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	40.818	43,41	5	2

(continuação)

Lista 1 Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000								
Código	Município	Ano de instalação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
290300	Barra do Mendes	1.959	Centro Leste São Francisco	Sim	13.610	40,99	5	2
290310	Barra do Rocha	1.963	Mata Atlântica	Não	8.074	42,42	5	4
290320	Barreiras	1.940	Oeste do São Francisco	Não	131.849	87,82	5	1
290323	Barro Alto	1.986	Centro Leste São Francisco	Sim	12.098	42,78	5	4
290340	Belmonte	1.940	Extremo Sul	Não	20.032	53,94	5	2
290350	Belo Campo	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	17.655	45,78	5	2
290360	Biritinga	1.963	Nordeste	Sim	14.641	16,03	5	4
290370	Boa Nova	1.939	Planalto Sudoeste	Sim	20.544	22,34	5	5
290380	Boa Vista do Tupim	1.963	Chapada Norte	Sim	18.408	31,73	5	4
290390	Bom Jesus da Lapa	1.940	Médio São Francisco	Sim	54.421	69,32	5	2
290395	Bom Jesus da Serra	1.990	Planalto Sudoeste	Sim	10.502	18,6	5	5
290400	Boninal	1.963	Chapada Sul	Sim	12.461	30,66	5	3
290405	Bonito	1.990	Chapada Sul	Sim	12.902	42,64	5	4
290410	Boquira	1.963	Chapada Sul	Sim	22.121	29,84	5	5
290420	Botuporã	1.963	Chapada Sul	Sim	11.522	28,22	5	3
290430	Brejões	1.924	Grande Recôncavo	Sim	15.344	29,77	5	2
290440	Brejoândia	1.963	Médio São Francisco	Sim	8.762	20,91	5	3
290450	Brotas de Macaúbas	1.939	Chapada Sul	Sim	13.003	23,46	5	3
290460	Brumado	1.940	Planalto Central	Sim	61.670	66,01	5	1
290470	Buerarema	1.963	Mata Atlântica	Não	19.118	84,99	5	2
290475	Buritirama	1.986	Médio São Francisco	Sim	17.797	33,29	0	5
290480	Caatiba	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	15.508	28,55	5	5
290485	Cabaceiras do Paraguaçu	1.990	Grande Recôncavo	Não	15.547	21,26	5	3
290490	Cachoeira	1.939	Grande Recôncavo	Não	30.416	52,05	5	2
290500	Caculé	1.920	Planalto Central	Sim	20.339	56,69	5	2
290510	Caém	1.963	Chapada Norte	Sim	12.563	26,88	5	4
290515	Caetanos	1.990	Planalto Sudoeste	Sim	13.076	17,68	5	5
290520	Caetité	1.940	Planalto Central	Sim	45.090	52,03	5	3
290530	Cafarnaum	1.963	Centro Leste São Francisco	Sim	16.059	57,34	5	4
290540	Cairu	1.939	Grande Recôncavo	Não	11.410	61,18	5	2
290550	Caldeirão Grande	1.963	Chapada Norte	Sim	11.395	35,81	5	4
290560	Camacan	1.953	Mata Atlântica	Não	31.055	78,19	5	2

(continuação)

Lista 1 Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000								
Código	Município	Ano de instalação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
290570	Camaçari	1.940	Metropolitano	Não	161.727	95,47	2	1
290580	Camamu	1.939	Grande Recôncavo	Não	33.661	35,97	5	5
290590	Campo Alegre de Lourdes	1.963	Baixo Médio São Francisco	Sim	27.607	23,69	5	5
290600	Campo Formoso	1.940	Chapada Norte	Sim	61.942	33,91	5	4
290610	Canápolis	1.963	Oeste do São Francisco	Não	9.743	26,05	5	3
290620	Canarana	1.963	Centro Leste São Francisco	Sim	21.665	45,03	5	4
290630	Canavieiras	1.940	Mata Atlântica	Não	35.322	74,58	5	2
290640	Candeal	1.963	Chapada Norte	Sim	10.121	33,76	5	3
290650	Candeias	1.959	Metropolitano	Não	76.783	90,03	2	1
290660	Candiba	1.963	Planalto Central	Sim	12.124	50,8	5	3
290670	Cândido Sales	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	28.516	66,36	5	2
290680	Cansanção	1.959	Nordeste	Sim	31.947	28,86	5	4
290682	Canudos	1.986	Nordeste	Sim	13.761	50,96	5	4
290685	Capela do Alto Alegre	1.986	Chapada Norte	Sim	11.898	38,1	5	2
290687	Capim Grosso	1.986	Chapada Norte	Sim	23.908	74,71	5	4
290689	Caraibas	1.990	Planalto Sudoeste	Sim	17.164	8,3	5	5
290690	Caravelas	1.939	Extremo Sul	Não	20.103	51,4	5	1
290700	Cardeal da Silva	1.963	Grande Recôncavo	Não	8.034	35,25	5	4
290710	Carinhanha	1.940	Médio São Francisco	Sim	27.272	38,44	5	5
290720	Casa Nova	1.940	Baixo Médio São Francisco	Sim	55.730	48,93	5	2
290730	Castro Alves	1.939	Grande Recôncavo	Sim	25.561	57,3	5	3
290740	Catolândia	1.963	Oeste do São Francisco	Não	3.092	27,43	5	3
290750	Catu	1.940	Grande Recôncavo	Não	46.731	80,92	5	1
290755	Caturama	1.990	Chapada Sul	Sim	8.640	18,09	5	3
290760	Central	1.959	Centro Leste São Francisco	Sim	16.792	45,48	5	4
290770	Chorrochó	1.955	Nordeste	Sim	10.171	21,19	5	4
290780	Cícero Dantas	1.933	Nordeste	Sim	30.934	51,07	5	4
290790	Cipó	1.939	Nordeste	Sim	14.285	66,69	5	2
290800	Coaraci	1.952	Mata Atlântica	Não	27.852	83,55	5	2
290810	Cocos	1.959	Oeste do São Francisco	Sim	17.611	36,48	5	3
290820	Conceição da Feira	1.944	Grande Recôncavo	Não	17.514	64,16	4	1

(continuação)

Lista 1 Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000								
Código	Município	Ano de instalação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
290830	Conceição do Almeida	1.940	Grande Recôncavo	Não	18.912	43,98	5	2
290840	Conceição do Coité	1.939	Nordeste	Sim	56.317	49,76	5	4
290850	Conceição do Jacuípe	1.963	Grande Recôncavo	Não	26.194	74,31	5	1
290860	Conde	1.935	Grande Recôncavo	Não	20.426	51,37	5	5
290870	Condeúba	1.940	Planalto Central	Sim	18.047	35,08	5	3
290880	Contendas do Sincorá	1.963	Planalto Central	Sim	4.264	54,67	5	2
290890	Coração de Maria	1.940	Grande Recôncavo	Não	23.818	31,61	5	2
290900	Cordeiros	1.963	Planalto Central	Sim	8.193	25,63	5	2
290910	Coribe	1.959	Oeste do São Francisco	Sim	15.148	37,6	5	3
290920	Coronel João Sá	1.963	Nordeste	Sim	19.665	28,16	5	5
290930	Correntina	1.939	Oeste do São Francisco	Não	30.583	37,13	5	3
290940	Cotegipe	1.933	Oeste do São Francisco	Não	13.374	48,95	5	3
290950	Cravolândia	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	5.001	59,99	5	4
290960	Crisópolis	1.963	Nordeste	Sim	19.037	36,01	5	4
290970	Cristópolis	1.963	Oeste do São Francisco	Não	12.662	21,13	5	3
290980	Cruz das Almas	1.939	Grande Recôncavo	Não	53.049	74,66	5	1
290990	Curaçá	1.940	Baixo Médio São Francisco	Sim	28.841	37,36	5	4
291000	Dário Meira	1.963	Mata Atlântica	Não	15.222	32,39	5	4
291005	Dias D'Ávila	1.986	Metropolitano	Não	45.333	94,13	5	1
291010	Dom Basílio	1.963	Planalto Central	Sim	10.427	14,59	5	2
291020	Dom Macedo Costa	1.963	Grande Recôncavo	Não	3.748	34,61	5	2
291030	Elísio Medrado	1.963	Grande Recôncavo	Não	7.860	31,98	5	2
291040	Encruzilhada	1.957	Planalto Sudoeste	Sim	32.924	15,13	5	2
291050	Entre Rios	1.940	Grande Recôncavo	Não	37.513	61,36	5	2
290050	Érico Cardoso	1.963	Chapada Sul	Sim	12.160	10,87	5	5
291060	Esplanada	1.940	Grande Recôncavo	Não	27.230	64,41	5	4
291070	Euclides da Cunha	1.933	Nordeste	Sim	53.885	45,52	5	4
291072	Eunápolis	1.989	Extremo Sul	Não	84.120	94,1	5	1
291075	Fátima	1.986	Nordeste	Sim	18.298	34,66	5	4
291077	Feira da Mata	1.990	Médio São Francisco	Sim	6.235	45,26	5	3
291080	Feira de Santana	1.939	Grande Recôncavo	Sim	480.949	89,77	2	1
291085	Filadélfia	1.986	Chapada Norte	Sim	17.194	46,33	5	4

(continuação)

Lista 1 Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000								
Código	Município	Ano de instalação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
291090	Firmino Alves	1.963	Planalto Sudoeste	Não	5.170	73,62	5	2
291100	Floresta Azul	1.963	Mata Atlântica	Não	11.614	64,99	5	2
291110	Formosa do Rio Preto	1.963	Oeste do São Francisco	Não	18.288	51,3	5	4
291120	Gandu	1.959	Mata Atlântica	Não	27.160	81,22	5	2
291125	Gavião	1.986	Chapada Norte	Sim	4.792	45,97	5	3
291130	Gentio do Ouro	1.933	Centro Leste São Francisco	Sim	10.173	48,19	5	3
291140	Glória	1.940	Nordeste	Sim	14.559	16,24	5	3
291150	Gongogi	1.963	Mata Atlântica	Não	10.522	59,4	5	5
290330	Governador Lomanto Júnior	1.963	Mata Atlântica	Não	8.602	59,97	5	4
291160	Governador Mangabeira	1.963	Grande Recôncavo	Não	17.165	38,94	4	2
291165	Guajeru	1.986	Planalto Central	Sim	12.836	13,42	5	2
291170	Guanambi	1.920	Planalto Central	Sim	71.728	75,29	5	1
291180	Guaratinga	1.963	Extremo Sul	Não	24.319	41,19	5	5
291185	Heliópolis	1.986	Nordeste	Sim	13.108	32,29	5	2
291190	Iaçu	1.959	Chapada Norte	Sim	28.501	75,91	5	4
291200	Ibassucê	1.963	Planalto Central	Sim	12.828	31,47	5	2
291210	Ibicaí	1.955	Mata Atlântica	Não	28.861	66,99	5	2
291220	Ibicoara	1.963	Chapada Sul	Sim	14.453	27,79	5	2
291230	Ibicuí	1.952	Planalto Sudoeste	Não	15.129	69,1	5	2
291240	Ibipeba	1.963	Centro Leste São Francisco	Sim	15.362	60,42	5	2
291250	Ibipitanga	1.963	Chapada Sul	Sim	13.419	27,3	5	-
291260	Ibiquera	1.959	Chapada Norte	Sim	4.495	55,46	5	4
291270	Ibirapitanga	1.963	Mata Atlântica	Não	22.177	28,69	5	4
291280	Ibirapuã	1.963	Extremo Sul	Não	7.096	50,35	5	2
291290	Ibirataia	1.963	Mata Atlântica	Não	24.741	75,69	5	3
291300	Ibitiara	1.939	Chapada Sul	Sim	14.443	18,79	5	3
291310	Ibititá	1.963	Centro Leste São Francisco	Sim	17.905	45,02	5	4
291320	Ibotirama	1.959	Médio São Francisco	Sim	24.149	67,85	5	2
291330	Ichu	1.963	Chapada Norte	Sim	5.593	47,61	5	2
291340	Igaporã	1.961	Planalto Central	Sim	14.557	48,78	5	3
291345	Igrapiúna	1.990	Grande Recôncavo	Não	14.960	15,89	5	5
291350	Iguaí	1.952	Planalto Sudoeste	Não	25.134	49,96	5	2

(continuação)

Lista 1 Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000								
Código	Município	Ano de instalação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
291360	Ilhéus	1.939	Mata Atlântica	Não	222.127	72,99	5	1
291370	Inhambupe	1.939	Grande Recôncavo	Sim	29.589	42,52	5	4
291380	Ipecaetá	1.963	Grande Recôncavo	Sim	18.383	11,23	5	3
291390	Ipiaú	1.939	Mata Atlântica	Não	43.621	86,94	5	2
291400	Ipirá	1.940	Chapada Norte	Sim	61.746	37,77	5	2
291410	Ipupiara	1.959	Chapada Sul	Sim	8.541	60,7	5	-
291420	Irajuba	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	6.362	42,71	5	4
291430	Iramaia	1.963	Chapada Sul	Sim	17.553	43,76	5	3
291440	Iraquara	1.963	Chapada Sul	Sim	18.334	29,07	5	4
291450	Irará	1.940	Grande Recôncavo	Não	25.163	34,4	5	3
291460	Irecê	1.933	Centro Leste São Francisco	Sim	57.436	92,53	5	1
291465	Itabela	1.990	Extremo Sul	Não	25.746	73,16	0	4
291470	Itaberaba	1.940	Chapada Norte	Sim	58.943	75,53	5	2
291480	Itabuna	1.908	Mata Atlântica	Não	196.675	97,21	5	1
291490	Itacaré	1.930	Mata Atlântica	Não	18.120	43,88	5	4
291500	Itaeté	1.963	Chapada Norte	Sim	14.006	38,94	5	4
291510	Itagi	1.963	Mata Atlântica	Não	14.629	68,26	5	4
291520	Itagibá	1.959	Mata Atlântica	Não	17.191	51	5	3
291530	Itagimirim	1.963	Extremo Sul	Não	7.728	76,88	5	2
291535	Itaguaçu da Bahia	1.990	Centro Leste São Francisco	Sim	11.309	17,57	5	4
291540	Itaju do Colônia	1.963	Mata Atlântica	Não	8.580	75,07	5	2
291550	Itajuípe	1.952	Mata Atlântica	Não	22.511	71,62	5	2
291560	Itamaraju	1.963	Extremo Sul	Não	64.144	74,89	5	2
291570	Itamarí	1.963	Mata Atlântica	Não	8.347	65,75	5	2
291580	Itambé	1.928	Planalto Sudoeste	Sim	30.850	71,88	5	2
291590	Itanagra	1.963	Grande Recôncavo	Não	6.370	29,18	5	4
291600	Itanhém	1.959	Extremo Sul	Não	21.334	66,04	5	2
291610	Itaparica	1.940	Metropolitano	Não	18.945	100	2	1
291620	Itapé	1.963	Mata Atlântica	Não	14.639	59,2	5	2
291630	Itapebi	1.959	Extremo Sul	Não	11.126	76,78	5	2
291640	Itapetinga	1.955	Planalto Sudoeste	Sim	57.931	95,25	5	1
291650	Itapicuru	1.933	Nordeste	Sim	27.315	18,62	5	4
291660	Itapitanga	1.963	Mata Atlântica	Não	10.382	68,34	5	4
291670	Itaquara	1.944	Planalto Sudoeste	Sim	7.861	52,98	5	4
291680	Itarantim	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	16.923	76,58	5	2

(continuação)

Lista 1 Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000								
Código	Município	Ano de instalação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
291685	Itatim	1.990	Grande Recôncavo	Sim	12.700	68,5	5	2
291690	Itiruçu	1.944	Planalto Sudoeste	Sim	13.585	72,66	5	2
291700	Itiúba	1.939	Chapada Norte	Sim	35.543	24,94	5	4
291710	Itororó	1.959	Planalto Sudoeste	Sim	19.799	83,98	5	2
291720	Ituaçu	1.940	Planalto Central	Sim	17.268	25,65	5	2
291730	Ituberá	1.909	Grande Recôncavo	Não	24.133	65,93	5	4
291733	Iuiú	1.990	Médio São Francisco	Sim	10.489	43,58	5	3
291735	Jaborandi	1.986	Oeste do São Francisco	Não	10.288	19,66	5	3
291740	Jacaraci	1.940	Planalto Central	Sim	13.520	27	5	3
291750	Jacobina	1.940	Chapada Norte	Sim	76.492	68,1	5	2
291760	Jaguaquara	1.921	Planalto Sudoeste	Sim	46.621	75,29	5	2
291770	Jaguarari	1.944	Chapada Norte	Sim	27.412	48,81	5	2
291780	Jaguaripe	1.931	Grande Recôncavo	Não	13.422	34,51	5	4
291790	Jandaíra	1.944	Grande Recôncavo	Não	10.027	54,92	0	-
291800	Jequié	1.939	Planalto Sudoeste	Sim	147.202	88,52	5	1
291810	Jeremoabo	1.939	Nordeste	Sim	34.916	42,28	5	4
291820	Jiquiriçá	1.944	Grande Recôncavo	Não	13.638	33,64	5	2
291830	Jitaúna	1.963	Mata Atlântica	Não	21.056	45,44	5	5
291835	João Dourado	1.986	Centro Leste São Francisco	Sim	18.967	60,32	5	4
291840	Juazeiro	1.939	Baixo Médio São Francisco	Sim	174.567	76,35	5	1
291845	Jucuruçu	1.990	Extremo Sul	Não	12.377	14,95	0	5
291850	Jussara	1.963	Centro Leste São Francisco	Sim	15.339	64,31	5	4
291855	Jussari	1.986	Mata Atlântica	Não	7.556	67,81	5	2
291860	Jussiape	1.963	Chapada Sul	Sim	10.051	37,47	5	2
291870	Lafaiete Coutinho	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	4.102	46,83	5	2
291875	Lagoa Real	1.990	Planalto Central	Sim	12.765	15,71	5	5
291880	Laje	1.906	Grande Recôncavo	Não	19.601	26,11	5	2
291890	Lajedão	1.963	Extremo Sul	Não	3.409	54,33	5	1
291900	Lajedinho	1.963	Chapada Norte	Sim	4.352	26,52	5	3
291905	Lajedo do Tabocal	1.990	Planalto Sudoeste	Sim	8.100	56,89	5	2
291910	Lamarão	1.963	Nordeste	Sim	9.523	20,25	5	2
291915	Lapão	1.986	Centro Leste São Francisco	Sim	24.727	37,3	5	4
291920	Lauro de Freitas	1.963	Metropolitano	Não	113.543	95,46	2	1

(continuação)

Lista 1 Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000								
Código	Município	Ano de instalação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
291930	Lençóis	1.940	Chapada Sul	Sim	8.910	71,77	5	4
291940	Licínio de Almeida	1.963	Planalto Central	Sim	12.349	48,24	5	3
291950	Livramento de Nossa Senhora	1.931	Planalto Central	Sim	38.025	43,98	5	2
291960	Macajuba	1.945	Chapada Norte	Sim	11.474	38,39	5	3
291970	Macarani	1.922	Planalto Sudoeste	Sim	14.594	73,45	5	2
291980	Macaúbas	1.940	Chapada Sul	Sim	41.806	27,94	5	3
291990	Macururé	1.963	Nordeste	Sim	8.612	27,35	5	-
291992	Madre de Deus	1.990	Metropolitano	Não	12.036	96,37	0	1
291995	Maetinga	1.986	Planalto Central	Sim	13.686	14,42	0	5
292000	Maiquinique	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	7.326	71,09	5	2
292010	Mairi	1.939	Chapada Norte	Sim	20.085	47,77	5	3
292020	Malhada	1.963	Médio São Francisco	Sim	15.614	38,89	5	4
292030	Malhada de Pedras	1.963	Planalto Central	Sim	8.426	27,87	5	3
292040	Manoel Vitorino	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	16.704	40,61	5	5
292045	Mansidão	1.986	Oeste do São Francisco	Não	11.046	21,13	0	3
292050	Maracás	1.940	Planalto Sudoeste	Sim	31.683	58,44	5	4
292060	Maragogipe	1.939	Grande Recôncavo	Não	40.314	52,2	5	2
292070	Maraú	1.939	Mata Atlântica	Não	18.366	15,51	5	5
292080	Marcionílio Souza	1.963	Chapada Norte	Sim	10.775	47,3	5	4
292090	Mascote	1.963	Mata Atlântica	Não	16.093	73,65	5	5
292100	Mata de São João	1.939	Grande Recôncavo	Não	32.568	76,67	5	1
292105	Matina	1.990	Médio São Francisco	Sim	10.242	26,94	5	3
292110	Medeiros Neto	1.959	Extremo Sul	Não	21.235	75,47	5	1
292120	Miguel Calmon	1.924	Chapada Norte	Sim	28.267	52,43	5	4
292130	Milagres	1.963	Grande Recôncavo	Sim	12.067	77,56	5	2
292140	Mirangaba	1.963	Chapada Norte	Sim	14.261	33,05	5	4
292145	Mirante	1.990	Planalto Sudoeste	Sim	13.666	9,36	5	5
292150	Monte Santo	1.939	Nordeste	Sim	54.552	13,25	5	5
292160	Morpará	1.963	Médio São Francisco	Sim	8.597	63,91	5	3
292170	Morro do Chapéu	1.939	Chapada Norte	Sim	34.494	57,38	5	4
292180	Mortugaba	1.963	Planalto Central	Sim	12.598	39,64	5	3
292190	Mucugê	1.939	Chapada Sul	Sim	13.682	24,24	5	5
292200	Mucuri	1.940	Extremo Sul	Não	28.062	66,58	5	1
292205	Mulungu do Morro	1.990	Centro Leste São Francisco	Sim	15.119	40,74	0	4

EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS
MANCHAS DE POBREZA NA BAHIA
(1991-2000)

(continuação)

Lista 1 Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000								
Código	Município	Ano de instalação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
292210	Mundo Novo	1.940	Chapada Norte	Sim	21.273	52,32	5	3
292220	Muniz Ferreira	1.963	Grande Recôncavo	Não	6.941	47,56	5	2
292225	Muquém de São Francisco	1.990	Médio São Francisco	Sim	9.052	11,01	0	4
292230	Muritiba	1.920	Grande Recôncavo	Não	30.644	58,43	5	1
292240	Mutuípe	1.926	Grande Recôncavo	Não	20.462	43,91	5	2
292250	Nazaré	1.940	Grande Recôncavo	Não	26.365	87,28	5	2
292260	Nilo Peçanha	1.940	Grande Recôncavo	Não	11.213	22,25	5	4
292265	Nordestina	1.986	Nordeste	Sim	11.800	24,36	0	-
292270	Nova Canaã	1.963	Planalto Sudoeste	Não	15.366	38,87	5	4
292273	Nova Fátima	1.990	Chapada Norte	Sim	7.536	58,93	5	2
292275	Nova Ibiá	1.990	Mata Atlântica	Não	7.166	35,36	5	2
292280	Nova Itarana	1.963	Grande Recôncavo	Sim	6.592	37,88	5	4
292285	Nova Redenção	1.990	Chapada Sul	Sim	8.636	52,01	5	4
292290	Nova Soure	1.944	Nordeste	Sim	24.405	44,54	5	4
292300	Nova Viçosa	1.963	Extremo Sul	Não	32.076	76,81	5	1
292303	Novo Horizonte	1.990	Chapada Sul	Sim	8.502	23,52	5	3
292305	Novo Triunfo	1.990	Nordeste	Sim	13.599	38,58	5	-
292310	Olindina	1.959	Nordeste	Sim	23.909	46,64	5	4
292320	Oliveira dos Brejinhos	1.933	Chapada Sul	Sim	21.670	26,84	5	3
292330	Ouriçangas	1.963	Grande Recôncavo	Não	7.525	34,34	5	2
292335	Ourolândia	1.990	Chapada Norte	Sim	15.356	29,03	5	4
292340	Palmas de Monte Alto	1.940	Planalto Central	Sim	20.099	33,12	5	3
292350	Palmeiras	1.940	Chapada Sul	Sim	7.518	53,19	5	2
292360	Paramirim	1.939	Chapada Sul	Sim	18.921	41,66	5	2
292370	Paratinga	1.939	Médio São Francisco	Sim	27.679	32,76	5	3
292380	Paripiranga	1.940	Nordeste	Sim	26.591	29,26	5	2
292390	Pau Brasil	1.963	Mata Atlântica	Não	13.048	66,98	5	4
292400	Paulo Afonso	1.959	Nordeste	Sim	96.499	85,58	5	1
292405	Pé de Serra	1.986	Chapada Norte	Sim	13.531	30,38	5	3
292410	Pedrao	1.963	Grande Recôncavo	Não	6.764	21,54	5	3
292420	Pedro Alexandre	1.963	Nordeste	Sim	16.953	12,57	5	5
292430	Piatã	1.940	Chapada Sul	Sim	18.977	30,41	5	3
292440	Pilão Arcado	1.940	Baixo Médio São Francisco	Sim	30.713	25,61	5	5
292450	Pindaí	1.963	Planalto Central	Sim	15.494	23,43	5	3

(continuação)

Lista 1 Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000								
Código	Município	Ano de instalação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
292460	Pindobaçu	1.955	Chapada Norte	Sim	20.869	50,1	5	3
292465	Pintadas	1.986	Chapada Norte	Sim	10.927	37,3	5	3
292467	Pirai do Norte	1.990	Grande Recôncavo	Não	10.425	26,73	5	5
292470	Piripá	1.963	Planalto Central	Sim	16.128	32,54	5	3
292480	Piritiba	1.955	Chapada Norte	Sim	19.037	66,86	5	2
292490	Planaltino	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	7.963	37,55	5	4
292500	Planalto	1.963	Planalto Sudoeste	Sim	21.707	57,76	5	2
292510	Poções	1.922	Planalto Sudoeste	Sim	44.213	71,93	5	2
292520	Pojuca	1.913	Grande Recôncavo	Não	26.203	83,52	2	1
292525	Ponto Novo	1.990	Chapada Norte	Sim	17.187	39,37	0	3
292530	Porto Seguro	1.939	Extremo Sul	Não	95.721	83,18	5	1
292540	Potiraguá	1.959	Planalto Sudoeste	Não	14.579	51,76	5	3
292550	Prado	1.940	Extremo Sul	Não	26.498	53,47	5	1
292560	Presidente Dutra	1.963	Centro Leste São Francisco	Sim	13.730	55,78	5	4
292570	Presidente Jânio Quadros	1.963	Planalto Central	Sim	17.045	17,09	0	5
292575	Presidente Tancredo Neves	1.990	Mata Atlântica	Não	19.404	32,06	5	2
292580	Queimadas	1.940	Nordeste	Sim	24.613	39,75	5	4
292590	Quijingue	1.963	Nordeste	Sim	26.376	18,55	5	4
292593	Quixabeira	1.990	Chapada Norte	Sim	9.466	33,07	5	4
292595	Rafael Jambeiro	1.986	Grande Recôncavo	Sim	22.600	21,69	5	4
292600	Remanso	1.901	Baixo Médio São Francisco	Sim	36.257	57,96	5	4
292610	Retirolândia	1.963	Nordeste	Sim	10.891	50,26	5	2
292620	Riachão das Neves	1.963	Oeste do São Francisco	Não	21.917	46,8	5	4
292630	Riachão do Jacuípe	1.933	Chapada Norte	Sim	31.633	49,22	5	2
292640	Riacho de Santana	1.940	Médio São Francisco	Sim	28.643	38,44	5	3
292650	Ribeira do Amparo	1.959	Nordeste	Sim	13.903	10,49	5	4
292660	Ribeira do Pombal	1.933	Nordeste	Sim	46.270	54,86	5	4
292665	Ribeirão do Largo	1.990	Planalto Sudoeste	Sim	15.303	29,09	5	2
292670	Rio de Contas	1.939	Chapada Sul	Sim	13.935	40,79	5	2
292680	Rio do Antônio	1.963	Planalto Central	Sim	14.637	34,93	5	3
292690	Rio do Pires	1.963	Chapada Sul	Sim	12.010	35,89	5	2
292700	Rio Real	1.940	Grande Recôncavo	Não	33.260	60,26	0	-

EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS
MANCHAS DE POBREZA NA BAHIA
(1991-2000)

(continuação)

Lista 1 Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000								
Código	Município	Ano de instalação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
292710	Rodelas	1.963	Nordeste	Sim	6.260	76,45	2	1
292720	Ruy Barbosa	1.914	Chapada Norte	Sim	29.026	69,81	5	3
292730	Salinas da Margarida	1.963	Grande Recôncavo	Não	10.377	44,43	4	2
292740	Salvador	1.939	Metropolitano	Não	2.443.107	99,96	1	1
292750	Santa Bárbara	1.963	Grande Recôncavo	Sim	17.933	39,97	5	3
292760	Santa Brígida	1.963	Nordeste	Sim	16.903	26,08	5	4
292770	Santa Cruz Cabrália	1.933	Extremo Sul	Não	23.888	56,63	5	1
292780	Santa Cruz da Vitória	1.964	Mata Atlântica	Não	7.025	71	5	2
292790	Santa Inês	1.924	Planalto Sudoeste	Sim	11.027	94,08	5	2
292805	Santa Luzia	1.986	Mata Atlântica	Não	15.503	53,73	5	5
292810	Santa Maria da Vitória	1.939	Oeste do São Francisco	Não	41.261	55,23	5	3
292840	Santa Rita de Cássia	1.939	Oeste do São Francisco	Não	24.026	50,72	5	3
292850	Santa Teresinha	1.940	Grande Recôncavo	Sim	8.696	21,38	5	2
292800	Santaluz	1.935	Nordeste	Sim	30.955	58,04	5	2
292820	Santana	1.940	Oeste do São Francisco	Sim	24.139	51,77	5	3
292830	Santanópolis	1.963	Grande Recôncavo	Sim	8.644	14,46	5	3
292860	Santo Amaro	1.939	Grande Recôncavo	Não	58.414	76,19	5	1
292870	Santo Antônio de Jesus	1.939	Grande Recôncavo	Não	77.368	85,62	5	1
292880	Santo Estêvão	1.939	Grande Recôncavo	Sim	41.145	47,86	5	2
292890	São Desidério	1.963	Oeste do São Francisco	Não	19.006	37,51	5	2
292895	São Domingos	1.990	Nordeste	Sim	8.526	43,53	5	2
292910	São Felipe	1.940	Grande Recôncavo	Não	20.228	40,79	5	2
292900	São Félix	1.940	Grande Recôncavo	Não	13.699	63,86	5	2
292905	São Félix do Coribe	1.990	Oeste do São Francisco	Não	11.758	72,73	5	2
292920	São Francisco do Conde	1.939	Metropolitano	Não	26.282	83,21	5	1
292925	São Gabriel	1.986	Centro Leste São Francisco	Sim	18.412	53,29	5	3
292930	São Gonçalo dos Campos	1.939	Grande Recôncavo	Não	27.000	50,19	5	2
292935	São José da Vitória	1.990	Mata Atlântica	Não	6.210	83	0	-

(continuação)

Lista 1 Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000								
Código	Município	Ano de instalação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
292937	São José do Jacuípe	1.990	Chapada Norte	Sim	9.233	61,75	5	4
292940	São Miguel das Matas	1.945	Grande Recôncavo	Não	10.020	27,66	5	2
292950	São Sebastião do Passé	1.931	Grande Recôncavo	Não	39.960	73,95	5	1
292960	Sapeaçu	1.955	Grande Recôncavo	Não	16.450	45,74	5	2
292970	Sátiro Dias	1.959	Grande Recôncavo	Sim	17.251	19,86	5	4
292975	Saubara	1.990	Grande Recôncavo	Não	10.193	98,85	5	1
292980	Saúde	1.933	Chapada Norte	Sim	11.488	52,15	5	4
292990	Seabra	1.940	Chapada Sul	Sim	39.422	42,49	5	3
293000	Sebastião Laranjeiras	1.963	Planalto Central	Sim	9.283	39,2	5	2
293010	Senhor do Bonfim	1.940	Chapada Norte	Sim	67.723	75,81	5	1
293020	Sento Sé	1.933	Baixo Médio São Francisco	Sim	32.461	53,18	5	4
293015	Serra do Ramalho	1.990	Médio São Francisco	Sim	32.600	11,48	5	4
293030	Serra Dourada	1.963	Oeste do São Francisco	Sim	18.015	29,85	5	3
293040	Serra Preta	1.955	Chapada Norte	Sim	17.726	32,11	5	3
293050	Serrinha	1.940	Nordeste	Sim	83.206	55,22	5	2
293060	Serrolândia	1.963	Chapada Norte	Sim	12.616	47,89	5	3
293070	Simões Filho	1.963	Metropolitano	Não	94.066	81,76	2	1
293075	Sítio do Mato	1.990	Médio São Francisco	Sim	11.752	55,05	5	3
293076	Sítio do Quinto	1.990	Nordeste	Sim	17.031	21,5	5	4
293077	Sobradinho	1.990	Baixo Médio São Francisco	Sim	21.325	91,96	5	1
293080	Souto Soares	1.963	Chapada Sul	Sim	14.795	34,34	5	4
293090	Tabocas do Brejo Velho	1.963	Oeste do São Francisco	Sim	12.619	27,19	5	5
293100	Tanhaçu	1.963	Planalto Central	Sim	20.044	35,01	5	2
293105	Tanque Novo	1.940	Chapada Sul	Sim	15.771	35,1	5	3
293110	Tanquinho	1.959	Grande Recôncavo	Sim	7.460	68,12	5	2
293120	Taperoá	1.939	Grande Recôncavo	Não	15.933	47,22	5	4
293130	Tapiramutá	1.963	Chapada Norte	Sim	17.061	72,83	5	2
293135	Teixeira de Freitas	1.986	Extremo Sul	Não	107.486	91,81	5	1
293140	Teodoro Sampaio	1.963	Grande Recôncavo	Não	8.884	74,59	5	2
293150	Teofilândia	1.963	Nordeste	Sim	20.432	28,67	5	5
293160	Teolândia	1.963	Mata Atlântica	Não	12.572	28,68	5	5
293170	Terra Nova	1.963	Grande Recôncavo	Não	12.875	86,45	5	2

(conclusão)

Lista 1
Classificação dos municípios da Bahia segundo grupo – 1991/2000

Código	Município	Ano de instação do município	Eixo de Desenvolvimento	Município do semi-árido	População - 2000 (pessoas)	Grau de Urbanização - 2000 (%)	Grupo - 1991	Grupo - 2000
293180	Tremedal	1.939	Planalto Sudoeste	Sim	21.200	16,52	5	5
293190	Tucano	1.933	Nordeste	Sim	50.948	36,5	5	4
293200	Uauá	1.933	Nordeste	Sim	25.993	36,96	5	3
293210	Ubaíra	1.939	Grande Recôncavo	Sim	20.595	38,89	5	2
293220	Ubatuba	1.933	Mata Atlântica	Não	23.854	77,9	5	2
293230	Ubatã	1.955	Mata Atlântica	Não	21.803	81,86	5	2
293240	Uibaí	1.963	Centro Leste São Francisco	Sim	13.614	57,88	5	4
293245	Uburanas	1.990	Chapada Norte	Sim	14.140	43,75	5	4
293250	Una	1.924	Mata Atlântica	Não	31.261	48,86	5	4
293260	Urandi	1.940	Planalto Central	Sim	16.076	29,42	5	2
293270	Uruçuca	1.955	Mata Atlântica	Não	20.323	69,66	5	2
293280	Utinga	1.955	Chapada Sul	Sim	16.889	67,93	5	4
293290	Valença	1.939	Grande Recôncavo	Não	77.509	72,1	5	2
293300	Valente	1.959	Nordeste	Sim	19.145	49,68	5	2
293305	Várzea da Roça	1.986	Chapada Norte	Sim	13.633	42,89	5	3
293310	Várzea do Poço	1.963	Chapada Norte	Sim	7.515	66,99	5	2
293315	Várzea Nova	1.986	Chapada Norte	Sim	14.154	61,35	5	4
293317	Varzedo	1.990	Grande Recôncavo	Não	8.673	30,29	5	2
293320	Vera Cruz	1.963	Metropolitano	Não	29.750	93,69	2	1
293325	Vereda	1.990	Extremo Sul	Não	7.450	17,13	0	2
293330	Vitória da Conquista	1.940	Planalto Sudoeste	Sim	262.494	85,92	5	1
293340	Wagner	1.963	Chapada Sul	Sim	8.976	67,26	5	4
293345	Wanderley	1.986	Oeste do São Francisco	Não	13.649	40,13	5	5
293350	Wenceslau Guimarães	1.963	Mata Atlântica	Não	23.926	28,38	5	5
293360	Xique-Xique	1.940	Centro Leste São Francisco	Sim	44.718	70,59	5	4

Análise fatorial

A análise fatorial é um tipo de técnica de redução de dados utilizada quando diferentes variáveis estão fortemente correlacionadas entre si. Nesse caso, essas variáveis podem ser expressas por um único fator hipotético. Esse foi o procedimento utilizado para reduzir a quantidade de variáveis sócio-demográficas relevantes para a análise. Desse modo, a análise fatorial permite simplificar um conjunto de dados a serem analisados ao convergir variáveis altamente correlacionadas entre si para um único fator. São detalhadas a seguir as alternativas metodológicas adotadas para a realização da análise fatorial.

A análise fatorial foi realizada para os setores censitários urbanos dos 415 municípios do Estado da Bahia existentes no Censo 2000, que totalizavam 8.834 setores. Foram considerados somente setores do tipo “comum ou não-especial” ou “aglomerado subnormal”, sendo excluídos da análise os setores censitários que não possuíam informações, o que gerou um total de 8.695 setores urbanos analisados. Os setores “não especiais” referem-se a quartéis, bases militares, alojamentos, acampamentos, embarcações, barcos, navios, aldeia indígena, penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeia, asilo, orfanato, conventos, hospitais etc. Foram analisadas apenas as informações referentes aos domicílios particulares permanentes, ou seja, optou-se por excluir os domicílios “improvisados” (unidades não residenciais, como prédios em construção, fábricas etc.) e os de uso “coletivo” (como hotéis, presídios etc.).

Para a realização da análise fatorial, foi selecionado um conjunto de variáveis presentes no Censo Demográfico 2000 (IBGE) que tradicionalmente são associadas às condições de pobreza das famílias, segundo a literatura especializada discutida no âmbito do segundo produto deste estudo, tais como dados relativos aos rendimentos médios dos chefes, composições etárias das famílias e condições de saneamento do domicílio, de modo a cobrir diversas dimensões da pobreza urbana, para além da dimensão da privação de renda.

O método utilizado para a seleção dessas variáveis foi a análise fatorial por meio do método de componentes principais, chegando-se a uma explicação de 75,85% da variabilidade total. Para a realização dessa análise fatorial, foi utilizado o *software* SPSS, versão 13.0. A razão para a exclusão do restante das variáveis no modelo deveu-se à baixa “comunalidade” (menos de 0,40) e pouca contribuição para o aumento da explicação da variância total do conjunto de dados. Como medida de “ajuste” do modelo foi utilizada a estatística KMO (Kaiser-Meyer-Olkin), cujo valor foi de 0,736, o que indica que a variabilidade em comum deste conjunto de dados é adequadamente explicada pelo modelo de análise fatorial.

É importante apontar que diversas formas de agregação dessas variáveis foram testadas em diferentes modelos de análise fatorial. Porém, todos esses testes – com a inclusão das variáveis demográficas, com variáveis relativas à densidade do domicílio, com variáveis relativas às condições de propriedade do terreno, entre outras – representavam resultados inferiores em termos de explicação da variabilidade total dos dados ou, então, resultavam em um grande número de fatores, o que complicaria sobremaneira as análises subseqüentes e não contribuiria para a construção de indicadores sintéticos. Nesse sentido, o modelo final aqui apresentado representa o melhor ajuste possível dessas variáveis selecionadas.

Análise de agrupamentos (cluster analysis)

A análise de agrupamentos é uma técnica que permite reduzir o número de casos a serem analisados, uma vez que agrega unidades de análise – no caso, setores censitários – que compartilham características médias similares de forma a criar uma tipologia de áreas. Esse procedimento foi necessário devido à grande quantidade de setores censitários urbanos do estado da Bahia. Também é importante destacar que a quantidade de variáveis utilizadas influencia fortemente o número de grupos gerados pela análise de agrupamentos e, por esta razão, utilizar os fatores (e não todo o conjunto de variáveis) permite a criação de um número de grupos menor e mais adequado à interpretação dos resultados.

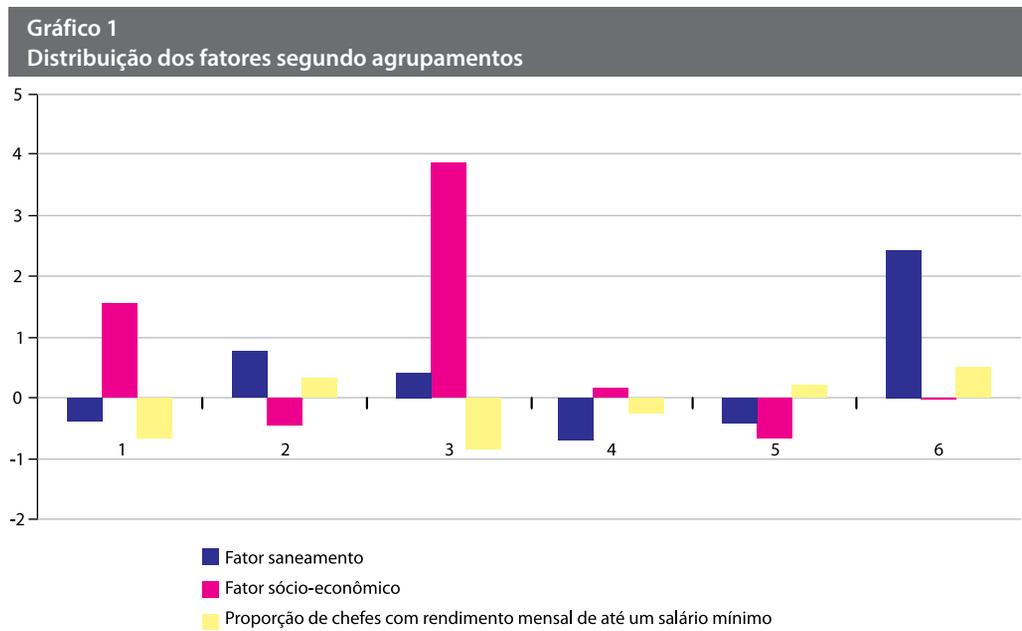
A análise de agrupamentos foi realizada a partir dos setores censitários urbanos dos 415 municípios do estado e baseou-se na dimensão socioeconômica, na dimensão saneamento e na proporção de pobres.

Metodologicamente, a análise de agrupamentos foi realizada através do algoritmo *k-means* do *software* SPSS, versão 13.0. Foi possível chegar a diferentes modos de agregação dos setores censitários nos fatores selecionados e optou-se pela agregação em seis grupos, considerando que esse era o número que melhor representava as diferentes condições de vida.

Essa agregação mostrou-se melhor que, por exemplo, a agregação em cinco grupos, pois foram obtidos grupos de tamanho muito grande – com muitos setores censitários internamente (alguns com mais de 3.300 setores), agregando situações sociais por vezes heterogêneas entre si. Também não foi observada uma boa variabilidade entre os diferentes grupos no caso de cinco agrupamentos.

Por outro lado, quando os dados foram agregados em sete grupos ou mais foram gerados grupos muito pequenos – com apenas 250 setores internamente – e com características próximas a de outros agrupamentos, o que não traria ganhos para a interpretação dos resultados. Nesse sentido, optou-se pela agregação em seis grupos, sendo que essa escolha baseou-se ainda na análise da variabilidade interna aos conglomerados e o ponto de corte escolhido foi aquele em que os ganhos na diminuição da variabilidade interna se tornaram constantes.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a distribuição de cada um dos fatores segundo os seis agrupamentos finais gerados.



PARTE II • ANEXO 2

ÍNDICES DE MORAN GLOBAL E LOCAL

A metodologia de Moran é composta por dois índices, denominados de global e local. O Índice Global de Moran (I) consiste em uma medida de autocorrelação espacial que aponta para a existência ou não de agrupamentos espaciais para uma dada variável, isto é, para a presença de manchas urbanas com valores similares entre vizinhos segundo um determinado indicador de interesse (grupos raciais, grupos socioeconômicos ou outros). Esse indicador é bastante conveniente quando se deseja uma síntese da distribuição espacial dos dados e serve como uma medida alternativa de segregação¹. Em outras palavras, o Índice de Moran Global apresenta uma medida de segregação para a cidade como um todo que permite a comparação com outras cidades – uma vez que mostra outra maneira de identificar aglomerações espaciais de certos grupos sociais, o que, aliás, está na base do conceito de segregação (ver discussão no relatório 2). Nesse sentido, o índice Global de Moran é bastante útil para a comparação de padrões encontrados em diferentes contextos urbanos, como será discutido na apresentação dos resultados para os maiores municípios da Bahia.

Se comparado aos indicadores comumente utilizados nos estudos de segregação – como o índice de dissimilaridade² – o Índice de Moran incorpora uma dimensão bastante inovadora: testar se há padrões similares de distribuição de uma variável (como a dimensão socioeconômica elaborada na análise fatorial) entre áreas vizinhas, ou seja, identifica *clusters* ou concentrações espaciais. O índice varia de zero a um (respectivamente, nenhum padrão de concentração espacial até o máximo de concentração espacial possível).

Assim, por exemplo, numa situação em que não existe segregação, isto é, uma situação em que a distribuição de uma determinada variável (por exemplo, “proporção de pobres”) é uniforme no conjunto da cidade e não só numa determinada área – não há uma concentração dessa variável em certas áreas – e, neste caso, o índice de Moran Global tende a zero. Numa situação oposta, ou seja, no caso de haver segregação, as áreas com altas concentrações de pobres têm também vizinhos com alta concentração de pobres – formando manchas espaciais contíguas que se distinguem do restante da cidade – e, neste caso, o Índice de Moran se aproximará de 1.

¹ Um exemplo de aplicação desse índice é encontrado em BICHER, R. M.; TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P. Jovens no município de São Paulo: explorando os efeitos das relações de vizinhança. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 2, 2005.

² O índice de dissimilaridade mede a proporção da população de um dado grupo social que teria de mudar para que a distribuição de cada grupo social em cada área fosse similar à distribuição existente para o conjunto da cidade.

Assim como no caso de outros indicadores de segregação, este indicador tende a ser afetado pela escala geográfica adotada, ou seja, apresenta valores diferentes de acordo com a unidade de análise (ANSELIN, 1995)³. No caso das análises aqui apresentadas, novamente serão utilizados os setores censitários do Censo Demográfico 2000, o que permite uma caracterização das manchas de pobreza bastante detalhada espacialmente.

Além desse índice global, que registra uma síntese dos padrões observados para o conjunto de cada cidade, é possível identificar espacialmente as áreas com alta concentração de pobreza no interior dos municípios. Para tanto, foi utilizado o índice de Moran Local (II) que permite a identificação de *clusters* espaciais da mesma forma exposta anteriormente para o índice global, porém com a diferença que, no índice local, a comparação é feita não entre municípios, mas entre setores censitários e seus setores censitários vizinhos, verificando, desta forma, se há ou não padrões de concentrações locais. Isso é possível porque o índice de Moran apresenta um valor para cada região, permitindo a identificação de padrões espaciais e a criação de *clusters* que os representam.⁴

A rigor, existem diferentes maneiras de definir a vizinhança de uma determinada área: a partir da continuidade efetiva entre áreas (*Queen Contiguity*) ou a partir de um raio definido arbitrariamente pelo analista. Este último método considera como vizinhas de um dado setor as áreas que se encontram a uma distância do centro do setor censitário (centróide) inferior ao tamanho do raio. No caso dos setores censitários dos municípios da Bahia, a utilização de um raio é menos recomendável em função dos tamanhos variados dos setores censitários, sendo que normalmente os setores periféricos têm um porte maior. Desse modo, para a realização do Moran Local elegeu-se a utilização uma matriz de vizinhança (*Queen Contiguity*) de primeira ordem – isto é, foram considerados somente os vizinhos diretos de uma dada área, e não a chamada vizinhança de segunda ordem, que inclui, além dos vizinhos diretos, os vizinhos diretos de seus vizinhos. Este último procedimento é novamente justificado pelo número relativamente pequeno de setores censitários em alguns dos municípios considerados.

Os resultados obtidos são apresentados nos mapas do tipo “LISA” (*Local Indicator of Spatial Association*) que oferecem as correlações entre cada uma das unidades de análise (no caso, os setores censitários) e seus vizinhos para uma determinada variável (cada um dos indicadores de pobreza urbana considerados).

A maneira de se fazer a leitura desses mapas se constitui o conteúdo deste parágrafo. As áreas do tipo “alto-alto”, em vermelho, representam manchas de áreas com altos valores na variável considerada ao lado de áreas que também apresentam altos valores ou uma alta

³ Este índice é escrito como: $I = (N/S_0) \sum_i \sum_j w_{ij} x_i x_j / \sum_i x_i^2$ (1). Onde, w_{ij} é um elemento da matriz vizinhança espacial W que indica se as áreas i e j são contíguas. Foi utilizada uma matriz de vizinhança, com w_{ij} assumindo valor 1 se i e j são fronteiriços e 0 caso contrário. S_0 é um fator de normalização igual à soma de todos os pesos ($\sum_i \sum_j w_{ij}$) e X_i corresponde ao valor do indicador a ser testado para a área i e N o número de observações.

⁴ Para se verificar a existência de padrões espaciais e sua identificação utilizou-se o Índice de Moran Local que pode ser expresso como: $I_i = \frac{\sum_j w_{ij} Z_j}{\sum_{i=1}^N Z_i^2}$ (2). Onde, $Z_i = (X_i - \bar{X})$

concentração de altos valores no entorno ou vizinhança. As áreas do tipo “baixo-baixo”, em azul, apresentam, ao contrário, baixos valores para a variável de interesse ao lado de áreas que também apresentam baixos valores. Neste caso, observa-se uma alta concentração, porém de baixos valores no entorno ou vizinhança. As áreas do tipo “intermediário”, identificadas em branco, não apresentam padrões espaciais muito evidentes – não há fortes correlações espaciais entre uma dada área e seus vizinhos quanto à presença de uma determinada variável - são áreas mais heterogêneas entre si, com maior mistura de condições sociais. Por fim, as áreas identificadas em rosa e em azul claro consistem em áreas de transição, nas quais o padrão de uma área é oposto daquele observado nos vizinhos – como no caso de áreas que registram altos valores numa dada variável ao lado de áreas com baixos valores e vice-versa. Nesse sentido, a partir da observação desses mapas Lisa é possível verificar se há (ou não) manchas de concentração de pobreza.

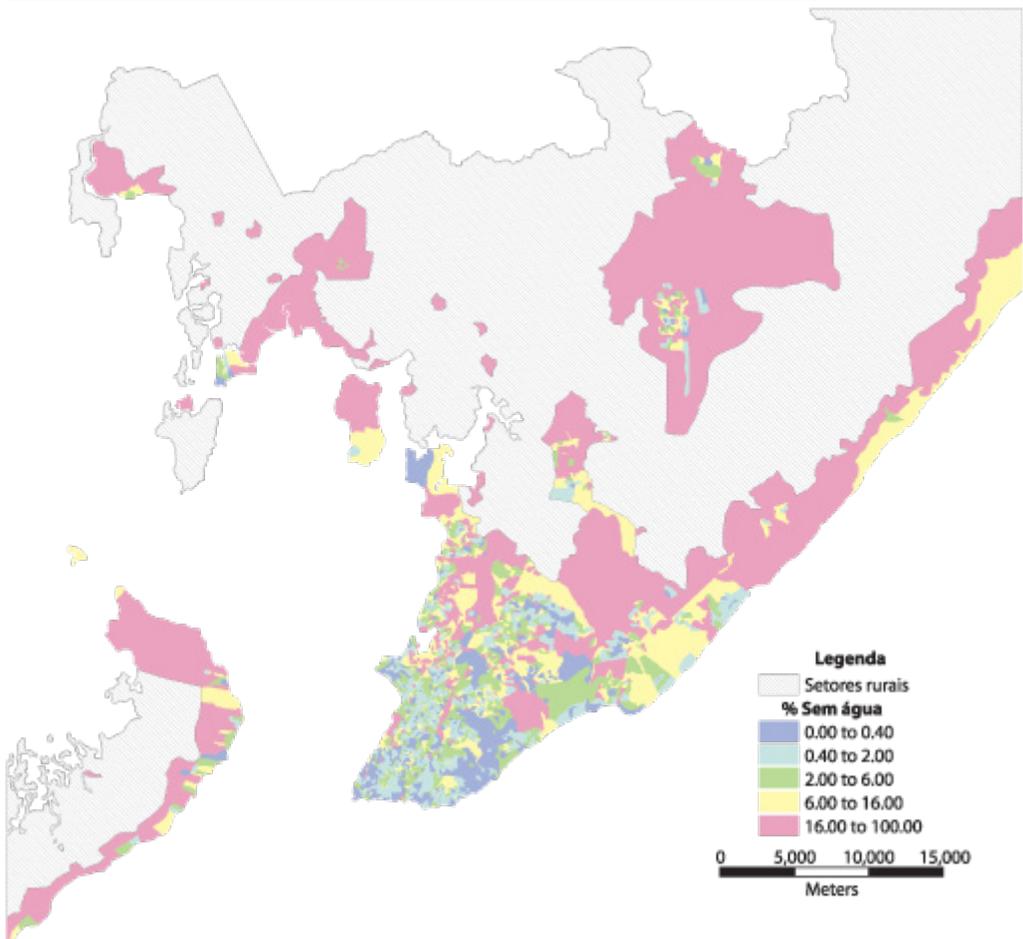
PARTE II • ANEXO 3
MAPAS E GRÁFICOS

Mapas

Região Metropolitana de Salvador

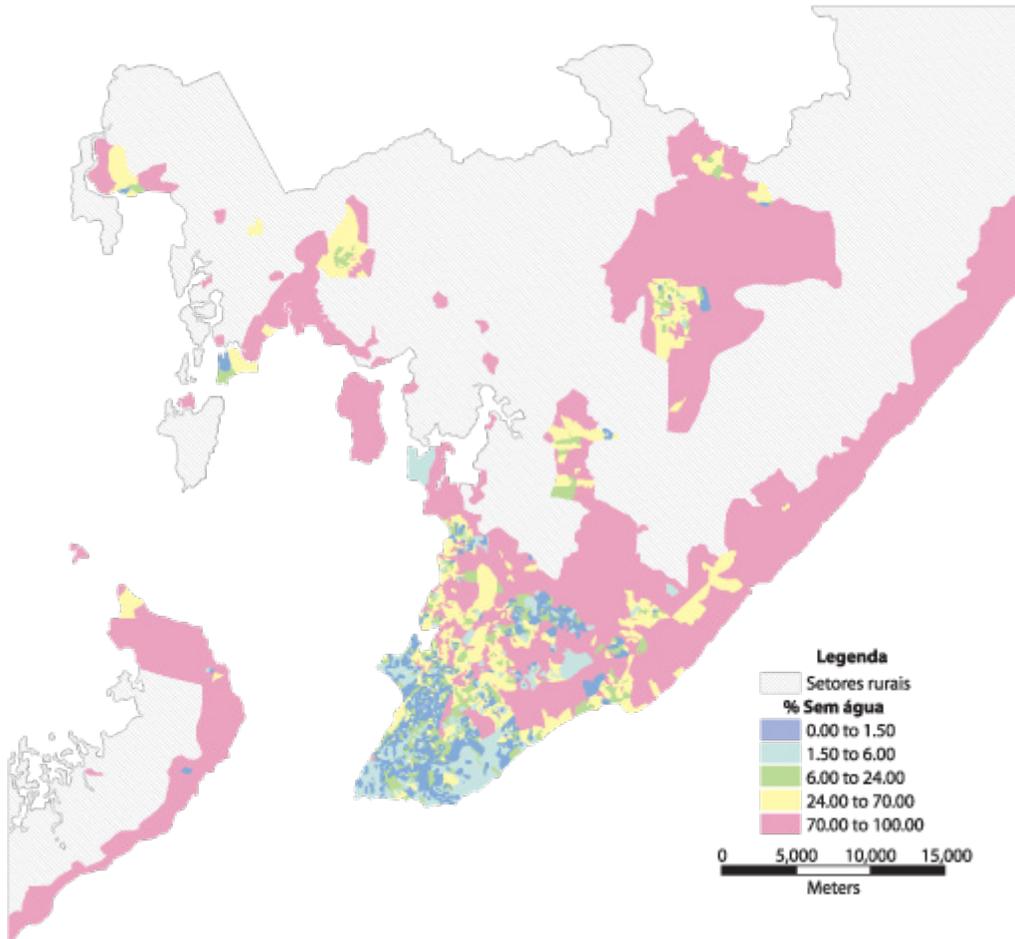
Mapa 1

Proporção de domicílios sem rede de água (canalização interna), segundo setores censitários urbanos – RMS – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE

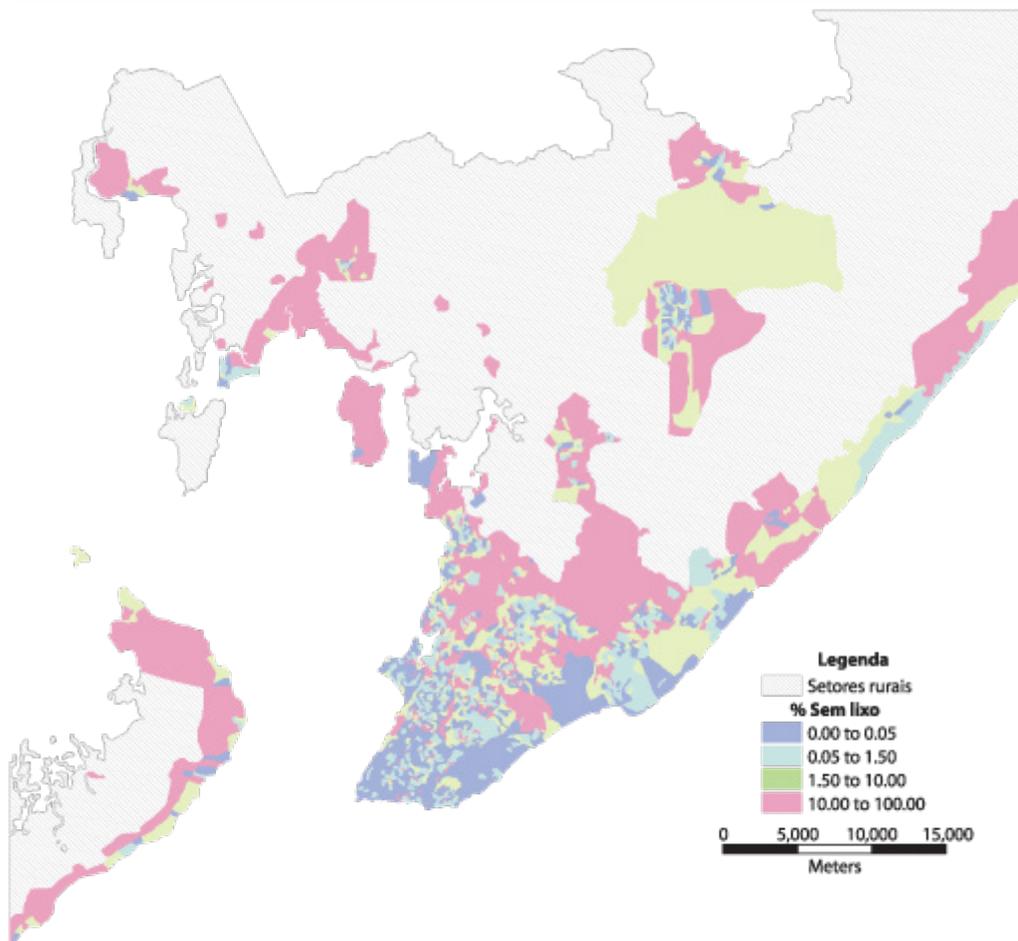


Mapa 2

Proporção de domicílios sem esgotamento sanitário (rede geral ou pluvial), segundo setores censitários urbanos – RMS – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE

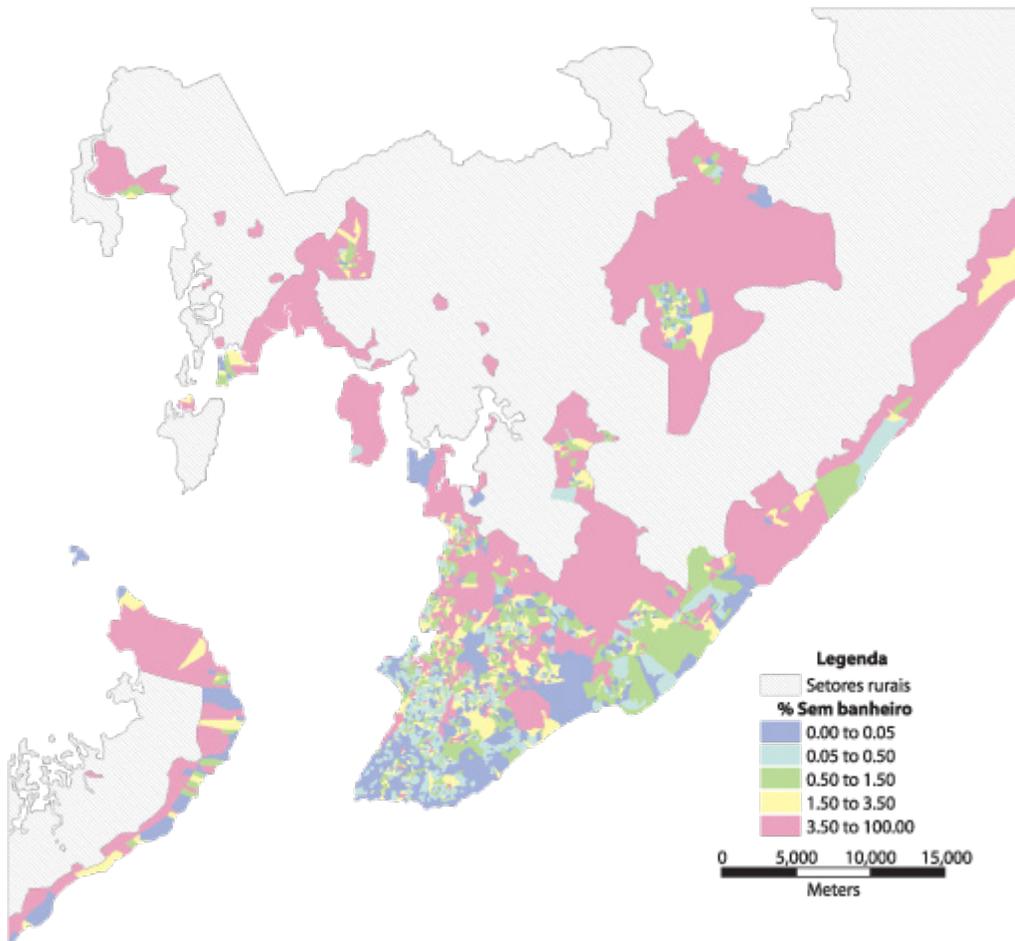


Mapa 3
 Proporção de domicílios sem coleta de lixo, segundo setores censitários urbanos
 RMS – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE

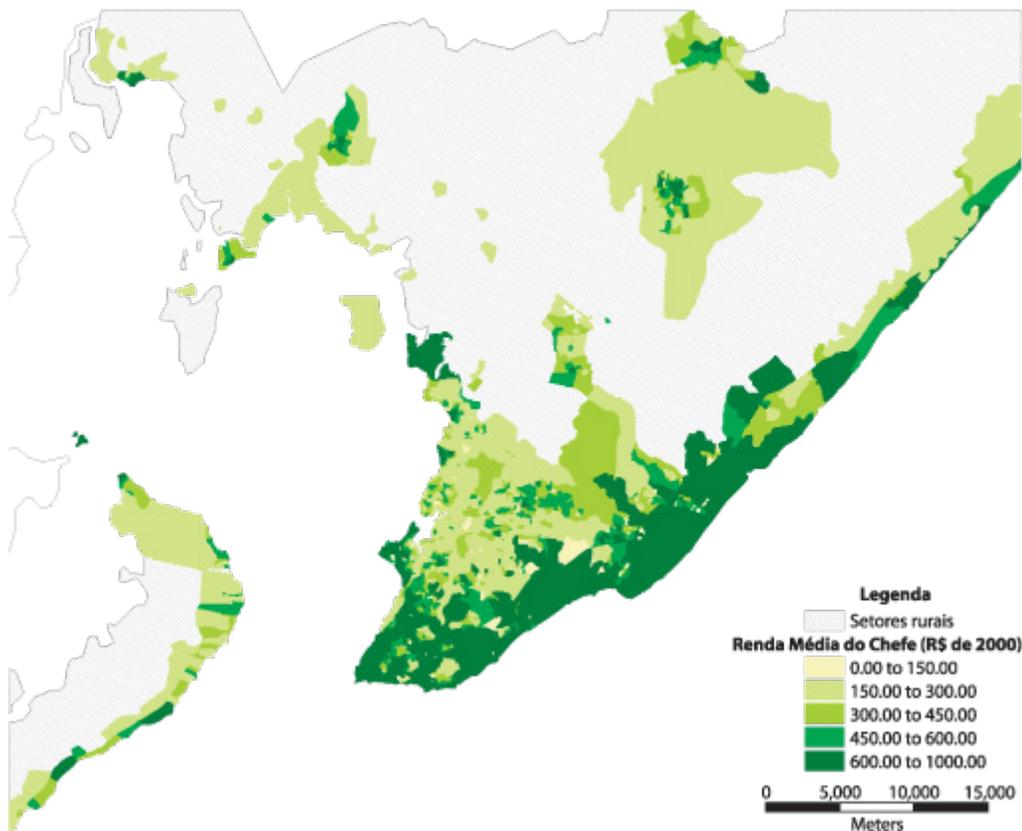


Mapa 4

Proporção de domicílios sem banheiro ou sanitário, segundo setores censitários urbanos
RMS – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE

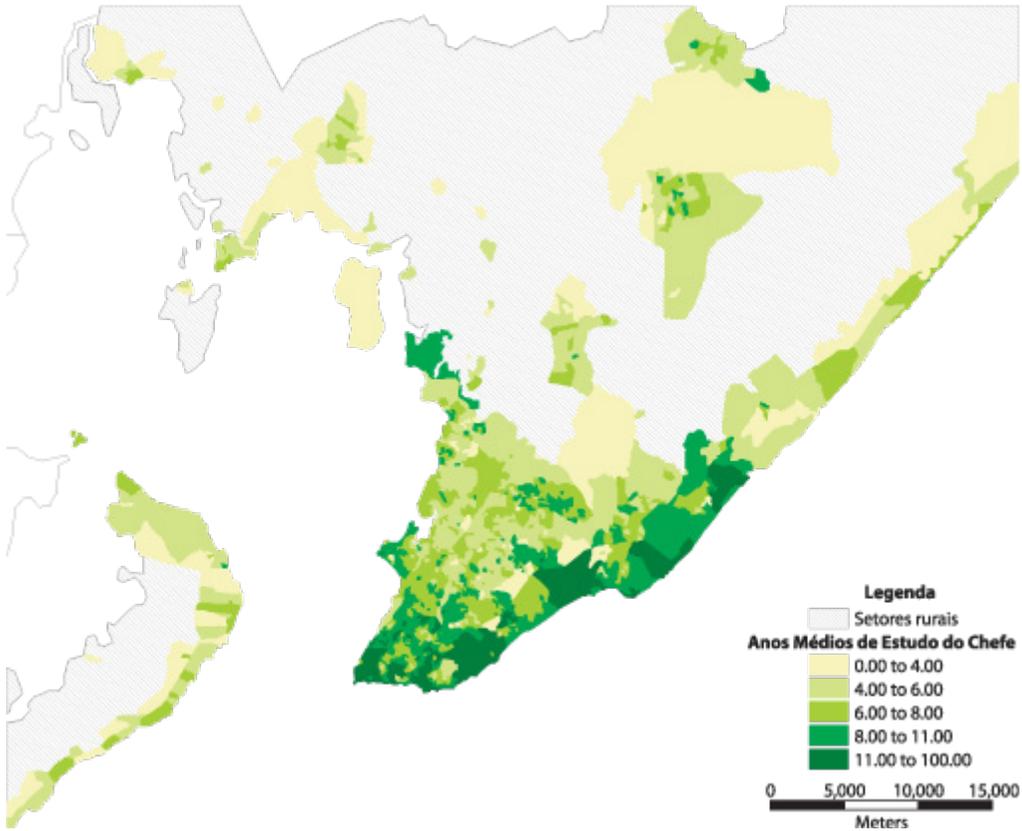


Mapa 5
Rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio (R\$ de julho de 2000), segundo setores censitários urbanos – RMS – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



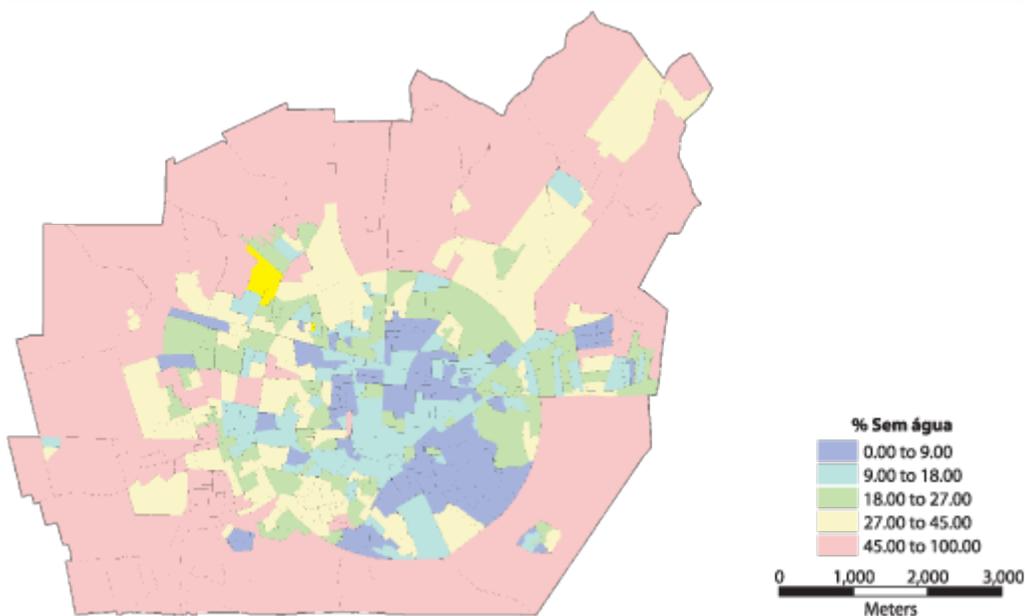
Mapa 6

Anos médios de estudo dos responsáveis pelo domicílio, segundo setores censitários urbanos.
RMS – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE

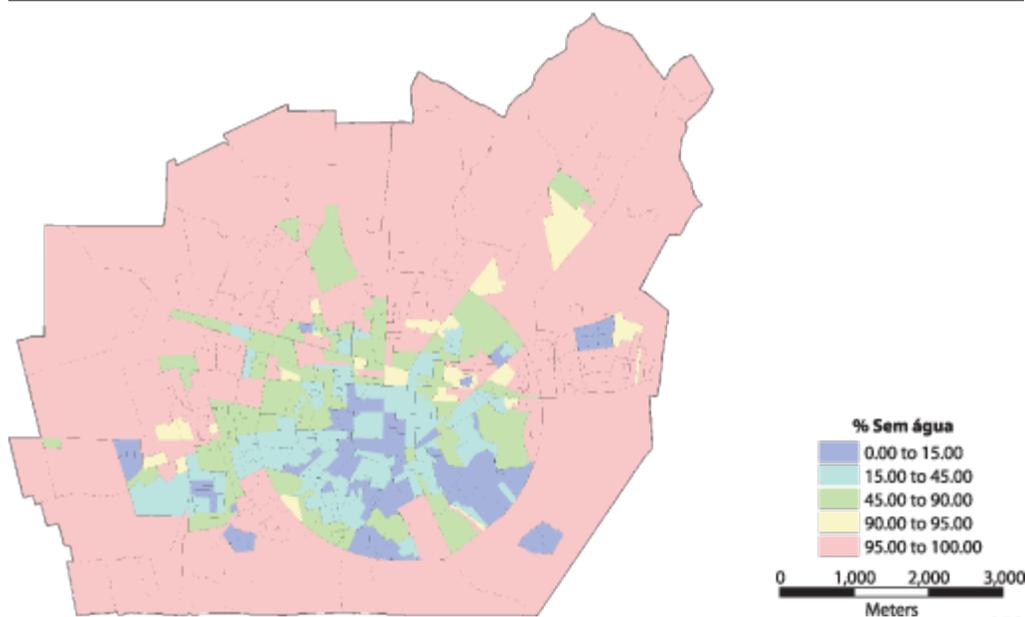


Feira de Santana

Mapa 7
 Proporção de domicílios sem rede de água (canalização interna), segundo setores censitários urbanos – Município de Feira de Santana – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE

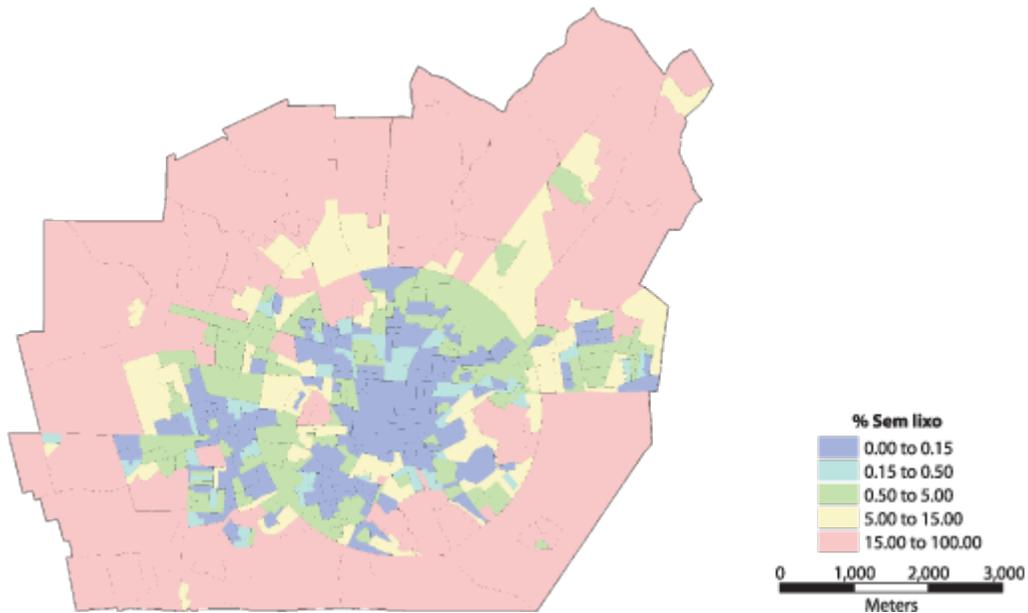


Mapa 8
 Proporção de domicílios sem esgotamento sanitário (rede geral ou pluvial), segundo setores censitários urbanos – Município de Feira de Santana – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



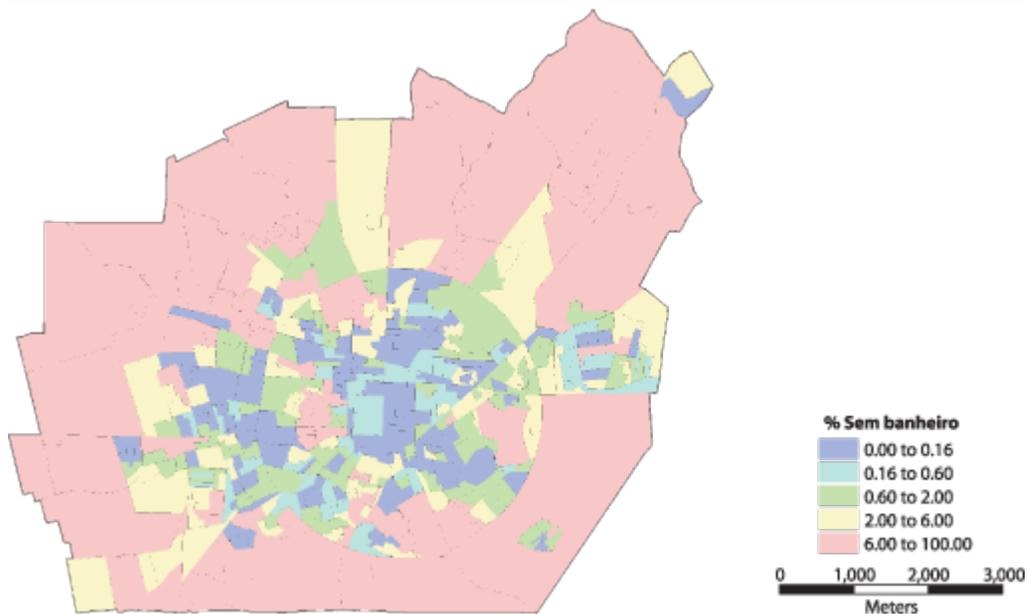
Mapa 9

Proporção de domicílios sem coleta de lixo, segundo setores censitários urbanos
Município de Feira de Santana – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE

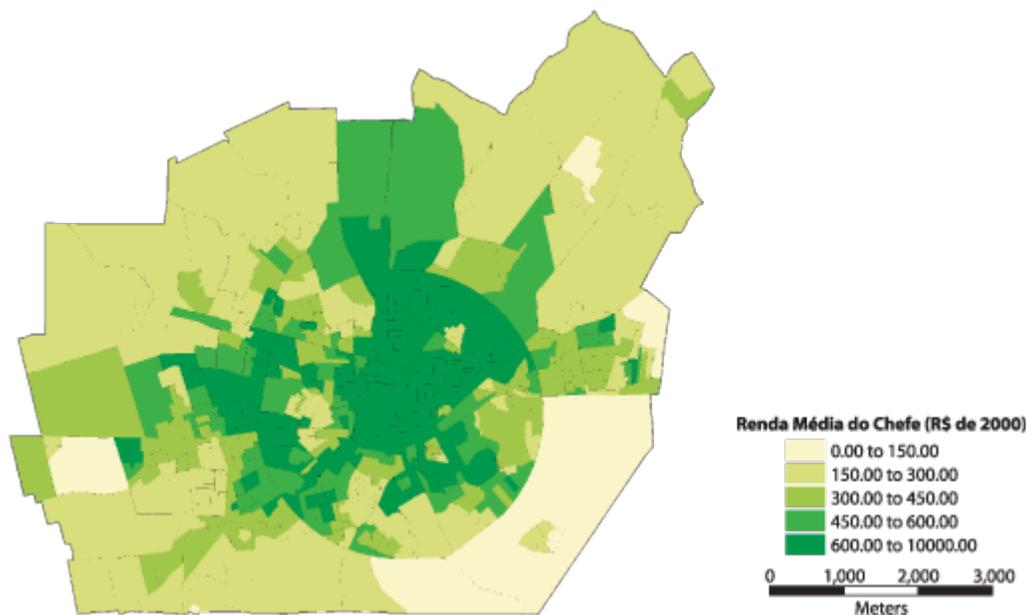


Mapa 10

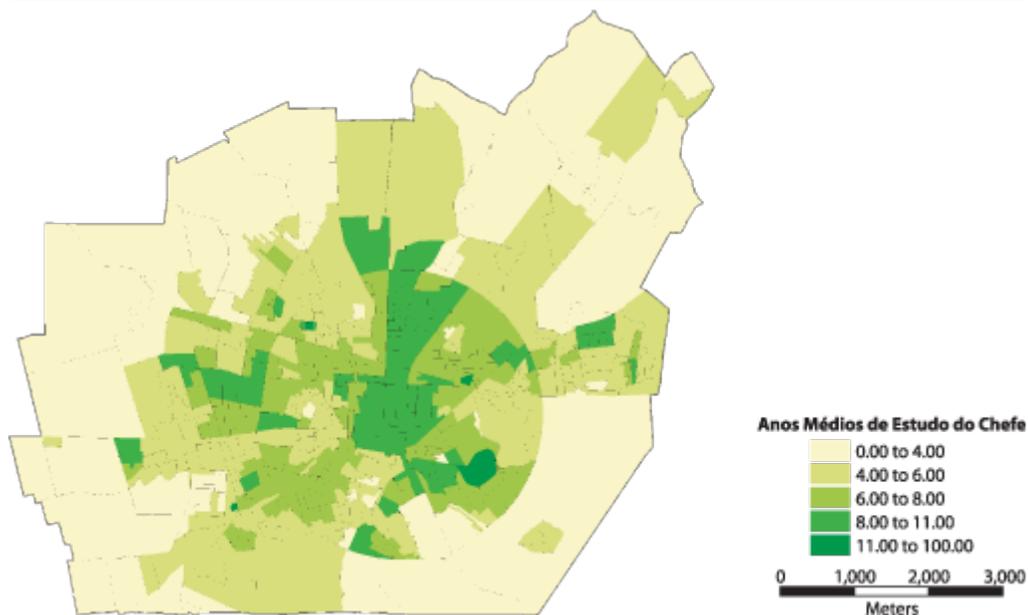
Proporção de domicílios sem banheiro ou sanitário, segundo setores censitários urbanos
Município de Feira de Santana – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



Mapa 11
 Rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio (R\$ de julho de 2000), segundo setores censitários urbanos
 Município de Feira de Santana – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



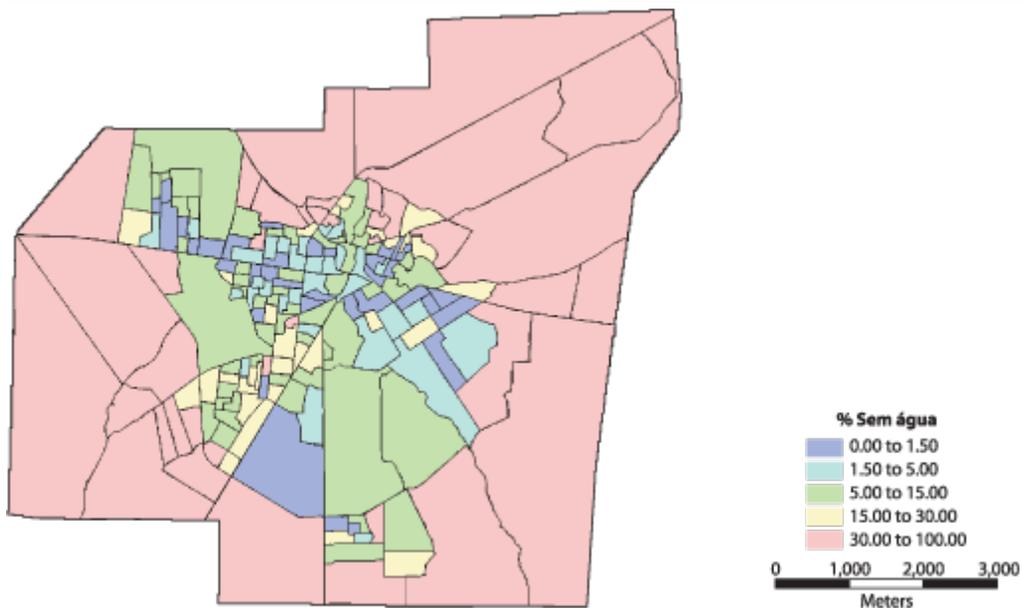
Mapa 12
 Anos médios de estudo dos responsáveis pelo domicílio, segundo setores censitários urbanos
 Município de Feira de Santana – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



Vitória da Conquista

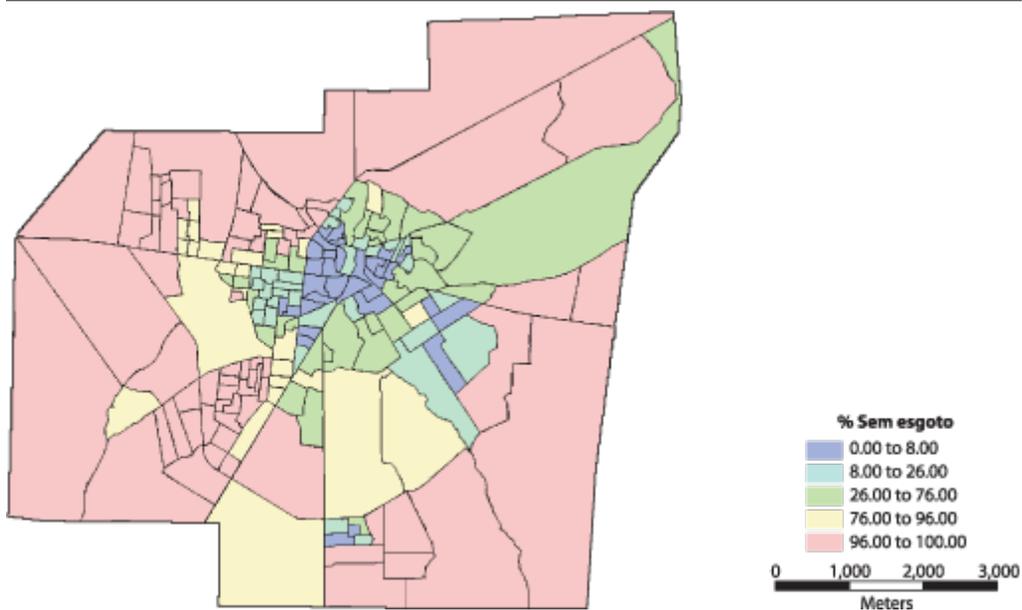
Mapa 13

Proporção de domicílios sem rede de água (canalização interna), segundo setores censitários urbanos – Município de Vitória da Conquista – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE

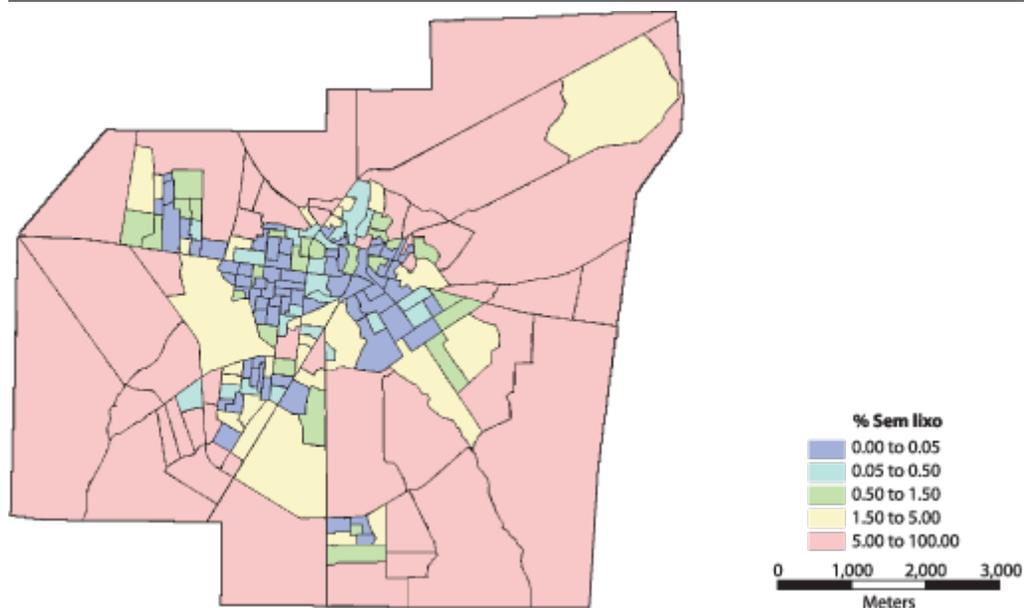


Mapa 14

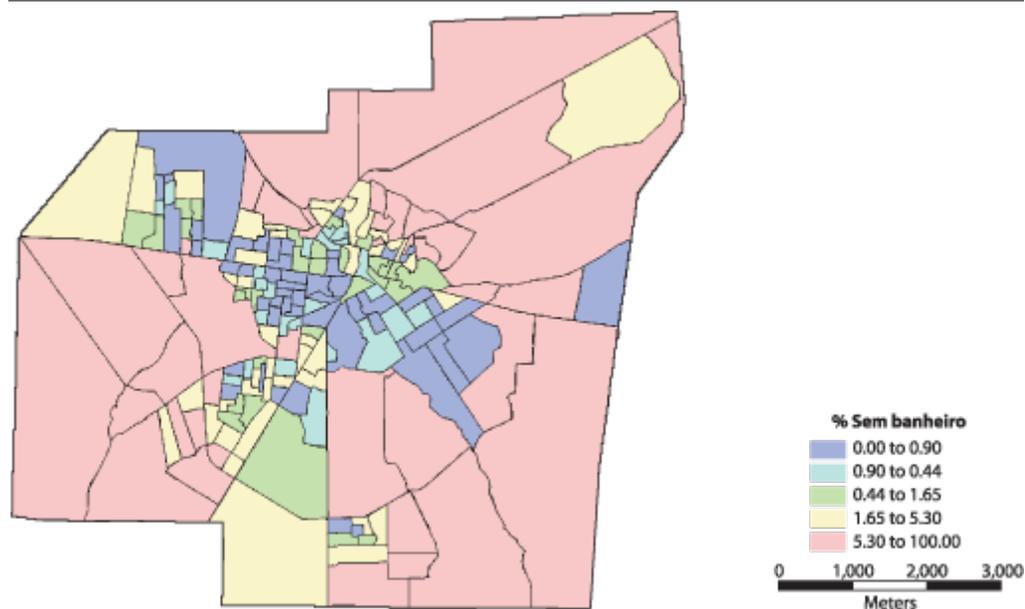
Proporção de domicílios sem esgotamento sanitário (rede geral ou pluvial), segundo setores censitários urbanos – Município de Vitória da Conquista – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



Mapa 15
 Proporção de domicílios sem coleta de lixo, segundo setores censitários urbanos
 Município de Vitória da Conquista – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE

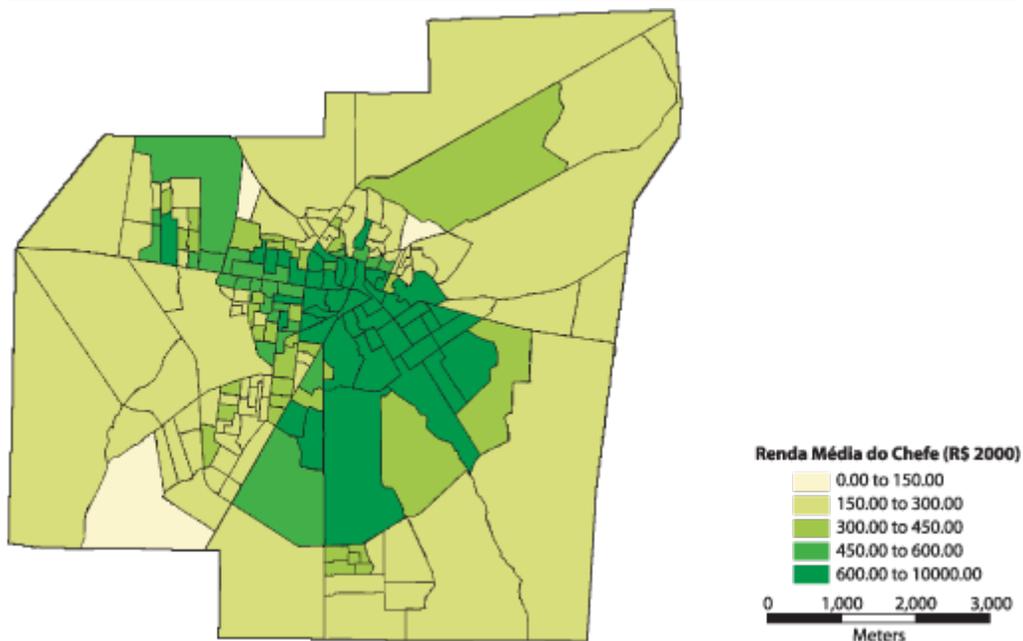


Mapa 16
 Proporção de domicílios sem banheiro ou sanitário, segundo setores censitários urbanos
 Município de Vitória da Conquista – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



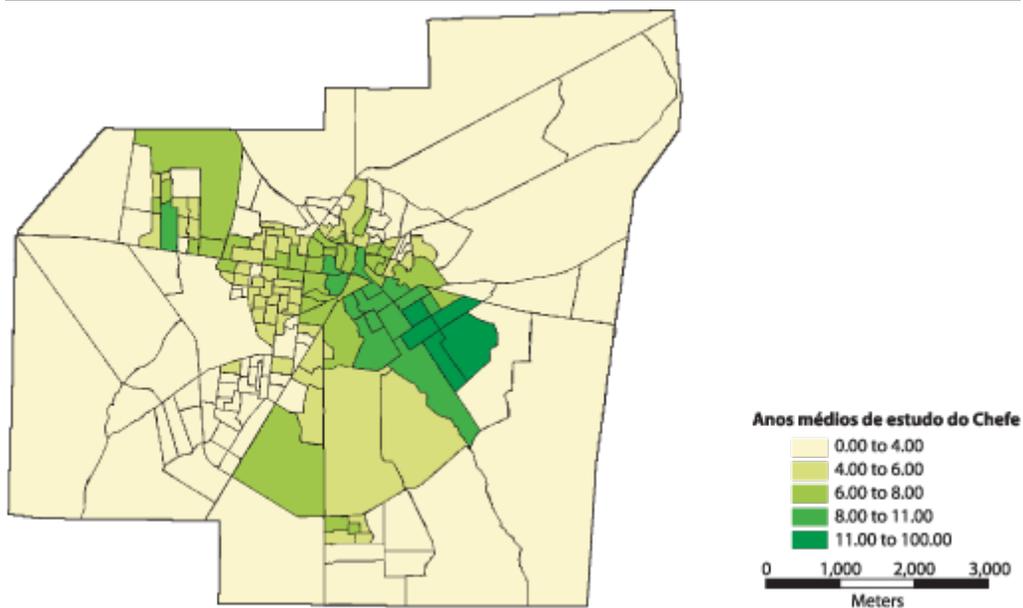
Mapa 17

Rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio (R\$ de julho de 2000), segundo setores censitários urbanos – Município de Vitória da Conquista – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



Mapa 18

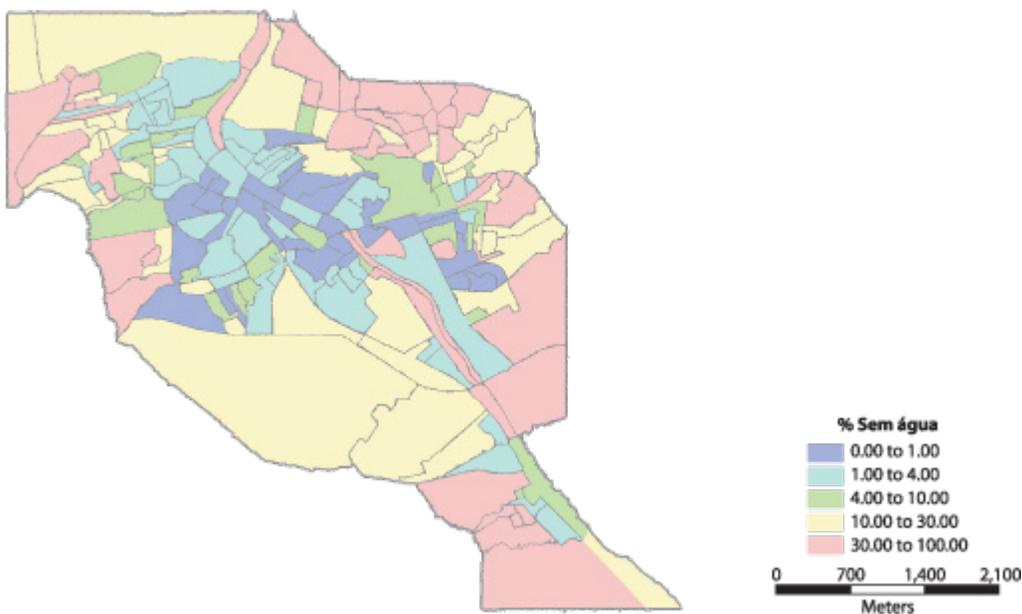
Anos médios de estudo dos responsáveis pelo domicílio, segundo setores censitários urbanos
Município de Vitória da Conquista – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



Itabuna

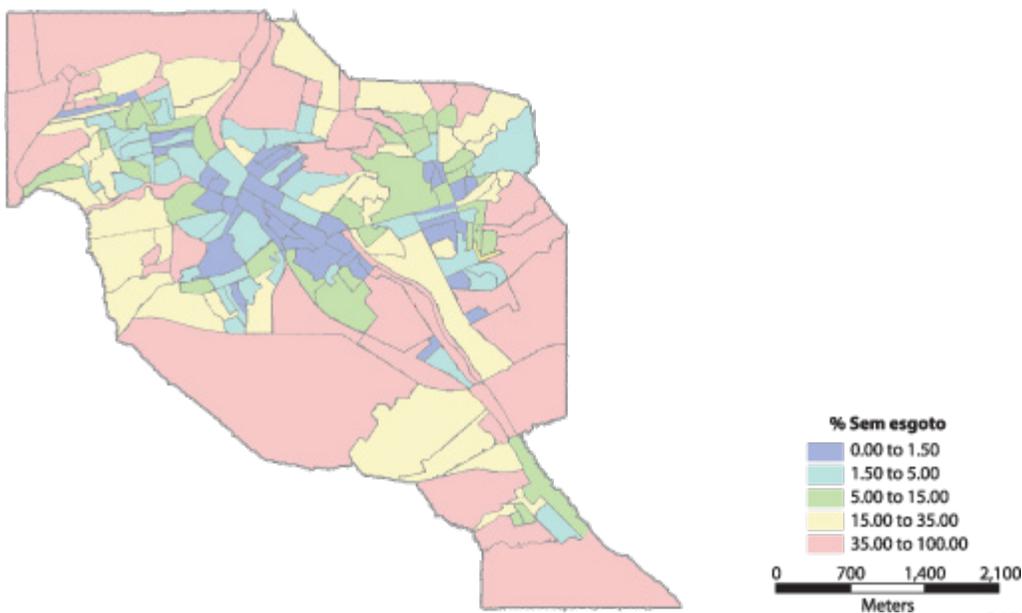
Mapa 19

Proporção de domicílios sem rede de água (canalização interna), segundo setores censitários urbanos – Município de Itabuna – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



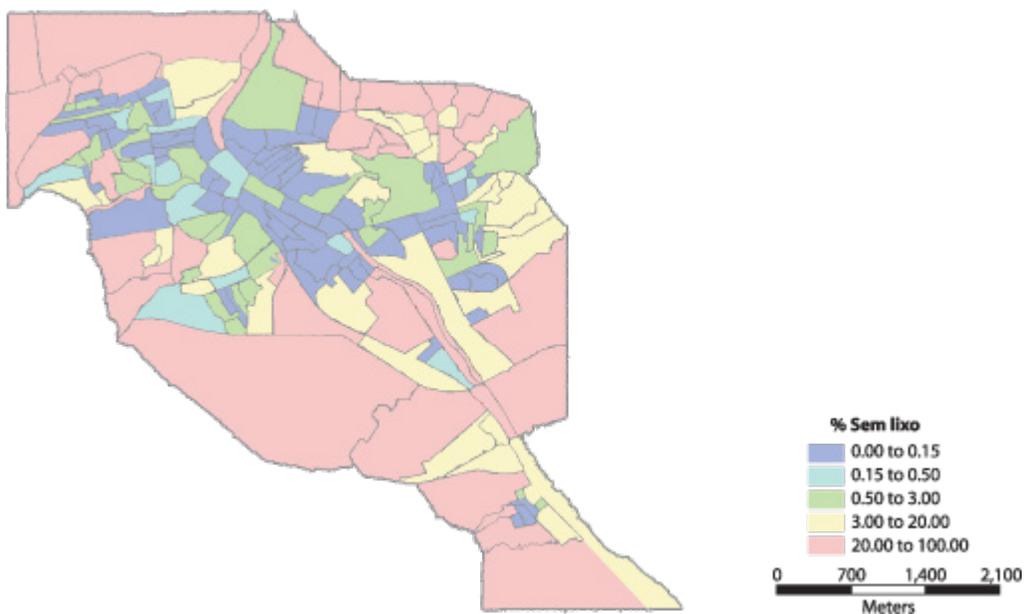
Mapa 20

Proporção de domicílios sem esgotamento sanitário (rede geral ou pluvial), segundo setores censitários urbanos – Município de Itabuna – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



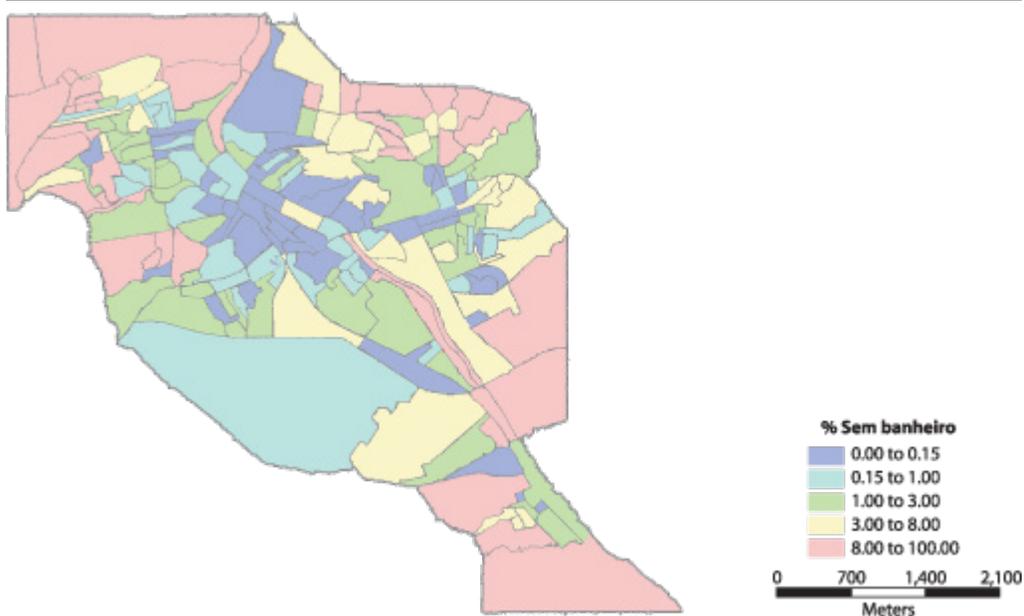
Mapa 21

Proporção de domicílios sem coleta de lixo, segundo setores censitários urbanos
Município de Itabuna – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



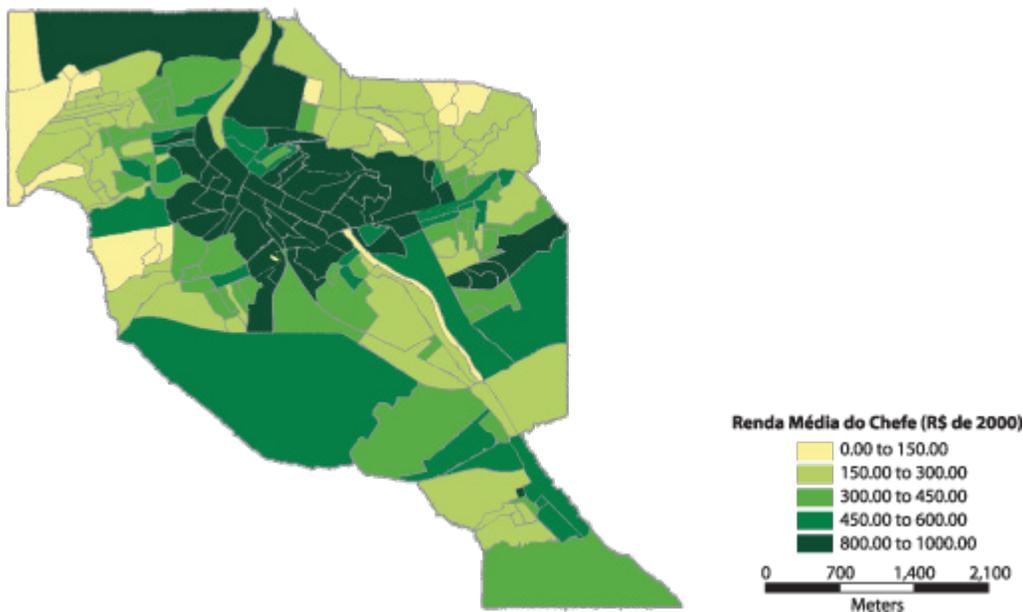
Mapa 22

Proporção de domicílios sem banheiro ou sanitário, segundo setores censitários urbanos
Município de Itabuna – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



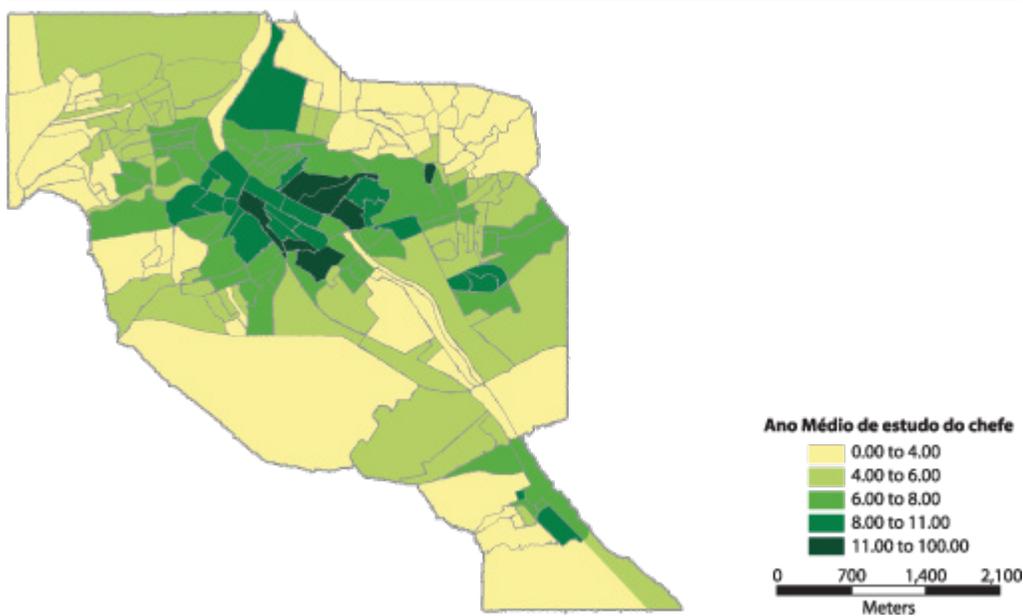
Mapa 23

Rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio (R\$ de julho de 2000), segundo setores censitários urbanos – Município de Itabuna – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



Mapa 24

Anos médios de estudo dos responsáveis pelo domicílio, segundo setores censitários urbanos Município de Itabuna – 2000 – Censo Demográfico 2000 – IBGE



Gráficos

Diagramas de Espalhamento de Moran

Gráfico 1
Índice de Moran Global para a dimensão saneamento
RMS – 2000

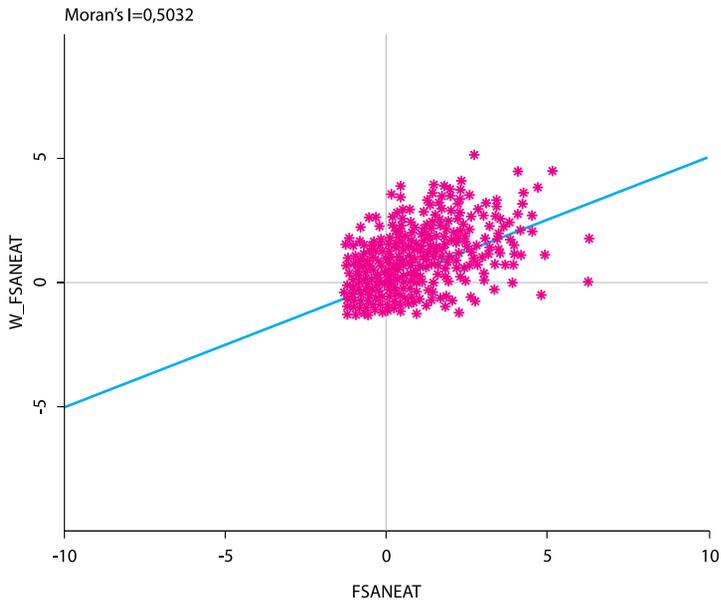


Gráfico 2
Índice de Moran Global para a dimensão saneamento
Município de Feira de Santana – 2000

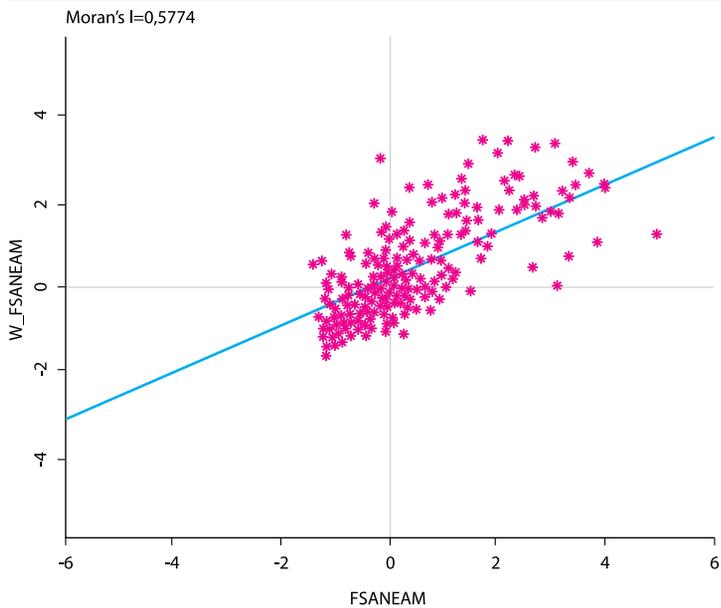


Gráfico 3
Índice de Moran Global para a dimensão saneamento
Município de Vitória da Conquista – 2000

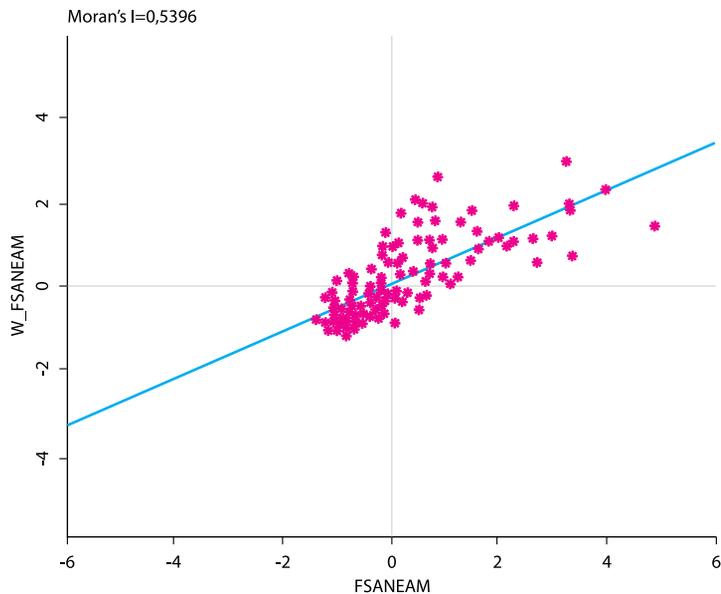


Gráfico 4
Índice de Moran Global para a dimensão saneamento
Município de Itabuna – 2000

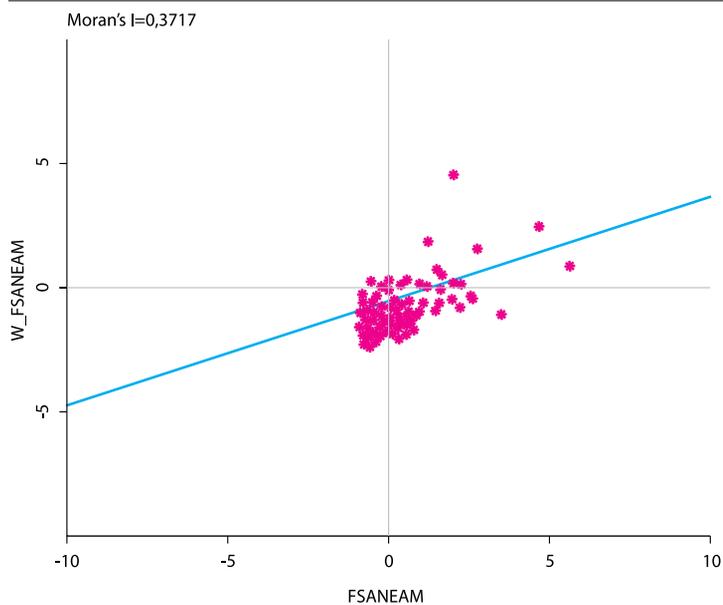


Gráfico 5
Índice de Moran Global para a dimensão socioeconômica
RMS – 2000

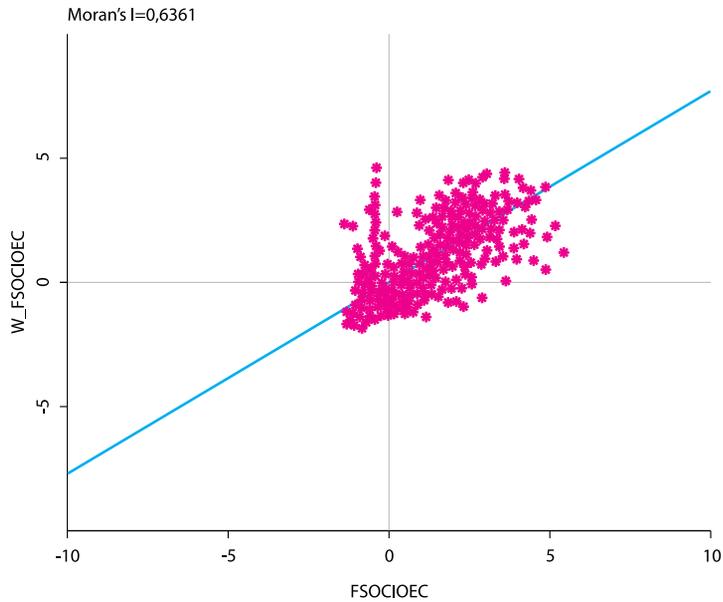


Gráfico 6
Índice de Moran Global para a dimensão socioeconômica
Município de Feira de Santana – 2000

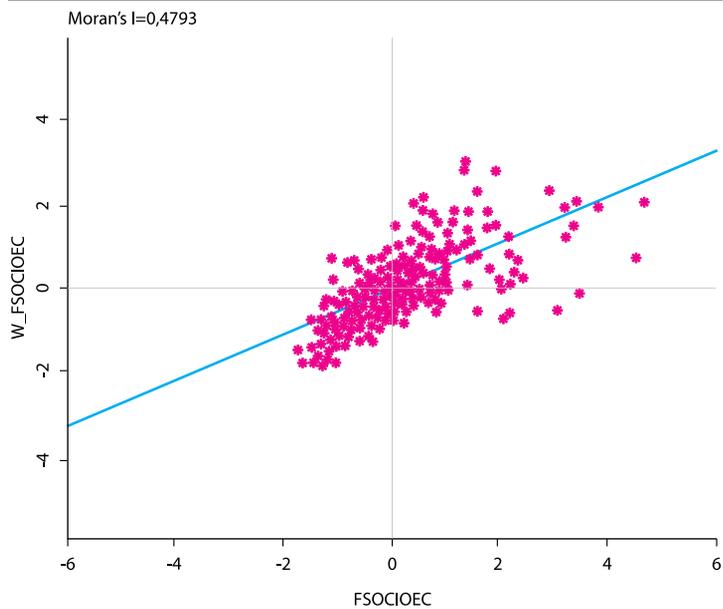


Gráfico 7
Índice de Moran Global para a dimensão socioeconômica
Município de Vitória da Conquista – 2000

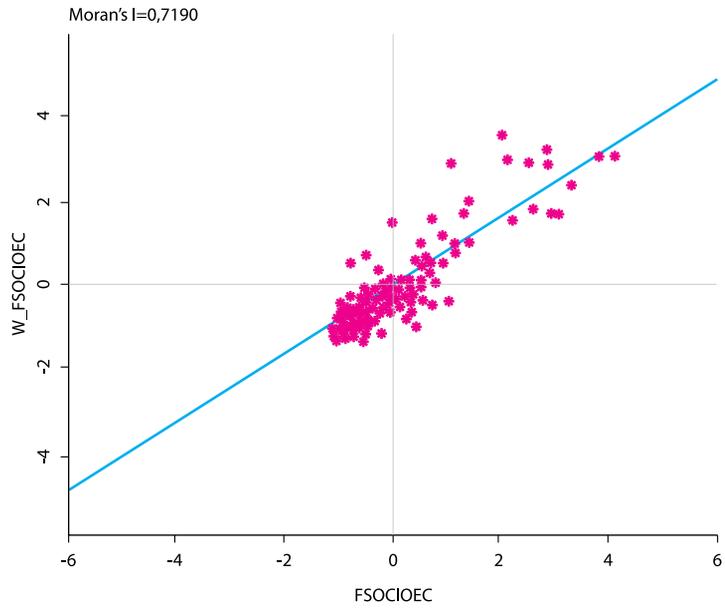


Gráfico 8
Índice de Moran Global para a dimensão socioeconômica
Município de Itabuna – 2000

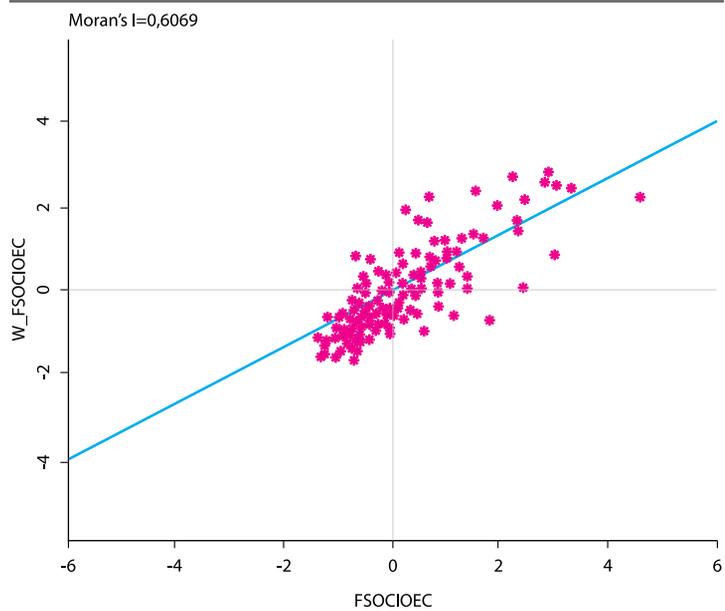


Gráfico 9
Índice de Moran Global para a proporção de pobres – RMS – 2000

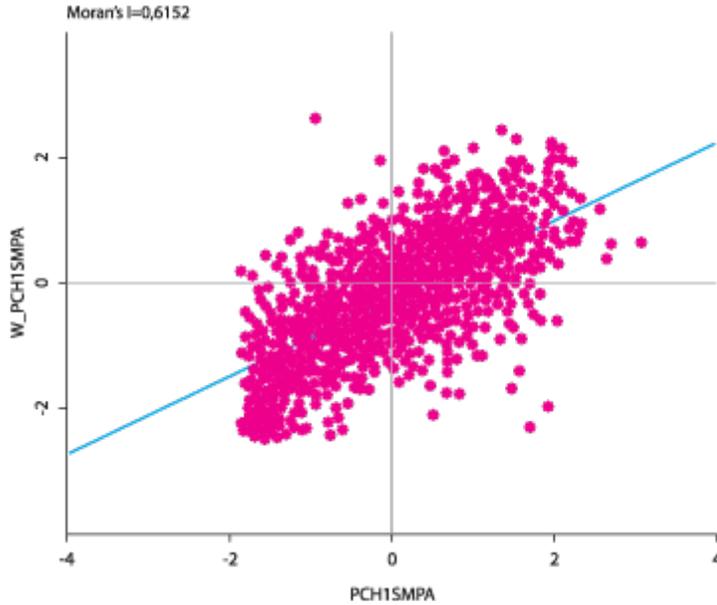


Gráfico 10
Índice de Moran Global para a proporção de pobres
Município de Feira de Santana – 2000

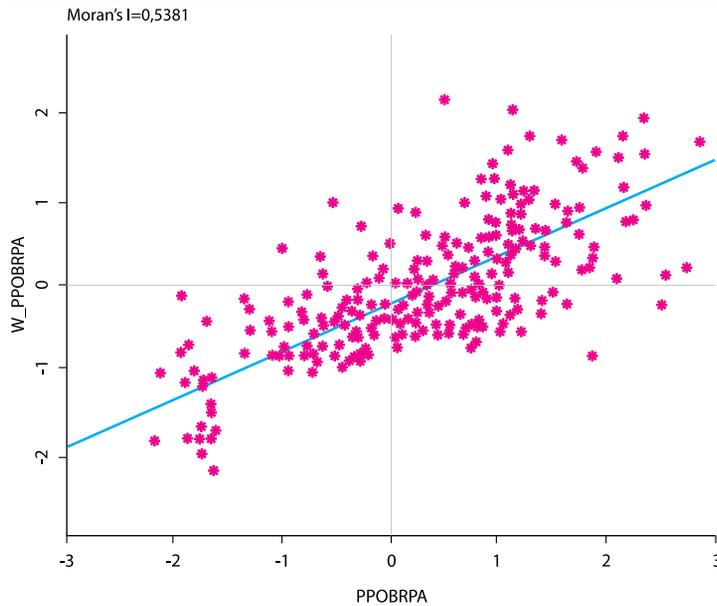


Gráfico 11
Índice de Moran Global para a proporção de pobres
Município de Vitória da Conquista – 2000

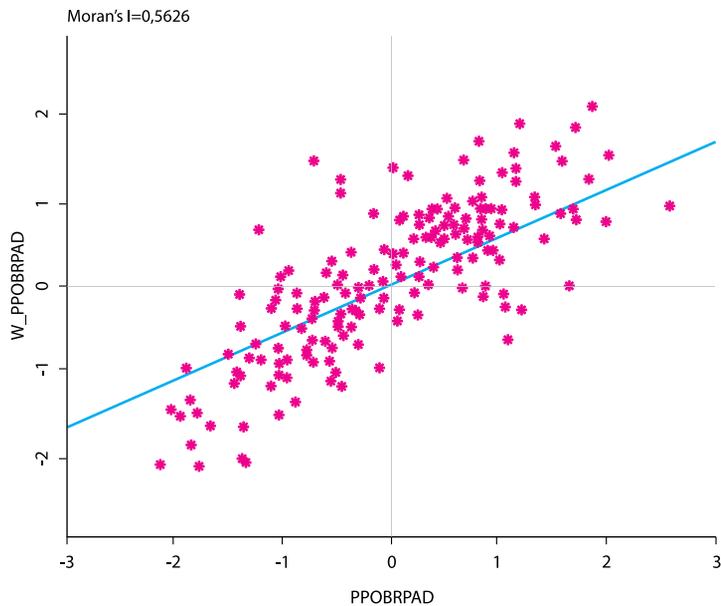


Gráfico 12
Índice de Moran Global para a proporção de pobres
Município de Itabuna – 2000

